



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**PATRÍCIA VILELA DA SILVA**

**NOS TOSCOS BANCOS: O LUGAR DO ESCRITO NA VILA DE  
SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA-BA NO SÉCULO XIX (1827-1860)**



Salvador  
2020

**PATRÍCIA VILELA DA SILVA**

**NOS TOSCOS BANCOS: O LUGAR DO ESCRITO NA VILA DE  
SANTO ANTONIO DE JACOBINA-BA NO SÉCULO XIX (1827-1872)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Língua e Cultura do Instituto de Letras da  
Universidade Federal da Bahia, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Doutora em Língua  
e Cultura.

Área de concentração: História da Cultura Escrita

Orientadora: Professora Doutora Emília Helena  
Portella Monteiro de Souza

Salvador  
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA)

Silva, Patrícia Vilela da.

Nos toscos bancos: o lugar do escrito na Vila de Santo Antônio de Jacobina-BA no século XIX (1827-1860) / Patrícia Vilela da Silva. - 2020.  
328 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2020.

1. Linguística - Brasil - História - Séc. XIX. 2. Sociolinguística - Brasil - História - Séc. XIX.  
3. Língua portuguesa - Estudo e ensino - História. 4. Educação - Brasil - História. 5. Cultura - Brasil

-  
História. 6. Escrita - História. 7. Escrita - Vila de Santo Antônio (Jacobina, BA) - História - Séc.  
XIX.

8. Ensino - Vila de Santo Antônio (Jacobina, BA) - História - Séc. XIX. I. Souza, Emília Helena Portella Monteiro de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.09

CDU - 811.134.3(091)

**PATRÍCIA VILELA DA SILVA**

**NOS TOSCOS BANCOS: O LUGAR DO ESCRITO NA VILA DE  
SANTO ANTONIO DE JACOBINA-BA NO SÉCULO XIX (1827-1872)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Língua e Cultura do Instituto de Letras da  
Universidade Federal da Bahia, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Doutora em Língua  
e Cultura.

Área de concentração: História da Cultura Escrita

Orientadora: Professora Doutora Emília Helena  
Portella Monteiro de Souza

**BANCA EXAMINADORA**

Titulares	Suplentes
Emília Helena Portella Monteiro de Souza – Orientadora Universidade Federal da Bahia	
Thaís Nívea Fonseca Universidade Federal de Minas Gerais	Álvaro César Pereira de Souza Universidade Tiradentes
José Carlos de Araújo Silva Universidade do Estado da Bahia	Ione Celeste Jesus de Sousa Universidade Estadual de Feira de Santana
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda Universidade Estadual de Feira de Santana	Huda da Silva Santiago Universidade Estadual de Feira de Santana
Tânia Conceição Freire Lobo Universidade Federal da Bahia	José Amarante Santos Sobrinho Universidade Federal da Bahia

Toda honra, glória e louvor ao Senhor da minha vida!!!

## AGRADECIMENTOS

Um coração grato é o que eu tenho! Por isso, a escrita dessa página compreende o momento mais prazeroso de todo o percurso do doutorado: primeiro, porque se cheguei até aqui significa que a pesquisa foi concluída; segundo, porque ninguém é capaz de produzir uma tese sem contar com a ajuda de outras pessoas, que, no meu caso, foram muitas. A essas, toda a minha gratidão, que não pode ser expressa nestas poucas palavras.

Agradeço a Deus, meu Senhor, que me conduziu tão docemente durante todo o percurso em que me envolvia com esta pesquisa. Pela paz que emana do Seu Ser; pela alegria que vem dEle e pelo Seu cuidado para comigo e para com a minha casa, o que me deu condições de desfrutar de dias calmos, serenos e tranquilos.

À minha família, sou imensamente agradecida, por me acompanhar em cada etapa desse processo, por acreditar em mim e me proporcionar momentos prazerosos. A Neemias, meu amor, esposo, companheiro e muito presente na minha vida, com quem, neste dia 18 de dezembro de 2020, comemoro 27 anos de casamento. Aos meus três filhos: Filipe, pelo seu cuidado e admiração; Talita, pela presença silenciosa, e Júlia, por ter “permitido” que eu utilizasse o tempo, que deveria ser destinado a ela, para a conclusão deste trabalho, ainda que sob protestos.

Não posso deixar de expressar a minha gratidão aos meus pais, Louri e Sônia, por estarem sempre tão presentes na minha vida. Pelas palavras elogiosas, pelo incentivo e amor que pude desfrutar em toda a minha existência. É um grande prazer dar-lhes a alegria de dizer que têm uma filha doutora.

À minha orientadora, professora Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza, primeiro, por ter me recebido e me acolhido no PPGLINC, como sua orientanda; segundo, pela sua generosidade, amabilidade e delicadeza, traços da sua personalidade, que são tão necessários e importantes neste processo de pesquisa; e terceiro, pela leitura cuidadosa e meticulosa do meu texto, orientando-me nas análises e produções.

Ao professor Dr. José Carlos de Araújo Silva, pelas orientações, não apenas no Exame de Qualificação, mas em todo o tempo que eu solicitei, recomendando-me caminhos a serem seguidos e obras a serem lidas.

À professora Dra. Zenaide Carneiro, pesquisadora do semiárido baiano, pela leitura rigorosa e pelas palavras incentivadoras durante o exame de qualificação.

Aos professores desta Banca Examinadora, membros titulares e suplentes, por aceitarem o convite para compor esta banca, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições à escrita desta Tese.

Pode parecer impessoal, mas agradeço à UNEB, instituição superior de ensino que me “permitiu” ser estudante de Letras e hoje professora, pois adentrou o interior baiano com a oferta de cursos de licenciatura. Foi na FFPJ – Faculdade de Formação de Professores de Jacobina – que ensaiei as primeiras “hipóteses”, sínteses e antíteses e onde continuo aprendendo a ser pesquisadora. Agradeço pela licença das atividades docentes e pelo apoio recebido por meio da bolsa PAC.

Quanto à UFBA, posso dizer que foi um grande privilégio estudar nessa instituição. Para nós, do interior, até pouco tempo, cursar um doutorado em Letras só era possível na capital baiana. Desse modo, sou grata pela oportunidade de me fazer aluna de Pós-Graduação em Língua e Cultura, pelas aprendizagens e experiências que me foram possíveis.

Aos meus colegas do Colegiado de Letras, do DCH – Campus IV, com quem eu compartilho projetos e mais projetos..., não apenas aqueles que dizem respeito ao nosso trabalho e formação, mas também os relacionados às nossas vidas. Não tenho dúvidas de que vocês torceram por mim e se alegram comigo por mais esta etapa conquistada.

Por fim, não posso deixar de mencionar as pessoas que cruzam os nossos caminhos, marcam as nossas vidas e, de alguma maneira, nos conquistam:

Obrigada aos meus amigos e irmãos da minha Igreja Presbiteriana de Jacobina, por compartilharmos tantos momentos preciosos.

Aos meus colegas do PPGLinC, especialmente a Eloísa, Ludinalva e Sandra, pela acolhida e atenção. Poucas palavras e pequenos gestos podem ser grandemente significativos.

E aos colegas do GPeLPE – Grupo de Pesquisa em Língua Portuguesa e Escolarização, pelos textos indicados, pelas discussões realizadas e pelas conquistas alcançadas. Que venham outros estudos e muitas outras produções...

GRATIDÃO!!!

Funcionava [sic] na cidade [Jacobina] duas bem dirigidas escolas primárias com cerca de 80 crianças; tendo a de meninos 47 e a de meninas 30. Ambas precisavam de compêndios e tinha [sic] por mobília **toscas bancos**.

Durval Vieira de Aguiar, (1979 [1889], p. 125.)



## RESUMO

Esta Tese investiga como se deu a difusão do escrito na Vila de Santo Antônio da Jacobina-Bahia, no período compreendido entre 1827 e 1860, no contexto da escolarização, com enfoque no ensino da língua portuguesa no Brasil. Toma como diretrizes teóricas os estudos sobre a constituição da História Social Linguística do Brasil e da História Social da Cultura Escrita, com o propósito de contribuir para o projeto de reconstrução da história social do Português Brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004). Nesse sentido, apresenta como proposta metodológica a pesquisa documental, de natureza qualitativa, cujos *corpora* se constituem em correspondências emitidas pela Câmara Municipal de Jacobina, relatórios de juízes e presidentes da província da Bahia, mapas de frequência produzidos por professores da Vila, Leis e Resoluções relativas à instrução pública, dentre outros. Busca-se, inicialmente, apresentar aspectos da sócio-história, que caracterizam aquela Vila, para que se possa melhor compreender os dados levantados referentes à escolarização, como o processo de ocupação territorial, aspectos étnico-demográficos e o povoamento no sertão das Jacobinas. Em seguida, descreve-se o funcionamento das aulas públicas de primeiras letras e de Gramática Latina existentes na Vila, naquele período, e que refletem os aspectos relacionados ao ofício do magistério. A partir da análise de dezenove mapas de frequência produzidos pelos professores, mais propriamente na década de 1840, são apresentados dados que revelam o perfil dos sujeitos que tiveram acesso ao escrito, em contextos escolares, relativo à cor/etnia, idade e condição social, assim como as aprendizagens adquiridas em relação à aquisição da leitura, da escrita e dos elementos gramaticais. Analisam-se métodos e materiais empregados, evidenciando as representações acerca do processo de ensino da língua portuguesa e as dimensões de natureza ideológica e política subjacentes aos manuais escolares. Do que foi possível investigar, este estudo revela a diversidade social e étnica dos sujeitos que tiveram acesso à escolarização na Vila de Santo Antônio da Jacobina, na primeira metade do século XIX, aos quais foi possível aprender a ler e a escrever, ainda que, muitas vezes, em condições desfavoráveis.

**Palavras-chave:** História Social da Cultura Escrita. Escolarização. Vila de Santo Antônio da Jacobina. Século XIX.

## ABSTRACT

This Thesis investigates how the spread of writing took place in Vila de Santo Antônio da Jacobina-Bahia, between 1827 and 1860, in the context of schooling, with a focus on teaching the Portuguese language in Brazil. It takes as theoretical guidelines the studies on the constitution of the Social History Linguistics of Brazil and the Social History of Written Culture, with the purpose of contributing to the project of reconstruction of the social history of Brazilian Portuguese (MATTOS E SILVA, 2004). In this sense, it presents as a methodological proposal based on a quantitative documentary research, whose corpora is comprised of correspondence issued by the Jacobina City Council, reports by judges and presidents of the Province of Bahia, attendance reports and maps drawn by teachers of the Village, Laws and Resolutions relating to public instruction, among others. Initially, we seek to present aspects of socio-history, which characterize that village, so that we can better understand the data raised regarding schooling, such as the process of territorial occupation, ethnic-demographic aspects and the settlement in the Jacobinas hinterland. Then, it describes the functioning of the public first-letter and Latin grammar classes existing in the Vila, at that time, which reflect aspects related to the teaching profession. From the analysis of nineteen attendance maps drawn by teachers, more specifically in the 1840s, it is shown the profile of the subjects who had access to writing, in school contexts, regarding color / ethnicity, age and social condition, as well as the learning acquired in relation to the acquisition of reading, writing and grammatical elements. The methods and materials used are analyzed, showing the representations about the teaching process of the Portuguese language and the dimensions of an ideological and political nature underlying school textbooks. From what was possible to be unveiled, this study reveals the social and ethnic diversity of the subjects who had access to schooling in the Vila de Santo Antônio da Jacobina, in the first half of the 19th century, the ones who were able to learn how to read and write, even though often in unfavorable conditions.

**Keywords:** Social History of Written Culture. Schooling. Village of Santo Antônio da Jacobina. 19th Century.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa com os trajetos de boiadeiros, mineradores e tropeiros – Séculos XVIII e XIX.	<b>65</b>
<b>Figura 2</b> – Mapa do território de Jacobina – 1720	<b>70</b>
<b>Figura 3</b> – Mapa do território de Jacobina – 1752	<b>71</b>
<b>Figura 4</b> – Mapa do território de Jacobina – 1827	<b>71</b>
<b>Figura 5</b> – Mapa do território de Jacobina - 1849	<b>72</b>
<b>Figura 6</b> – Fotografia parcial de Jacobina, no início do século XX	<b>74</b>
<b>Figura 7</b> – Fragmento do <i>Mappa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina</i>	<b>104</b>
<b>Figura 8</b> – Mapa de frequência dos alunos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1840)	<b>117</b>
<b>Figura 9</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1837)	<b>118</b>
<b>Figura 10</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1840)	<b>118</b>
<b>Figura 11</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1843)	<b>118</b>
<b>Figura 12</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)	<b>119</b>
<b>Figura 13</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1843)	<b>120</b>
<b>Figura 14</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)	<b>120</b>
<b>Figura 15</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1843)	<b>121</b>
<b>Figura 16</b> – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1843)	<b>122</b>
<b>Figura 17</b> – Fragmentos de mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina	<b>123</b>
<b>Figura 18</b> – Mapa dos estudantes inscritos na aula de Gramática Latina, na Vila de Jacobina (1847)	<b>207</b>
<b>Figura 19</b> – Mapa dos estudantes inscritos na aula de Gramática latina, na Vila de Jacobina (1849)	<b>208</b>
<b>Figura 20</b> – Fac-símile do Mapa das escolas públicas e particulares da Vila de Jacobina (1850)	<b>222</b>
<b>Figura 21</b> – Frontispício da obra <i>Escola Brasileira ou Instrução útil a todas as classes</i> (volumes 1 e 2)	<b>225</b>
<b>Figura 22</b> – Fac-símile da página de rosto da obra <i>Simão de Nantua</i> (1853)	<b>228</b>
<b>Figura 23</b> – Fac-símile da obra <i>O Feliz Independente</i> (1779)	<b>231</b>
<b>Figura 24</b> – Fac-símile do Catálogo de obras da Livraria Universal	<b>237</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Questões de análise propostas por Armando Petrucci	<b>33</b>
<b>Quadro 2</b> – Classificação dos níveis de alfabetização proposta por Armando Petrucci (2003)	<b>34</b>
<b>Quadro 3</b> – Decisões e decretos sobre a instrução pública no Império	<b>45</b>

<b>Quadro 4</b> - Relação de Cadeiras e valores dos ordenados dos professores das aulas públicas na Província da Bahia - século XVIII	<b>47</b>
<b>Quadro 5</b> – Escolas de primeiras letras e ordenados pagos aos professores na Província da Bahia - Século XVIII	<b>48</b>
<b>Quadro 6</b> – Relações de Leis provinciais da Bahia sobre a Instrução Pública – Século XIX	<b>51</b>
<b>Quadro 7</b> – População da Vila de Jacobina em 1836	<b>67</b>
<b>Quadro 8</b> – Professores públicos de Primeiras Letras na Vila de Santo Antônio de Jacobina – 1820-1860	<b>84</b>
<b>Quadro 9</b> – Número de alunos e cadeiras da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1852)	<b>87</b>
<b>Quadro 10</b> – Relação dos mapas de frequência produzidos por professores da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1834-1849)	<b>114</b>
<b>Quadro 11</b> – Número de alunos inscritos nas aulas públicas, da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1834-1849), de acordo com a Escola/Freguesia	<b>115</b>
<b>Quadro 12</b> – Classificação das categorias analíticas dos mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina, com base em Vidal (2008)	<b>126</b>
<b>Quadro 13</b> – Definições de cabra e crioulo no <i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> , de Antonio de Moraes Silva	<b>129</b>
<b>Quadro 14</b> – Relação dos Mapas de Frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina, com a categoria cor/etnia	<b>130</b>
<b>Quadro 15</b> – Número de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a classificação por cor/etnia	<b>143</b>
<b>Quadro 16</b> – Percentual de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a classificação por cor/etnia	<b>147</b>
<b>Quadro 17</b> – Número de discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a idade	<b>156</b>
<b>Quadro 18</b> – Número de discípulos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a idade	<b>157</b>
<b>Quadro 19</b> – Número de discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, de acordo com a idade	<b>158</b>
<b>Quadro 20</b> – Número de discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, de acordo com a idade	<b>159</b>
<b>Quadro 21</b> – Número de discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, de acordo com a idade	<b>160</b>
<b>Quadro 22</b> – Proposta para o estudo da leitura do <i>Manual completo de ensino simultâneo</i> traduzido por João Alves Portella	<b>168</b>
<b>Quadro 23</b> – Proposta metodológica para o ensino da escrita, de acordo com o Manual das Escolas Elementares d’Ensino Mutuo, de M. Sarazin (1854)	<b>184</b>
<b>Quadro 24</b> – Número de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto ao tipo de escrita	<b>188</b>
<b>Quadro 25</b> – Relação das alunas inscritas nas aulas públicas de primeiras letras da Vila de Santo Antônio de Jacobina, nos anos de 1847 e 1849, quanto à aprendizagem da leitura	<b>189</b>
<b>Quadro 26</b> – Proposta metodológica para o ensino da gramática, de acordo com o Manual das Escolas Elementares d’Ensino Mutuo, de M. Sarazin (1854)	<b>191</b>
<b>Quadro 27</b> – Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia de Morro do Chapéu (1847), em que consta o ensino de gramática	<b>195</b>

<b>Quadro 28</b> – Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia da Vila de Jacobina (1846), em que consta o ensino de gramática	<b>195</b>
<b>Quadro 29</b> – Relação dos estudantes da classe de meninas da Freguesia da Vila de Jacobina (1849), em que consta o ensino da gramática	<b>197</b>
<b>Quadro 30</b> – Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1846), em que consta o ensino da gramática	<b>198</b>
<b>Quadro 31</b> – Relação de aulas, professores e alunos das aulas públicas da Comarca de Jacobina	<b>216</b>
<b>Quadro 32</b> – Relação das obras utilizadas nas escolas públicas da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1850)	<b>226</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Classificação por cor/etnia - Classe de meninos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1846)	<b>131</b>
<b>Gráfico 2</b> – Classificação por cor/etnia - Classe de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antonio de Jacobina (1847)	<b>132</b>
<b>Gráfico 3</b> – Classificação por cor/etnia - Classe de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antonio de Jacobina (1849)	<b>133</b>
<b>Gráfico 4</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)	<b>135</b>
<b>Gráfico 5</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1846)	<b>135</b>
<b>Gráfico 6</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1847)	<b>136</b>
<b>Gráfico 7</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1849)	<b>137</b>
<b>Gráfico 8</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)	<b>138</b>
<b>Gráfico 9</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1843)	<b>138</b>
<b>Gráfico 10</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1846)	<b>139</b>
<b>Gráfico 11</b> – Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1843)	<b>140</b>
<b>Gráfico 12</b> – Classificação por cor/etnia–Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1846)	<b>141</b>
<b>Gráfico 13</b> – Classificação por cor/etnia–Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1847)	<b>141</b>
<b>Gráfico 14</b> – Número de mães de acordo com as ocupações/profissões informadas nos mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina	<b>152</b>
<b>Gráfico 15</b> - Percentual de estudantes das aulas públicas de primeiras Letras da Vila de Santo Antônio de Jacobina	<b>163</b>
<b>Gráfico 16</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Jacobina (1834)	<b>174</b>
<b>Gráfico 17</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Jacobina (1840)	<b>175</b>

<b>Gráfico 18</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia da Vila de Jacobina (1843)	<b>176</b>
<b>Gráfico 19</b> –Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)	<b>177</b>
<b>Gráfico 20</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1849)	<b>178</b>
<b>Gráfico 21</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)	<b>179</b>
<b>Gráfico 22</b> – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1843)	<b>180</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Evolução populacional da Vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)	<b>67</b>
<b>Tabela 2</b> – Situação profissional dos pais dos discípulos inscritos nas aulas públicas de Primeiras Letras da Freguesia da Vila de Jacobina	<b>148</b>
<b>Tabela 3</b> – Situação profissional dos pais dos discípulos inscritos nas aulas públicas de Primeiras Letras das Freguesias de Nossa Senhora da Saúde, Riachão de Jacobina e Morro do Chapéu, na década de 1840	<b>150</b>
<b>Tabela 4</b> – Distribuição das discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura	<b>170</b>
<b>Tabela 5</b> – Distribuição dos discípulos da freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura	<b>171</b>
<b>Tabela 6</b> – Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura	<b>172</b>
<b>Tabela 7</b> – Distribuição dos discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura	<b>172</b>
<b>Tabela 8</b> - Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura	<b>173</b>
<b>Tabela 9</b> – Distribuição das discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita	<b>185</b>
<b>Tabela 10</b> – Distribuição dos discípulos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita	<b>186</b>
<b>Tabela 11</b> – Distribuição dos discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita	<b>186</b>
<b>Tabela 12</b> –Distribuição dos discípulos, de Nossa Senhora da Saúde, quanto à aprendizagem da escrita	<b>187</b>
<b>Tabela 13</b> – Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, quanto à aprendizagem da escrita	<b>187</b>
<b>Tabela 14</b> – Idade dos alunos da aula de Gramática Latina (1847)	<b>212</b>
<b>Tabela 15</b> – Idade dos alunos da aula de Gramática Latina (1849)	<b>212</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCH	Departamento de Ciências Humanas
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
GPeLPE	Grupo de Pesquisa em Língua Portuguesa e Escolarização
HISCULTE	História da Cultura Escrita no Brasil
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
NPHEd	Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica
PHPB	Programa para a História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2 DE HISTÓRIA EM HISTÓRIA: A DEFINIÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO</b>	<b>24</b>
2.1 HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA E OUTRAS HISTÓRIAS: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	24
2.2 LER, ESCREVER E CONTAR: ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL E PÓS-COLONIAL	39
2.4 MÉTODOS DE ENSINO NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS	52
<b>3 O SERTÃO DAS JACOBINAS: UM IGNOTO</b>	<b>56</b>
3.1 POVOAMENTO NO SERTÃO DAS JACOBINAS	57
3.2 O CICLO DO OURO E O DEVASSAMENTO NA VILA DE JACOBINA	60
3.3 A VILA DE JACOBINA: POPULAÇÃO E ESPAÇO TERRITORIAL	65
<b>4 INSTRUÇÃO PÚBLICA DE PRIMEIRAS LETRAS NO SERTÃO DA JACOBINA</b>	<b>75</b>
4.1 SER PROFESSOR NO IMPÉRIO: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES	76
4.2 ESCOLAS NAS QUATRO FREGUESIAS	82
4.3 O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES	89
4.4 A INSTRUÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX: LER, ESCREVER, CONTAR, COSER E BORDAR	95
4.4.1 <i>A escola de meninas na Vila de Jacobina: um projeto inútil ou necessário?</i>	99
4.4.2 <i>A ilustre professora D. Maria da Glória Figueiredo</i>	102
<b>5 PERFIL DOS ALUNOS E DAS ALUNAS NAS AULAS PÚBLICAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA – 1830 - 1840</b>	<b>108</b>
5.1 MAPAS DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DA VILA DE JACOBINA	108
5.2 COM QUANTAS CORES SE FAZ UMA ESCOLA? PERFIL ÉTNICO-RACIAL DOS ESTUDANTES DE PRIMEIRAS LETRAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA	127
5.3 PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS INSCRITOS NAS AULAS PÚBLICAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA	146
5.4 CRIANÇAS DE TODAS AS IDADES NA VILA DE JACOBINA	154
5.5 O QUE E COMO APRENDIAM OS ESTUDANTES DA VILA DE JACOBINA	163
5.5.1 <i>O ensino da leitura</i>	167
5.5.2 <i>O ensino da escrita</i>	181
5.5.3 <i>O ensino da gramática</i>	191
<b>6 AULAS DE GRAMÁTICA LATINA E OS MANUAIS ESCOLARES: UM POUCO MAIS SOBRE A CULTURA DO ESCRITO NA VILA DE JACOBINA</b>	<b>200</b>
6.1 O ENSINO DE GRAMÁTICA LATINA	200
6.1.1 <i>Mapas de frequência de gramática latina na Vila de Jacobina</i>	208
6.1.2 <i>Meio século de latinidade na Vila de Jacobina</i>	216
6.2 OS LIVROS QUE USAM NESTAS AULAS: OS MANUAIS ESCOLARES NA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA	219
6.2.1 <i>Sobre os livros das aulas</i>	223
6.2.1.1 <i>Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraídas da Sagrada Escritura para o uso da mocidade</i>	227
6.2.1.2 <i>Simão de Nantua ou Mercador de feiras</i>	229



6.2.1.3 O Feliz independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em Quaisquer Trabalhos da Vida	233
6.2.1.5 Acidentes da Infância, ou histórias instrutivas	237
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>245</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>269</b>
APÊNDICE A – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA - 1834	270
APÊNDICE B – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS INSCRITOS NAS AULAS PÚBLICAS DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA - 1840	273
APÊNDICE C – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA - 1843	276
APÊNDICE D – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS MENINOS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA – (1846)	280
APÊNDICE E – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DAS DISCÍPULAS INSCRITAS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA - 1846	283
APÊNDICE F – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DAS DISCÍPULAS INSCRITAS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA (1849)	285
APÊNDICE G – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE (1840)	288
APÊNDICE H – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE (1846)	289
APÊNDICE I – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE (1847)	290
APÊNDICE J – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE (1849)	291
APÊNDICE K – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DO SANTÍSSIMO SAGRADO CORAÇÃO DE RIACHÃO DA JACOBINA	292
APÊNDICE L – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DO SANTÍSSIMO SAGRADO CORAÇÃO DE RIACHÃO DA JACOBINA (1843)	293
APÊNDICE M – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DO SANTÍSSIMO SAGRADO CORAÇÃO DE RIACHÃO DA JACOBINA (1846)	294
APÊNDICE N – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU (1843)	296
APÊNDICE O – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU (1846)	299
APÊNDICE P – EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DE FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INSCRITOS NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU (1847)	302
APÊNDICE Q- EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO MAPA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DA VILA DE SANTO ANTONIO DE JACOBINA, PRODUZIDO PELO JUIZ DA COMARCA, EM 1850.	305
<b>ANEXOS</b>	<b>307</b>
ANEXO A - FAC-SÍMILE DA CORRESPONDÊNCIA ENCAMINHADA PELOS MORADORES DA FREGUESIA DO RIACHÃO DA JACOBINA	307
ANEXO B - FAC-SÍMILE DO ATESTADO SOBRE O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES, PRODUZIDO PELO JUIZ DE DIREITO DA VILA DE JACOBINA (1853)	308

<b>ANEXO C - FAC-SÍMILE DE ATESTADO SOBRE O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES, PRODUZIDO PELO VIGÁRIO DA VILA DE JACOBINA (1853)</b>	<b>309</b>
<b>ANEXO D - FAC-SÍMILE DE ATESTADO SOBRE O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES, PRODUZIDO PELO JUIZ MUNICIPAL DA VILA DE JACOBINA (1853)</b>	<b>310</b>
<b>ANEXO E - FAC-SÍMILE DE ATESTADO SOBRE O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES, PRODUZIDO PELO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JACOBINA (1853)</b>	<b>311</b>
<b>ANEXO F - FAC SÍMILE DE CORRESPONDÊNCIA SOBRE O PEDIDO DE LICENÇA DO PROFESSOR ANTONIO FERNANDES DO COUTO (1855)</b>	<b>312</b>
<b>ANEXO G - FAC-SÍMILE DO ABAIXO-ASSINADO DOS MORADORES DO RIACHÃO DE JACOBINA (1869)</b>	<b>313</b>
<b>ANEXO H - FAC-SÍMILE ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO RIACHÃO DE JACOBINA - 1869</b>	<b>314</b>
<b>ANEXO I - FAC-SÍMILE DO DOCUMENTO SOBRE RESTABELECIMENTO DA CADEIRA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DO RIACHÃO DE JACOBINA - 1869</b>	<b>315</b>
<b>ANEXO J - FAC-SÍMILE DO DOCUMENTO SOBRE RESTABELECIMENTO DA CADEIRA DE PRIMEIRAS LETRAS DA FREGUESIA DO RIACHÃO DE JACOBINA - 1869</b>	<b>316</b>
<b>ANEXO K – FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO EXPEDIDO PELO JUIZ SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA</b>	<b>317</b>
<b>ANEXO L – FAC-SÍMILE DA DECLARAÇÃO ENCAMINHADA AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ENCAMINHADA PELO PROFESSOR ESTANISLÃO JOSÉ GOMES, EM 1833.</b>	<b>318</b>
<b>ANEXO M – FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO ENCAMINHADO AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA EM QUE O PROFESSOR JOÃO FRANCISCO DE BARROS SOLICITA MOBÍLIA PARA A FREGUESIA DE MORRO DO CHAPÉU (1848)</b>	<b>319</b>
<b>ANEXO N– FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO PRODUZIDO PELO JUIZ DE DIREITO SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA COMARCA DE JACOBINA (1845)</b>	<b>320</b>
<b>ANEXO O– FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO INFORMANDO O NÚMERO DE ESCOLAS NA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA (1834)</b>	<b>321</b>
<b>ANEXO Q- NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS ADOTADAS PELO PHPB</b>	<b>323</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta Tese de Doutorado tem como objetivo verificar como se deu a difusão do escrito na Vila de Santo Antônio da Jacobina-Bahia, no século XIX (1827-1860). Assenta-se na linha de pesquisa *Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita*, na perspectiva da escolarização, com enfoque no ensino de língua portuguesa no Brasil.

O Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), da Universidade Federal da Bahia, dentre a sua agenda de pesquisas, tem o propósito de reconstruir a sócio-história do português brasileiro. Um dos projetos desenvolvidos, no âmbito desse programa, é a História da Cultura Escrita no Brasil – HISCULTE. Esse projeto se desdobra em nove campos de investigação, dentre eles, o *Campo 6: Língua portuguesa, escolarização e suas interfaces*, o qual tem como objetivo principal “analisar o desenvolvimento do processo de escolarização do ensino da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial”. Relacionam-se, a esse, outros objetivos como o de “avaliar os métodos e os instrumentos pedagógicos disponíveis para o período referido em relação ao estudo da língua portuguesa”, também o de “focalizar as políticas públicas para a educação relativas a espaços para o ensino, a professores, a alunos” e outro que implica na verificação de “aspectos que envolvem a relação entre escolarização e questões demográficas, tais como a ocupação do solo e a mobilidade social” (HISCULTE, 2014). É nesse campo de investigação que se situa este estudo.

A partir das formulações de Antônio Houaiss (1985)<sup>1</sup> sobre os requisitos que ainda não foram preenchidos para a elaboração de uma história do português brasileiro, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 33) afirma que duas das vias possíveis de pesquisa precisam de muita investigação, das quais “a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias”. A autora reitera que a demografia histórica e a escolarização no Brasil se constituem aspectos da sócio-história do Brasil essenciais para que “se compreenda, explicita e interprete a heterogeneidade dialetal brasileira”. Para isso, é necessário que se faça um estudo abrangente e sistemático a partir do levantamento e investigação de fontes históricas de diversas naturezas. Mattos e Silva (2004, p. 130) assinala que, cruzando-se dados sobre a escolarização no Brasil

---

<sup>1</sup>Antonio Houaiss publicou um ensaio intitulado “O português no Brasil”, no ano de 1985, no qual aponta cinco vias de investigação que possibilitariam a elaboração de uma história da língua portuguesa no Brasil.

colonial e pós-colonial com os da demografia histórica e os da mobilidade social, será possível compreender o domínio do português popular no Brasil.

Assim, na medida em que se analisam documentos que revelam objetos e modos de circulação da cultura escrita na Vila de Jacobina, no início do século XIX, em contexto de escolarização; identificam-se e se descrevem práticas de leitura e escrita, métodos e instrumentos pedagógicos; caracterizam-se os sujeitos envolvidos nessa prática, considerando também os aspectos étnico-demográficos e a sua relação com a escolarização, este trabalho visa contribuir para a reconstituição da história social linguística do Brasil que, pela vastidão de seu território, possui muitas fontes desconhecidas ou ainda pouco exploradas, especialmente relacionadas às pequenas cidades, vilas e povoados.

Ao se definir, como *lócus* investigativo, a Vila de Santo Antônio da Jacobina, localizada no sertão baiano, consideraram-se, em primeiro lugar, os aspectos sócio-históricos que a caracterizam. Isso porque, do século XVII ao século XIX, essa vila foi constituída por povos de diferentes grupos linguísticos, vindos de várias localidades, que foram em busca de ouro e de metais preciosos nas minas descobertas, assim como em função das atividades relacionadas à criação de gado *vacum*; sediou missões jesuítas e franciscanas; tornou-se uma vila com prestígio econômico e social, já registrando, no início do século XIX, Aulas de Gramática Latina e de Primeiras Letras. É evidente, portanto, que, nesse cenário de desenvolvimento, a escrita tenha ganhado seu lugar nas diversas relações ali estabelecidas, em especial, no contexto de escolarização. Um segundo fator considerado para a definição do *lócus* desta pesquisa diz respeito à rarefação de trabalhos relacionados à instrução pública no período colonial e imperial, na Vila de Jacobina, apesar da existência de fontes e documentos de diversas naturezas, datados e localizados, no arquivo público municipal e estadual, os quais são reveladores do cotidiano da Vila. E, por fim, essa decisão é atravessada pelo desejo de conhecer melhor aspectos que revelem a história de Jacobina, especialmente relacionados à difusão do escrito.

Para a definição do recorte temporal desta Tese, adotou-se como referência o ano de 1827, quando da promulgação da primeira Lei Geral do Império relativa ao Ensino Elementar, que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e povoados mais populosos. A partir dos documentos levantados, foi possível avançar até 1860, de modo que se delimitou, assim, o período em que se debruça esta investigação.

Esse contexto, aliado ao intento de apontar dados reveladores sobre a penetração da língua escrita no interior baiano, fez emergir os seguintes questionamentos: como se deu a difusão do escrito na Vila de Santo Antônio da Jacobina, no século XIX, considerando o fator escolarização? Quais eram os objetos e os modos do escrito no contexto escolar, na Vila de

Jacobina, naquele período? Como se caracterizavam os sujeitos que faziam uso das práticas de leitura e escrita em contextos escolares? E, ainda, como se configuraram e se estabeleceram as práticas e representações a respeito do escrito na Vila de Jacobina no século XIX? Destarte, para responder a essas questões, foi necessário fazer uso de elementos teórico-metodológicos que estabelecem o diálogo com diversas áreas, como: a *História da Cultura Escrita*, que se caracteriza como uma subespecialidade da *História Cultural*, a *História Social Linguística* e a *História da Educação*.

Trata-se de uma pesquisa histórica, de natureza qualitativa, com elementos quantitativos. O cerne desta pesquisa é documental, cujos dados foram coletados em fontes historiográficas primárias. É necessário esclarecer que o conceito de documento adotado corresponde a: “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67). Sendo assim, para tornar a pesquisa exequível, fez-se necessário buscar documentos que evidenciassem sujeitos, modos e objetos relacionados ao contexto escolar, naquele período. Por isso, para procedermos à coleta de dados, recorreremos principalmente ao Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Seção Colonial e Provincial, em que foram localizados os seguintes documentos relativos à instrução pública na Vila de Santo Antônio da Jacobina, nas décadas de 1820 a 1860: relatórios de inspetores, cartas produzidas por presidentes das câmaras de ensino, por juízes e por inspetores, a respeito da instrução pública, bem como mapas de frequência elaborados pelos professores das aulas públicas, sendo estes o principal *corpus* a ser analisado neste estudo.

De igual modo, realizaram-se consultas aos relatórios dos presidentes das províncias e relatórios dos diretores de estudo, por meio do portal do *Center for Research Libraries* (CRL)<sup>2</sup>. Outros documentos igualmente importantes foram localizados na Biblioteca Digital da

---

<sup>2</sup>O CRL se constitui numa associação de bibliotecas e colégios dos Estados Unidos, cujo propósito é recolher, preservar e disponibilizar jornais, revistas, documentos, arquivos por meio eletrônico. Possui imagens digitais referentes a publicações emitidas pelo Governo do Brasil, no período compreendido entre 1821 e 1993. Os documentos estão disponibilizados para consulta *online* e organizados de acordo com as datas e as províncias, dispõe ainda do recurso de busca por categorias, dentre elas, educação. Para atender aos nossos propósitos, restringimos a nossa busca à província da Bahia, com o recorte temporal de 1827 a 1860. Os documentos podem ser consultados em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>.

Fundação Biblioteca Nacional<sup>3</sup>, além de outras bibliotecas digitais<sup>4</sup>, o que tornou possível ter acesso a obras didáticas, Leis e Resoluções, artigos e teses produzidos por pesquisadores de diversas instituições.

Para apresentar os resultados do nosso estudo, esta Tese estrutura-se em seis seções. Seguida da Introdução, tem-se a segunda seção, intitulada *De história em história: a definição do campo historiográfico*, na qual são apresentadas as principais abordagens teórico-metodológicas que fundamentam o campo de estudo da História da Cultura Escrita e sua relação com a História Cultural e a História da Educação, como cruzamento de áreas que podem se integrar no projeto de reconstrução da história social do português brasileiro. A respeito da História Cultural, julgou-se necessário abordar o universo conceitual que caracteriza este campo historiográfico, com base nos estudos de autores como Peter Burke (1992) e das reflexões de José D'Assunção Barros (2004; 2005; 2011). Em seguida, a respeito das ideias que fundamentam o campo que tem se constituído como História da Cultura Escrita, recorreu-se aos estudos do paleógrafo italiano Armando Petrucci (1999), cujos questionamentos contribuem para a desconstrução do método tradicional da paleografia, aos estudos realizados por Antonio Castillo Gómez (2003) e Roger Chartier (2002), cujas reflexões possibilitam a consolidação deste novo campo de investigação. Por fim, com o propósito de mostrar como se deu o processo de escolarização no Brasil, no período posterior à reforma empreitada por Pombal, especialmente no século XIX, lançamos mão de diversos estudos que compõem a sua História da Educação.

Entendemos ser necessário abordar aspectos da sócio-história da Vila de Santo Antônio da Jacobina para que se possa melhor compreender os dados de escolarização levantados, por isso *O sertão das Jacobinas: um ignoto* compreende a terceira seção, a qual se caracteriza por apresentar elementos que evidenciam o processo de formação da Vila de Santo Antônio da Jacobina, sua ocupação territorial, o povoamento no sertão das Jacobinas e dados demográficos. Para isso, foi importante o trabalho do memorialista Afonso Costa (1916), intitulado *Minha*

---

<sup>3</sup> Através do endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> tivemos acesso aos Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA) – 1823-1889, que apresentam dados referentes às Cadeiras de ensino, relação dos professores, gratificações, ordenados e outras observações referentes à instrução pública em diversas localidades e a jornais publicados na Bahia, durante o período imperial, a exemplo do *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e literário (BA) – 1836-1849*, onde constatamos uma discussão a respeito do projeto de criação de uma cadeira para meninas na vila de Jacobina.

<sup>4</sup> Algumas bibliotecas também disponibilizam obras completas para download, como a Biblioteca Digital da PUC, em que localizamos a *Corographia Brazilica*, de Aires de Casal, Biblioteca Digital Luso-Brasileira e Repositório Institucional da Universidade de Santa Catarina, nos quais foram identificados manuais pedagógicos. Também o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB, que dispõe de aproximadamente treze mil volumes, além de cerca de cem coleções de periódicos, com o objetivo de contribuir para elevar o nível de excelência da pesquisa realizada em instituições universitária.

*terra (Jacobina de antanho e de agora)*, publicado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, em que são apresentados aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos do município jacobinense. De igual modo, recorreu-se a diversos trabalhos produzidos por historiadores que evidenciam o processo de ocupação do sertão baiano, a descoberta e a exploração dos minérios, a abertura de estradas e a população da Jacobina no século XIX.

Os estudos trazidos pelas seções seguintes representam o núcleo desta tese, em que são analisados os dados extraídos dos documentos consultados, os quais revelam como se constituiu o processo de difusão do escrito no contexto da escolarização, na Vila da Jacobina. Assim, na quarta seção *Instrução pública de Primeiras Letras no sertão de Jacobina*, são apresentadas as condições de trabalho dos professores da Vila, no que concerne às exigências, queixas e disposições legais referentes ao ofício do magistério. Nesse caso, o acesso a correspondências expedidas pela Câmara Municipal de Jacobina, bem como a resoluções, decretos e relatórios dos presidentes da província da Bahia, sobre a instrução pública, embasaram as discussões e análises ali depreendidas.

Na seção cinco, denominada *Perfil dos alunos e das alunas nas aulas públicas da Vila de Santo Antônio de Jacobina – 1830-1840*, são analisados os mapas de frequência produzidos pelos professores da Vila de Santo Antônio da Jacobina, mais propriamente na década de 1840. Com base nos dados colhidos nesses documentos, foi possível delinear o perfil dos sujeitos que frequentavam as aulas públicas primárias daquela Vila, uma vez que se realizou o levantamento das características atribuídas pelo professor com respeito à cor/etnia e à idade dos discípulos e discípulas inscritos naquelas aulas, e ainda a sua posição socioeconômica a partir da definição sobre a ocupação/profissão dos pais. Ademais, ainda nessa seção, foi possível analisar aspectos que dizem respeito à avaliação pedagógica dos(as) estudantes, especialmente no que se refere ao processo de aprendizagem da escrita, da leitura e da gramática. Muitos dados foram organizados em forma de gráficos, tabelas e quadros com a finalidade de promover análise e interpretação profícuas.

A seção seis *Aulas de gramática latina e os manuais escolares: um pouco mais sobre a cultura do escrito na Vila de Jacobina* traz duas abordagens que agregam importantes informações sobre a instrução pública na Vila de Santo Antônio da Jacobina. A primeira trata das Aulas Avulsas de Gramática Latina, que eram oferecidas na sede da vila, na primeira metade do século XIX. Do que foi possível entrever a partir dos mapas de frequência produzidos pelo professor João Longuinho de Sousa, discutiu-se sobre o currículo, o ofício do magistério e o perfil dos estudantes que frequentavam aquelas aulas. A segunda abordagem diz respeito aos manuais escolares que circulavam nas escolas públicas de primeiras letras, segundo

documento expedido pelo Juiz de Direito Antonio Saraiva, no ano de 1850. Desse modo, analisamos os títulos referidos pelo juiz, considerando não apenas o conteúdo e a natureza das obras, mas, sobretudo, ideologia e valores difundidos nos textos que circulavam nas escolas primárias, no período imperial. Para cumprir esse propósito, recorreremos a outros documentos, como: correspondências, regulamentos e relatórios, observando as condições sócio-históricas que determinam não apenas a existência do livro, como também o uso.

Seguem ainda as *Considerações finais*, as *Referências*, os *Apêndices* e os *Anexos*. Nos *Apêndices* são apresentadas as transcrições, em versão semidiplomática, dos mapas de frequência e de algumas correspondências analisadas nesta Tese. Foram anexadas também as normas de edição de texto utilizadas na edição dos manuscritos, os quais são propostos pelo PROHPOR assim como fac-símiles de documentos citados neste trabalho.

É evidente que a rarefação de documentos sobre a instrução pública na Vila de Santo Antônio da Jacobina, que se dá em função das condições de arquivamento dos manuscritos, impõe limites à nossa discussão, mas o que foi possível localizar nos oferece pistas referentes às práticas educativas ocorridas naquela localidade, no período de 1827 a 1860. Desse modo, ao apresentar dados sobre o processo de escolarização aliado às questões sociais e demográficas, esta tese poderá contribuir para a composição da História Social da Cultura Escrita no Brasil e para recuperação da sócio-história linguística do português brasileiro.



## **2 DE HISTÓRIA EM HISTÓRIA: A DEFINIÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO**

Nesta seção serão apresentadas as principais abordagens teórico-metodológicas que fundamentam o campo de estudo da História da Cultura Escrita, assim como aspectos da História da Educação no Brasil colonial e pós-colonial, trazendo, principalmente, dados sobre a província da Bahia, no século XIX.

### **2.1 HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA E OUTRAS HISTÓRIAS: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

Ao tratar do campo da história, José D'Assunção Barros (2004, p. 7) declara ser uma tarefa quase impossível definir um único campo em uma prática ou abordagem historiográfica, tendo em vista que a história possui várias modalidades ou subespecialidades, as quais, quase sempre, mantêm entre si uma ligação de saberes, uma interconexão que as aproxima em diversos aspectos.

Essa fragmentação sofrida pela História, assim como por diversas áreas do saber, implica numa confusão de classificação e organização do campo quando os critérios não estão claramente definidos. Assim, segundo Barros (2004, p. 20), com o objetivo de se ter melhor compreensão a respeito dos campos da história, é necessário que se faça a distinção entre: 1) as diversas dimensões, que corresponderiam ao tipo de enfoque utilizado, como História Política, História Demográfica, História Cultural etc.; 2) as abordagens, considerando fontes, métodos e campos de observação, por exemplo, História Oral, História Serial, História Quantitativa; e 3) o domínio, ou seja, a área de interesse em que se encontram os sujeitos ou objetos definidos pelo pesquisado, se História da Arte, História da Religião, História do Direito, dentre outras tantas.

É importante salientar, conforme Barros (2004), que um trabalho historiográfico pode relacionar-se a qualquer dimensão, abordagem ou domínio, possibilitando diferentes combinações. As dimensões não são limitadas, podem resultar da relação com outras dimensões já existentes, com outras disciplinas, ou mesmo em oposição a elas. O autor ressalta ainda que as classificações são importantes para que se tenha clareza quanto aos propósitos e às abordagens definidos pelo pesquisador, entretanto, não podem determinar os limites da pesquisa, nem servir para justificar omissões, pois, segundo ele:

[...] definir o ambiente interdisciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de autoconhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento intradisciplinar (BARROS, 2004, p. 17).

É, pois, partindo da premissa de que este trabalho se assenta em um campo interdisciplinar, que pretendemos apresentar, nesta seção, o universo conceitual que fundamenta não apenas a História da Cultura Escrita, como também a História Cultural e a História da Educação, com a qual mantém um diálogo necessário. Com isso, definimos apenas os “pontos de partida mais significativos”<sup>5</sup> que conduzem às discussões e análises realizadas.

Foi somente a partir da segunda metade do século XX, que a *História Cultural* se tornou um campo mais preciso e evidente, caracterizando-se por fazer uso da multiplicidade de objetos, relacionar-se com diversas áreas e se utilizar de diferentes abordagens. De acordo com Lynn Hunt (1992), entre as décadas de 1920 e 1950, ascenderam novos tipos de história influenciados por dois paradigmas: o *Marxismo* e a *Escola dos Annales*. O primeiro caracterizado pelo interesse de historiadores marxistas pela história social, passando a publicar obras que tematizavam a vida cotidiana das classes populares: operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres, evidenciando o abandono dos relatos históricos de líderes políticos e instituições. O segundo paradigma teve uma influência mais estreita na constituição da *Nova história*, que se contrapunha aos paradigmas da historiografia tradicional centrada nos grandes feitos dos grandes homens.

A *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico que teve sua origem na publicação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*<sup>6</sup>, cujo objetivo era combater a produção historiográfica predominante nos séculos XIX e XX, propondo uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social, rejeitando a ênfase em política. Tendo sido fundada, em 1929, na França, por Marc Bloch e Lucien Febvre, a revista ganhou prestígio internacional enfatizando a história cultural, suplantando a biografia e a história religiosa. (HUNT, 1992). Esse movimento é dividido em três fases, ou gerações, representadas por

---

<sup>5</sup> Cf. Barros (2004, p. 17)

<sup>6</sup> A revista recebeu seu nome atual: *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, em Paris, no ano de 1946.

historiadores que, de algum modo, estão imbuídos em um propósito que os aproxima: o de se produzir uma Nova História Cultural<sup>7</sup>.

Sem pretensão alguma de descrever a obra dos *Annales*, como se propôs Peter Burke (1997)<sup>8</sup>, destacaremos, tão somente, as ideias diretrizes do movimento que influenciam na produção dos trabalhos historiográficos, na perspectiva de autores contemporâneos.

José D'Assunção Barros (2005)<sup>9</sup>, ao discutir alguns aspectos relacionados à História Cultural, na perspectiva de Roger Chartier, afirma que a principal contribuição dessa nova história foi o acréscimo de outros objetos e possibilidades de pesquisa. Contrariando a ideia de uma única cultura, fala-se de pluralidades de culturas. Não se restringe, portanto, apenas à análise da cultura literária e artística, oficialmente reconhecidas, como outrora entendiam os historiadores da cultura, visto que estes não reconheciam nas ações da vida cotidiana a imersão no mundo da cultura. Até o século XIX, a noção de cultura era restrita e se caracterizava como elitista, ou ao que se denomina “alta cultura”, que, na verdade, é apenas uma parte da História Cultural.

Ao analisar os objetos da História Cultural, Barros (2004) ressalta que estes estão relacionados à cultura letrada (não apenas, mas também), à cultura material e à cultura popular. O autor constata ainda que os eixos de interesse dos historiadores da cultura no século XX debruçam-se sobre: os sujeitos, relacionados a quaisquer funções sociais e agências de produção e recepção dos mais intelectuais às massas consumidoras; os meios de produção e recepção dos produtos culturais e os padrões.

Em seu artigo intitulado *A nova história cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos*, José D'Assunção Barros (2011) enfatiza que a História Cultural mantém diálogos com outros campos do saber, dentre eles, a Antropologia e a Linguística, o que a caracteriza como interdisciplinar. Acrescenta, ainda, “que todo objeto historiográfico entretece-se no cruzamento não de um, mas de alguns campos historiográficos que ajudam a constituir-los” (BARROS, 2011, p. 46).

De acordo com o historiador José Carlos Reis (2000, p.77), a proposta de ampliação do arquivo do historiador partiu de Lucien Febvre, para quem deveriam ser utilizados também

---

<sup>7</sup> Segundo Burke (1997, p. 132), a expressão Nova História Cultural “foi popularizada pelo livro *La nouvelle histoire* (1978), editado por Jacques Le Goff e outros, mas já havia sido reivindicada, anteriormente, para os *Annales*. Braudel havia falado de uma história nova em sua aula inaugural no Collège de France (1950)”.

<sup>8</sup> Em *A História dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*, Burke (1997, p. 12) se propõe a “descrever, analisar e avaliar a obra da escola dos *Annales*”, por meio de um estudo histórico, organizado cronologicamente. É possível compreender as abordagens historiográficas e os diversos embates envolvendo as questões metodológicas e as perspectivas temáticas de cada uma das obras analisadas por ele.

<sup>9</sup> BARROS, J.A. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n.1 (2005), p. 125-141.

outros gêneros e suportes textuais, tais como poemas, materiais arqueológicos, imagens, e não somente os documentos oficiais, de cunho jurídico e estatístico. O fato é que esse leque de possibilidades de objetos e fontes de pesquisa revolucionou o campo historiográfico.

Tais ideias coadunam com a conclusão de Burke (1997, p. 126), ao afirmar que “a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas”. Nesse sentido, os estudos culturais têm, nas últimas décadas, se constituído em um campo historiográfico interdisciplinar que se caracteriza pela pluralidade, multiplicidade e complexidade de seus objetos.

Ao analisar *A Escola dos Annales*, numa perspectiva científica, Reis (2000, p. 23) reitera o pensamento de que “os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas”. Há esforços para responder às lacunas e aos silêncios das fontes. Nesse sentido, foram utilizados documentos diversos, não apenas os ofícios, editais, cartas oficiais, mas escritos de diversos tipos e das diversas áreas das ciências sociais, como a Antropologia, a Economia, a Arqueologia, o Direito, empregando-se técnicas igualmente diversificadas para o tratamento dessas mais complexas e sofisticadas fontes. O autor concorda que a interdisciplinaridade foi uma das principais propostas dos *Annales*, aproximando-se das ciências sociais. Entretanto, acrescenta que ela só foi possível devido a uma nova representação do tempo, que passou a ser visto não mais como linear, progressista. Essa perspectiva constitui-se na grande mudança epistemológica trazida pelo movimento.

Ao tratar do campo de análise, Reis (2000, p. 23) esclarece que a história sofreu uma mudança de perspectiva, visto que deixou de enfatizar a história acontecimental, “vista de cima” que revelava o particular, individual e singular, passando a interessar-se pelo não-acontecimental. O movimento dos *Annales* define um novo campo de pesquisa, que se caracteriza pela amplitude e diversidade. Quanto às técnicas e métodos, houve a renovação do fazer história, que implicou na mudança do conceito de fonte histórica. Ainda analisando a renovação teórico-metodológica da história, Reis (2000, p. 24) revela que, em resposta ao pressuposto de que “sem documentos não há história”, conforme Langlois e Seignobs<sup>10</sup>, para os *Annales*, “sem problema não há história”. Desse modo, conclui o autor, o que dá origem à pesquisa não é o documento, mas o problema, o qual vai orientar a seleção dos documentos. É por meio de problemas e hipóteses que a realidade histórica é apreendida, mediante análise, interpretação e construção dos dados, o que representou a grande renovação teórica trazida por

---

<sup>10</sup> Autores da obra francesa *L'introduction aux études historiques*, publicada em 1898, a qual influenciou grandemente a produção de trabalhos historiográficos de concepção positivista, inclusive no Brasil.

esse movimento, ou seja, a história-problema. A história, portanto, rompe com a narração, visto que reconhece ser impossível narrar os fatos tal como aconteceram.

É importante ressaltar algumas constatações apontadas no trabalho de Reis (2000, p. 25) a respeito da *Escola dos Annales*. O autor mostra que, nessa perspectiva de se fazer história, o historiador não se apaga na pesquisa. Ele “aparece e confessa seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e os modos como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala”. Nesse sentido, evidencia-se a intersubjetividade presente na pesquisa histórica. Esclarece, ainda, que ocorre um rompimento com a narração, por entender o texto histórico como o “resultado de uma explícita e total construção teórica”. O problema sustenta a problemática, que leva o historiador ao passado. O problema define a periodização, que agora é temática. A pesquisa histórica é uma reconstrução temporal, sob a influência do presente, mas não reconstitui o passado, não é uma representação teleológica do tempo histórico.

Todos os aspectos apontados dão mostras de como esse novo campo de estudos alterou conceitos, possibilidades e modos de se analisar a história. A Nova História Cultural é, pois, uma tendência historiográfica contemporânea cujo objetivo, conforme o historiador francês Chartier (1990, p. 16-17), é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. No âmbito da sua proposta de análise teórico-metodológica, algumas noções interpretativas foram desenvolvidas por ele, especialmente as ideias de representação, prática e apropriação.

Tal perspectiva fez surgir uma variedade de objetos, possibilitando o diálogo com diversas áreas do conhecimento. O interesse pelo estudo da cultura escrita e da leitura, enquanto práticas culturais, surge desse contexto, desencadeando uma série de questões que visam investigar quais os modos pelos quais grupos sociais, indivíduos e famílias tiveram participação nas culturas do escrito. Para isso, não bastavam apenas os documentos oficiais, mas deveriam examinar uma variedade maior de evidências, sendo elas visuais ou orais. A narrativa, o depoimento, a entrevista, o livro, o diário, as memórias, passaram a ser objeto de investigação, além de diversos espaços, como a escola, a biblioteca, os arquivos, as bancas de revistas, as livrarias, as cafeterias etc., com o intuito de responder aos questionamentos que tomavam, agora, o homem comum como sujeito da pesquisa.

No contexto das fragmentações sofridas pela nova historiografia, conforme mencionado anteriormente, e, como uma subespecialidade da Nova História Cultural, é que se tem constituído a *História da Cultura Escrita*. Essa área do saber, na qual este trabalho está inserido, é definida por Antonio Castillo Gómez (2003, p. 107) como “[...] una forma de historia cultural

centrada especificamente en los objetos escritos y en los testimonios, de cualquier índole, que conciernen a sus distintos usos y a sus varias funciones”<sup>11</sup>. É sobre ela que esboçaremos algumas considerações a seguir.

Ao realizar uma análise da trajetória seguida pela Cultura Escrita, com o intuito de esclarecer seus papéis e limites, Castillo Gómez (2003) mostra como o olhar a respeito da escrita foi se alterando ao longo do tempo. Segundo o autor, até as décadas de 1950 e 1960, as investigações sobre a escrita limitavam-se à medição e à classificação, sem qualquer preocupação com o contexto social em que era produzida. Os primeiros questionamentos e incertezas ocorreram com o advento das comunicações de massa, quando linguistas, antropólogos, historiadores e paleógrafos, como Marcel Cohen<sup>12</sup>, V. A. Istrin<sup>13</sup>, Alexander Gieystor e Istvan Hajnal<sup>14</sup>, apontaram para a relação entre a escrita e a sociedade. Vale destacar que foi com o historiador romano Sigismund Jakó<sup>15</sup>, por ocasião do X Congresso Internacional de Ciências Históricas, em 1955, que tais ideias ganharam notoriedade. Para este autor, a Paleografia<sup>16</sup> deveria ocupar-se também do uso da escrita, a qual passaria “[...] de una disciplina empírica de la escritura, tal como há sido concebida hasta hoy, en una historia de la escritura en la acepción más amplia del término”<sup>17</sup> (PETRUCCI, 1999, p. 5-6 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.100). É relevante destacar que o antropólogo Jack Goody, em 1962, declarou achar estranho a “[...] poca atención que se há prestado ala influencia ejercida por la escritura en la vida social de la humanidad”<sup>18</sup> (GOODY, 1985, p. 11 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 101), contribuindo, dessa forma, para que se consolidasse uma concepção de estudo que atentasse para as consequências sociais da escrita.

<sup>11</sup> “[...] uma forma de história cultural centrada especificamente nos objetos escritos e nos testemunhos, de qualquer tipo, que diz respeito a seus diferentes usos e a suas várias funções” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 107, tradução nossa).

<sup>12</sup> Declarou que “El uso de la escritura está em función de su utilidade en una sociedad dada” (COHEN, 1953 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 99).

<sup>13</sup> Advertiu sobre “las necesidades sociales de escritura, unidas estrechamente al desarrollo de toda la sociedad, condicionan las leyes históricas del desarrollo de la escritura” (ISTRIN apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 99).

<sup>14</sup> Para quem, “la escritura, al igual que las otras formas de civilización, es un medio nacido del conjunto de la sociedad: su porvenir depende del carácter sistemático de su penetración en la sociedad” (GIEYSTOR; HAJNAL apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 99).

<sup>15</sup> Para ele, a Paleografia teria “un papel independiente e importante en el terreno de la clarificación de las relaciones de la sociedad con la cultura” (JAKÓ, 1955 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 99).

<sup>16</sup> A Paleografia nasce no final do século XVII com uma metodologia essencialmente pericial para a leitura, transcrição, datação, identificação e classificação das escrituras.

<sup>17</sup> “[...] de una disciplina empírica da escrita, tal como tem sido concebida até hoje, para uma história da escrita numa concepção mais ampla do termo” (PETRUCCI, 1999, p. 5-6 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.100, tradução nossa)

<sup>18</sup> “[...] pouca atenção que se tem prestado à influência exercida pela escrita na vida social da humanidade” (GOODY 1985, p. 11 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 101, tradução nossa).

De igual modo, os trabalhos desenvolvidos inicialmente por Henri-Jean Martin<sup>19</sup>, Roger Chartier e Daniel Roche<sup>20</sup>, historiadores da terceira geração dos Annales, ajudaram a definir os rumos do que seria esse campo de investigação, pois, ao tomarem o livro e a leitura como novos objetos de estudos, instituíram novos métodos e fontes.

Nessa conjuntura, pressupõe-se uma aproximação dos estudos sobre a história da escrita e a história do livro e da leitura, no sentido de investigar tais abordagens, não de forma separada, mas como elementos que convergem para uma compreensão maior sobre os modos de inserção e uso da escrita e da leitura, considerando os aspectos socioculturais que os caracterizam. Castillo Gómez (2003, p.97) ressalta que é difícil estabelecer um momento que determine a fundação da disciplina, entretanto, defende que foi a partir da segunda metade da década de 1990, nesse contexto de convergências de áreas, que o termo História da Cultura Escrita se tornou reconhecido, como:

[...] fruto de uma triple conjunción: historia de las normas, capacidades y usos de la escritura; historia del libro y, por extensión, de los objetos escritos (manuscritos, impresos, electrónicos o encualquier outro soporte); e historia de las maneras y prácticas de la lectura. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 97-98).<sup>21</sup>

Para melhor definir a área, Armando Petrucci (2003, p. 9), de forma esclarecedora, declara aquilo que não corresponde ao campo conceitual da História da Cultura Escrita. Segundo ele, “[...] no es a historia del libro o del documento; no es historia de los textos; no es historia de la cultura intelectual; no es historia de las culturas subalternas; tampoco es, stricto iure, historia de la escritura o de las escrituras”<sup>22</sup>. Em contraposição, é uma história sempre renovada pela investigação dos fragmentos escritos do passado, analisando-se seus processos e práticas de produção e uso, levando-se em conta os aspectos antropológicos e sociológicos mais significativos.

<sup>19</sup> Em 1958, Martin trabalhou com Febvre na “elaboração geral da invenção e expansão da impressão”, intitulado *L'Apparition du livre*. Na década de 1960, desenvolveu um estudo quantitativo sobre o comércio do livro e o público leitor francês do século XVIII e participou de projetos coletivos sobre a história do livro na França, juntamente com Chartier (BURKE, 1990, p. 92).

<sup>20</sup> Daniel Roche dedicou um capítulo do livro publicado por ele *Le peuple de Paris*, na década de 1970, para analisar a leitura de grupos parisienses de classes inferiores, com base, principalmente, em inventários *post mortem*. (BURKE, 1990, p. 92-93).

<sup>21</sup> “[...] fruto de uma tríplice conjunção: história das normas, capacidades e usos da escrita; história do livro e, por extensão, objetos escritos (manuscritos, impressos, eletrônicos ou qualquer outro suporte); e história dos modos e práticas de leitura” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 97-98, tradução nossa).

<sup>22</sup> “[...] não é a história do livro ou do documento; não é a história dos textos; não é a história da cultura intelectual; não é a história das culturas subalternas; tampouco é a história da escrita ou dos escritos” (PETRUCCI, 2003, p. 9, tradução nossa).

A História da Cultura Escrita se apresenta como uma forma específica de história cultural, cujo objetivo é a interpretação das práticas culturais de leitura e escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003). Essa perspectiva confere à escrita pleno valor como categoria de análise histórica, cujos estudos debruçam-se para as consequências sociais e culturais da apropriação e disseminação do código escrito, não se restringindo à descrição de um documento, livro ou qualquer testemunho escrito, nem tampouco a ações mecânicas desprovidas de qualquer implicação social, uma vez que:

En suma, el proyecto que sostiene la historia de la cultura escrita transcende la consideración de la escritura como un mero sistema gráfico para interrogarse principalmente por sus distintas funciones y las consiguientes prácticas materiales, siempre en referencia a las respectivas sociedades históricas y teniendo en cuenta que en cada momento la sociedad ha estado formada por alfabetizados y analfabetos. Por esa razón, la cultura escrita encuanto práctica social nos sunerge en una aventura tan apasionante como la de reconstruir, a partir de los propios testimonios escritos y sin obviar su análisis formal, el significado y el uso que le han dado las respectivas sociedades a lo largo del tiempo (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96)<sup>23</sup>.

Em seu trabalho, Petrucci (2003) apresenta reflexões e propostas a respeito da ciência do escrito, estabelecendo, assim, elementos que favorecem a definição da área e apontam caminhos ao pesquisador que se propõe a desenvolver trabalhos a esse respeito. Assim, ao citar o francês Jean Mallon (1952 apud PETRUCCI, 2003, p. 8), para quem a paleografia “deve ocupar-se dos monumentos gráficos de todo tipo e natureza e, em cada um dos casos, de modo total”, e, considerando-se a diversidade e imensidão de materiais do escrito, Petrucci (2003) concorda com o autor quando diz que, a esse respeito, é possível, apenas, “vagabundear” pelo escrito e, daí, “trazer algo consigo”.

Considerando a declaração de Petrucci, ao afirmar que a História da Cultura Escrita não pode ser construída à margem da Paleografia, conforme citam Castillo Gómez e Sáez (1994, p. 164), entendemos que, no contexto deste trabalho, será necessário mostrar como se deu o desenvolvimento desta disciplina, que se caracteriza, hoje, como ciência indispensável ao pesquisador da história da cultura escrita.

---

<sup>23</sup> “Em suma, o projeto que sustenta a história da cultura escrita transcende a consideração da escrita como um mero sistema gráfico para questionar principalmente por suas diferentes funções e as práticas materiais, sempre em referência às respectivas sociedades históricas e considerando que em cada época a sociedade é formada por alfabetizados e analfabetos. Por essa razão, a cultura escrita, enquanto prática social, nos fornece uma aventura tão emocionante como a de reconstruir, a partir dos próprios testemunhos escritos e sem esquecer sua análise formal, o significado do uso que as respectivas sociedades têm dado ao escrito ao longo do tempo” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96, tradução nossa).



A Paleografia compreendia basicamente “[...] un médio de lectura de escrituras difíciles e inusuales y um instrumento de peritación y análisis para la crítica histórica y textual”<sup>24</sup> (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 24). No entanto, conforme mostram Castillo Gómez e Sáez (1994; 1999), desde o século XIX, diversos autores reivindicavam uma renovação nos estudos paleográficos, que se concretizou na segunda metade do século XX, quando passaram a ser consideradas as relações estabelecidas entre a escrita e a sociedade. Com a nova dimensão dada aos estudos da escrita, essa disciplina passou a adotar uma perspectiva de análise mais qualitativa, redefine a sua metodologia de trabalho, que passa a ser mais aberta e dinâmica, e se impõe como ciência da escrita. Em decorrência disso,

[...] deja de ser el estudio descontextualizado de los tipos de escritura e pasa a definirse en virtud de la consideración del hecho escrito como un produto sociocultural cuyo estudio e interpretación provee de un conocimiento más rico del pasado y el presente<sup>25</sup> (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 27).

Com isso, são ampliados os objetos de interesse da Paleografia, os seus objetivos e implicações, conforme Armando Petrucci (1992 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 21), que, dentro desta nova ótica, apresenta uma definição ampla, pois a compreende como:

[...] la disciplina que estudia la historia de la escritura (y en particular de la escritura a mano) en sus diferentes fases, las técnicas empleadas para escribir en las diversas épocas, el proceso de producción de los testimonios escritos y, enfin, los produtos mismos de tal proceso, particularmente en su aspecto gráfico, ya se trate de libros, inscripciones, documentos o escritos de naturaleza individual y privada (cuentas, apuntes, cartas, etc)<sup>26</sup> (PETRUCCI, 1992 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 21).

Esse conceito parte da premissa de que um projeto que se insere na História da Cultura Escrita não deve se limitar a responder o “quê”, “como”, “quando” e “onde”, mas deve preocupar-se, também, com a função e a identidade dos sujeitos: “por que se escreve?”, “quem escreve?” (PETRUCCI, 2003, p.8). Assim, postas essas questões, Petrucci (2003) propõe seguir

<sup>24</sup> “[...] um meio de leitura de escritas difíceis e inusitadas e um instrumento de perícia e análise para crítica histórica e textual” (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 24, tradução nossa).

<sup>25</sup> “[...] deixa de ser o estudo descontextualizado dos tipos de escrita e é definida em virtude da consideração do fato escrito como um produto sociocultural cujo estudo e interpretação proporcionam um conhecimento mais rico do passado e do presente” (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 27, tradução nossa).

<sup>26</sup> “[...] a disciplina que estuda a história da escrita (e em particular da caligrafia) em suas diferentes fases, as técnicas usadas para escrever em diferentes períodos, o processo de produção de ensaios escritos e, finalmente, os produtos mesmos de tal processo, particularmente em seu aspecto gráfico, sejam livros, inscrições, documentos ou escritos de natureza individual e privada (contas, notas, cartas etc.)” (PETRUCCI, 1992 apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 21, tradução nossa).

as orientações do método indiciário<sup>27</sup>, considerando, para qualquer tempo histórico, no mínimo, tais questionamentos, que são assim definidos por ele:

**Quadro 1** – Questões de análise propostas por Armando Petrucci

Qué?	En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción.
Cuándo?	Época en que el texto en si fue escrito em el testimonio que estamos estudiando.
Dónde?	Zona o lugar em que se llevó a cabo la obra de transcripción.
Cómo?	Con qué técnicas, con qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto.
Quién lo realizó?	A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era em su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.
Para qué fue escrito ese texto?	Cuál era la finalidad específica de ese testimonio em particular y, además, cuál podía ser em su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir.

Fonte: Petrucci (2003, p. 8).

Na mesma trilha de pensamento, o autor diz que é preciso conhecer os lugares de produção de textos e lugares destinados à sua conservação, pois, para ele, “[...] no existe escritura senespacios de producción y de conservación, no existe escritura sem espacios por ocupar, recorrer, dividir, ordenar o descomponer<sup>28</sup>” (PETRUCCI, 2003, p. 25). É, pois, desse modo, que o pesquisador da História da Cultura Escrita é mobilizado a responder *de onde*. Afirma, também, que a escrita instaura uma relação entre o que escreve e aquele que não escreve. Nesse sentido, “[...] la historia de la cultura escrita también es historia de esta desigualdad, de los modos como fue determinada y administrada por los hechos que la

<sup>27</sup> Segundo Carlo Ginzburg, o método indiciário foi criado pelo médico italiano Giovanni Morelli que, ao observar, nos museus, a atribuição de autoria incorreta de quadros não assinados, produziu uma série de artigos sobre a pintura italiana entre 1874 e 1876, propondo um novo método para distinguir as obras, o qual consistia no exame de elementos mais negligenciáveis e menos comuns e imitáveis nas escolas de arte. Desse modo, conseguiu identificar a forma própria de alguns pintores. O método desenvolvido era semelhante à investigação de um detetive que “descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (GINZBURG, 1989, p.145). Para Ginzburg (1989, p.177), “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

<sup>28</sup> “[...] não há escrita sem espaços de produção e conservação, não há escrita sem espaços para ocupar, atravessar, dividir, ordenar ou se decompor” (PETRUCCI, 2003, p. 25, tradução nossa).

caracterizan, hoy como ayer”<sup>29</sup> (PETRUCCI, 2003, p.27). Citando Giorgio Raimondo Cardona, com quem compactua com a ideia de que a escrita é uma das formas menos igualitárias que existem e ressalta que a sua circulação evidencia as contradições e os desníveis do modelo de sociedade, Petrucci (2003, p. 28) conclui ser inevitável questionar acerca *de quem?* Segundo ele, a difusão do texto escrito na sociedade, as funções, as práticas de produção e o uso podem ser mais bem compreendidos se analisadas as competências dos sujeitos que protagonizam essa escrita. Sendo assim, com o intuito de responder a esse questionamento sobre *de quem*, o autor propõe seis categorias que possibilitariam ao investigador identificar o perfil dos alfabetizados, considerando suas capacidades de escrita e, caso seja possível, também de leitura. Assim, fazendo uso das suas palavras, elaborou-se o quadro a seguir que, de forma sintetizada, apresenta as condições necessárias para cada um dos níveis de classificação.

**Quadro 2** – Classificação dos níveis de alfabetização proposta por Armando Petrucci (2003)

NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO	COMPETÊNCIAS
CULTOS	Dominam todas as tipologias gráficas utilizadas na sociedade a que pertencem; sabem escrever textos em uma ou mais línguas distintas da sua língua materna; têm nível superior.
ALFABETIZADOS PROFISSIONAIS	Possuem capacidade de leitura muito inferior à de escrita; tem competência técnica para utilizar algumas tipologias e técnicas gráficas existentes na sua localidade e no seu tempo; seu grau de instrução é, frequentemente, de nível médio; lê com regularidade, muitas vezes, de forma seletiva.
ALFABETIZADOS INSTRUÍDOS	Possuem capacidade de leitura e escrita de nível médio alto; seu grau de instrução é nível médio alto; lê regularmente e, às vezes, de forma conscientemente seletiva.
SEMIANALFABETOS FUNCIONAIS	Possuem competências gráficas limitadas; escrevem apenas por necessidade e, geralmente, apenas em sua língua materna; Leem pouco, pouquíssimo ou nunca
SEMIANALFABETOS GRÁFICOS	Possuem competência de escrita extremamente reduzida, produzindo textos curtos; Não leem ou, quando o fazem, não compreendem; Possuem baixo grau de instrução.
ANALFABETOS	Não são capazes de ler nem de escrever.

Fonte: Petrucci (2003, p. 28-30).

<sup>29</sup> “[...] a história da cultura escrita também é história desta desigualdade, dos modos como foi determinada e administrada pelos fatos que a caracterizam, hoje como ontem (PETRUCCI, 2003, p. 27, tradução nossa).

Como afirma o autor, com base em fontes apropriadas e técnicas de análise adequadas, é possível ao paleógrafo ou historiador da cultura escrita identificar essas seis categorias supracitadas, não apenas em tempos remotos, como também em situações contemporâneas, de acordo com a capacidade de escrita e, em alguns casos, também de leitura, de cada indivíduo (PETRUCCI, 2003, p. 28).

No tocante à história da alfabetização, AntonioViñao Fraga (1990 apud CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1994, p. 149), com o propósito de definir a área, deixa clara a relação desta com a cultura escrita, quando diz que “[...]la historia de la alfabetización integra la historia de la lectura y escritura, de la producción y distribución, usos y maneras de la cultura escrita, así como las de las relaciones entre oralidad y escritura, culturas orales y culturas escritas<sup>30</sup>.” Em suas proposições, o autor apresenta um conceito bem amplo, pois não é sobre analfabetismo que se intenta estudar, mas alfabetização, numa perspectiva sociocultural, o que significa dizer que se relaciona aos sujeitos envolvidos no processo, os materiais utilizados, os objetivos e as suas consequências.

Os primeiros estudos sobre alfabetização e analfabetismo estavam relacionados ao campo da História da Educação. Dentro dos estudos históricos, trabalhos sobre alfabetização eram escassos, segundo Harvey J. Graff (1981 apud MARTOS GARCIA; VIVAS MORENO, 2010), e podem ser classificados em três categorias: 1) estudo de alfabetização das elites ou grupos especiais; 2) estudos em que os níveis de alfabetização de diferentes populações ou subgrupos são medidos indiretamente e 3) estudos em que a alfabetização é um tema periférico.

Ainda sobre essa questão, Aitana Martos Garcia e Agustín Vivas Moreno (2010, p. 8), em um estudo sobre a cultura escrita e a história da cultura, mostram como o campo histórico relacionado ao estudo do analfabetismo e da alfabetização sofreu alterações nos últimos quarenta anos, passando por três fases. No primeiro momento, limitava-se a uma mera descrição dos fenômenos. Em seguida, com a nova historiografia, foram considerados outros aspectos e variações, como implicações ideológicas, culturais, econômicas etc., devido às relações com novas disciplinas, como história da educação, história da escrita, sociologia, entre outras. Na atual terceira fase, os limites do campo estão sendo ampliados, visto que têm sido considerados elementos relacionados ao mundo da comunicação, da linguagem e do pensamento. As novas análises, a partir da década de 1970, alteraram o foco dos estudos sobre alfabetização, que

---

<sup>30</sup> “[...] a história da alfabetización integra a história da leitura e da escrita, a produção e distribuição, usos e formas da cultura escrita, bem como as relações entre oralidade e escrita, culturas orais e culturas escritas.” (FRAGA, 1990 apud CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1994, p. 149, tradução nossa).

deixaram de enfatizar o analfabetismo e passaram a considerar a riqueza, a variedade e a complexidade que envolve o processo da alfabetização.

Com o enfoque sociocultural nos estudos sobre alfabetização, tem-se um novo tipo de estudo, cuja ênfase recai sobre “[...] las interacciones comunicativas, en los entornos y en sus organizaciones sociales, las instituciones que patrocinan la alfabetización, etc.”<sup>31</sup>(MARTOS GARCIA; VIVAS MORENO, 2010, p. 13). As investigações sobre o que se intitulou *literacidad*<sup>32</sup> levam em conta alguns princípios, dentre os quais, destacam-se:

1) Cualquier escrito está situado en un contexto concreto; 2) El lector no está solo. Vivimos en comunidad: interpretación plural; 3) Cada comunidad tiene sus formas particulares de leer y escribir. El uso del lenguaje varía con el espacio y el tiempo; 4) El significado se origina en la comunidad. Las palabras solo transmiten rasgos muy esquemáticos, que deben completarse en cada comunidad; 5) La literacidad tiene origen social; 6) La literacidad es fenómeno cultural e históricamente situado<sup>33</sup> (MARTOS GARCIA; VIVAS MORENO, 2010, p. 13-14).

Outros aspectos relacionados ao estudo da cultura escrita merecem atenção, no bojo deste trabalho. No que tange à memória escrita, por exemplo, Petrucci (2003, p. 124) conclui que esta é resultado de três tendências distintas presentes em todas as sociedades alfabetizadas: a primeira sinaliza a produção constante da escrita; a segunda diz respeito à conservação da escrita produzida no passado; e a última leva em conta a eliminação do material escrito, do passado ou presente, que é considerado supérfluo. Assim, postos esses princípios, e, levando em conta a imensidão de material escrito que é produzido e conservado, o autor aponta as seguintes categorias da escrita que podem ser consideradas memorativas:

1. Los documentos públicos y privados, emitidos por oficinas publicas designadas a tal fin, o redactados por profesionales públicamente habilitados para ello. Certifican acciones que modifican las condiciones existentes de derecho, fijando sus modalidades, términos y fechas.
2. Los actos de carácter legislativo, administrativo, judicial y fiscal emanados de instituciones públicas centrales o locales según normas establecidas por las

<sup>31</sup> “[...] as interações comunicativas, nos ambientes e em suas organizações sociais, as instituições que patrocinam a alfabetização.” (MARTOS GARCIA; VIVAS MORENO, 2010, p. 13, tradução nossa)

<sup>32</sup> O termo *literacidad* se originou da palavra inglesa *literacy* e surgiu para definir a condição de quem põe em uso as práticas de leitura e escrita, em diversas situações sociais. Não se refere, portanto, apenas à habilidade de ler e escrever.

<sup>33</sup> “1) Qualquer escrita está localizada em um contexto específico; 2) O leitor não está sozinho. Nós vivemos em comunidade: interpretação plural; 3) Cada comunidade tem suas próprias formas de leitura e escrita. O uso da linguagem varia com o espaço e o tempo; 4) O significado se origina na comunidade. As palavras só transmitem características muito esquemáticas, que devem ser completadas em cada comunidade, 5) Alfabetização tem uma origem social; 6) Alfabetização é fenômeno cultural e historicamente situado” (MARTOS GARCIA; VIVAS MORENO, 2010, p. 13-14, tradução nossa).

leis o el uso vigente y que guíandisposiciones de las que se fijanlos términos y se especificanlas fechas.

3. Los textos conmemorativos expuestos, de índole pública y privada, que incluyen el recuerdo de disposiciones públicas o sucesos, de personas vivas o fallecidas, y con referencias cronológicas expresas, sobre cualquier soporte y sin importar su modo de realización: epígrafes cincelados, inscripciones pintadas, afiches impresos y formas análogas.

4. Los textos memorativos de natureza econômica sin autenticar y más o menos efímeros elaborados por motivos prácticos por particulares: cuentas, balances, declaraciones fiscales, listados de bienes, registros administrativos, a condición de estar formalizados y fechados de algún modo.

5. Los libros de evocaciones y de familia, dispuestos em orden cronológico com recuerdo de los distintos individuos pertenientes al grupo familiar, de sus bienes, de sus nacimientos y muertes, trayectorias y fortunas, redactados sucessivamente por los distintos cabeza de familia *pro tempore*.

6. Diarios y memorías personales, compilados por um individuo para registrar en orden eminentemente cronológico sucesos, reflexiones, estados de ánimo relacionados com su historia personal, profesional, familiar, cultural, sentimental.

7. Compilaciones en las que se disponen de modo esquemático y enorden cronológico noticias de distintos gêneros relacionadas con una determinada institución, ciudad, comunidad, zona, que, si se disponen año por año, suelen ser llamadas “anales”.

8. Obras estrictamente historiográficas, de cualquier carácter y extensión, desde autobiografías hasta historias universales<sup>34</sup>(PETRUCCI, 2003, p. 126-127).

Ressalta o autor que as diferenças entre essas categorias se dão a partir de vários aspectos, como pela sua natureza, sua linguagem, suas características materiais dos suportes, pela duração do tempo de conservação, dentre outras (PETRUCCI, 2003, p. 128).

Cabe, ainda, apontar o que se propõe a respeito das possibilidades de análise da história da cultura escrita. Castillo Gómez (2003, p. 108-113), considerando as ideias de Chartier, assinala que devem ser considerados: 1) *os discursos*, que, afirma ele, regulamentam e

---

<sup>34</sup> “1. Documentos públicos e privados, emitidos por órgãos públicos designados para esse fim, ou elaborados por profissionais publicamente autorizados a fazê-lo. Certificam ações que modificam as condições existentes da lei, definindo suas modalidades, prazos e datas. 2. Os atos legislativos, administrativos, judiciais e fiscais emanados de instituições públicas centrais ou locais, de acordo com normas estabelecidas pelas leis ou pelo uso corrente e que orientam as disposições a partir das quais os termos são fixados e as datas são especificadas. 3. Os textos comemorativos em exposição, de natureza pública e privada, que incluem a memória de disposições ou eventos públicos, de pessoas vivas ou falecidas, e com referências cronológicas expressas, sobre qualquer suporte e independentemente do seu modo de execução: epígrafes gravadas, inscrições pintadas, cartazes impressos e formas similares. 4. Os textos memorativos de natureza econômica sem autenticação e mais ou menos efêmeros elaborados por razões práticas pelos indivíduos: contas, balanços, declarações fiscais, listas de bens, registros administrativos, desde que formalizados e datados de alguma forma. 5. Os livros de evocações e de família, organizados em ordem cronológica como uma lembrança dos diferentes indivíduos pertencentes ao grupo familiar, de seus bens, de seus nascimentos e mortes, trajetórias e fortunas, escritos sucessivamente pelo chefe de família por diferente tempo. 6. Revistas e diários pessoais, compilados por um indivíduo para registrar, em uma ordem que é essencialmente cronológica, eventos, reflexões, humores relacionados à sua história pessoal, profissional, familiar, cultural e sentimental. 7. Compilações que se dispõem de modo esquemático e em ordem cronológica notícias de diferentes gêneros relacionados a uma determinada instituição, cidade, comunidade, área, que, se disponíveis ano a ano, são geralmente chamados de “anais”. 8. Obras estrictamente historiográficas, de qualquer caráter e extensão, desde autobiografías até histórias universais” (PETRUCCI, 2003, p. 126-127, tradução nossa).

sistematizam o funcionamento de uma sociedade, estabelecendo padrões que determinam o que é ou não aceitável, admissível, ou possível, que se manifestam nos textos produzidos por sujeitos socialmente autorizados. 2) *as práticas*, que estão relacionadas à totalidade dos objetos escritos e “[...] sitúan el análisis de la cultura escrita en el plano de los usos dados a la misma, de las competencias efectivas del escribir y del leer, y de los modos de ponerlo en uso”<sup>35</sup> (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 111); 3) *as representações*, que dizem respeito às diferentes imagens construídas pelas sociedades a respeito de temas e objetos da cultura escrita.

Na mesma trilha de pensamento, Barros (2005, p. 125) esclarece que a partir das noções de práticas e representações é possível examinar os objetos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos envolvidos na produção e difusão cultural e os sistemas que lhes dão suporte. Com base no conceito de Chartier, o autor ratifica que “[...] as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005, p. 134). As representações produzem estratégias e práticas que impõem uma autoridade e tornam legítimas as escolhas; não são, portanto, discursos neutros.

Diante da diversidade de objetos, métodos e fontes que constituem o estudo da cultura escrita, Chartier (2002) aponta cinco dimensões que possibilitam ao pesquisador desenvolver o seu trabalho numa perspectiva histórica da cultura do escrito: i) a primeira diz respeito às instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito; ii) a segunda volta-se para a história dos objetos que lhe dão suporte; iii) a terceira dimensão se refere ao estudo dos suportes por meio dos quais o escrito é difundido e ensinado; iv) a quarta volta-se para os sujeitos que participam do processo de construção histórica dos lugares que o escrito ocupa; v) a quinta enfoca os meios de produção e transmissão das diversas formas possíveis.

Sobre essas possibilidades de pesquisa, Ana Maria de Oliveira Galvão (2010), ao realizar um mapeamento da produção acadêmica sobre a história da cultura escrita no Brasil, tomando como base o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), constata a existência de uma vasta e significativa produção, todavia ressalta os desafios teóricos e metodológicos que se apresentam ao pesquisador, impostos, por exemplo, pela complexidade de fontes.

Ana Maria de Oliveira Galvão e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2016, p. 207), ao elaborarem um dossiê sobre a História da Cultura Escrita, mostram que o número de trabalhos nessa área tem aumentado no Brasil nos últimos anos, com a contribuição de autores italianos,

---

<sup>35</sup> “[...] situam a análise da cultura escrita no plano dos usos dados à mesma, das competências efetivas de escrever e de ler, e dos modos de pô-lo em uso” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 111, tradução nossa).

espanhóis e franceses, como Antonio Castillo Gómez, Armando Petrucci, Roger Chartier, Jean Hébrard e Anne Marie Chartier, além de países anglo-saxônicos, que desenvolvem trabalhos com propósitos e fontes semelhantes, como David Vincent e Harvey Graff<sup>36</sup>. Todos esses estudiosos, cujas obras já estão consolidadas no campo, têm influenciado as pesquisas realizadas em território brasileiro. No entanto, como se trata de um campo ainda em construção, as autoras reconhecem que existem muitas polêmicas, especialmente quanto aos limites entre as áreas com as quais se relaciona.

Ao fazer a opção pela expressão “culturas do escrito”, Galvão (2009) esclarece que o fato de estar no plural deve-se à sua concepção como “o lugar simbólico e material que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade” (GALVÃO, 218), o que implica na sua heterogeneidade e dinamicidade, pois varia sincrônica e diacronicamente. Quanto à utilização da expressão “escrito”, em lugar de “escrita”, serve para assinalar que o campo não se restringe apenas às habilidades de escrever, mas às diversas práticas e ou eventos mediados pela palavra escrita, uma vez que é capaz de abarcar um amplo conjunto de abordagens e possibilidades.

Em face dessas colocações, reiteramos que não são considerados apenas os modos compreendidos como legítimos de se relacionar com a cultura escrita, nem apenas os sujeitos escolarizados ou os objetos prestigiados, pois, como também afirma Chartier (2001, p. 84), há um continuum na cultura do escrito, que compreende desde a prática da escrita ordinária até a prática da escrita literária, do livro impresso à mais cotidiana das produções escritas, em diversos suportes e com diversas finalidades. Assim, todos os materiais do escrito se constituem importantes fontes de análise e investigação, buscando indícios que revelem a história da cultura escrita no Brasil.

## 2.2 LER, ESCREVER E CONTAR: ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL E PÓS-COLONIAL

Apesar de centralizarmos a atenção para o século XIX, torna-se necessário nos reportarmos aos períodos que o antecedem para referenciar, ainda que sumariamente, alguns aspectos que caracterizaram a educação nas terras brasileiras, no contexto da colonização portuguesa.

---

<sup>36</sup> Nos trabalhos desses autores, a expressão história da cultura escrita tem sido substituída pela denominação *historyofliteracy* (GALVÃO; FRADE, 2016, p. 207).



Ao refletir sobre o que se poderia esperar da educação formal, no contexto do Brasil colônia, Cynthia Greive Veiga (2007, p. 51) defende que o mais adequado seria falar de uma educação da América portuguesa, visto que não existia uma educação brasileira, pois “o modelo era lusitano e expressava valores e conteúdos vigentes em Portugal, ainda que aplicados”. A autora esclarece ainda que um dos aspectos essenciais a serem considerados, no tocante ao estudo da educação no período colonial, diz respeito à diversidade das atividades educacionais, pois envolvia “a ação missionária de conversão dos índios<sup>37</sup>, a formação teológica para religiosos e pessoas com vocação e a preocupação em educar os filhos dos colonos” (VEIGA, 2007, p. 51), bem como os diferentes espaços de sociabilidade que possibilitavam alguma atividade cultural.

É importante destacar que, embora a Ordem dos jesuítas tenha se tornado hegemônica na educação, no Brasil colônia, outras ordens religiosas também atuaram no campo educacional, nesse mesmo período, como os carmelitas, franciscanos, beneditinos, mercedários, só para citar algumas. A esse respeito, Luiz Fernando Conde Sangenis (2004)<sup>38</sup> revela a ação dos franciscanos na educação elementar, “[...] criando escolas de gramática ou primeiras letras nas localidades em que fundavam seus conventos”. O autor esclarece que, enquanto os jesuítas preferiam atuar nas cidades, as escolas dos padres franciscanos atendiam o interior. Desse modo, em seu trabalho, Sangenis (2004) contesta o silenciamento na historiografia da educação brasileira a respeito dos filhos de São Francisco.

Tal entendimento nos leva a conjecturar que, na Vila de Santo Antonio de Jacobina, o processo de escolarização tenha sido iniciado pelos religiosos da missão franciscana, quando organizaram a Missão do Bom Jesus, ainda no início do século XVIII. No entanto, como não há trabalhos que evidenciem essas questões, apenas aponta-se como um caminho a ser investigado.

Como se tem mostrado, nos séculos XVI e XVII, ao menos oficialmente, a função educacional competia exclusivamente aos religiosos. No entanto, sob a influência dos ideais iluministas, foram se intensificando as críticas e posições contrárias ao que propunham os jesuítas, sob a justificativa de que o seu programa de ensino seria responsável pelo atraso português em relação a outros países europeus, culminando com as reformas promovidas pela

---

<sup>37</sup> Para cumprir sua missão, os jesuítas utilizavam “a pregação, o ensino das orações, cantos e ofícios, a alfabetização e o ensino formal do latim, que ocorriam em igrejas, missões, oficinas, colégios e seminários” (VEIGA, 2007, p. 51).

<sup>38</sup> Dentre os argumentos utilizados, Sangenis (2004) ressalta que: 1) os franciscanos foram os primeiros missionários a chegarem ao Brasil; 2) no período colonial, todo missionário era também educador; 3) eles ocupavam as cátedras das primeiras universidades medievais e casas de estudo e 4) os franciscanos deram origem a uma plêiade de sábios e filósofos.

administração do Ministro da Fazenda e futuro Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, na segunda metade do século XVIII.

Desse modo, com o propósito de transformar Portugal em uma metrópole capitalista e lhe garantir a ascensão em termos de desenvolvimento científico, já alcançado por países como a França e a Inglaterra, a Coroa portuguesa instituiu uma série de ações reformadoras empreendidas pelo Marquês de Pombal, as quais estavam relacionadas a diversas áreas como: a mineração, a situação dos indígenas, o comércio e a educação. Desse modo, iniciou-se uma fase de reformas educacionais, ocasionando a expulsão da Ordem dos Jesuítas de Portugal e de seu reino, e, conseqüentemente, fechamento dos colégios, que detinham a hegemonia no campo educacional por mais de duzentos anos, conforme Alvará Régio<sup>39</sup>, de 28 de junho de 1759. Nesse documento, o Estado passou a assumir a responsabilidade sobre a instrução escolar, com a criação das aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, bem como com a criação da figura do Diretor Geral dos Estudos.

As aulas régias eram isoladas e autônomas, ensinadas por determinado professor. Em 1772, foi implantado o Subsídio Literário, um imposto cobrado sobre a comercialização de produtos, para pagamento dos salários dos professores, o que tornaria, de fato, possível o funcionamento das aulas. Nesse mesmo ano, instituiu-se uma reforma dos estudos menores, criando 837 aulas para todo o império. Conforme José Carlos de Araújo Silva (2006, p. 92), essas aulas ficaram assim distribuídas: “[...] 479 de ler, escrever e contar (17 para o Brasil, 4 na Bahia), 236 de língua latina (15 para o Brasil, 3 na Bahia), 38 de grego (3 para o Brasil, 1 na Bahia), 49 de retórica (6 para o Brasil, 1 na Bahia) e 35 de filosofia (3 para o Brasil, 1 na Bahia)”.

Para Luiz Carlos Villalta (1997, p. 349-350), o ensino ministrado sob forma de aulas avulsas tornou o processo pedagógico fragmentado. Diante dos diversos problemas enfrentados pela reforma, como a escassez de recursos orçamentários, falta de professores e materiais sugeridos, a Coroa resolveu atribuir aos pais a tarefa de pagar os ordenados dos mestres. O autor conclui que “[...] a educação, tornada pública pela lei, esteve em grande parte privatizada”. O autor acrescenta ainda que, no período colonial, “na falta de escolas públicas, a instrução escolar veio agasalhar-se no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais

---

<sup>39</sup> Conforme o documento: “[...] o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão quando as Aulas se confiãõ aos Religiosos Jesuitas; em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Dominios (ALVARÁ, 1759).

que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis, ou ainda de ofícios” (VILLALTA, 1997, p. 383).

Áurea Adão (2012) revela o contexto histórico-social que caracterizou as reformas de ensino empreendidas pelo Marquês de Pombal ao reconhecer o atraso intelectual português. A primeira reforma das escolas de ler, escrever e contar só ocorreu 13 anos após o afastamento da Companhia de Jesus. Os conteúdos de ensino eram diversos, de acordo com os compêndios, impressos e manuscritos, elaborados para um público específico. A criança só deveria iniciar-se na escrita depois de saber ler desembaraçadamente toda a letra impressa e quando possuísse alguma firmeza na mão. A aprendizagem acontecia em duas fases: i) inicialmente, pelo domínio da posição da mão e dos dedos e pela postura correta do corpo e, quanto à formação das letras, começava-se dos exercícios mais simples para os mais complexos; ii) a segunda fase tinha como finalidade preparar o aluno para uma escrita corrente, não só através da sua prática, mas pelo conhecimento das regras de ortografia; o papel, a tinta, as penas e o tinteiro, fornecidos pelos mestres, constituíam-se material indispensável à aprendizagem da escrita e alguns dos compêndios dirigidos aos mestres continham folhas e estampas para servirem de modelos aos alunos; fazia-se uso de manuscritos executados pelos mestres e de textos impressos. Adão assevera que muitos alunos saíam da escola sabendo apenas desenhar o nome e era considerável o número de crianças que a abandonavam sem aprender a ler.

Os propósitos das escolas de primeiras letras eram ler, escrever e contar, aos quais se juntavam o ensino da Doutrina Cristã e as Regras de Civilidade. O ensino estava entregue à vontade e ao conhecimento de cada mestre, pois não existia regulamento. Não havia indicação de materiais escolares convenientes nem os livros a seguir, os conteúdos de ensino eram diversos, consoante os compêndios, impressos e manuscritos, elaborados para um público específico. Os manuais ou compêndios eram elaborados pelos próprios mestres, sendo comum o uso de traslados manuscritos, com o intuito de suprir a escassez de material produzido para o ensino, bem como de professores. Alguns compêndios dirigidos aos mestres continham folhas e estampas para servirem de modelos aos alunos (ADÃO, 2012).

É importante enfatizar que os ideais contidos nas Reformas Pombalinas de Instrução Pública consideravam suficientes aos pobres as instruções ministradas pelos párocos. Tal pensamento pode ser claramente percebido em Ribeiro Sanches<sup>40</sup>, um dos principais ideológicos do pensamento pombalino, para quem saber ler e escrever é “a origem porque os filhos dos

---

<sup>40</sup>Antonio Nunes Ribeiro Sanches foi um médico, filósofo e pedagogo português. Com as ideias reformistas, ele publicou uma obra pedagógica intitulada *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), onde expõe o Plano geral da educação, desde o ensino primário ao universitário.

Lavradores fogem da casa de seus pais: o remédio seria abolir todas as escolas em semelhantes lugares” (SANCHES, 2003, p. 33)<sup>41</sup>. Nas regiões rurais, a escola pouco importava. Destinava-se àqueles que iriam preencher lugares na Administração pública, aos que fossem trabalhar no comércio, e em algumas profissões manuais, assim como a alguns filhos de pequenos proprietários rurais.

Ao abordar a respeito do funcionamento das aulas régias e sobre os professores, na primeira fase das reformas, Thaís Nívea de Lima e Fonseca (2009) revela alguns problemas enfrentados, como falhas na legislação quanto à definição dos valores dos ordenados dos professores e outras questões relacionadas ao exercício do magistério, bem como à demora no recebimento dos livros indicados. Quanto à segunda fase das reformas, apesar da criação de maior número de aulas régias, da realização de exames para contratação de professores, da criação do Subsídio literário e de algumas normas, foram muitas as dificuldades evidenciadas em petições encaminhadas por professores à administração, o que revela a complexidade e a diversidade de situações a esse respeito. Não obstante, a autora afirma ser inegável que as reformas pombalinas promoveram a expansão da escolarização, favorecendo o início da formalização do ensino e da profissão docente na América portuguesa.

Ainda Fonseca (2009) destaca que, nos trabalhos sobre educação produzidos até a década de 1980, predomina a “visão detratora” das reformas pombalinas, nesse caso, o período compreendido entre as reformas e a escola republicana é considerado um vazio, no campo educacional. No entanto, com os estudos sobre letramento, alfabetização, história do livro e da leitura, houve uma renovação na historiografia da educação, que passa a ver “o processo de escolarização como fenômeno histórico-cultural mais abrangente do que a normatização” (FONSECA, 2009, p. 50-51). Desse modo, nesses novos trabalhos, têm sido revelados elementos singulares que evidenciam as diferentes formas de educação na colônia portuguesa. Concordando com a autora, não se pode esperar que esse contexto histórico tenha ocorrido da mesma forma nesse imenso território.

No que concerne ao período imperial, vale ressaltar que eram diversificadas as formas e as práticas educativas encontradas pelos professores régios, e as formas de inserção dos indivíduos na cultura letrada advinham de situações igualmente variadas, as quais dependiam, muitas vezes, de iniciativas de religiosos, das famílias, das necessidades de trabalho, de especializar a mão de obra, dentre outras condições (GONDRA; SCHUELER, 2008).

---

<sup>41</sup> Trata-se da edição de *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de António Ribeiro Sanches, publicada em 2003, pela Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

### 2.3 A ESCOLARIZAÇÃO NO SÉCULO XIX: LEIS E NÚMEROS

Carlota Boto (2004, p. 175) assevera que os ideais do Iluminismo português ainda influenciaram o pensamento de intelectuais, políticos e sujeitos educacionais até, pelo menos, a primeira metade do século XIX. Tal evidência se dá pelo tom do discurso político, pelo teor do pensamento pedagógico expressos em periódicos, manuais e compêndios escolares. Nesse sentido, estudar aspectos da educação no Brasil, no século XIX, implica em tomar como referência o período imediatamente anterior e posterior à nossa independência, o que justifica a abordagem feita anteriormente.

A historiografia da educação brasileira, no século XIX, aponta para um período de efervescência no sentido de aprovar leis e decretos que alteram o funcionamento das escolas. Considerando que a reforma pombalina obrigou o ensino público ao processo de reorganização, devendo ser oferecido na metrópole e nas suas colônias, o Império luso deveria garantir educação gratuita à população em todo seu território. Desse modo, o Oitocentos pode ser caracterizado como um período fértil de discussões, ideias, iniciativas e ações educativas.

Gondra e Schueler (2008, p. 81) entendem que o século XIX se caracterizou como um período de “invenção e legitimação da forma escolar moderna no Brasil, ainda que iniciativas nesta direção possam ser evidenciadas desde o período colonial, seja por meio das iniciativas católicas, seja por intermédio das aulas régias”, outrossim, corresponde à tentativa de organização do próprio Estado Nacional.

Comungando desse mesmo pensamento, Faria Filho (2000, p. 137) afirma que garantir a instrução das classes inferiores tornou-se não apenas uma tarefa fundamental do Estado brasileiro, mas, também, condição mesma de existência. Sendo usada como um mecanismo, pelo governo, a instrução conduziria o povo por determinado caminho e garantiria que não houvesse desvio do caminho traçado. Nas duas primeiras décadas, a “escola de primeiras letras” foi sendo substituída pela ‘instrução elementar’ (FARIA FILHO, 2000, p. 138-139), o que significaria possibilitar outros conhecimentos além de ler, escrever e contar. Com a Constituição outorgada pelo imperador Pedro I, em 1824, a qual determinava a gratuidade do ensino primário nas escolas públicas, conforme consta no Artigo 179, em seu inciso XXXII<sup>42</sup>, compromete-se o Estado em assumir o ensino elementar.

---

<sup>42</sup>A nova Constituição dedicou pouco espaço à instrução pública, apenas definiu que “Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” e, no artigo seguinte, refere-se a “Colégios e universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas-Artes e Letras”.

Conforme mostra Antonietta d’Aguiar Nunes (2008b, p. 122-125), a partir da Carta Magna de 1824<sup>43</sup>, foram baixadas várias decisões referentes à instrução pública nas províncias. Dentre as quais, destacamos:

**Quadro 3 – Decisões e decretos sobre a instrução pública no Império**

DECISÃO/ DECRETO	DETERMINAÇÃO
Decisão nº 49, de 26 de fevereiro de 1825 <sup>44</sup>	Solicitava aos presidentes das províncias uma relação de todas as cadeiras de ensino, em todas as localidades, informando os ordenados dos professores, o rendimento do Subsídio literário e outros valores arrecadados por meio de impostos coletados.
Decisão nº 182, de 22 de agosto de 1825	Determinava o estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lancasteriano <sup>45</sup> .
Decreto de 26 de julho de 1827	Sancionou resolução da Assembleia Legislativa regulamentando uma portaria de abril de 1822, na qual se determinava o valor mínimo a ser pago aos professores <sup>46</sup> ; mandava suprir, com as Rendas Gerais do Império, o necessário para pagamento dos ordenados dos professores, caso o valor recolhido por meio do Subsídio literário não fosse suficiente <sup>47</sup> .

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de Nunes (2008b, p. 122-125).

A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827, no seu artigo 1º, determinava que: “Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias”. Tais escolas seriam regidas, de acordo com o artigo 4º, pelo método mútuo ou lancasteriano, em todos os lugares possíveis. Instituíram-se escolas de

<sup>43</sup>Antes mesmo da Carta Magna de 1824, o Decreto de 30 de junho de 1821 dava liberdade de acesso a qualquer cidadão ao ensino e previa a abertura de Escolas de primeiras letras, em qualquer localidade, sem necessidade de exames, licenças ou autorização.

<sup>44</sup>Sob a justificativa de que era “indispensável o conhecimento do que se acha estabelecido, para se melhorarem ou aumentarem os meios de instrução, segundo as necessidades e circunstâncias particulares das diferentes povoações” (BRASIL, 1825).

<sup>45</sup>É importante destacar que, por meio de decreto, em 1º de março de 1823, o Imperador já havia ordenado o ensino aos militares e aos seus súditos, utilizando o método lancasteriano, conforme se pode constatar: “Hei por bem mandar criar nesta Corte uma Escola de primeiras letras, na qual se ensinará pelo método do ensino mútuo, sendo em benefício, não somente dos militares do Exército, mas de todas as classes dos meus súditos que queiram aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento” (BRASIL, 1823).

<sup>46</sup>“Hei por bem ordenar, que todos os ditos Professores, que se acharem percebendo menor ordenado que o de 150\$000 marcado na sobredita portaria, da publicação deste em diante o percebam como todos os que por virtude da mesma portaria forem criados” (BRASIL. Decreto de 26 de julho de 1827).

<sup>47</sup>“Tendo eu sancionado a resolução da Assembleia Legislativa para que das rendas gerais do Império se supra com o necessário ao pagamento dos ordenados dos Professores de primeiras letras, e gramática latina, quando o subsídio literário não for bastante: Hei por bem ordenar que em todas as províncias, onde houver esta falta, se dê das rendas gerais das mesmas o necessário para inteiro pagamento dos ditos Professores de primeiras letras e gramática latina, que estiverem em efetivo exercício das respectivas cadeiras” (BRASIL. Decreto de 26 de julho de 1827).

meninas<sup>48</sup>. Fixaram-se os conteúdos a serem ensinados<sup>49</sup> e as condições dadas aos professores, como o valor do ordenado, gratificações<sup>50</sup>. Definiram-se também as formas de contratação dos mestres, estabelecendo-se critérios que deveriam assegurar não apenas a capacidade intelectual, como também aqueles relacionados à idade, nacionalidade, moralidade<sup>51</sup>.

Com o propósito de atender à Lei quanto à abertura de aulas primárias, Nunes (2006) informa que houve uma solicitação do governo central para que cada província, por meio de um levantamento, indicasse a quantidade e as localidades em que deveriam ser criadas essas escolas. Por meio dos dados apresentados na *Corografia ou Abreviada História geográfica do império do Brasil*, um documento produzido por Domingos José Antonio Rebello<sup>52</sup>, em 1828, Nunes (2006) elaborou uma tabela evidenciando o número de escolas já existentes naquele período. Nesse documento constata-se que, das 107 freguesias existentes na Bahia, 95 já possuíam alguma escola de primeiras letras, sendo 59 nacionais e 36 particulares. Quanto às aulas de Gramática Latina, totalizando públicas e particulares, o número era de 65 em toda a província baiana. Na Vila de Santo Antônio de Jacobina, há o registro de 01 aula nacional de primeiras letras e 01 aula de gramática latina.

---

<sup>48</sup> “Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento” (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827).

<sup>49</sup> “Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil. [...] Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica [...]; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º” (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827).

<sup>50</sup> “Art 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes: com attenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação. [...] Art 10º Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação annual, que não exceda á terça parte do ordenado, áquelles Professores, que por mais de doze annos de exercicio não interropindo se tiverem distinguindo por sua prudencia, desvelos, grande numero e aproveitamento de discipulos.[...] (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827).

<sup>51</sup> “Art 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação. Art 8º Só serão admittidos á opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos, sem nota na regularidade de sua conducta. Art 9º Os Professores actuaes não seram providos nas cadeiras que novamente se crearem, sem exame e approvação, na fôrma do art. 7º. [...] Art 12[...]; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º” (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827).

<sup>52</sup> Domingos José Antonio Rebello era negociante e diretor da Companhia de Seguro e Comércio Marítimo. Produziu um documento com informações a respeito das comarcas da Bahia, de Porto Seguro, de Ilhéus e de Jacobina, revelando, além de seus aspectos históricos e geográficos, informações sobre as aulas públicas e particulares na Província (NUNES, 2006, p. 226-227).

De igual modo, essa informação sobre o número de escolas na Vila de Jacobina encontra-se em documento encaminhado pelo Visconde de Camamu ao Presidente da Província da Bahia, em julho de 1829, em atendimento a uma exigência a respeito do registro da relação exata de todos os arraiais, freguesias, aulas, escolas, médicos, boticas pertencentes ao distrito da Comarca. Assim, consta na correspondência encaminhada, as seguintes informações a respeito da referida Vila:

Rellação das Aulas e escôlas estabelecidas em cada Arraial, Freguesia, e Capella pertencentes ao Districto da m.ma. Camara.  
Somente na V.<sup>a</sup> de Jacobina existe huma Aula de Grammatica latina que neste anno só comparece 4 alunos, sendo antes frequentada de maior numero. Huma escola publica de pr.as. letras de presente com 34 alunos (APEB, Maço 1327).

Evidencia-se, nesse caso, a informação de que as aulas já existiam há mais tempo naquela localidade, pois, ao falar do número de alunos que compareciam às aulas de Gramática Latina, o documento informa que antes era frequentada por um número maior de alunos.

A respeito disso, Luís dos Santos Vilhena (1969), professor régio da língua grega, em sua *Carta Oitava*, que escreve ao Príncipe Dom João, no início do século XIX, apresenta uma relação de cadeiras e escolas existentes na cidade e na Capitania da Bahia, com os respectivos ordenados pagos aos professores, com base na Folha Literária do ano de 1799. Conforme apresentado pelo autor, já naquele período, constata-se a existência de uma cadeira de gramática latina e uma escola de primeiras letras na Vila de Santo Antonio de Jacobina.

**Quadro 4** - Relação de Cadeiras e valores dos ordenados dos professores das aulas públicas na Província da Bahia – século XVIII

CADEIRAS NA CAPITANIA	
A Cadeira de Gramática Latina, da vila da Cachoeira tem o ordenado atual de	240\$000
A da vila de Santo Amaro da Purificação	240\$000
*A da ilha de Itaparica inteiramente supérflua	240\$000
A da povoação de Itapagipe	240\$000
A da vila de S. Francisco pode acuser-se	240\$000
A da vila de Maragogipe com a da Cachoeira se podia bem escusar	240\$000
A da vila de S. João d'Água Fria, supérflua	240\$000
A da vila do Camamu	240\$000
A da vila de Caravelas	240\$000
A da Vila Nova Real Del Rei no rio de S. Francisco está vaga, e é supérflua	240\$000
A da vila de Santa Luzia do Rio Real	240\$000
A da cidade de Sergipe Del Rei	300\$000
A da vila de Ilhéus	300\$000



A da vila e comarca de Porto Seguro	300\$000
A da vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo	300\$000
A da vila do Rio das Contas no sertão, vaga	300\$000
A da vila de Jacobina	400\$000
A da vila de Jaguaripe	240\$000

Fonte: Vilhena (1969, p. 285).

**Quadro 5**– Escolas de primeiras letras e ordenados pagos aos professores na Província da Bahia - Século XVIII

Escolas que há pela Capitania	
A da vila de Jacobina	150\$000
A da cidade de Sergipe Del Rei	120\$000
A da vila da Cachoeira	120\$000
A da vila do Pôrto Seguro	120\$000
A da vila da Vitória.	120\$000
A da vila de Santo Amaro da Purificação	120\$000
A da vila de Jaguaripe	100\$000
A da vila de Santa Luzia do Rio Real e Estância	100\$000
A da vila do Camamu	100\$000
A da povoação de Itapagipe	100\$000
A da ilha de Itaparica	80\$000
A da vila de S. Francisco de Sergipe do Conde	80\$000
A de Santo Antonio da Ipitanga	80\$000
* A da Freguesia de Nossa Senhora do Monte	80\$000
A da vila de Maragogipe vaga	
A da vila de Ilhéus	
A da freguesia de Nazaré	
A da freguesia de Muritiba	
A da vila de Caravelas	
A da Vila Nova Real del Rei	
A do arraial do Rio Vermelho	

Fonte: Vilhena (1960, p. 285).

Ao considerarmos que, com o decreto de 26 de julho de 1827, determinou-se o salário de 150\$000 aos professores de primeiras letras, e atentarmos às informações apresentadas pelo cronista, constatamos que apenas a Vila de Jacobina atendia ao valor determinado, correspondendo, muitas vezes, quase ao dobro dos valores pagos em outras localidades. Sobre o ordenado dos professores, Mendonça e Cardoso (2007) afirmam que o valor pago aos que atuavam nas vilas e cidades mais importantes eram maiores e estavam relacionados igualmente à importância atribuída a cadeiras ou aulas régias que, quanto mais se aproximavam dos Estudos

Superiores, mais altos eram os salários. Ademais, Vilhena (1969) contesta a existência de algumas dessas escolas e cadeiras, alegando serem supérfluas, entretanto, no caso da Vila de Jacobina não há qualquer objeção quanto ao seu funcionamento.

Em documentos localizados no APEB, Seção Colonial e Provincial, relativos a *Correspondências da Câmara (1824-1836)*, entretanto, constata-se que, em 16 de janeiro de 1830, foi solicitado ao presidente da província, o Visconde de Camamu, providências quanto ao preenchimento da Cadeira de primeiras letras na Freguesia da Vila de Jacobina, que se encontrava vaga em função do pedido de demissão do professor João Sinfrônio Olímpio de Figueiredo, ocorrida em agosto do ano anterior. A esse respeito, argumenta-se que “os Discipulos se encontram dispersos e os Paes de família entristecidos” (APEB, Maço 1327). Posteriormente, ainda sobre esse assunto, em documento datado de 21 de fevereiro de 1831, em função de não ter havido candidatos à vaga de professor oferecida por meio de concurso público, a Câmara se pronuncia atribuindo ao valor diminuto do ordenado oferecido ao cargo, neste caso de 150\$000, a causa do desinteresse pelo preenchimento da Cadeira. Entende ainda que o fato de ser necessário submeter-se a exame perante o governo, o que significava deslocar-se até a Capital, seria, de igual modo, impeditivo àqueles que são moradores da Villa e que se qualificam como hábeis para ocupar o lugar de professor de primeiras letras. Desse modo, sugere-se, como resolução do problema, aumentar o valor oferecido ao cargo, pois, “logo haverá quem procure a cadeira conumero de mais de 50 meninos, que detodo tempo há nesta Villa, não estará como agora, no ocio com grande descontentamento de seos Paes” (APEB, Maço 1327).

Esse registro revela que as condições oferecidas ao ofício do magistério, de fato, não favoreciam a contratação de professores, não apenas em função do valor do salário como também por conta das exigências quanto ao exame público. Decorre daí um quadro de vacância de Cadeiras de Primeiras Letras na província baiana, especialmente nas regiões mais distantes da capital.

Durante a Regência trina, novas medidas foram tomadas, como o Decreto de 16 de junho de 1832, em que foram criadas outras 94 escolas de primeiras letras, sendo 7 para meninas, ampliando esse número para o total de 164 escolas, destas, 150 para meninos e 14 para meninas (NUNES, 2008, p. 129). No referido decreto, é possível constatar, no art. nº14, que, na Comarca de Jacobina, foi mantida a escola já existente no Povoado da Vila, criando-se outras 06 novas aulas em outras localidades:

Art. 14 – Fica conservada a escola já existente no povoado da Villa de Jacobina, e se cream mais seis que serão collocadas dessa forma: uma no povoado da villa; uma no arraial da Saude; uma no julgado de Santo Sé; uma no arraial do Joazeiro; uma no do Pambu; uma no do Riachão; e uma no do

Morro do Chapeo. Os professores destas escolas vencerão o ordenado de trezentos mil réis (COLLEÇÃO, [1832]1874, p.8).

No âmbito da implementação de leis com o intuito de organizar a instrução pública no Império, a mais importante foi a de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional à Constituição<sup>53</sup>, que descentralizou o poder com a supressão do Conselho de Estado e delegou às províncias a função de legislar e organizar a instrução pública primária.

No que concerne à institucionalização da instrução pública no Império brasileiro, promovida pelo Ato Adicional, Castanha (2007, p.171) esclarece que a despeito da ideia de que a descentralização teria levado à fragmentação de projetos e recursos existentes e que contribuía para a elaboração de leis contraditórias, recentemente, alguns estudiosos têm assumido uma nova perspectiva. Para esses, não pode ser atribuída ao Ato a responsabilidade pela não concretização dos projetos educacionais no século XIX, pois na perspectiva de Saviani (2006, p. 17), houve apenas a legalização da omissão do poder central, transferindo a responsabilidade do ensino para os governos provinciais. Corroborando com esse pensamento, Faria Filho (2000, p. 138) assevera que não devemos acreditar que a descentralização político-administrativa possibilitada pelo Ato Adicional de 1834 foi a causa do não desenvolvimento da instrução primária no Brasil imperial, ainda que reconhecendo a diversidade e a desigualdade que marcaram o processo de escolarização primária.

Em razão do referido Ato, a partir de 1835, a Assembleia Legislativa Provincial baiana iniciou seus trabalhos, com a promulgação de resoluções referentes à criação e funcionamento de cursos e escolas, à criação e transferência de cadeiras de primeiras letras, ao estabelecimento de ordenados, nomeações e licenças aos professores (NUNES, 2008a, p. 128-138). Dentre as leis e resoluções sancionadas após o Ato, muitas estavam relacionadas a situações específicas de determinadas localidades e professores. Entretanto, destacamos, a seguir, algumas daquelas que diziam respeito a toda a província e que, de alguma forma, promoviam alterações no cenário da Instrução Pública, na Bahia, até a década de 1860.

---

<sup>53</sup> O Ato Adicional foi uma emenda constitucional, que correspondia a um conjunto de alterações à Carta Magna de 1824. Foi uma medida legislativa que visava à contenção dos conflitos entre os liberais e os conservadores na disputa pelo poder central.

**Quadro 6**– Relações de Leis provinciais da Bahia sobre a Instrução Pública – Século XIX

LEI/ANO	DETERMINAÇÃO
Lei nº 32, de 05 de março de 1836 <sup>54</sup>	Estabelecia normas para a catequese dos índios na província.
Lei nº33, de 09 de março de 1836 <sup>55</sup>	Criava um Liceu e dava providência sobre as Aulas Públicas.
Lei nº 35, de 14 de abril de 1836 <sup>56</sup>	Dispunha sobre a jubilação de professores públicos.
Lei nº 37, de 14 de abril de 1836 <sup>57</sup>	Criava a Escola Normal para professores de primeiras letras.
Regulamento de 20 de janeiro de 1842 <sup>58</sup>	Regulamento para as Escolas pelo método simultâneo, e mútuo.
Lei nº 172, de 25 de maio de 1842 <sup>59</sup>	Criava um Conselho de Instrução pública, dando seu Regulamento
Resolução nº 378, de novembro de 1849 <sup>60</sup>	Criava o lugar de Diretor Geral dos Estudos.
Regulamento de 26 de fevereiro de 1850 <sup>61</sup>	Dispunha sobre o ensino público.
Regulamento de 20 de outubro de 1857 <sup>62</sup>	Dispunha sobre as aulas primárias pelo método do ensino mútuo puro.
Regulamento Geral das Escolas Normais, de 10 de abril de 1861 <sup>63</sup>	Dispunha sobre as Escolas Normais

Fonte: ÍNDICE [188-?].

De fato, o século XIX foi um período de intensa elaboração de leis e regulamentos, que revelavam ideias, concepções e propostas para a organização da educação em todo o território brasileiro. Como se pretendeu mostrar, na Província da Bahia, foram diversas as decisões relacionadas à criação de escolas, criação de cargos, nomeação de professores, normas de funcionamento das aulas, estabelecimento de currículos e definição de métodos de ensino, dentre outras demandas surgidas.

Em meio a tais determinações, foram identificadas duas que tratavam especificamente da Vila de Santo Antonio de Jacobina: a *Resolução nº 259 de 15 de abril de 1847* - Criando uma cadeira de primeiras letras pelo método simultâneo para meninas da Vila de Santo Antonio de

<sup>54</sup>COLLEÇÃO, 1862, p. 109-110.

<sup>55</sup> Ibidem, p.112-114.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 117-118.

<sup>57</sup> Ibidem, p.121-125.

<sup>58</sup>COLLEÇÃO, 1863, p.465-482.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 40-46.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 173-176.

<sup>61</sup>COLLEÇÃO, 1865, p. 345-54.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup>COLLEÇÃ, 1869, p. 29-34.

Jacobina (COLEÇÃO..., 1863, p. 329-330) e a *Resolução nº 726 de 17 de dezembro de 1858* – estabelecendo na Vila de Jacobina uma cadeira de latim (COLEÇÃO..., 1865, p.125-126), as quais serão posteriormente discutidas. Na verdade, bem antes, na década de 1820, já existia uma aula de primeiras letras e outra de latim.

## 2.4 MÉTODOS DE ENSINO NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS

Até o início do século XIX, o método individual de ensino era predominante na província brasileira. Uma grande parte das escolas funcionava na residência dos professores ou em espaços com péssimas condições de funcionamento.

Tal método [individual de ensino] consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. Na verdade era o método por excelência da instrução doméstica aquela que corria em casa, onde a mãe ensinava os filhos e as filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam àqueles que nada sabiam (FARIA FILHO, 2000, p. 140).

Esse método individual era adotado no Império para atender principalmente à elite, pois, muitas vezes, era realizado por padres contratados que prestavam serviço a famílias abastadas ou, ainda, por parentes que dominavam a leitura e a escrita.

A partir da Lei Geral de Ensino, de 1827, o método denominado lancasteriano ou de ensino mútuo se tornou o método pedagógico oficial no Brasil, conforme apontado anteriormente. Esse método, de acordo com José Carlos de Araújo Silva (2008) era considerado um exemplo bem sucedido de metodologia para a formação básica de professores e se caracterizava de caráter econômico, uma vez que era necessário um único mestre em relação ao grande número de discípulos. Havia normas disciplinares bastante rigorosas que controlavam a movimentação dos alunos, os registros de todas as atividades pedagógicas e administrativas, bem como o acompanhamento individual dos alunos. De igual modo, determinava a quantificação do tempo para a realização das lições e outras atividades, além da existência de comando por meio de sinais e sons a fim de garantir o silêncio, sendo aplicados castigos ou premiações de acordo com a conduta dos alunos. O autor informa que, de acordo com o manual de ensino, o programa deveria ser composto por oito classes com o objetivo de permitir o conhecimento da leitura, da escrita e da aritmética, através de uma rigorosa formação disciplinar, moral e religiosa.

De acordo com Nunes (2008, p. 138), na província da Bahia, o método lancasteriano ou de ensino mútuo só havia sido adotado por escolas em Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe. Quanto às demais, eram regidas pelo método simultâneo.

A respeito do método de ensino mútuo, Faria Filho (2000, p. 141-142) aponta duas razões pelas quais, no Brasil, essa forma não foi viável. A primeira delas diz respeito à falta de condições necessárias para que as escolas funcionassem; os espaços não eram adequados e não havia materiais didático-pedagógicos<sup>64</sup> para os alunos. A outra está relacionada ao despreparado dos professores, visto que não tinham a formação adequada para a realização do ensino segundo preconizava o método, nem existiam instituições aptas a garantir tal formação.

Conforme documento encaminhado pelo Juiz de Direito José Antonio Saraiva ao Presidente da Província da Bahia, no dia 25 de fevereiro de 1850 (APEB, Maço 2433), dentre muitas informações relacionadas ao funcionamento da escola na Vila de Jacobina, deixa-se clara a informação de que o método utilizado pela escola era o simultâneo.

O método simultâneo se diferencia do método de ensino mútuo quanto ao número de alunos e ao contato do professor com os alunos: no caso do primeiro, seria utilizado quando houvesse de trinta a cem alunos na escola e o professor ensinava a todos os alunos; para o segundo, seu uso deveria ocorrer em escolas de 100 a 300 alunos e, nesse caso, o professor ministrava aulas apenas aos monitores (SILVA, 2008, p. 57).

Faria Filho (2000, p. 142) ressalta que, para a aplicação do método simultâneo, era necessário prover os alunos com materiais didático-pedagógicos, como livros e cadernos, além do quadro negro disponível ao professor para que os grupos pudessem ocupar-se ao mesmo tempo. Com esse método, as classes eram organizadas de forma mais homogênea, de acordo com os níveis de ensino, e os conteúdos eram organizados para atender a esses diversos níveis, além disso, o tempo era otimizado.

Na Província da Bahia, foram utilizados, como obras didáticas na Escola Normal, o *Manual das Escolas Elementares D'Ensino Mutuo* e o *Manual Completo do Ensino Simultâneo*. Esse material foi traduzido pelos advogados João Alves Portella e Manoel Correia Garcia, que foram encaminhados a Paris com o propósito de aprender o método do ensino mútuo, condição precípua para ocupar a Cadeira da Escola Normal, criada em 1836. Por meio de Decreto, tornou-se oficial a utilização dos manuais como regulamento às aulas que funcionassem com o ensino mútuo e o ensino simultâneo (SILVA, 2008, p. 54). Isso significa que, teoricamente, os alunos

---

<sup>64</sup> Para o desenvolvimento do método de ensino mútuo eram necessários vários tipos de materiais, como caixas de areia, para os alunos iniciantes nas aulas de escrita, pedras e papeis, além de outros materiais como quadro negro, quadros de leitura e cálculo e tabelas.

que se formavam para professor primário aprendiam as normas e metodologias expressas nos manuais, os quais deveriam ser aplicados nas escolas de primeiras letras. Não obstante, o número dos que se formavam na Escola Normal era ínfima, portanto, não atendia às necessidades da província.

A partir da década de 1870, com base na produção do educador Jean-Henri Pestalozzi, foi desenvolvido o método intuitivo ou Lições de coisas, que defendia a importância de se considerar os processos de aprendizagem do aluno. Foram produzidos e divulgados materiais que argumentavam a favor do método, perdurando essas discussões até a década de 30 do século XX (FARIA FILHO, 2000).

Ao discutirem as concepções linguísticas no Brasil, no século XIX, a partir da descrição sobre as principais transformações sociais, políticas e científicas ocorridas no país e seus impactos sobre a educação, Leonor Fávero e Márcia Molina (2006) reiteram que essas mudanças levaram à incorporação de modelos pedagógicos europeus e à promoção de reformas educacionais, exigindo esforços e dedicação por parte dos professores e a reorganização do material pedagógico<sup>65</sup>.

Sobre os materiais utilizados para o ensino de leitura, no Brasil, no século XIX, Batista (2001, p.539) assevera que, um grande número deles “consistia em textos manuscritos, muitos deles documentos de cartórios ou cartas pessoais”. Assim, livros de catecismo, o Código Criminal e a Bíblia, apesar de não serem produzidos, originalmente, para a escola, foram por ela utilizados.

Por fim, o processo de construção das formas de educação escolar no Brasil do século XIX não foi uniforme, indiferenciado ou contínuo, o que resultou na desigualdade de condições educacionais entre as Províncias, na profusão de reformas e na complexidade de normas então produzidas. No entanto, estas normas representaram importante instrumento de construção dos variados sistemas públicos provinciais de ensino (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 38).

No Brasil, a segunda metade do século XIX representou um período de muitos investimentos na educação, com a proliferação das escolas normais, de professores primários. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, os problemas com o ensino público não foram resolvidos ao longo do século. Havia poucos professores, escassez de material, escolas funcionando em espaços inadequados, muitos alunos deixavam a escola sem aprender a ler, escrever e contar. No final do Império, a quantidade de Instituições Escolares era ainda

---

<sup>65</sup>Com a intenção de uniformizar os estudos em todo o país, as autoras mostram que foi formulado o Programa de Ensino por Fausto Barreto, considerada a principal causa da gramatização brasileira, tendo como marco a *Grammatica de LinguaPortuguesa* de Júlio Ribeiro, em 1881 (FÁVERO; MOLINA, 2006).

insatisfatória para atender as necessidades da província. Faria Filho (2000, p. 144-145) afirma que, até bem avançado o século XIX, há indícios de que o número de pessoas que aprendia fora da rede pública estatal era superior ao daquelas que eram atendidos por ela. Outra constatação diz respeito aos dados apontados pelo Recenseamento de 1872, em que registra uma população no Brasil de cerca de 10 milhões de habitantes, com apenas 150 mil alunos matriculados em escolas primárias. Sobre o índice de analfabetismo, a avaliação foi feita sobre a população livre, indicando que 81% era analfabeta. Quanto à população livre em idade de 06 a 15 anos, apenas 17% dos homens e 11% das mulheres diziam frequentar uma escola. Na Bahia, o número de pessoas livres analfabetas era de 79%.



### 3 O SERTÃO DAS JACOBINAS: UM IGNOTO

“Jacobina era o ignoto”. Foi assim que o historiador Afonso Costa (1916) definiu o Sertão das Jacobinas, referindo-se aos idos do século XVI, quando se organizaram as primeiras bandeiras a explorar o interior do território “descoberto”. Tratava-se, pois, de uma vasta extensão de terra, correspondendo “tudo quanto se contasse fôra do recôncavo e do litoral” e que, por suas riquezas minerais e índios bravios, representava “um nome opulentado de grandezas e de misérias” (COSTA, 1916, p. 252).

Segundo Isnara Pereira Ivo (2012, p. 32) desde os tempos coloniais, o termo sertão foi utilizado como sinônimo de pobreza, desordem e isolamento para fazer referência a regiões não-litorâneas e a lugares pouco povoados. Na historiografia, os primeiros trabalhos relacionados ao tema apareceram no século XVIII, quando se produziram histórias dos sertanistas e bandeirantes. Também a historiadora Kátia Mattoso (1992, p. 63) faz referência aos termos “imensas e contínuas terras secas com inúmeros arbustos espinhosos” para descrever o sertão no Nordeste brasileiro. No entanto, o sertão nem sempre correspondia aos aspectos relacionados ao clima, relevo ou vegetação. No pensamento colonizador, todo espaço desconhecido, a ser explorado, isolado, inacessível, habitado por povos bárbaros e hereges e feras indomáveis era denominado sertão ou sertões, opondo-se, portanto, ao litoral, que representava um espaço conhecido, delimitado, civilizado. Trata-se, pois, de um espaço imaginário, conforme explica o professor Antonio Carlos Robert Moraes (2012):

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. [...] Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação (MORAES, 2012, p. 4-6).

Ivo (2012, p. 30) esclarece ainda que a caracterização dos espaços como rural e urbano, nesse período, implica em cautela, pois “os sertões guardavam singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais, abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do Império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas”. É importante considerar ainda que a circulação de pessoas no Império português era um elemento definidor da multiplicidade de culturas, transpondo as

fronteiras, que não mais se limitavam aos espaços geográficos. Como exemplo disso, a autora informa que estiveram no sertão da Bahia, no início do século XVIII, técnicos da Alemanha e da Índia para orientar a exploração das minas de salitre. A despeito disso, cabe destacar a descrição do sertanista Pedro Leolino Mariz<sup>66</sup>, para quem os sertões eram denominados Babilônia confusa, uma vez que compreendia diferentes povos (europeus, indígenas e africanos) e diversos idiomas.

### 3.1 POVOAMENTO NO SERTÃO DAS JACOBINAS

Os povos que ocuparam os sertões da Bahia estavam relacionados principalmente aos seguintes grupos: 1) os indígenas que habitavam aquelas terras; 2) as missões religiosas que realizavam a catequese dos índios; 3) os sertanistas que se apropriavam das terras do sertão para a criação de gado; 4) os bandeirantes que exploravam os sertões visando ao aprisionamento dos nativos e à descoberta de metais preciosos, 5) os homens escravizados que acompanhavam os grupos. Desta maneira, brancos, pretos, negros, crioulos, pardos, mulatos, cabras, mamelucos, curibocas, caboclos e cafuzos eram as “qualidades” atribuídas àqueles que percorriam os caminhos dos sertões da América Portuguesa, no início da colonização portuguesa, conforme Ivo<sup>67</sup> (2012).

A respeito dos primeiros moradores da região, Sólon Natalício Araújo dos Santos<sup>68</sup>(2011, p. 34-36) informa que os indígenas do Sertão das Jacobinas, nos séculos XVI e XVII, descritos como os temidos “tapuias” eram identificados como os índios “Payayá, Sapoiá, Tocós, Moritises, Maracás, Secaquerinhens, Cacherinhens, Caimbés, Pankararu, Ocren, Oris, Tamaquins, Araquenas, Anaiós, Topins”. Desses, os índios Payayás estão entre os mais descritos nos documentos coloniais, os quais são “[...] classificados como caçadores-coletores

---

<sup>66</sup> Pedro Leolino Mariz era italiano e organizou as entradas do norte de Minas Gerais rumo aos sertões da Bahia. Foi responsável pela descoberta das minas de salitre no Alto Sertão da Bahia, em meados do século XVIII (IVO, 2012, p. 23).

<sup>67</sup> A autora, em seu trabalho *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*, “apresenta os ‘homens de caminho’ que deram vida às atividades econômicas entre os sertões, identificando informações acerca dos fenótipos atribuídos a estes homens, dos produtos conduzidos e dos percalços que envolviam as práticas de descaminhos” (IVO, 2012, p. 25). Para isso, estabelece como espaço de análise os sertões do norte da Capitania de Minas Gerais, os sertões da Capitania da Bahia e o Alto Sertão da Bahia.

<sup>68</sup> Seu trabalho tem como título *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários(1651-1706)* e apresenta como objetivo “investigar as experiências históricas do contato, conquista, resistência, repressão e negociação da etnia Payayá que, durante os séculos XVII e início do XVIII, teve um importante papel diante do movimento de expansão e ocupação colonizadora das terras do Sertão das Jacobinas, a partir da análise dos discursos e representações dos agentes coloniais (autoridades, missionários e colonos)”.

tornados agricultores, fabricantes de ferramentas de pedra e cerâmica[...] conhecedores da arte da construção usando ossos, madeiras, palhas trançadas de licuri e folhas de palmas” (SANTOS, 2011, p. 34-36). Segundo o autor, esse grupo indígena dominava o sertão ao sul do São Francisco, juntamente com outros grupos da família kariri (kiriri)<sup>69</sup>, e estava ligado ao tronco linguístico Macro-Jê<sup>70</sup>.

Antes mesmo de os religiosos cumprirem suas missões com a catequese dos povos bravios ou dos sesmeiros alargarem suas posses com a criação de gado, Belchior Dias Moreia já era lembrado como o primeiro bandeirante a adentrar os sertões das Jacobinas, no século XVI, em busca de metais e pedras preciosas, e das tão desejadas minas de prata. Mas, não apenas ele. De igual modo, há notícias de que por essas terras outras expedições foram organizadas, como as de João Coelho e Gabriel Soares de Sousa, ocasião em que deve ter ocorrido o primeiro contato entre os povos indígenas habitantes do sertão e os colonizadores (SANTOS, 2011).

Ao apresentar uma lista dos sesmeiros da região das missões das Jacobinas, Ane Luise Silva Mecenass Santos (2017, p. 30)<sup>71</sup> mostra que, no período compreendido entre 1609 e 1659, foram concedidas sesmarias aos seguintes sertanistas: Antônio Guedes, Simão Fernandes, Francisco Dias d’Ávila, Garcia d’Ávila, Antônio de Brito Correia (filho de Antônio Guedes), Bernardo Vieira Ravasco e Padre Antônio Pereira. É notória a predominância na posse de terras do sertão relacionadas, especialmente, a duas famílias: os D’Ávila e os Guedes de Brito.

Os missionários da Companhia de Jesus também estiveram por essas terras. Em 1656, foi organizada uma entrada, liderada pelo padre Rafael Cardoso que passou pelas serras das Jacobinas e manteve contato com os kiriri-sapoiá e os payayás. A esse respeito, Serafim Leite (1945) descreve como foi recebida essa expedição:

Dirigiram-se aos montes das ‘Jacuabinas’, que se estendem ao norte por 40 léguas, notáveis pelo número dos seus Tapuias em número de 80 Aldeias. Ao chegar às Jacobinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saudar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo (LEITE, 1945, p. 271).

<sup>69</sup> Ao falar da língua Kiriri, Santos (2011, p. 37), recorrendo ao trabalho de Bartira Ferraz Barbosa, revela que “todas as línguas “tapuias” foram desprezadas durante os séculos XVI, XVII e XVIII, com exceção da língua kariri falada pelos grupos que viveram nos sertões das Capitanias da Bahia e Pernambuco até o Maranhão”. Destaca, ainda, dois trabalhos sobre a língua: um sobre gramática e outro sobre catecismo, do missionário jesuíta Luiz Vincencio Mamiani e o catecismo do capuchinho Bernardo de Nantes.

<sup>70</sup> Macro-Jê é um tronco linguístico proposto pelo cientista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, que, no século XIX, percorreu grande parte do território brasileiro e utilizou um critério linguístico para categorizar os índios brasileiros. Desse modo, o grupo gê, dizia respeito às tribos que falavam línguas semelhantes e que se autodenominavam utilizando a partícula *gê*, que significava “pai”, “chefe” ou “antepassado”.

<sup>71</sup> Para elaborar a lista, a autora baseia-se na obra de John Hemming, intitulada *Ouro Vermelho- A Conquista dos Índios Brasileiros*.

Na primeira metade de 1666, o padre jesuíta Jacob Roland, com o apoio e companhia do irmão teólogo João de Barros<sup>72</sup>, inicia seu trabalho no sertão baiano, fundando a Missão das Jacobinas (São Francisco Xavier, hoje, Campo Formoso), na aldeia que pertencia aos Garcia D'Ávila.

Juarez Donizete Ambires (2005), em artigo publicado sobre Jacob Roland, mostra que o missionário revelava a sua indignação diante das ações dos curraleiros da Casa da Torre (dos D'Ávila) e seus mamelucos, e diante do apoio religioso do padre Antônio Pereira aos fazendeiros, na região de Jacobina. Segundo o autor, o padre Roland assistiu a atrocidades, como a destruição de igrejas, aprisionamento e extermínio de índios, ainda que já estivessem submetidos e, ademais, experimentou o descaso diante de seus pedidos de ajuda ao Geral da Ordem e às autoridades locais, com o propósito de realizar a demarcação das terras indígenas para a ação missionária e sustento dos índios, pedido este que desagradou aos D'Ávila.

Contrariando as ordens reais que autorizavam a descida dos índios, Jacob Roland e João de Barros<sup>73</sup> eram a favor da catequese no sertão, defendendo que os índios não deveriam ser levados para o litoral, pois não sobreviveriam. Ambires (2005) revela vários argumentos apresentados pelo jesuíta Barros a favor da manutenção dos indígenas e dos padres nas missões de Jacobina, sob a tutela da Companhia de Jesus. No entanto, em 1669, em função das divergências com a família de Garcia D'Ávila, três aldeias instaladas pelos padres foram destruídas, dentre elas, a Aldeia São Francisco Xavier, levando os jesuítas a abandonarem as missões naquela região.

Posteriormente, no início do século XVII, por meio do alvará régio de 7 de maio de 1705, atendendo a um pedido de autorização para construção de uma igreja em suas terras, requerido por Antônio da Silva Pimentel e sua esposa Isabel Maria Guedes de Brito, a Rainha da Inglaterra, Infanta de Portugal e Regente do Reino, D. Catarina, por impedimento do seu irmão, o Rei D. Pedro II, decretou:

Faço saber que havendo respeito ao que me representou Antonio da Silva Pimentel, morador no estado do Brasil, para lhe conceder licença para erigir uma igreja nas terras de Jacobina, no Sertão da Baía, de que é senhor e

---

<sup>72</sup> Catequizou os Índios kiriris do Sertão da Baía e Rio S. Francisco, fundou várias aldeias, aprendeu a língua e tornou-se conhecido como Apóstolo dos Quiriris.

<sup>73</sup> A esse respeito, se pronunciou João de Barros: “E mesmo que os mais robustos entre eles possam resistir à inclemência do ar, matá-los ia a fome, como nos ensina a experiência. Com efeito, quem poderia susten –tar essa enorme multidão de homens? Nosso colégio, talvez? Nosso poderosíssimo rei, talvez? Mas nem com todo tesouro da rainha. Dirá alguém que reduzindo-se os índios, se lhes ensinará a cultivar a terra, a plantar o que precisarem, a fazer roça para se sustentarem. Justo. Mas aí pergunto: por que não foi feito nos casos anteriores? E se foi feito, por que os índios são extintos? Finalmente, enquanto a terra não produz seu fruto para que eles possam alimentar, como subsistiriam nesse meio tempo? Jejuando?” (SANTOS, 2017. p. 43).

possuidor, e nomear nela clérigo idôneo a satisfação do arcebispo, que administre os sacramentos aos índios da aldeia dos paiaiaes, sita nas ditas terras [...] hei por bem conceder-lhe licença para erigir a dita igreja (COSTA, 1916, p. 250).

Desta feita, a igreja construída ficou sob a administração dos padres franciscanos, que fora também uma solicitação de Antonio da Silva Pimentel, sob o argumento de que estes já atuavam na região e, considerando o temor que existia em relação aos payayás, seria difícil conseguir outros religiosos para a catequese dos índios (SANTOS, 2011, p. 128). Assim, surgiu a Aldeia do Bom Jesus da Glória<sup>74</sup>, onde atualmente se localiza a cidade de Jacobina, instalada pelos missionários franciscanos. Santos (2011, p. 131) dá notícias de que foram a deserção indígena, embrenhando-se no mato, as secas e as epidemias que dizimavam os índios, os maiores desafios postos às missões franciscanas.

Segundo Costa (1916, p. 249-250), foi criada a Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina (que compreende hoje a região de Campo Formoso), através de um Ato, em 1682, pelo primeiro arcebispo da Bahia, D. Gaspar Barata de Mendonça, a qual se presumia ter cerca de 300 léguas. A criação da Freguesia de Santo Antônio de Jacobina, no entanto, só se deu em 1752<sup>75</sup>.

### 3.2 O CICLO DO OURO E O DEVASSAMENTO NA VILA DE JACOBINA

Com a descoberta das minas de ouro nos primórdios do século XVII, iniciou-se o devassamento no território de Jacobina, realizado por aventureiros colonos e seus escravos, vindos de recantos longínquos que se aglomeraram à margem do rio Itapicuru Mirim, em busca do enriquecimento pela exploração das serras jacobinenses. Kátia Mattoso (1992, p. 78) afirma que o ouro descoberto em Jacobina promoveu o povoamento e a circulação de mercadorias e pessoas.

---

<sup>74</sup> De acordo com Santos (2017, p. 131), na Aldeia do Bom Jesus da Glória, logo surgiram “a Igreja com seu cruzeiro, alpendres, um campanário de madeira, e um pequeno mosteiro onde moravam dois missionários, seguindo-se ao redor do largo da Missão, as choupanas dos índios. A oeste da Igreja ficavam as terras do patrimônio, onde os índios cultivavam, caçavam, criavam gado e a lagoa e rios vizinhos, onde pescavam e extraíam o barro para a confecção de utensílios domésticos.”

<sup>75</sup> Segundo Raphael Rodrigues Vieira Filho (2009, p. 47), a Freguesia de Santo Antonio de Jacobina teria sido criada em 1758, entretanto, não apresenta a fonte que sustenta essa afirmação, ao contrário de Afonso Costa (1916) que faz referência à fala do Presidente da província, Herculano Ferreira Pena e ao historiador F. Vicente Viana, afirma ter ocorrido em 1752, o que nos levou a fazer essa opção.

A autorização da abertura à exploração das minas e criação das Vilas de Jacobina exigiu cautela da Coroa, pois esta temia o aumento do fluxo de pessoas e tomou medidas com o propósito de proteger e isolar a região, como a proibição da comunicação pelo sertão da Bahia com as minas de São Paulo, o que, no entanto, levou à abertura de outras rotas clandestinas. Em carta encaminhada ao vice-rei Marquês de Angreja, em 17 de agosto de 1717, o rei revela possuir informações a respeito do Sertão das Jacobinas, do seu povoamento e das riquezas:

[...] sou informado que a terra de Jacobina que dista desta cidade setenta léguas pelo sertão a dentro, é povoada há muitos anos de moradores com muitos Currais de águas e gados [...] em que há algumas aldeias de gentio que missionam os frades franciscanos e uma vigararia que compreende toda a barra do rio de São Francisco e se compõem de mil e quinhentos fogos e que já alguns anos que se abriram na dita parte minas de bom ouro e se vão continuando, tendo acudido a elas de São Paulo bastante gente, e é notório haver ali bom cristal e que risca vidro, e também ametistas. (IVO, 2012, p. 46-47).

Por fim, após relatório apresentado pelo engenheiro português, Miguel Pereira Costa, em 1720, contratado para descrever os sertões, o qual ressalta a qualidade e abundância do ouro encontrado, o rei decidiu abrir as minas da Bahia à mineração, ao mesmo tempo em que ordenou o estabelecimento de uma vila com seu Magistrado em Jacobina. Assim, em 5 de agosto desse mesmo ano, Vasco Fernandez César de Menezes, o Vice-Rei e Capitão General de mar e terra, mandou criar e estabelecer a vila para que os moradores e mineiros vivessem com maiores obrigações de vassalos e os católicos fossem atendidos em suas reclamações pela falta de administração dos sacramentos e da justiça.

Coube ao Coronel Pedro Barbosa Leal, responsável pela exploração do salitre e ametista na serra de Jacobina (MATTOSO, 1992), a incumbência de instalar a vila de Jacobina onde melhor atendesse aos interesses dos que a habitavam. Desse modo, em 24 de junho de 1722, em cumprimento à ordem recebida, o coronel informa ao vice-rei que o lugar escolhido seria:

[...] no logar e terreno que está entre a missão N. S. das Neves e o boqueirão das serras, por onde vai caminho para o sítio das Caraíbas e para o logar onde hoje existe a Igreja de S. Antonio, matriz da dita Jacobina, principiando de uma baixada que está abaixo da casaria da aldeia da dita missão para a parte do sueste, até o alto que vai para dito boqueirão das serras (COSTA, 1916, p. 240).

O coronel Barbosa Leal justificou a escolha alegando que seria a vila próxima às principais águas, o que favoreceria a comodidade dos moradores e comerciantes que por ali

chegassem; por ter pedras propícias à construção de futuras obras; por ser uma região mais aberta e livre de serras; por possibilitar a vizinhança da estrada real e, como ele afirma, “por outras muitas circunstâncias ponderadas e consideradas pelo dito coronel” (COSTA, 1916, p. 240). No entanto, as ditas terras, onde havia sido escolhida a sede da Vila de Jacobina, pertenciam ao Coronel Garcia D’Ávilla, com quem o coronel Pedro Barbosa Leal não tinha boas relações, este, gozando de prestígio junto à Coroa, queixou-se da ocupação de suas terras pela vila, justificando lhe ser prejudicial, ao que o rei, prontamente, o atendeu, transferindo a vila para outro lugar. Por conseguinte, em portaria de 15 de fevereiro de 1724, Vasco Fernandes César de Menezes ordenou ao desembargador e ouvidor geral Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira que procedesse à transferência da vila, o qual considerou o dito lugar, onde havia sido erigida a vila, inadequado, alegando ser distante das minas e distrito onde os mineiros trabalhavam, estando a mais de 21 léguas, além de não haver moradores nem povoação ali. Ao passo que o ouvidor resolveu criar, em 05 de junho do mesmo ano, a vila no sítio e arraial da Missão do Bom Jesus, considerando ficar no meio das minas, o que seria muito vantajoso, por haver mais de trinta moradores, além da aldeia de índios e a igreja e por haver estrada para o rio São Francisco e Minas Gerais.

[...] [E] com efeito fez e creou a vila no dito sítio com o nome S. Antonio de Jacobina, e ordenou que nela se fizessem ou comprassem casas para audiência e câmara, e que se fizesse cadeia para nela se recolherem os delinquentes e criminosos, e que os oficiais de justiça residissem nela continuamente, e que todos os moradores a tivessem e reconhecessem por vila de hoje em diante e fosse lugar em fôro público, para se tratarem as causas e litígio, e que os moradores assim tivessem entendido (COSTA, 1916, p. 245).

Nesse ínterim, coube ao ouvidor, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, definir as freguesias pertencentes à referida vila, as quais deveriam compreender: a Freguesia de Santo Antônio de Pambu, a Freguesia de Santo Antônio de Jacobina, a Freguesia de Santo Antônio de Urubu e a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial.

Conforme Neves e Miguel (2007), nos sertões da Bahia, até o início do século XVIII, a região ocupada limitava-se, praticamente, às margens sanfranciscanas e seus afluentes. Com a exploração das minas, no final do século XVII, se estabeleceram “os caminhos do sertão da Bahia”. Em decorrência dessa descoberta, tais terras passaram a ser povoadas por aventureiros bandeirantes paulistas e sertanistas.

A atuação de Pedro Barbosa Leal não se limitou à instalação da Vila de Jacobina, conforme mostrado anteriormente. O coronel foi designado pela coroa para construir a Vila de

Rio de Contas (1724) e a estrada de ligação entre essas duas vilas, conhecida como a estrada real, que correspondeu à primeira estrada aberta no interior da Bahia (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 79). Por conseguinte, Jacobina e Rio de Contas tornaram-se os primeiros núcleos de ocupação efetiva nos sertões da Bahia, em função das atividades de mineração.

Essa estrada significou, além de via comercial, a possibilidade de fixação de populações ao longo do seu curso e criação [de] pontos de apoio para viajantes e estabelecendo novas alternativas de aglomerados populacionais (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 79).

Segundo Costa (1916, p. 272), quando foi ordenada a abertura da estrada real, o coronel Barbosa Leal constatou a existência de “setecentas bateas (sic) ‘lavorando ouro’ e desta feita arrecadara em quintos 4.428 oitavos do precioso metal”. O autor calcula que haveria ali uma população de cerca de mil e quinhentas almas.

Em 1727<sup>76</sup>, foram instaladas as Casas de Fundição de Jacobina e Rio das Contas, por ordem do governador da Metrópole ao governador da Província da Bahia, que apresentavam uma produção bastante considerável<sup>77</sup>. A respeito da quantidade de ouro extraído na primeira metade do século XVIII, Ivo (2012, p. 220), com base no trabalho de Noya Pinto (1979), assevera que as minas localizadas em Jacobina, Vila do Rio de Contas e do Araçuaí e Fanados foram as que mais produziram em todo o complexo de Minas Gerais e da Bahia. É importante salientar que a existência da mineração nessas localidades promoveu o contato entre os diferentes povos, línguas e culturas, conforme aponta a autora:

Nas Américas, o espaço da mineração foi profícuo às variadas formas de contato estabelecidas entre africanos de diferentes Áfricas, europeus de diversos lugares e indígenas de variadas regiões. Seja pelo conflito ou acordo, acomodação ou adaptação, as inusitadas estratégias de trocas culturais resultantes das misturas biológicas teceram, em diferentes matizes, as formas de trabalho nas minas dos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Saberes, formas de fazer e de modificar desses agentes, adaptaram-se não só às técnicas e aos conhecimentos um do outro, mas também aos instrumentos, a exemplo da bateia, objeto de funcionalidade múltipla e utilizado por europeus, africanos e indígenas do Novo mundo (IVO, 2012, p. 232).

Por meio de provisão, o rei ordenou, em de 21 de maio de 1729, que o vice-rei, o conde de Sabugosa, mandasse engenheiros percorrer e mapear parte do sertão mineiro e baiano. Com

<sup>76</sup> 1727 é a data do documento em que consta a ordem régia, entretanto, é possível que tenha sido autorizado o seu funcionamento no ano anterior, segundo registra Pinto (1979 apud IVO, 2012).

<sup>77</sup> Com base no trabalho de Virgílio Noya Pinto, intitulado *O ouro brasileiro e o comércio anglo português* (uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII), Isnara Pereira Ivo (2012) apresenta algumas tabelas que mostram o rendimento das minas da Capitania da Bahia, no início do século XVIII.



a falta desses especialistas, o sertanista Joaquim Quaresma Delgado foi incumbido pelas autoridades coloniais dessa função<sup>78</sup> e excursionou pelos sertões entre 1731 e 1734 em busca de minérios. Em seus relatos, registrou, com detalhes, rios, riachos, morros, serras, fazendas e os habitantes. Produziu seis roteiros, denominados derrotas, dentre eles: *Derrota feita da cidade da Bahia para Minas de Jacobina, Rio de Contas e Minas Novas, e o mais viagens seguintes etc.* e *Derrota das Minas de Jacobina para as do Rio de Contas. Os roteiros de Quaresma*, como ficaram conhecidos. Os documentos elaborados por ele revelaram o sertão com uma população ainda rarefeita e com poucas casas.

Nos séculos XVIII e XIX, em Jacobina, além da rota de gado do sertão do São Francisco a Salvador, que passava por Jacobina, passaram a existir as seguintes:

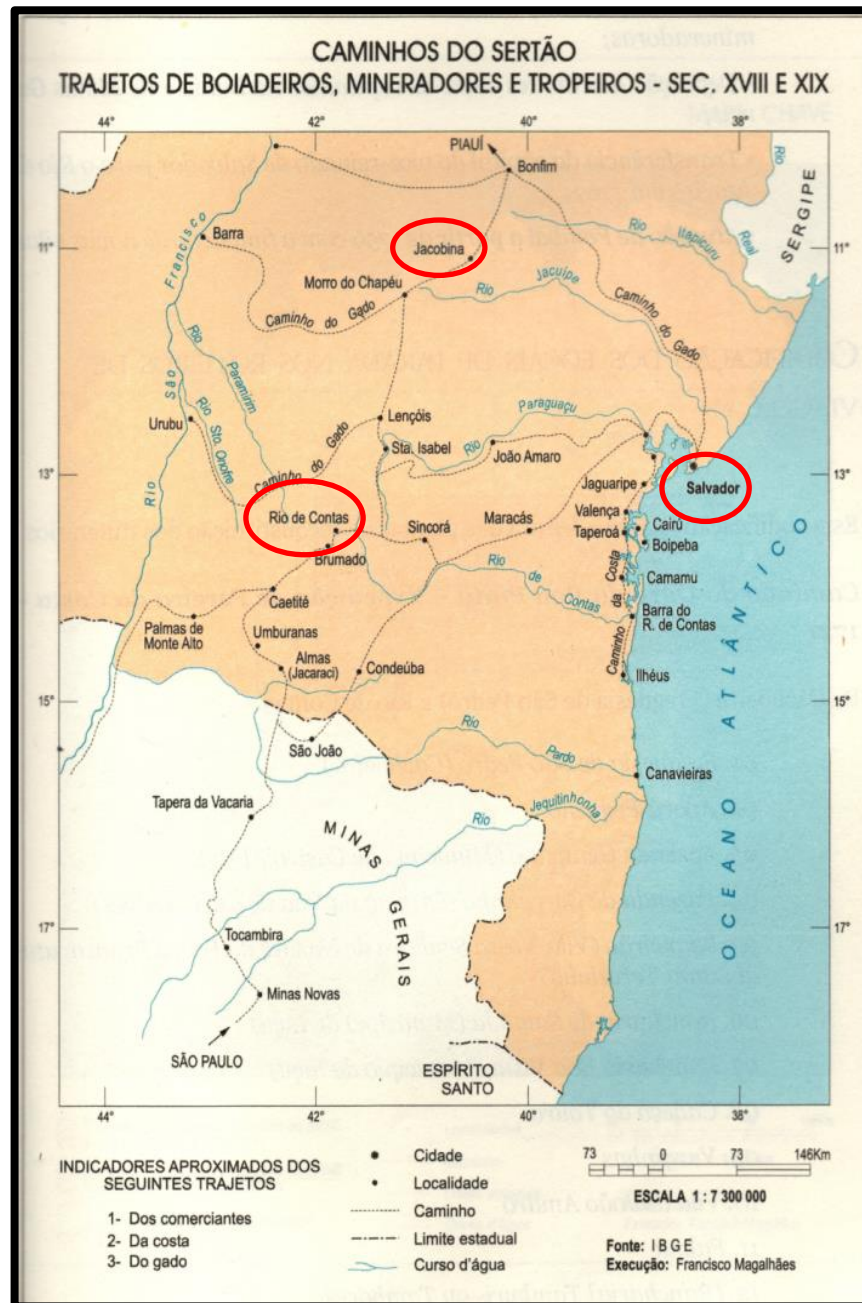
- Rota que ligava Salvador às minas em Jacobina, conhecida como Caminho do Ouro Fino (Roteiro de Quaresma Delgado);
- Rota que ligava as Minas de Jacobina para o Rio de Contas, conhecida como Estrada Real (Roteiro de Quaresma Delgado);

Não obstante, segundo Mattoso (1992, p. 64-65), devido à precariedade dos caminhos do Sertão, até meados do século XIX, Salvador ainda importava quase toda a carne-seca por via marítima. Ao contrário do Recôncavo e do Agreste, só se tinha acesso ao sertão por meio de caminhos abertos pelas boiadas.

---

<sup>78</sup>Cf. Portaria de 11 de janeiro de 1731.

**Figura 1** – Mapa com os trajetos de boiaqueiros, mineradores e tropeiros – Séculos XVIII e XIX.



Fonte: Neves; Miguel (2007), com alterações.

### 3.3 A VILA DE JACOBINA: POPULAÇÃO E ESPAÇO TERRITORIAL

Conforme dados apresentados pelo historiador Afonso Costa (1916, p. 274), em 1725, a população da Vila de Santo Antônio de Jacobina era inferior a duas mil almas. Em 1775, conforme informações apresentadas pelo governador Manoel Cunha Menezes ao presidente do

conselho de ministros Martinho de Melo Castro, haveria, na vila, 321 fogos e 3.120 almas, ou seja, um crescimento de um pouco mais de mil habitantes. No início do século XIX, a população era de aproximadamente em 5.428 habitantes e, em 1875, esse número corresponderia a 26.928.

Ao analisar documentos referentes à Vila de Jacobina, Héli da Santos Conceição (2015, p. 19-20) elaborou um gráfico que revela o perfil demográfico dos habitantes do sertão, tendo como fonte o rol de pessoas que satisfizeram confissão na Matriz da Vila de Jacobina, em 1720, cuja anotação foi realizada pelo pároco. Consta nos registros um número total de 2.098 indivíduos, os quais estavam espalhados por fazendas e sítios de 95 localidades, distribuídas em três núcleos centrais: O núcleo de povoamento de Jacobina, com sede no Sítio da Missão, o núcleo de sítios e fazendas em torno do Morro do Chapéu, os povoados às margens do Rio São Francisco e Barra do Sento Sé. Segunda a pesquisadora, a rarefação da ocupação territorial era uma característica geral e, em alguns sítios, havia apenas um domicílio, enquanto, em outros, entre 10 e 18 fogos.

Ainda com base nos dados demográficos colhidos, Conceição (2015, p. 20), revelou a predominância de homens, sendo cerca de 40% escravos e 24% livres; em seguida, as mulheres escravas, correspondendo a 19% e mulheres livres 12%; os demais, homens e mulheres assistentes e forros compreendiam, no total, a apenas 3% dos indivíduos listados. Desse modo, mais da metade era formada por escravos, conforme o esperado, visto que se tratava de uma sociedade escravagista. A população era bastante heterogênea, formada essencialmente por colonos brancos, negros e índios, pertencentes a diferentes grupos, advindos de diferentes lugares.

Na obra *Através da Bahia: excerptos da obra Reise in Brasilien*, Von Spix e Von Martius (1938)<sup>79</sup>, ao descreverem a Vila do Rio de Contas, por volta de 1819, estimam haver ali cerca de novecentos habitantes, porém, ao se referirem à diocese, que era administrada pelo vigário geral de Jacobina, informam que este número ficaria em torno de nove mil. Em seus relatos, os autores revelam a presença de um “[...] professor régio de latim, homem de erudição verdadeiramente clássica, provava que os frutos do espírito também amadurecem no difamado clima tropical”.

Em *Mapa do Município, Distritos de Paz e os respectivos Quarteirões e dos Habitantes desta Comarca de Sto. Antonio de Jacobina – 1836*, elaborado pelo Juiz de Direito Ângelo Moniz da S<sup>a</sup> Ferraz, é possível acompanhar o número de habitantes, no período informado,

---

<sup>79</sup> A obra diz respeito a relatos de viagem publicados sobre o Brasil no início do século XIX, referente à excursão realizada, ao longo de quase três anos (1817-1820). Nesse caso, são os trechos referentes à passagem pela Bahia, traduzidos e publicados no Brasil, em 1938.

considerando as categorias: Homens e Mulheres: livres; africanos libertos; indígenas libertos, africanos escravos e indígenas escravos. No entanto, são apresentados, a seguir, apenas os dados referentes à Vila de Jacobina, que correspondia a uma população total de 11.708. Desse modo, foram omitidas, neste trabalho, as informações referentes à Vila Nova da Rainha, bem como a divisão referente ao gênero.

**Quadro 7 – População da Vila de Jacobina em 1836**

Distritos de Paz	Quarteirões	Livres	Libertos			Escravos		
			Africanos	Indígenas	Total	Africanos	Indígenas	Total
Villa de Jacobina	12	3586	14	74	88	84	546	630
S. Gonçalo Riachão	24	4687	8	19	27	48	258	306
N. Senhora da Saude	14	2058	3	31	34	35	257	292
Morro do Chapeo	5	1465	7	16	23	39	142	181

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de Vieira Filho (2009, p.79).

No tocante às informações apresentadas anteriormente, obtidas de diferentes fontes, elaborou-se um quadro populacional da Vila de Jacobina, no período compreendido entre 1725 e 1872, a fim de melhor visualizar o crescimento ocorrido nessa região:

**Tabela 1 – Evolução populacional da Vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)**

ANO	POPULAÇÃO
1720	2.098
1775	3.120
1800	5.428
1817	9.000
1836	11.708
1872 <sup>80</sup>	18.582

Fonte: elaboração própria.

<sup>80</sup> Neste censo, já não estava incluído o distrito de Morro de Chapéu.

Os dados apresentados condizem com as constatações de outros pesquisadores relacionadas ao povoamento dos sertões, os quais afirmam que:

Os núcleos populacionais sertanejos permaneceram, por muito tempo, mundos perdidos, isolados, com a população rarefeita e itinerante. Somente a partir do século XIX esse quadro começou a mudar, com o crescimento demográfico e a abertura de novas vias de comunicação, que incrementaram circuitos comerciais internos (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 21).

Com esse mesmo propósito, Mattoso (1992) mostra que, em recenseamento realizado pelo Marquês de Valença, em 1779<sup>81</sup>, apesar de não oferecer dados muito confiáveis, é possível compreender como se deu a dinâmica populacional naquele período, na província da Bahia. Vejamos os números apresentados:

Para os 277.025 habitantes apontados no recenseamento, 8,7% estavam concentrados na comarca de Jacobina, o que corresponde a uma população de 24.103 habitantes. Esse número, apesar de representar um percentual pequeno, conferia à comarca um ranking de 3º lugar na Capitania, visto que mais da metade da população estava na comarca da Bahia (MATTOSO, 1992, p. 84).

A partir dos dados obtidos no Recenseamento do Marquês de Valença (1779); no Cadastro da população da Bahia, localizado no Arquivo Municipal de Cachoeira (1808); nos Recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1872; 1890), a historiadora chega às seguintes conclusões:

- Houve um crescimento de 2.933% na Comarca de Jacobina, que atendia a uma área muito extensa, pois compreendia o Agreste e o Sertão, atravessando o Rio São Francisco;
- Entre 1800 e 1890, o número de paróquias na região de Jacobina passou de 13 para 56, crescimento que correspondeu a 330%;
- No interior, a população passou de 20,6% da população recenseada (em 1800) para 56% em 1890 (MATTOSO, 1992, p. 88-89).

É interessante, sobretudo, observar que a povoação da Comarca de Jacobina cresceu vertiginosamente ao longo do século XIX e a população no interior baiano passou a representar mais da metade da população da Província.

---

<sup>81</sup> Kátia Mattoso (1992, p. 83) esclarece que, apesar de datado de 1780, fica claro que a data de realização do recenseamento foi no anterior, visto que o mapa se refere ao ano pretérito.

Ao apresentar dados demográficos da região semi-árida da Bahia, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lúcia Almeida (2011) acentuam que a abertura de estradas entre Jacobina e Rio de Contas favoreceu um fluxo maior de pessoas transitando nessa região.

O pesquisador Raphael Rodrigues Vieira Filho (2009, p. 80-81) apresenta dados referentes ao número de habitantes na Vila de Jacobina, no século XIX, localizados em documentos disponíveis na APEB. Assim, com base em correspondências emitidas por juízes, informa que:

- Em 1852, consta a existência de 22 mil almas, de acordo com correspondência enviada pelo juiz municipal de Jacobina, José Antônio Rocha Viana;
- Em 1856, esse mesmo juiz apresenta um número da população total de 39.305 pessoas livres e 2.660 pessoas escravizadas, o que representa um crescimento considerável em apenas quatro anos;
- Em 1857, no mapa enviado pelo juiz municipal consta um total de 19 mil almas, não sendo contado, portanto, o distrito de Monte Alegre, que já havia sido emancipado.

Vieira Filho (2009) chama atenção para a diminuição da população em Jacobina no censo de 1872. Nesse caso, a razão dessa discrepância deve estar no fato de que alguns distritos não mais pertenciam a Jacobina.

No Recenseamento Imperial de 1872<sup>82</sup>, encomendado por D. Pedro II, a população de Jacobina constava de 17.327 pessoas livres e 1.255 escravizadas. É possível também obter informações relacionadas a atributos pessoais e socioeconômicos, como: sexo, condição, cor, estado civil, religiosidade, nacionalidade, nível de alfabetização, defeito físico, número de casas e de fogos. Da população total, 15.575 pessoas eram tidas como analfabetas e apenas 1.752 alfabetizadas.

A Capitania Geral da Bahia, na segunda metade século XVIII, estava dividida em seis comarcas: a de Salvador, a de Ilhéus, Porto Seguro, Jacobina, Sergipe Del Rei e a do Espírito Santo. A comarca de Jacobina cobria quase todo o sertão e, por algum tempo, administrou a

---

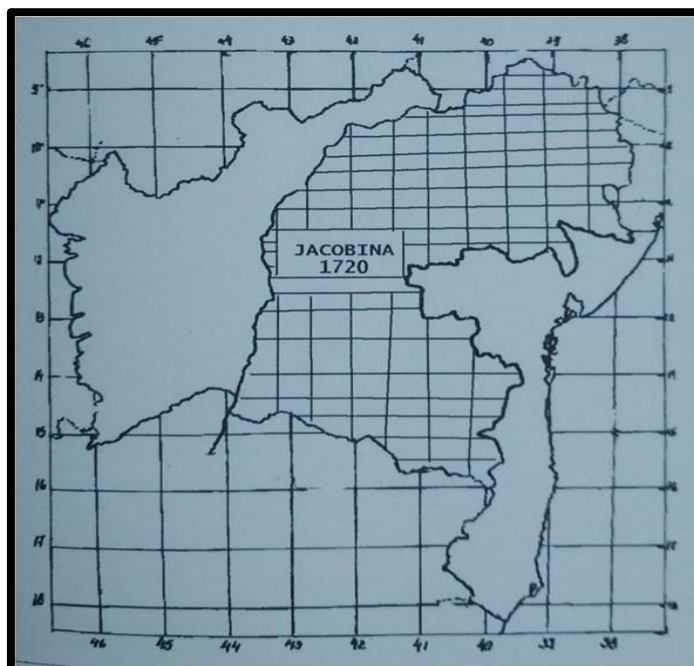
<sup>82</sup>Todas as informações podem ser acessadas no Banco de Dados pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd/ FACE/UFGM, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>. Os dados estão organizados em planilhas eletrônicas que permitem que se faça a análise separadamente ou por meio de aglutinações.

região de Minas Novas. Durante o setecentos, “as comarcas do Serro Frio e a de Jacobina, muito distantes entre si, tinham a tutela administrativa daqueles sertões” (IVO, 2012, p. 32).

No entanto, o território foi sendo modificado, visto que alguns distritos foram sendo emancipados e/ou desmembrados. Assim, em 1746, foi desmembrada a Freguesia de Urubu de Cima. Ao longo do século XIX, outras freguesias foram sendo emancipadas: a Freguesia de Monte Alegre (1857), a Freguesia de Morro do Chapéu (1864). De modo que, no censo de 1872, faziam parte da Vila de Jacobina, apenas as seguintes freguesias: Santo Antônio de Jacobina, São Coração de Jesus no Riachão e Nossa Sra. da Saúde de Jacobina. A Freguesia do Riachão do Jacuípe só foi emancipada em 1878. Assim, é possível constatar, nos mapas (Figuras 2 a 5), como foi se alterando o território da comarca de Jacobina, do século XVIII ao século XIX.

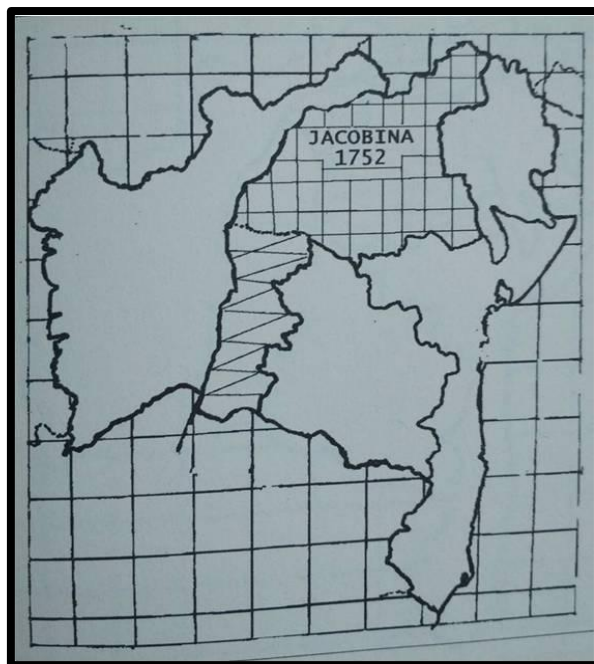
No que concerne às freguesias, Riachão do Jacuípe é descrito por Costa (1916) como uma localidade em decadência no município, apesar de possuir “terrenos fartamente adaptáveis à agricultura, postos propícios a todos os ramos da indústria pastoril”. Em 1832 teve uma cadeira de primeiras letras para meninos, foi elevada a freguesia em 1838 e em 1839 foi criado distrito de paz.

**Figura 2** – Mapa do território de Jacobina - 1720



Fonte: VIEIRA FILHO (2009, p. 183).

**Figura 3** – Mapa do território de Jacobina - 1752



Fonte: VIEIRA FILHO (2009, p. 184).

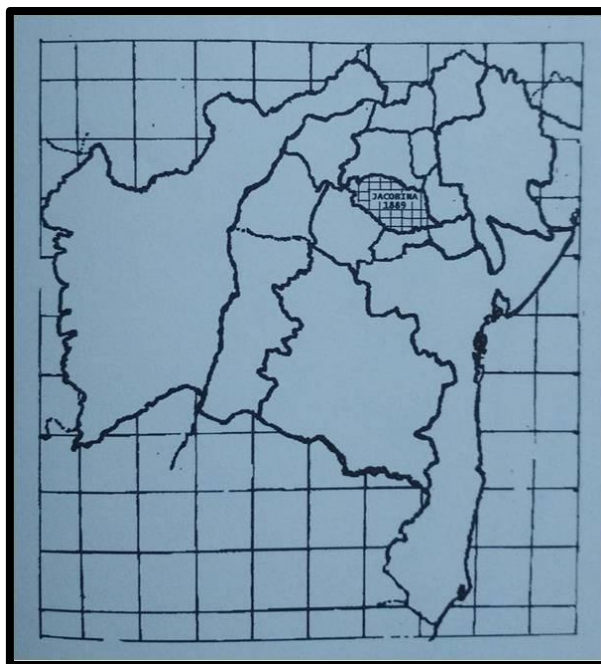
**Figura 4** – Mapa do território de Jacobina - 1827



Fonte: VIEIRA FILHO (2009, p. 185).



**Figura 5** – Mapa do território de Jacobina - 1849



Fonte: VIEIRA FILHO (2009, p. 186)

É imensa a perda territorial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, pode-se dizer que, em 1889, a área de Jacobina correspondia a 5% da área compreendida em 1720. Isso se deu em função do desenvolvimento das atividades econômicas, relacionadas, sobretudo, à agricultura e pecuária, das vilas e povoados que foram conquistando a emancipação. Na Bahia, durante o período colonial, foram criados 33 municípios, o que representava o maior número dentre as províncias e, durante o Império<sup>83</sup>, 62 novos municípios. Desse modo, ao analisar os dados populacionais, é necessário considerar a compartimentação territorial que ocorreu durante o período a ser investigado.

Com a descoberta das jazidas de diamante em outras cidades do interior baiano, ocorreu o êxodo de aventureiros e mineiros, instaurando, em meados dos oitocentos, o declínio das atividades mineradoras em Jacobina, o que levou a população à busca por alternativas que garantissem a manutenção da economia, como o investimento da agricultura e a importação de gado, o que, de acordo com o historiador Afonso Costa (1916, p. 295), suas transações comerciais faziam circular na região muitos homens e riquezas, transformando-se no “empório expedidor de fazenda, miudezas e ferragens para os sertões de Bahia, Goiás e Piauí”.

---

<sup>83</sup> De acordo com Adilar Antonio Cigolini (2015), em artigo intitulado *Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro*.

O memorialista Afonso Costa (1916, p. 287), após destacar a grandeza da sua terra no século XVIII, mostra-se descontente com o fato de que a Jacobina no século XIX “coube-lhe de certa feita a minguada esmola de um estabelecimento escolar”. Assim, segundo ele, somente em 1820 fora criada a primeira escola para meninos e, em 1847, a escola para meninas. No entanto, Casal (1817, p. 242) informa haver “mestre régio de latim”, informação que pode ter como fonte Vilhena (1969), que faz referência a escolas na vila de Jacobina ainda no século XVIII, conforme apresentado na seção anterior.

Na *Corografia Brasília ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*, produzida em 1817, Manuel Aires de Casal, apresenta características da Província da Bahia, que era formada por três comarcas: a de Ilhéus, a da Bahia e a de Jacobina. O autor refere-se a Jacobina como uma “vila considerável, e residência ordinária do Ouvidor da Comarca” e descreve, de forma sucinta, aspectos relacionados à estrutura e ao funcionamento da localidade, diz haver uma:

[...] grande, e vistosa rua, e outras pequenas, todas de casas chãs, quase geralmente de pedra, e alveadas com tabatinga, que há na sua vizinhança. É atravessada por uma ribeira, denominada Rio do Ouro, que se passa por uma ponte. Além da igreja paroquial, cujo padroeiro é Santo Antônio, tem duas ermidas dedicadas uma ao Bom-Jesus, outro a Nossa Senhora do Rosário (CASAL, 1817, p. 242).

A imagem seguinte (Figura 6) é o retrato mais próximo da descrição feita por Casal (1817) a respeito da Vila de Jacobina, naquele período. Ao fundo, localiza-se a Igreja Matriz de Santo Antonio, atravessada pelo Rio do Ouro (não legível na imagem), à frente, algumas casas, a cadeia e a câmara municipal.

**Figura 6** – Fotografia parcial de Jacobina, no início do século XX



Fonte: Costa (1916, p. 275).

Por fim, entende-se que, embora apresentados de forma sucinta, esses aspectos da sócio-história da Vila de Santo Antônio de Jacobina, sobre como se deu o seu processo de formação, sua ocupação territorial e povoamento, possibilitam compreender melhor os dados de escolarização a serem analisados nas seções seguintes.

#### 4 INSTRUÇÃO PÚBLICA DE PRIMEIRAS LETRAS NO SERTÃO DA JACOBINA

Como havemos dito na analyse fraca mas conscienciosa dos arts 57 e 118 do Reg. Org. entendemos e com nosco muita gente entende que, um professor primário que ordinariamente pertence a classe menos favorecida da fortuna, depois de haver estudado por 3 annos, cursando as aulas da escola normal, que nem sempre são felizes em seus exames principalmente depois do minucioso exame do jury constituído pela comissão de vigilância, depois do muito trabalhar para obter uma carta de professor interino é nomeado (se tem bons padrinhos) para **servir n'uma cadeira do longínquo sertão, ou de lugares inteiramente [brabos] de civilização, onde não se encontra a menor sociabilidade e onde a penúria ou carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade são os seus principaes predicados; separado assim do mundo civilizado, desterrado de sua pátria natal e de sua família, na perigosa idade das paixões, perseguido pelas moléstias endêmicas que se encontram nesses lugarejos, ocasionadas pela mudança dos climas, passa amargurada vida 5, 6, e mais anos, trabalhando incessantemente com meninos rústicos cujos paes o mais das vezes não teem o menor vislumbre de civilidade (salvo sempre honrosas excepções) supportando com resignação evangelica todas as vicissitudes inherentes ao seu emprego,** bem como remoções em desagravo das potencias eleitoraes e preterições dos lugares que lhes couberem por acesso legal, afim de ter jus a suspirada vitaliciedade, entendemos, digo, que depois de um professor passar por todos esses tramites vindo a obter vitaliciedade deve ter sua carreira segura e um futuro que lhe garanta o pão para si e seus filhos [...] (O LIDADOR, 1867, p. 2, grifos nossos).

O excerto acima diz respeito ao artigo intitulado *A demissão dos professores vitalícios*, publicado no *Jornal O Lidorador*<sup>84</sup>, em 1847, cujo objetivo era defender os direitos garantidos ao magistério, considerando o que prescrevia o Regimento Orgânico da Província da Bahia, aprovado em 1861. No entanto, o discurso revela a visão do sertão como um lugar “bravo” e temeroso, e o professor do sertão assume a figura de um desbravador que vai enfrentar “meninos rústicos” e suportar com “resignação evangélica as vicissitudes inerentes ao seu emprego”. A imagem retratada, pelo editor, de um professor no sertão baiano, no século XIX, vai sendo esboçada a partir dos seguintes predicados: “separado do mundo civilizado”, “perseguido por moléstias endêmicas”, “trabalhando com meninos rústicos”, “desterrado de sua pátria natal e de sua família”, “passa amargurada vida” (O LIDADOR, 1867).

Todas essas sentenças, na verdade, correspondem a um estereótipo negativo das regiões interioranas, representadas como um lugar “inculto”, “incivilizado”, “atrasado”, “pobre”, “rural”, o que reflete a visão dicotômica: litoral-civilizado X sertão-bárbaro. Essa imagem foi

<sup>84</sup> O Jornal O Lidorador, de propriedade de Antonio C. da S. E. Oliveira era um periódico, de circulação semanal publicado em Santo Amaro, na região do Recôncavo baiano, na década de 1860. Seus redatores eram Dr. Jayne de Almeida Couto, Dr. Cid Cardoso e Dr. RicarteDeiró. Documento disponível em APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 3958.

disseminada ao longo dos anos por memorialistas, romancistas, viajantes, historiadores, dentre outros produtores de discursos, que viam esses espaços como um mundo sem ordem (LIMA, 2006)<sup>85</sup>.

Diante dessa representação construída e fortemente difundida a respeito do, então, desconhecido sertão baiano e, ainda, considerando as condições de trabalho e os baixos salários oferecidos, podemos afirmar que a contratação de professores para assumir cadeiras de primeiras letras nas vilas e povoados daquela região consistia em um grande desafio. Cabe, pois, inquirir sobre quem eram os professores desbravadores a ensinar as primeiras letras àqueles meninos rústicos? E, ainda, sobre como funcionavam as aulas na Vila de Jacobina, nos primeiros anos do Império?

#### 4.1 SER PROFESSOR NO IMPÉRIO: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES

De acordo com as condições impostas pela Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827, o magistério público poderia ser exercido apenas por cidadãos brasileiros “sem nota na regularidade e na conduta”, mas não definia a idade mínima para exercer a função. Para ser admitido, os professores deveriam ser “examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; aguardando, assim, a sua nomeação pelo governo (BRASIL, Lei e 15 de outubro de 1827)<sup>86</sup>.

Ao tratar do processo de seleção dos professores públicos régios, Tereza Fachada Levy Cardoso (1999, p. 115) assevera que, para participar do exame, o candidato não precisava apresentar diploma ou realizar pagamento algum. No entanto, era-lhe necessário comprovar boa conduta e bons antecedentes, atestados por meio de documentos fornecidos pelo pároco e pela polícia, respectivamente.

André Paulo Castanha (2007, p. 102), em sua tese intitulada *Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no império: descentralização ou centralização?* ratifica que, em função da carência de professores habilitados e interessados, o que implicava no número reduzido de candidatos, qualquer um que tivesse conhecimentos elementares mínimos poderia ser provido

---

<sup>85</sup> Em seu artigo *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca*, Kalina Vanderlei Lima esclarece que o termo *sertão* remonta ao século XVI, pois foi “construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. Esse imaginário criou uma dicotomia entre o espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem” (LIMA, 2006, p. 43).

<sup>86</sup> Desde a segunda metade do século XVIII têm sido realizados exames para o ofício do magistério, no Brasil. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 166).

interinamente com o ordenado reduzido. Com isso, muitos professores desqualificados foram nomeados temporariamente. Acrescenta ainda que, quanto à idade mínima para exercer o cargo de professor público, visto que muitos jovens haviam se apresentado, uma decisão do Imperador<sup>87</sup>, em 1830<sup>88</sup>, determinou que esta corresponderia a vinte e cinco anos, com exceção para os casados ou oficiais militares. Para esses, seria possível aos vinte e um anos de idade. Tal decisão implicou no número ainda mais reduzido de candidatos à função de magistério público.

O número reduzido de candidatos à docência era justificado, muitas vezes, pelas condições materiais e salariais apresentados ao magistério. No Império brasileiro, as situações de trabalho do professor estavam condicionadas a algumas variáveis

como a localização das escolas, (áreas urbanas centrais ou áreas suburbanas e rurais), a efetividade ou a substituição no cargo, o número de matrículas, o valor dos aluguéis das casas escolares (que, em regra, era descontado dos vencimentos do professor) (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 170-171).

Os autores ressaltam ainda outras diferenças relacionadas às condições de trabalho e remunerações que variavam de forma acentuada entre os profissionais de ensino e estabeleciam hierarquias sociais.

Em função disso, encontrar indivíduos qualificados ao ofício do magistério representava um grande desafio, especialmente para atuar nas vilas e povoados que se localizavam no interior das províncias, considerando-se os baixos salários, recursos parcos e péssimas condições de trabalho.

Na *Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa*, em 1848, ao tratar das Aulas Elementares, na seção intitulada *Instrucção Publica*, evidencia-se a preocupação com a remuneração dos professores, considerada, por ele, a causa das deficiências no ensino público:

[...] Cabe aqui ponderar, que não obstante a imperfeição das nossas Aulas elementares, muitos Professores são assíduos ao ensino, e cumprem com seus deveres: **em geral são elles mal retribuidos, sendo certo que as funções mal pagas, são mal preenchidas.** Não sei porque fatalidade em todas as partes, comparativamente com os mais funcionarios do Estado, os

<sup>87</sup> Conforme Castanha (2007, p. 102), trata-se da Decisão n. 222, do Ministério dos Negócios do Império, de 10 de dezembro de 1830.

<sup>88</sup> Em função do crescente interesse de jovens em se candidatar ao cargo de professor público, o Imperador foi consultado a respeito da idade mínima a ser definida. Desse modo, a Coroa, considerando a Constituição do Império e a Lei de 1827, determinou que a essa função não poderia ser exercida por menores de 25 anos de idade, “por não estarem no gozo perfeito de seus direitos políticos” (CASTANHA, 2007, p. 102).

**Professores Publicos são muito mal pagos, como se os educadores da Mocidade, os encarregados do Sacerdocio civil, merecessem menos consideração, que as outras classes de Servidores da Nação! Vós não desconheceis, Senhores, que o Estado deve retribuil-os commodamente e que este expediente he mais proveitoso do que supprir ao mau andamento do serviço por um augmento impensado de agentes. Se quereis bons Professores henecessario que sejam melhor estipendiados, e, adstrictos a passarem por um crivo de provas mais severas, que atestem de modo incontroverso sua aptidão, e idoneidade. Não he isto ainda bastante; necessario se faz mais algum incentivo, que excite o zelo, e a emulação dos Professores, duplicando se ao mesmo tempo os meios de fiscalisar o seo procedimento, reprimir seos erros, e chamal-os á fiel observancia dos seos deveres. He regra em Administração, que nos serviços em que o merito dos funcionarios se pode aferir pelos resultados, que obtem, além do ordenado fixo, se lhes deve conceder uma gratificação, ou ordenado eventual** (FALLA, 1848, p. 10, grifo nosso).

Desse modo, o presidente da província defendia melhor remuneração aos professores públicos, incluindo gratificações, uma vez que, segundo ele, seria mais proveitoso investir nos servidores existentes do que contratar novos agentes, com vistas a lograr melhores resultados. Em detrimento disso, a sua proposta previa também maior rigorosidade na contratação e fiscalização do trabalho docente.

Tal pensamento é recorrente em diversos relatórios e documentos relacionados à instrução pública no Império, conforme salientam Gondra e Schueler (2008, p. 180-181), nos quais, a baixa remuneração aparece como indicativo de escassez de candidatos ao magistério ou, ainda, como uma possibilidade de renda complementar.

O discurso proferido pelo presidente da província da Bahia, o Desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinumbú (FALLA, 1857), na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, em 1857, ratifica que as vagas para professores não são preenchidas, tendo em vista o valor do ordenado. Ao lamentar o estado em que se encontrava o ensino primário no interior, argumenta que:

O professorado não é somente uma vocação, é também uma carreira: para re-  
| habilitar-o o que cumpre fazer? Debalde impor-se-hão obrigações, exigindo  
maiores habilitações dos professores e sobrecarregando-os de maior  
responsabilidade. Antes de tudo é preciso tel-os: e como? N'esta concurrencia  
(sic) geral da industria e das outras profissões civis, onde com | menores  
habilitações maiores vantagens se alcançam; como poderá a modesta carreira  
de professor achar candidatos com os quesitos neces | sarios, mediante o  
modico pagamento de 400\$ rs, por anno? Com esse | dinheiro, escrevia-me  
um distincto fazendeiro d'esta provincia, a quem | só conheço pelas judiciosas  
cartas, com que me tem honrado, tratando | do lastimoso estado, em que se  
acha o ensino primario no interior, / com o dinheiro, que actualmente recebem  
os professores não podem sub- | sistir os meus feitores, e ninguem ignora a

*distancia, que vai d'estes | áquelles! E quando assim disse eu pela primeira vez, acrescenta elle, nem a farinha estava 8\$ rs. á quarta e nem a carne a 6\$ rs. á arroba!*

Pagai-os bem, dirão alguns! É verdade, este será o remedio; mas poderão as rendas provinciais supportar esse augmento no numero de 208 escolas, que tem a província? Esta solução de vós tão somente depende (FALLA, 1857, p. 38-39).

De fato, o valor do ordenado pago aos professores não estimulava o ingresso na carreira do magistério. No Relatório sobre Instrução Pública da Província da Bahia (RELATÓRIO, 1856b), apresentado em 1856<sup>89</sup>, ao presidente da província, Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, o então Diretor Geral dos Estudos, Abílio César Borges, acentua que essa profissão não atraía sequer os que se sentiam vocacionados, pois, o valor recebido, se comparado a qualquer outro ramo de atividade, correspondia a metade do que seria possível ganhar, o que explicava, também, o acúmulo de atividades:

E qual será a razão porque ordina | riamente os Professores públicos do interior da Província, curando pou | co do exercício do magistério, empregam-se em negócios, especulações, ad | vocacia, lavoura, etc? É porque | imperiosa lei da necessidade tem mais força do que quantas leis fazem os homens – é a lei das leis. É porque | 400\$r para nada chegam muito principalmente se tem o infeliz Professor | á seu lado, mulher e filhos que vestir e alimentar (RELATÓRIO, 1856b, p. 9).

Em seu trabalho sobre *As práticas docentes e o funcionamento cotidiano da instrução pública em Pernambuco, no final do século XVIII e primeira metade do século XIX*, Adriana Maria Paulo da Silva (2007) revelou que o ofício de ensinar representava apenas uma das diversas atividades econômicas desenvolvidas pelos professores, os quais, frequentemente, ministravam aulas particulares. Tal constatação corresponde ao teor dos discursos proferidos pelos presidentes e diretores dos estudos.

Essa situação, em que o professor recorria a outros empregos, ocorria com certa frequência, especialmente nas vilas e povoados mais distantes, e fomentava embates e diferentes posicionamentos a respeito. Nesse sentido, ao ser consultado<sup>90</sup> sobre como proceder

<sup>89</sup>Documento anexo (FALLA, 1856b).

<sup>90</sup> Para melhor compreensão, transcrevemos o documento a seguir, que, apesar de não ter nome e local identificados, foi encaminhado, em abril de 1851, ao diretor geral dos estudos, possivelmente pelo presidente da Câmara de Camamu, a respeito do acúmulo de cargos públicos: “Digne-se V. Ex<sup>a</sup> esclarecer-me se os | Professores Publicos de *primeiras* letras podem ou devem | ser Juiz de Pas, Delegado, Subdelegado, e Suplen | te destes, assim como suplente do Juiz Municipa | l, pois agora da-se o caso de ser pre | ciso chamar-se ao Professor desta Vila para ser | Juiz de Pas, que se tem [determinado] que se | achavão aprovado juramentos, e como dese | jo obrar com justiça na qualidade de *Presidente* da Camara, por isso me dirijo a V. Ex<sup>a</sup> para orientar- | me como pessoa propria. | | Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup> por muitos annos. | | Camaram 1º de Abril de 1851 || Ilmo Sr. Doutor Casemiro | de Sena Madureira Direc | tor Geral das Aulas Publicas” (APEB, Maço 3867, 1851).



em relação aos professores públicos que têm acumulado diversos cargos, o Diretor Geral de Estudos, Casemiro de Sena Madureira, em agosto de 1851, encaminhou uma correspondência ao Vice-presidente da província, Alvaro Tibério de Moncorvo Lima com o seguinte posicionamento:

[fol.1r] *Ilustríssimo e Excelentíssimo* | Sr. Juiz de direito - Chefe da | Polícia.  
[espaço] da Bahia de | Agosto de 1851  
Um dos motivos que atrazão a situação primaria | elementar é a distração dos Professores nos cargos publi | cos, principalmente nas *Vilas* e Freguesias fora da capital da | provincia. De ordinario promovem elles a [*indica*] | ção de Juizes de Paz, e [*Procuradores*] [*inint.*] | muntos subdelegados ou assistentes dos Juizes Mu | nicipius, e dos Delegados de Policia para lhes sahir o interino exercicio destes empregos em que as | *maiorias* das vezes o Delegado Chefe de polícia *que* as promove | e o *Excelentíssimo* Presidente *que* os nomeia e acha *que* tais in - | dividuos são professores publicos. [...] Consta me que em algumas Comarcas ateja tem estado | alguns Professores exercendo a vara de Juiz de Direito | [*inint.*] e continuamente de Juiz Municipal como sua Funsão. [...]  
(APEB, Maço 3867, 1851)

Diante do exposto, Casemiro de Sena Madureira defende que os professores deveriam pedir escusa dos cargos a que foram nomeados ou eleitos e, caso houvesse recusa, tal atitude implicaria na perda do ordenado durante o tempo em que ocupassem tais funções. Por fim, sugere que o presidente poderia negar ao professor exercer outro emprego, caso ele considerasse incompatível com o magistério, pois:

[fol. 1v] [...] Esta autorisação evitaria | o mal que se dá em *muitas* aulas abandonadas pelos | Professores que no exercício dos empregos publicos | envolvem-se em numerosas intrigas com pessoas | de influencia, [*porisso*] *que* não podem continuar | mais tranquillos nos logares em que são estabele | cidas as suas cadeiras.  
(APEB, Maço 3867, 1851)

Como forma de amenizar essa situação, construiu-se um discurso que destacava a resignação, atribuindo-se ao professor características de nobreza. Levy Cardoso (1999, p. 118) esclarece que os professores régios, após decreto do El-Rey, em 1759, deixaram de ser plebeus e passaram à condição de pessoas honradas. Posteriormente, após o Decreto de 14 de julho de 1775, em função da nobreza de seus empregos, esses profissionais passaram a gozar do Privilégio de Homenagem.

Castanha (2007, p. 453) destaca que as características frequentemente atribuídas ao professor, nas legislações, relatórios e outros discursos vigentes, examinados por ele, eram “a pureza dos costumes e a questão do sacerdócio ou vocação”. À semelhança disso, podemos

constatar no discurso proferido pelo presidente da província da Bahia, João José de Moura Magalhães (FALLA, 1848), citado anteriormente, quando este se refere ao professor como “encarregado do Sacerdocio Civil”.

Notadamente, ao longo do período imperial, foram publicadas diversas leis e regulamentos relacionados à instrução pública. Após o Ato Adicional de 1834, cabia às províncias criar suas próprias legislações. Castanha (2007, p. 456-457), ao analisar as exigências legais para ser professor primário na Corte e províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, mostra que, entre elas, as determinações eram praticamente as mesmas, com algumas variações quanto à idade mínima exigida para ocupar o cargo, e que o critério central estava relacionado à moralidade e à religião dos professores.

A reforma implementada pelo Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854<sup>91</sup>(LIMEIRA; SCHUELER, 2008), apesar de ter sido elaborado e executado na Corte, se tornou referência em todo Império. Nesse documento, foram elaborados requisitos quanto às condições de ingresso e exercício para o magistério público e particular, determinando, inclusive, a idade mínima para cada função, regulamentando o valor dos ordenados e gratificações, bem como normas disciplinares a serem aplicadas a professores e diretores de estabelecimentos de ensino.

Desse modo, concluem Gondra e Schueler (2008, p. 172), apesar das peculiaridades, todas as leis e regulamentos produzidos sobre a instrução pública no período imperial convergiam para os mesmos propósitos, quais sejam: selecionar, regulamentar, controlar, inspecionar e disciplinar as ações do magistério.

Nesse viés, sobre o trabalho dos professores, erigiu-se uma estrutura de fiscalização e controle, os quais deveriam apresentar um bom desempenho, boa conduta e cumprir a jornada de trabalho estabelecida, que compreendia os dois períodos de aula. Questões relacionadas à aplicação da disciplina, à administração e ao funcionamento da escola ficavam sob sua responsabilidade. Semelhantemente, competia-lhes a tarefa de garantir a limpeza e a higiene dos estudantes (GONDRA; SCHUELER, 2008).

---

<sup>91</sup> Conhecido como a Reforma de Couto Ferraz, este Regulamento assinado pelo então Ministro dos Negócios do Império, Luis Pedreira do Couto Ferraz, visava regular o ensino público e privado e, dentre outras normas, estabelecia: “a) critérios de abertura e funcionamento do aparelho privado da educação; b) um órgão de controle e inspeção vinculado ao Ministério dos Negócios do Império, a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, responsável pela vigilância e fiscalização do ensino público e particular, seus estabelecimentos, seus profissionais, seus materiais, etc; c) determinadas condições de ingresso e exercício para o magistério público e particular; d) normas disciplinares para professores e diretores de estabelecimentos de ensino; e) condições e o regime de funcionamento cotidiano a que as escolas de instrução pública, primária (a partir deste momento, dividida em dois graus de ensino) e secundária, estariam submetidas, especialmente no que se refere aos saberes, métodos de correção, tempos e horários escolares” (LIMEIRA; SCHUELER, 2008, p. 39-40).

A partir da Lei de 1º de outubro de 1828, coube às Câmaras municipais a função de “inspeção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos órfãos pobres, em cujo número entram os expostos.” (BRASIL, 1828)<sup>92</sup>. Castanha (2007, p. 369) esclarece que competia aos fiscais das câmaras a elaboração, mensal, de atestados aos professores, com o propósito de garantir-lhes o recebimento de seus ordenados.

Em contrapartida, aos professores eram oferecidos benefícios, como aposentadoria<sup>93</sup>, após uma carreira que variava entre 21 a 25 anos de serviço. Havia um incentivo à continuidade do trabalho após completar 25 de serviço, que correspondia a um acréscimo sobre o salário. Além de receber gratificações e possuir um cargo vitalício em toda a província, o professor gozava, ainda, de prestígio social em toda a comunidade (CASTANHA, 2007; GONDRA; SCHUELER, 2008).

Todas essas condições e obrigações eram impostas ao exercício do magistério em todas as vilas, cidades e povoados, bem como os privilégios a serem gozados pelos professores. Nessa perspectiva, com o propósito de entender as práticas referentes à docência no contexto da Vila de Jacobina, no período referido, são analisados documentos que dizem respeito às Correspondências enviadas pela Câmara, bem como relatórios produzidos pelos presidentes da província, diretores e instrutores do ensino.

#### 4.2 ESCOLAS NAS QUATRO FREGUESIAS

Na *Carta oitava*, de Luís dos Santos Vilhena (1969), há indícios de que a instrução pública na vila de Jacobina já era ofertada desde o final do século XVIII<sup>94</sup>. A esse respeito, Afonso Costa (1916), apesar de não apresentar dados que evidenciem o funcionamento de escolas naquela localidade, em período que precede a década de 1820, não descarta essa possibilidade, ao declarar que:

Diz-se por aí, também os arquivos se enojam de tal registro, que aos começos do século vai por pouco findado, se instituía uma escola para meninos em Jacobina, ao tempo do operoso monarca que tivera a tresloucada rainha Maria I antecedendo-o, e disso o memorar apenas logrei com o provimento realizado por 1820 dessa cadeira escolar, na pessoa do professor Manoel Rodrigues da

<sup>92</sup>Lei de 1º de outubro de 1828 que “dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz”.

<sup>93</sup> O Decreto de 3 de setembro de 1759, ampliado em 27 de outubro de 1813, concedia aos professores régios o direito a aposentadoria ativa (CARDOSO, 1999, p. 118).

<sup>94</sup> A esse respeito, cf. Seção 2.

Costa Braga, talvez o primeiro que ali fôra distribuir á meninada patricia algo de saber (COSTA, 1916, p. 234).

De igual modo, conforme mencionado na seção 2, foram criadas, por meio do Decreto de 16 de junho de 1832, as escolas de primeiras letras nas Freguesias do Riachão, Morro do Chapéu e Saúde e mantida a escola da Freguesia da Vila de Jacobina, que, como visto anteriormente, já funcionava com uma classe para o sexo masculino.

Entretanto, apesar do decreto de 1832, em resposta a um ofício solicitando uma relação das escolas públicas e particulares existentes em todas as vilas e Freguesias da Comarca de Jacobina, a Câmara Municipal, após sessão extraordinária de 24 de julho de 1834, informa haver apenas uma escola, na vila de Santo Antonio de Jacobina, regida pelo professor Estanislao José Gomes, conforme consta:

[fol. 1r] [...] participamos a *Vossa. Excelência* que nesse | Município só á uma escolla publica de 1<sup>as</sup> | letras nesta Villa, cujo número D'Allunos | é de 52 do Sexo masculino, como sevé da Lista | que essa Camaraexigio do Professor Stanislão | José Gomes, a qual incluso enviamos a *Vossa. Excelência*. [...] (APEB, Maço 1327, 1834).<sup>95</sup>

Em face dessas informações, pode-se concluir que, apesar de ter sido ordenada a criação das escolas de primeiras letras, nas Freguesias citadas anteriormente, a sua implantação não ocorreu de imediato, visto que, em 1834, na vila de Jacobina, continuava a funcionar apenas a escola que já existia antes mesmo do decreto. Para garantir o funcionamento das aulas, era fundamental a contratação de professores públicos, dispostos a trabalhar nos povoados localizados no interior da província, mediante aprovação em exame<sup>96</sup>. É importante lembrar que o recrutamento de candidatos ao magistério representava um desafio não apenas na província, como em todo império. Aponta-se, portanto, como uma possível causa de retardamento das aulas criadas, a ausência de professores aptos a assumir o seu ofício naquelas localidades.

Isso posto, a partir do levantamento dos documentos analisados, organizamos o Quadro 8, com informações referentes aos professores públicos que assumiram as cadeiras de primeiras letras na Vila de Jacobina, entre 1820 e 1860. É salutar esclarecer que a indicação do período em que os docentes atuaram nas escolas diz respeito apenas aos dados obtidos durante a análise,

<sup>95</sup> O fac-símile do documento encontra-se disponível no Anexo O.

<sup>96</sup> Nesse caso, conforme Lei de 15 de outubro de 1827, os que pretendiam exercer o magistério, deveriam ser examinados publicamente, desde que fossem “cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos, sem nota na regularidade de sua conducta” (BRASIL, 1827).

os quais, em função da escassez de fontes, limitam o preenchimento desse campo, implicando em períodos prováveis.

**Quadro 8** – Professores públicos de Primeiras Letras na Vila de Santo Antônio de Jacobina – 1820-1860

FREGUESIA	PROFESSOR	DATA DE PROVIMENTO	PERÍODO EM QUE ATUOU NA ESCOLA	OBSERVAÇÕES
Nossa Senhora da Saúde	Joaquim José d'Araujo Motta	Carta do Governo de 30 de julho de 1839	1839 – 1859	Faleceu em 20 de agosto de 1859
Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	João Francisco de Barros	Carta do Governo de 28 de agosto de 1830	1834 - 1860	—
Vila de Jacobina (classe de meninos)	Manoel Rodrigues da Costa Braga	—	1820-1826	Faleceu em 1826
	João Sinfrônio Olimpio de Figueiredo	Nomeação em agosto de 1826	1826 -1832	—
	Estanislao José Gomes	Carta do Governo de 3 de agosto de 1832	1832 - 1862	Solicitou jubileamento em 1862
Vila de Jacobina (classe de meninas)	D. Maria da Glória	Carta do Governo de 26 de Agosto de 1847	1847 - 1872	Em atividade até 1872
Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina	Antônio Fernandes Couto	—	[1840 - 1855]	Solicitou jubileamento em 1855
	José Joaquim de Carvalho	—	1859	Professor Substituto

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos dos MAPPAS (1889).

Do quadro acima, a respeito das cadeiras de primeiras letras na Vila de Jacobina, incluindo as Freguesias, entre as décadas de 1820 e 1860, é possível depreender que:

- Na sede da vila, a classe de meninos fora ocupada por três professores, com prevalência do professor Estanislão José Gomes, que permaneceu, por trinta anos, como professor titular.
- A classe de meninas, desde a sua instalação, de 1847 até 1872, ou seja, por vinte e cinco anos, fora provida unicamente pela professora D. Maria da Glória. Semelhantemente, na escola da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, fora mantido

o professor público, João Francisco de Barros, desde a sua criação em 1834 a 1860, vinte e seis anos, portanto.

- Quanto à Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, não encontramos dados referentes ao período imediatamente posterior à sua criação, entretanto, entre 1839 e 1859, o que representa vinte anos, fora provida pelo mesmo professor, Joaquim José de Araújo Mota.
- Na Freguesia do Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, os dados são ainda mais escassos. Nesse caso, localizamos documentos relacionados a Antônio Fernandes Couto, como titular no magistério público naquela Freguesia entre 1840 até, provavelmente, o ano de 1855<sup>97</sup>; e José Joaquim de Carvalho, que assumiu a função de professor substituto apenas no ano de 1859.
- Apesar de constar a data de provimento da escola do Morro do Chapéu em 1830, esta só passou a funcionar em 1834, sob a regência do professor João Francisco de Barros.
- Quanto à escola do Riachão de Jacobina, não foi localizada a data de provimento, mas constatamos que o professor Antonio Fernandes Couto atuou a partir de 1840.

Nesse ínterim, ao observar os mapas nos relatórios sobre instrução pública na província da Bahia, constatamos, de fato, a vacância na cadeira de primeiras letras, no Riachão, chegando a ser desativada em 1861. A esse respeito, posteriormente, foram encaminhadas correspondências solicitando providências no sentido de prover a vaga de professor naquela Freguesia, os quais podem ser consultados nos anexos<sup>98</sup> deste trabalho.

Em fevereiro de 1845, o juiz de direito, Luiz Manoel Fernandes Barreiras, ao responder a uma solicitação referente à situação dos professores de instrução pública da comarca de Jacobina, revela que, com exceção da Cadeira do Monte Alegre, as demais eram regidas por professores aprovados e nomeados conforme legislação<sup>99</sup>. Tal constatação nos leva a concluir que os professores que atuavam nas quatro Freguesias da Vila de Jacobina atendiam aos requisitos expressos na lei, quanto ao ingresso no magistério público.

---

<sup>97</sup> Conforme documento encaminhado pelo diretor geral dos estudos da Bahia, em 1855, o professor Antônio Fernandes Couto requereu dois meses de licença para ser examinado a fim de solicitar jubilação. O fac-símile consta no Anexo F.

<sup>98</sup> Constam os fac-símiles dos documentos citados, nos Anexos G, H, I e J.

<sup>99</sup> Nesse caso, conforme Art. 8, da Lei de 15 de outubro de 1827, os que pretendiam exercer o magistério, deveriam ser examinados desde que fossem “cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conducta” (BRASIL, 1827).

[fol. 1r] Ilmo e ExmoSr

Recebi o officio de V. Excelência, em que me ordenou | que desse conta a Vossa Excelencia das Ca | deiras de instrução quer maiores, quer menores, | que existem nesta Comarca, | regidas para [aulas], que se achem devidamente | nomeadas e aprovadas, e sobre isso te | nho a informar a Vossa Excelência, que somente | existe a Cadeira de Instrução primaria | da Freguesia do Monte Alegre, regida | por um individuo, que não me consta | ter sido approvado devidamente, falta | do respectivo Professor, e sobre os mais | seachão todas regidas pelos Professores respec | tivos | Deos Guarde a V. Exa por muitos | anos Vila de Jacobina 1 de Fevereiro de 1845

Ilmo. e Exmo Sr. Presidente desta | Provincia da Bahia

Luiz Manoel Fernandes Barreiras | Juiz de Direito Interino.

(APEB, Maço 2431)<sup>100</sup>

Como se pode atestar, nem sempre as cadeiras eram providas por professores devidamente aprovados, mediante atestado de idoneidade e bons costumes, e nomeados para ocupar sua função. Por outro lado, observa-se que havia a preocupação e certo controle sobre os professores que ocuparam as cadeiras de primeiras letras, quanto à sua qualificação profissional.

Ademais, no que tange às escolas da Freguesia, o *Mappa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina* avalia a moralidade e o compromisso dos professores, a responsabilidade da família quanto à instrução dos seus filhos e a frequência às aulas. Consta que:

[fol. 1r] [...] As demais escholas | [†] são escholas de Freguesias - Os mestres não | se compenetraram bem de seus deveres e o [†] dos Pais | de família é um estímulo forte, para que não descumpram o zelo que | se for mister no ensino da mocidade [†] que pretexto elas não | [fol. 1v] [†] faltam para cumprir bem suas obrigações. | Para regular o mesmo tempo aptidão. Foram assim | [†] os mestres no ensino da mocidade - E tenho bem mais | A moralidade de seus professores não é má - suas escholas| são pouco frequentadas e não é isso culpa | delles [...] (APEB, Maço 2433).

Essa preocupação com o número de estudantes estava frequentemente presente nos debates a respeito da instrução pública, visto que, em algumas localidades, o número era, de fato, pequeno, inferior a dez alunos, conforme dados disponíveis no relatório produzido em 1852, a respeito das cadeiras e dos alunos da vila de Jacobina, incluindo as suas Freguesias:

<sup>100</sup> Fac-símile disponível no Anexo

**Quadro 9** – Número de alunos e cadeiras da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1852)

Cadeira / Localização	Professor (a)	Número de alunos
Latim / S. Antonio de Jacobina	João Longuinho de Souza	09
1ª Letras/S. Antonio de Jacobina	Estanislao José Gomes	41
N. Sra. da Saúde	Joaquim José de Araújo	11
Mt. Alegre	Joaquim Lopes Villas Boas	11
Riachão	Antônio Fernandes Couto	12
N. S. Graça do Morro do Chapeo	João Francisco de Barros	6
1ª Letras/S. Antonio de Jacobina	D. Maria da Gloria	41

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos dos documentos do Maço 3856 (APEB).

A esse respeito, em 1856, o diretor de estudos, Abílio César Borges, declarou uma posição contrária à lei<sup>101</sup> que determinava a criação de uma cadeira primaria em cada nova Freguesia, pois, segundo ele, “[...] crearam cadeiras em localidades que as não mereciam.” (RELATÓRIO, 1856a, p. 14), visto que havia poucos alunos. Por isso, defendia que:

se estatuisse uma lei que não po | dessem ter cadeiras publicas de ensino primário, senão aquellas locali | dades que offerecessem á matricula annual das mesmas de 15 a 20 alumnos | concedendo-se ao Parocho, ou a qualquer outro individuo por elle indigita | do e approved pelo Commisario respectivo, uma gratificação rasoavel | (proporcional ao numero por exemplo) para ensinar particularmente a esses | poucos mininos, \_ ler, escrever, e contar até as quatro especies; instrucção | essencial e sufficiente aos camponeses. (RELATORIO, 1856a, p. 15).

Esse discurso revela não apenas a preocupação com a criação de cadeiras em localidades cujo número de matrícula anual fosse inferior a quinze ou vinte estudantes, como também propõe uma alternativa ao ensino da leitura, escrita e das operações matemáticas, sem a necessidade da contratação de mestres para atuar em determinadas localidades no interior das províncias.

Outra questão a ser abordada refere-se à estrutura física das escolas. Para garantir o seu funcionamento “em todos os lugares, vilas e cidades populosas”, conforme rezava a Lei de

<sup>101</sup> Em seu relatório, o diretor de estudos informa apenas que foi votada uma lei na Assembleia Legislativa, mas não revela outros dados, como número e data.



1827, para além da contratação de professores, era necessário viabilizar livros, materiais didáticos e mobília específica. No entanto, os recursos financeiros destinados à educação eram irrisórios, o que implicava na escassez de materiais. Saviani (2008, p.167), ao nos fornecer dados sobre o Segundo Império, mostra que o investimento na instrução pública correspondia a uma média anual de, apenas, 1,8% do orçamento do governo.

Abílio César Borges (RELATÓRIO, 1856a), ao relatar sobre as condições materiais de instalação das classes inspecionadas na província da Bahia, declarou haver escolas totalmente desprovidas de mobília, em que era necessário aos alunos trazerem cadeiras de suas casas para o espaço destinado à aula pública. O Diretor acentuou, ainda, que:

Eu, que tenho percorrido a maior parte do interior da Provincia, julgo-me assas habilitado para declarar á V. Ex. que não há por alli, em parte alguma, uma só aula primaria collocada em edificio que tenha os requisitos essenciais: \_ sempre acanhados, escuros, desaceiados, acaçapados, tristes e insalubres. E sendo de primeira intuição que não póde haver boa ordem e disciplina em escholas, Cujos edificios alem de maus careçam da competente mobília [...] (RELATÓRIO, 1856a, p.15).

Semelhantemente, Craveiro Costa<sup>102</sup>(1931, p. 23), ao descrever as escolas no final do século XIX, em Alagoas, refere-se a elas como “infectos casebres”, dadas as precárias condições de higiene e conforto. Acrescenta que as mobílias das casas onde funcionavam as aulas eram muito antigas, ou adaptadas com “caixas vazias de querosene” ou eram, simplesmente, utilizados os móveis do próprio professor. Isso, quando existiam, pois havia muitas escolas em que os alunos se assentavam no chão para assistir às aulas.

Posto isso, é importante ressaltar que, em todo império, cabia ao professor administrar a escola, o que implicava em decisões relacionadas ao aluguel da casa e à mobília.

Desse modo, em documento<sup>103</sup> encaminhado ao presidente da província, em 1848, informa-se que o professor de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro de Chapéu, João Francisco de Barros, considerando a aprovação de mobiliário para a sua aula, solicitou que fosse entregue a quantia referente a cinquenta mil réis, a fim de que mandasse confeccionar em seu lugar de morada, visto que a longa distância impossibilitaria o transporte dos móveis da capital para o interior, considerando que “nenhuma forma pode

<sup>102</sup> Por solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Craveiro Costa produziu, em 1931, uma monografia intitulada *Instruções públicas e instituições culturais em Alagoas*.

<sup>103</sup> Este documento encontra-se no APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3869. Disponibilizamos o fac-símile no Anexo M.

conduzila | desta Cidade para um logar tão central, que dista desta Capital mais | de 80 legoas por serra, por caminhos, e rios, ainda os [mais] | perigosos.” (APEB, Maço 4002).

Em outra ocasião, além do valor referente à aquisição da mobília, a fim de que fosse confeccionada na localidade onde funcionava a escola, reduzindo custos e possíveis danos, solicitou-se também uma imagem do Santo Cristo, um retrato do Imperador e um relógio, o que, segundo o professor requerente, tornaria possível pôr em prática os métodos de ensino prescritos pelo regulamento, conforme consta nos apêndices (APEB, Maço 4003).

#### 4.3 O PROFESSOR ESTANISLAO JOSÉ GOMES

O professor Estanislao José Gomes ocupou a cadeira de primeiras letras da Vila de Jacobina em 1832, e, em 1861, se afastou das atividades docentes, após pedido de jubilação, ou seja, por, aproximadamente, vinte e nove anos desenvolveu sua função no magistério público, conforme documento encaminhado pela Directoria Geral dos Estudos da Bahia, em 23 de agosto de 1861:

[fol. 1r.] Nº 334 Directoria Geral dos Estudos da | Bahia 23 de Agosto de 1861. *Ilustrissimo e Excelentissimo* | Obedecendo aos dous despachos de V. EX<sup>a</sup> exarados | nos dous officios q reenvio, da Camara muni | pal de Jacobina, nos quais se noticia q o profes | sor publico primario ali, Estanislão José Gomes, con | tando mais de vinte e cinco annos de serviço, impos | sibilitado de continuar, deixou de exercer, mudando | até a residência para outro logar, tenho a honra | de informar a V. EX<sup>a</sup> que, já há mais tempo o | referido professor tem requerido jubilação que hoje | lhe cabe pelo art. 64 do Regulamento Organico<sup>104</sup>, | se tem aquelles annos de serviço, sem dependencia da prova medica, e que, de facto, do mez de ju | nho em diante, abrio mão do ensino, conforme o | officioha poucos dias recebido da Comissao de | instrucção publica respectiva, pela demora do qual, | forçado fui, para poder fornecer ao Governo | como hoje, informações authenticas a espaçar o cum | primento do 1º dos dous despachos de *Vossa Excelencia* | | Estando, portanto, vaga aquella Eschola a Cama | ra municipal d’aquella Villa não tem nenhuma rasão para deixar de esperar o provimento que requer, | salva sempre a delonga administrativa indispensavel | [fol. 1v] em negociostaes [...] (APEB, Maço 3878).

---

<sup>104</sup> O Regulamento Orgânico de 28 de dezembro de 1860, escrito pelo então Diretor Geral de Estudos Dr. João José Barbosa de Oliveira teve como base a Lei 844 de 3 de agosto de 1860. Esse documento foi responsável pela organização do ensino na Província: estabeleceu as regras de acesso por meio de concurso, determinou reformas no liceu, definiu critérios de classificação das cadeiras, dos professores e seus vencimentos, reorganizou a escola normal, dentre outras propostas que marcaram a história da educação na Bahia.

Conforme atesta o documento elaborado pelo secretário da câmara municipal da Vila de Santo Antônio de Jacobina, o referido professor proveu a cadeira de primeiras letras, naquela localidade, mediante ofício exarado pelo presidente da província, datado de 25 de outubro de 1832.

Desse modo, uma vez que assumiu a cadeira de primeiras letras na Vila de Jacobina em 1832, pode-se inferir que Estanislao José Gomes atendera a esses critérios e se estabelecera naquela localidade para exercer o seu cargo, mudando de residência quando não mais lecionava, por ocasião do seu pedido de jubilamento.

O professor afastou-se de suas atividades docentes, em função de uma licença requerida para tratamento de saúde, em 1861, deixando em sua cadeira um professor substituto, cujo salário fora pago com seus próprios rendimentos. Em documento produzido pela Diretoria Geral de Estudos da Bahia (APEB, Maço 3876), datado de 03 de maio de 1861, encaminhou-se ao presidente da província um requerimento relativo ao pagamento do ordenado do professor Estanislao, referente aos meses de junho a julho do ano anterior, atestando ter, o solicitante, direito ao valor integral, ou seja, sem descontos.

No entanto, durante a atuação de quase três décadas do professor Estanislao, pode-se constatar que a sua trajetória foi marcada por alguns episódios de descontentamento e denúncias que colocaram a sua carreira em “xeque”, conforme documento reproduzido a seguir, datado de 23 de setembro de 1838 (APEB, Maço 1328). Por conseguinte, em uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, foram elencadas três reclamações que conferiam ao professor o descumprimento de sua função:

[fol. 1r] Parte do que se tratou em Sessão Extraordinaria de 31 de outubro de 1838

Propos o Senhor Presidente Carvalho e Silva, que esse não pas | sa d’ora em diante pelo expediente d’esta Camara attestado | *que* ouver de requerer o Professor Stanislao Jose Gomes visto | a esse Presidente chegar a noticia de que o dito Professor não | *cumpre* com as funçoens de seoMagisterio, 1º **por lhe cons | tar que o dito professor não toma Alumnos se não em= | certas munçoens e não quando se lhe appresentão, 2º / que ao lhe pedir o Cidadão Luis Pereira da Rocha adianta = | mento em seos filhos os botara para fora da sua Aula, | 3º que sendo elle professor publico de primeiras lettrasoccu | pa muitos Empregos como seja o de Procurador de Partes no Foro | deste Municipio, e de Curador dos Orfaos, e Solicitador | e a pouco acabou de ser Promotor Interino, e que por esse mo= | tivo esse Presidente protesta não ser responsavel em tempo | algum pelas omissoens do dito Professôr, no que he | claro que humProfessôroccupando tantos empregos | não pode haver seus Allumnos adiantamento. || E sobre cujo objecto deliberou a Camara que os attestados não lhe devem negar em quanto não conste que esse dito Professôr deixa de dar Aula e que quanto aos empregos que exerce, ao Doutor Juis de Direito julga estaCamara, competir essa vigilancia. || Propôs o Senhor Presidente que se officiasse ao Excelentíssimo Senhor Presidente |**

desta Província a fim de esclarecer a esta Camara sobre tal objecto, visto a deliberação da mesma, tirando se *paracopia* | todo o expedido a respeito. No que a camaraconcor | dou.

Secretaria da CamaraMunicipal | Jacobina 23 de Setembro de 1838.

Torcato José TeixeiraSoarez [V. Secretario]  
(APEB, Maço 1328, grifos nossos).

Apesar de ter havido outras reclamações, deliberou-se apenas a respeito do acúmulo de atividades do professor e, nesse caso, declarou ser competência de a própria Câmara exercer a vigilância sobre esse fato. É importante ressaltar que, conforme consta, as aulas continuavam a ser ministradas sem interrupções. Quanto à proposta de suspensão dos atestados de aulas, esta foi negada, uma vez que tal decisão afetaria o recebimento do ordenado do professor Estanislao, caso não tivesse posse deles. Isso porque havia alguns dispositivos cujo propósito era controlar e fiscalizar a ação educativa dos professores, como os mapas de frequência, atestados e inspeções.

Em função da gravidade das acusações, em janeiro e julho de 1839, foram encaminhados dois novos documentos, nas respectivas datas, pela Câmara de Jacobina, ambos contendo o mesmo conteúdo. Tais correspondências foram encaminhadas ao Juiz de Direito da Comarca de Jacobina, com o propósito de esclarecer possíveis dúvidas a respeito da situação do professor Estanislao:

[fol. 1r] Supremo Juis de Direito da | Comarca de Jacobina

Esta camara em via por copia a *Vossa Excelência* a proposição do *Presidente* della, respeito ao Profes | sor de primeiras Lettras desta Villa Estanis | lao José Gomes, para *Vossa Excelência* à vista da mesma | esclarecer-lhe sobre a duvida em que se | acha.

[espaço] Deos Guarde a *Vossa Excelência* Jacobina em Sessão | Ordinaria de 19 de janeiro de 1839

*Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor* | Presidente desta Província da Bahia

[espaço] Manoel Joaquim de Carvalho. e Silva P. | José [*inint.*] Barberino | Manoel [Joaquim] de Oliveira | Custodio [*inint.*] Torcato Jose Teixeira Soares  
(APEB, Maço 1328).

A respeito do trabalho do professor Estanislao, havia sido expedido um documento, em 1837, no qual, em resposta a questionamentos levantados sobre o número de discípulos inscritos, o espaço e o horário de funcionamento das aulas de primeiras letras, a Comissão de Instrução da Comarca de Jacobina, assim se pronunciou:

[fol. 1r] Ilmo e Exmo Sr.

Jacobina 1837

Em cumprimento do Respeitavel Despacho de | V. Ex<sup>a</sup> em representação de 30 de *Novembro* do anno | findo do actual Professor deprimeiras letras | nesta Villa Estanislão José Gomes cumpre in | formar a V. EX<sup>a</sup> quanto ao primeiro quesito | ter o Representante o nº de Alumnos que al | alega na sua Aula com effeito pouco espaço | za para conter esse numero apesar deque | poucas vezes se reunirão todos. || Quanto ao 2º sobre a falta decasas nesta Villa | he verdade que mais das veses se padesse es | sa falta. [espaço]. Quando final mente a[sustenção | do Representante sobre o dar Aula desde as oi | to horas da manhaate as duas da tarde fa | zendoconsitir a sua [sustenção] no imcul | cado melhoramento de seos Alumnos, esta Camara não julga attendivel não só porque evita | muitos in como dos domesticos, como mesmo | porque se oppor ao costume antigo, sempre | vantajoso, e em contra outros em com | modos sem duvida mais prejudiaisdoque os que agora soffrem, alem deque axão-se | meninos detenra idade, que não podem | soffrer seis horas continuas namesma Aula || Quanto ao varandado que allega ser fronteiro a casa de sua abitação, mas nos | lembra que sendo esse no recinto da [ Matriz..] podem ser perturbados os officios [.....] [fol. 1v.] pelos mesmos Alumnos. Hé o que temos de informar aV.Ex<sup>a</sup>.

Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup> Villa de Jacobina | em Sessão de 25 de Janeiro de 1837

Ilmo. Exmo, Snr. Pre - | zidente desta Provincia

Manoel Joaquim de Carvalho Silva P. | Custodio Ferreira | Manoel Joaquim de Oliveira | Francisco Nai de Goes | Torcato José Teixeira Soares. (APEB, Maço 1328).

Em relação às três questões que foram tratadas, o documento esclarece que: 1) a quantidade de alunos inscritos, informada pelo professor, de fato, correspondia ao número existente, apesar de haver muitas ausências nas aulas; 2) havia dificuldade em encontrar casas adequadas ao funcionamento da escola, naquela vila; 3) a câmara não aceitara a carga horária correspondente a seis horas corridas, ou seja, das 8 às 14h, alegando incômodos aos alunos.

Esse documento, na verdade, tem o propósito de responder a questões, cujo objetivo era averiguar se os dados informados pelo professor de fato correspondiam à realidade, como o número de alunos matriculados na classe e o espaço e o tempo destinados ao funcionamento das aulas. Isso ocorreu porque era comum, naquele período, o falseamento de informações, conforme ratificam Luciano Mendes Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal (2000), em trabalho intitulado *O tempo escolar e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*:

[...] a falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo na medida em que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não oferecendo indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino e, além do mais, consumindo parte significativa das verbas com pagamento do aluno. Dessa forma, os professores não eram controlados, os dados estatísticos eram

falseados, os professores misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais e, em boa parte das vezes, as escolas não funcionavam literalmente (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24).

Apesar dessa situação vivenciada nos primeiros anos da carreira de magistério do professor Estanislao, no que se refere ao desempenho, em documentos produzidos posteriormente, encontramos alguns indícios que apontam para o seu comprometimento, a exemplo do mapa localizado no Arquivo Público da Bahia (APEB, Maço 2433)<sup>105</sup>, equivalente ao período compreendido entre 1855 e 1859. Nesse caso, o autor, possivelmente o juiz de direito, descreve o ensino público na Vila, não apenas apontando o número de escolas, mas também analisando o trabalho dos professores. Eis um trecho em que se refere à classe de meninos da Freguesia de Jacobina, regida pelo referido professor:

[fol. 1r] [...] Os meninos fogem da escola e são | d'ella [retirados] pelos pais de família: A escola de meninos | nesta villa **parece** [tinhão] [†] **perfeição zeloso de | seus deveres e digno de ocupar um lugar seu optimo** | proceder: **Possui bastante aptidão.**  
(APEB, Maço 2433, grifos nossos).

De acordo com o relato apresentado no documento, apesar de registrar a evasão dos estudantes das aulas de primeiras letras, não se atribui ao professor culpa por essa ação. Ao contrário, destaca-se o seu zelo e aptidão no exercício do magistério.

Destarte, por ocasião de sua integridade<sup>106</sup>, foi possível ao professor solicitar o recebimento de gratificações, conforme previsto na Lei Provincial nº 35, de 1836. É o que atesta o documento a seguir, encaminhado pela Câmara Municipal da Vila de Jacobina, em 1853, após completar vinte anos de serviço:

[fol. 1r] Diz Estanisláo José Gomes professor Publico de | 1ª letras da Villa de Jacobina, que tendo | mais de vinte anos de serviço e achan = | do-se habilitado física e moralmente a con | tinuar no magisterio, como prova tudo com os documentos juntos, stá no caso de | merecer de Vossa Excelência a graça de conceder-lhe | a terça parte do ordenado *que atualmente* se [rece] = | be como gratificação nos termos da Lei Provincial nº 35, e por isso espera e vem | [espaço] pedir a V. Exª deferimento.  
Tem oito documentos,

<sup>105</sup>O documento em questão diz respeito ao *Mappa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina* (APEB, Maço 2433), o qual foi transcrito, integralmente, no APêndice Q.

<sup>106</sup>De acordo com o artigo 2º da Lei provincial nº 35 de 1836, a respeito da jubilação dos professores públicos, “Art. 1º Os Professores públicos que se acharem notoriamente impossibilitados para o exercício do magistério, serão jubilados com o ordenado por inteiro, se tiverem servido sem nota por mais de vinte anos, diminuindo-se proporcionalmente o ordenado, nos que tiverem menos. Art. 2º Os que tiverem mais de vinte anos, e todavia forem achados hábeis para a continuação do seu emprego, vencerão mais a terça parte do ordenado” (RELATÓRIO, 1856a, p. 61).

na forma do Regula  
mento [ilegível] do Governo  
da Ba. 26 de Fevereiro  
de 1853  
(APEB, Maço 2431).

A respeito da conduta do professor Estanislao, foram localizados outros documentos que atestam a sua idoneidade, o que o qualificaria como apto ao benefício solicitado. Tais atestados foram produzidos pelo vigário da Vila de Jacobina, pelo juiz municipal, pelo juiz da comarca e pelo comissário da instrução pública em Jacobina, em 1853, conforme pode ser constatado a seguir:

[fol. 1r] José Antonio de Magalhães Castro | Bacharel [*inint.*], Juiz de | Direito  
| n 12   Página 160 | Página cento e sessenta. Jacobina 8 de Janeiro | de 1853  
Attesto que o Senhor Stanisláo José | Gomes é pessoa digna de conside = |  
ração e de estigma geral de que góza e merecer-me sempre pelos seos |  
excellentes costumes e moralidade | exemplar, na qualidade de Profes | sô  
Publico de primeiras lettras, nes- | ta Villa, há outo annos que o obser- | vo,  
achando-o muito idoneo para | a cadeira que [rége] a educação dos | meninos:  
[*inint.*] for ne | cessario. Jacobina 8 de janeiro | de 1853

José Antonio de Magalhães Castro  
(APEB, Maço 3856)

[fol. 1r] O Padre Theotonio Barboza de Miranda, Vigario | [Cassado] nesta  
Freguesia e Villa de S. Antonio | de Jacobina, [*inint.*]  
Attesto, e certo faço para que conste em qualquer parte, que o Senhor Stanisláo  
José Gomes, actual Professor de 1ª Lettras nes= | ta Villa, tem com honra e  
dignidade desem= | penhado o seoMagisterio, e que isso o tem fei = | to credor  
de estima geral. [*inint.*] | Parocho Villa de Santo Antonio de Jacobina | 8 de  
janeiro de 1853

VigarioTheotonio Barboza de Miranda.  
(APEB, Maço 3856)

[fol. 1r] Angelo Moniz da Silva Ferraz, Ba | charel formado em Scienciasjuri  
| dicas e sociais

Attesto e juro assim, sendo necessario, que | o Sr. Stanisláo José Gomes,  
Professor de 1ª Lettras da Vila de Jacobina pelo seo | bom procedimento,  
durante o tempo que | exerci o logar de juiz de Direito da | Commarca do  
mesmo nome, se tornou com | isso digno da estima, amisade, e respeito | de  
todos quantos o conhecião. [espaço] Bahia | 27 de Agosto de 1844

Angelo Muniz da [Silva] Ferraz.  
(APEB, Maço 3856)

[fol. 1r] N6 [espaço] PG 160 | Pg cento e sessenta. Jacobina 8 de Janeiro de  
1853

O Bacharel José Antonio Rocha Vianna | Juiz Municipal, delegado e Comissário da Instrução Publica em Jacobina atesta *que* o Sr. Estanislão Jose | Gomes Professor Publico de 1ª letras | desta Freguesia tem desempenhado as | funções de seu Magisterio com | exemplar conduta, e bastante conhecimento das materias *que* leciona a seus | discipulos, sendo um dos Professores | *que* mais utilidade tem prestado a | mocidade. [inint.] attesto por ser verdade. Jacobina 8 de janeiro de 1853.

José Antonio Rocha Vianna<sup>107</sup>  
(APEB, Maço 3856)

Interessante destacar o uso de termos que qualificam o professor Estanislao, não apenas em relação ao seu bom desempenho no exercício do magistério público, mas, principalmente, quanto à sua moralidade, ressaltando a sua “exemplar conduta”, “excelentes costumes”, “honra e dignidade” e “bom procedimento”. A ênfase sobre as qualidades advém do cumprimento da Lei Geral de Ensino, uma vez que, para ser apto ao ofício de professor, no século XIX, era necessário apresentar um excelente comportamento moral e civil.

#### 4.4 A INSTRUÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX: LER, ESCREVER, CONTAR, COSER E BORDAR

Segundo Ribeiro (2007, p. 80), a primeira reivindicação de educação feminina no Brasil se deu por meio dos indígenas brasileiros, os quais solicitaram ao Pe. Manuel da Nóbrega que ensinasse suas mulheres a ler e a escrever. Para cumprir esse propósito, fora enviada uma carta à Rainha D. Catarina, requerendo instrução às mulheres indígenas. No entanto, esse pedido fora negado, considerando as “consequências nefastas” advindas dessa ação. O fato é que, durante todo o período colonial brasileiro, a aprendizagem da leitura e escrita era restrita aos homens. Às mulheres<sup>108</sup> estavam reservadas, estritamente, as habilidades que lhes permitiriam ser boas mães e esposas.

O ingresso nos conventos, a partir da segunda metade do século XVII, tornou-se uma das poucas alternativas à instrução feminina, visto que lhes era possível aprender a ler e escrever, música, canto, dança, órgãos, trabalhos domésticos e artesanatos. Entretanto, é importante salientar que o acesso a essas instituições era restrito a um pequeno percentual da

<sup>107</sup> Neste documento, após a assinatura, encontra-se a seguinte inscrição feita e assinada pelo Sr. Ezequiel R. Costa do Brazil, atestando a veracidade do manuscrito: “reconheço verdadeira a letra, e firma do attestado supra por ser a propria; do que dou fé” (APEB, Maço 3856).

<sup>108</sup> As mulheres eram consideradas seres inferiores, pertencentes a uma categoria que, à semelhança das crianças e doentes mentais, era denominada *imbecilitussexus*, ou sexo imbecil (RIBEIRO, 2007, p. 79).



população feminina e que, na maioria das vezes, se dava por interesses patriarcais ou por motivos escusos. (RIBEIRO, 2007, p. 87).

Ao discutir a educação feminina no período colonial, na região sudeste do Brasil, por meio da análise de experiências em conventos e recolhimentos no século XVIII, Leila Mezan Algranti (1996) mostrou que as meninas podiam aprender as primeiras letras em casa, por meio da educação doméstica, com o propósito de acompanhar os sermões na igreja ou nas instituições de reclusão. Em face dessas constatações, a autora assevera que:

Não se pode negligenciar, entretanto, que apesar de todo o quadro desfavorável os conventos e recolhimentos eram os únicos espaços institucionais onde as mulheres da Colônia poderiam receber alguma instrução sem terem necessariamente que optar pela vida religiosa (ALGRANTI, 1996, p. 266).

Sobre essa questão, Maria Prado Xavier (1994), ao comentar acerca da situação da educação das mulheres no século XIX, declara que: “[...] nas camadas populares, obviamente nem se cogitava da sua instrução, ao passo que, nas camadas superior e média, elas recebiam em graus variados uma educação doméstica” (XAVIER, 1994, p. 75).

No que concerne às propostas de instrução feminina, encontramos em alguns reformadores que, sob a influência das ideias ilustradas do século XVIII, manifestaram sua preocupação em relação à educação feminina. Um dos principais, Luís Antonio Verney, no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, escreveu um apêndice sobre a “Instrução das Mulheres, no qual refutou a ideia de que as mulheres seriam ‘incapazes de qualquer gênero de estudo e erudição’” (VERNEY, 1952, p.148). O estrangeiro português defendia a educação das meninas argumentando que todos aprendem com as mulheres, quando crianças, portanto, era importante garantir-lhes a leitura e escrita correta da língua portuguesa. Desse modo, para ele, todas deveriam ter acesso à escolarização<sup>109</sup>, pois poderiam aprimorar suas atividades domésticas, sociais e econômicas, por meio do estudo de assuntos religiosos, da gramática e do português, noções de aritmética, a leitura de história sagrada, moral e de Portugal, da economia doméstica, canto, música e dança. No entanto, de acordo com Ribeiro (2002, p. 40), as ideias de Verney a esse respeito foram ignoradas e pouco apreciadas.

Semelhantemente, Ribeiro Sanches, um dos mentores da reforma de ensino em Portugal, no século XVIII, abordou a respeito da educação feminina (RIBEIRO, 2002). Segundo ele, as mulheres da nobreza deveriam receber instruções que se limitariam ao ensino religioso e civil,

---

<sup>109</sup> A despeito da questão, Luís de Pina, em 1968, esclareceu que a preocupação em educar as mulheres estava relacionada à perpetuação da espécie, por isso, era necessário aprender sobre a higiene e a saúde do corpo.

à Geografia e História Sagrada e profana e às atividades com bordados e costuras. Isso porque entendia que tais atividades as desviariam de leituras profanas e as preparariam para exercer melhor suas funções de esposas e mães. Ribeiro (2002, p. 44) enfatiza que, se, por um lado, Verney considerava que essa educação deveria ser ofertada apenas às mulheres que seriam mães, esposas ou freiras, Sanches avança nesse sentido ao incluir aquelas que permaneceriam solteiras.

Comunga do mesmo pensamento, o diretor geral de estudos da província da Bahia, Abílio César Borges, pois em seu relatório sobre a instrução pública, quanto às professoras, entendia que “a ilustração | e moralidade do sexo feminino acha-se ainda mais intimamente vinculada a | pureza dos costumes. \_ Haja boas mãis que haverá bons filhos e bons cida- | dãos [...]” (RELATÓRIO, 1856a, p. 13).

Desse modo, apesar de alguns reformadores apresentarem argumentos em defesa de uma educação feminina, a reforma pombalina, entretanto, não garantiu o direito à escolarização das mulheres, conforme ressalta Áurea Adão (2014):

A reforma pombalina das escolas de ler, escrever e contar, promulgada em 6 de Novembro de 1772, era omissa no que respeita ao ensino feminino, ainda que a consulta da Real Mesa Censória, que deu origem à lei, apontasse a necessidade de criação de tais escolas, propondo que o excedente das verbas recolhidas pelo imposto subsídio literário, depois do pagamento de todos os vencimentos previstos, fosse também aplicado na retribuição de algumas mestras de ler e escrever destinadas ao ensino de meninas órfãs e pobres. Porém, a nível governamental, o assunto foi somente retomado muitos anos mais tarde (ADÃO, 2014, p.57).

O fato é que o acesso do público feminino às escolas só foi autorizado com a lei de 15 de outubro de 1827<sup>110</sup>, conhecida como Lei Geral. Essa foi a primeira legislação no Brasil sobre o ensino primário, a qual determinava a criação de escolas de primeiras letras em todo o império, incluindo as de meninas, estabelecendo o currículo, a contratação e a remuneração de mestres e mestras. A respeito das escolas de meninas, a lei estabelecia que:

Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.  
Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo

---

<sup>110</sup> Em Portugal, em 1816, foram contratadas 18 mestras para educarem as mulheres, já previsto em documento elaborado em 1790, o qual lhes garantia esse direito (ADÃO, 2014, p. 55).

brazileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º.  
 Art 13º As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.  
 (BRASIL, 1827).

Conforme pode-se constatar, as meninas não teriam acesso a todas as matérias ensinadas aos meninos, ficando-lhes reservado o ensino das prendas domésticas em lugar dos estudos da geometria, limitando-se, pois, ao aprendizado das quatro operações matemáticas. Nesse contexto, surge também a figura da professora-mestra, condicionando a sua contratação a uma boa conduta, uma vez que esta deveria ser “reconhecidamente honesta”. Quanto aos ordenados e gratificações, não havia discriminação entre os sexos<sup>111</sup>.

É importante esclarecer que, apesar da lei, a criação das escolas para meninas se deu vagarosamente. No Brasil, a primeira escola pública de meninas que se tem notícia, surge em São Paulo, em abril de 1828; no mês de dezembro desse mesmo ano, há registros de escolas em Sergipe e em Pernambuco; no Rio de Janeiro, fora criada em março de 1829; e, em Minas Gerais, em 1830. Após o Ato Adicional de 1834<sup>112</sup>, tornou-se responsabilidade de cada província a organização dos seus próprios sistemas de ensino primário e secundário.

No *Regulamento às Escolas de Instrução Pública* (REGULAMENTO, 1837), apresentado pelo Presidente da Província da Bahia, Francisco de Sousa Paraíso, em 21 de janeiro de 1837, são sugeridas atividades, consideradas recreativas, cujo propósito seria persuadir os alunos enquanto os instrui, tornando, assim, o ensino menos árduo: “as apostas, e competências nas escriptas comparadas, os argumentos, as bandas, os títulos, etc”. No entanto, restringir-se-iam aos meninos, pois, conforme justifica o presidente:

Mas quem não vê, que taes medidas seriam improprias, quando applicadas às meninas? A delicadeza e modéstia genial do seo sexo requer outros modos. Felizmente são ellas hoje educadas por Mestras, e o que não afinaria serem muito custo ainda o mais experiente Educador, acertará como por instinto o coração de uma boa mulher, que tal convém que seja uma Mestra. Assim que, a brandura, o comprasimento, até onde ser possa, obterá dellas, não estes exforços, que annunciamo vigor e actividade do homem que há de ser; se não que outros ensaios de resignação, de flexibilidade e prudência que formará um dia o mérito de suas discipulas” (REGULAMENTO, 1837).

<sup>111</sup> Sobre isso, Maria Inês Sucupira Stamatto (2002) revela que, na prática, a própria lei possibilita uma diferença salarial entre mestres e mestras contratadas.

<sup>112</sup> O Ato Adicional de 1834 promoveu reformas constitucionais, provendo as províncias de poderes para formar suas próprias Assembleias Legislativas e administrar os seus recursos.

Ao considerar a “delicadeza e modéstia genial” do sexo feminino, o presidente considerou ser imprescindível que as meninas fossem educadas por Mestras, as quais possuiriam atributos, como brandura e comprazimento, necessários a essa tarefa de formar discípulas.

#### 4.4.1 A escola de meninas na Vila de Jacobina: um projeto inútil ou necessário?

Na Vila de Santo Antônio de Jacobina, com a publicação da Lei Provincial nº 259 de 15 de abril de 1847<sup>113</sup>, surge a primeira cadeira pública de escola feminina, portanto, vinte anos após a Lei Geral determinar a criação de escolas para o sexo feminino.

Ao comentar sobre o decreto de 16 de junho de 1832, em que “creavarias escolas de primeiras letras em diferentes comarcas da Provincia da Bahia”, Afonso Costa (1916), em seu trabalho intitulado *Minha terra: Jacobina de antanho e de agora*, revela a sua indignação quanto à letargia do governo na criação de uma escola de meninas na Vila de Jacobina.

O governo se olvidara desse comecinho principio do direito à educação que aos civilizados assiste, e somente pór lei de 15 de abril de 1847, ou seja, cento e vinte e sete anos após a criação da vila, se resolvera ele à instalação de uma cadeira escolar para o sexo feminino em a vila de Jacobina (COSTA, 1916, p. 284).

Cabe ressaltar que essa decisão foi precedida por um intenso debate em sessão da Assembleia Provincial da Bahia, no dia 05 de março de 1847, em que se discutia a necessidade de uma escola para atender apenas o público feminino ou a inserção das meninas na classe já existente (CORREIO, 1847). O projeto<sup>114</sup>, apresentado pelo deputado Sr. João Maurício Wanderley, propunha a criação de uma cadeira de primeiras letras para meninas pelo método simultâneo, com ordenado de 400\$000. Por meio de discursos, dentre os quais alguns consideravam perigosa e ou desnecessária a criação de escolas femininas, os deputados assim expressavam as suas posições, considerando, por vezes, os diferentes papéis sociais:

1ª Discussão do projeto nº [...] que cria uma cadeira pelo methodo simultâneo para meninas na villa de Jacobina.

<sup>113</sup> Na Lei Provincial (BRASIL, [1847]1863, p. 329-330), registra-se “Criando uma cadeira de primeiras letras pelo método simultâneo para meninas da Vila de Santo Antonio de Jacobina”.

<sup>114</sup> Tratava-se do projeto nº 6, de 1847, apresentado à Assembleia Provincial da Bahia.

O **sr. Pessoa**: Se pronuncia contra o projecto, julgando-o inútil. A respeito do ensino das meninas tem ideas muito especiaes, entendendo que os de um e outro sexo devem aprender as primeiras letras sob o mesmo mestre, e na mesma escola, com a distinção de assentos unicamente. Se se propozer a supressão da cadeira de primeiras letras para ensino de meninas, que já existe na Jacobina, não duvidará votar pelo projecto; mas, em quanto não se apresentar emenda n'esse sentido, vota contra.

O **sr. Wanderley**, sustentando o projecto, respondeu ao sr. Deputado que o impugnou. Não é possível o ensino promiscuo de meninos de ambos os sexos, principalmente no sertão, onde as casas, em que se achão estabelecidas as aulas, não oferecem a comodidade competente. A educação, que se deve dar aos meninos, é mui diversa da que he necessária às meninas de que se hão de formar as mães de família. Além disto, como poderia um homem ensinar a meninas prendas domésticas, [...] à educação? Espera o orador que o honrado deputado vote [...] pelo projecto, assim como também tem votado paracreação de muitas outras cadeiras para o sexo feminino.

O **sr. Pessoa** continua em seo primeiro discurso. Insistindo sobre eles, pondera que se engana quem supõe que nas escolas primarias de meninas, se ensinão prendas domésticas; isso unicamente tem logar nos collegios.

O **sr. J. de Goes** pronuncia-se contra as ideas do nobre deputado que o procedeo, ponderando ser fora de toda a duvida que a educação, que se deverá ao sexo feminino, deve de ser differente daquela que tenha de dar sexo masculino (apoiados), e que por conseguinte convém que hajão aulas especiaes para o ensino de um e outro sexo. O orador fez vêr que nos paizes civilizados, como a França, Inglaterra, Allemanha, Estados Unidos, etc, assim se procede, que sustentar o contrario parece um paradoxo, e deixar de reconhecer que os dous sexos tem de exercer na sociedade uma missão diversa, etc. Depois de outras considerações acerca do projecto em discussão, o orador conclue votando por ele.

Julgada a materia discutida, é aprovado o projecto, e passa para a 2ª discussão. (CORREIO, 1847, p. 3, grifo nosso).

Com exceção do Sr. Pessoa, que considerava inútil a criação de uma escola de meninas naquela vila, os demais deputados eram favoráveis à aprovação do projeto. Nesse caso, considerando as diferenças entre os sexos, foram apresentados diversos argumentos, ratificando a necessidade de as meninas serem ensinadas por mulheres, para aprenderem as prendas domésticas. De igual modo, defendia-se a existência de duas turmas, funcionando separadamente, conforme se fazia nos países “civilizados”, para evitar a promiscuidade. A respeito dos termos utilizados em defesa do projeto, podemos destacar: “formar mães de família”; “missão diversa na sociedade”; “ensinar prendas domésticas”. Tais sentenças confirmam que a criação de uma escola para o público feminino tinha por finalidade capacitar a mulher para cuidar da sua família.

Esse projeto de criação da cadeira de meninas em Jacobina foi retomado na sessão de 11 de março daquele mesmo ano de 1847, para uma segunda discussão. Nesse caso, a pauta constava da aprovação do segundo artigo, o qual previa a contratação de uma professora, interinamente, para prover a vaga da referida aula (CORREIO, 1847).

O deputado Sr. João Maurício Wanderley, autor do projeto, defendia ser necessário “empregar todos os meios” para prover a cadeira, considerada “indispensável e de urgente necessidade”. A despeito disso, argumentou que o valor do ordenado oferecido a um professor de primeiras letras torna difícil o aparecimento de pessoas habilitadas para exercerem cadeiras em lugares distantes, especialmente quando se tratava das classes de meninas. Para referendar a sua fala, o deputado citou a escola de meninas, criada há muito tempo na Vila da Barra do Rio Grande, que fora provida interinamente, por ordem do presidente da província, por não haver candidatos. Em face disso, propunha que: “convém determinar que seja interinamente provida o seo exercício em pessoa, que concorrer perante o juiz da comarca<sup>115</sup>”(CORREIO, 1847, p. 3).

Concordando com as dificuldades quanto ao preenchimento das vagas, mas temendo a nomeação de professores incapacitados para exercer o ensino, o deputado Sr. L. A. Maria propôs que o concurso fosse realizado na própria comarca, perante o juiz de direito, conforme se constata no seu discurso proferido na Assembleia Provincial:

O nobre author do projecto inteirado pela experiência, que as **cadeiras existentes em lugares remotos da província parecem não existir por serem quase em vão creadas pela falta de oppositores nos concursos**, propoz a medida que se acha exarada no art 2. Mas, eu me persuado, Sr. Presidente, de que o que se propõe é sujeito a inconvenientes. Eu entendo que as importantes funcções do ensino publico devem estar à cargo de pessoa que tenha manifestado sua aptidão e sciencia, para o desempenho, pelos meios sabidos e satisfatórios. Esses meios não podem ser outros, senão o concurso. Também se poderão prover sem concurso, entregando-as a quem se julgasse com instrucção precisa; mas isto está sujeito ao perigo de ser encarregado o ensino a quem não tenha os conhecimentos precisos para se obter o fim que se quer. Assim **o concurso é indispensável**. Mas considero que tal qual é **o concurso pelo modo commum corre o risco de não ter lugar em alguns casos**; por isso julgo que será conveniente que, **a não poder se fazer perante o presidente na capital, tenha o concurso lugar na comarca ante o juiz de direito** (CORREIO, 20 mar., 1847, grifo nosso).

O debate contou com a participação dos deputados Sr. José de Goes, Sr. Pessoa, Sr. Chaves, Sr. Aprigio, sendo “aprovado o artigo com a emenda do Sr. Wanderley” (CORREIO, 20 mar., 1847), pela Assembleia Provincial, na sessão de 11 de março de 1847. Assim, por meio da Carta do Governador de 26 de agosto de 1847, fora nomeada, interinamente, para ocupar a

---

<sup>115</sup>De acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827, para exercer o cargo de professor, o candidato deveria se submeter a um exame público perante uma banca de três examinadores, na presença do presidente da província ou por alguém nomeado por ele (BRASIL, 1827). Desse modo, seria necessário que o candidato se deslocasse até a capital da Província, o que dificultava o processo.

cadeira de primeiras letras da classe de meninas, a professora D. Maria da Glória Figueiredo (MAPPAS, 1889).

Devemos concordar que a aprovação do projeto de criação da classe de meninas em Jacobina, prevendo a contratação de uma professora interinamente, favoreceu o seu funcionamento, visto que, em 1848, o presidente da província, João José de Moura Magalhães, apresentou o seu relatório registrando um número considerável de cadeiras vagas no ensino público de primeiras letras, devido à ausência de candidatos. É possível inferir que a distância de algumas localidades, a escassez de professores licenciados na província e os baixos salários tenham contribuído para esse quadro. Em sua fala, o presidente declara que:

Tendo falado em geral da Instrução elementar, cumpre tratar d'ella com mais particularidade. Das 154 escolas para meninos, e 24 para meninas existentes na Província, quinze estão vagas, por não terem ainda apparecido oppositores às Cadeiras, **achando se algumas providas interinamente, bem como a de meninas de Jacobina, ultimamente creada pela Lei Provincial nº 259**, e a de Carinhanha, na conformidade da lei nº 263, cujo professor obtivera licença para estudar no curso Jurídico de Olinda (RELATORIO, 1848, p.11, grifo nosso).

#### 4.4.2 A ilustre professora D. Maria da Glória Figueiredo

Ao contestar sobre a situação educacional da vila de Jacobina, que, no início século XX, mantinha apenas dois estabelecimentos para ensino de primeiras letras, o historiador Afonso Costa (1916) apresenta a primeira professora da escola de meninas, D. Maria da Glória Figueiredo, a respeito de quem tece elogios que a enaltecem sobremaneira, destacando o seu caráter e patriotismo:

Desde 1820<sup>116</sup>, seguramente, que a então vila de Jacobina tivera sua escola de primeiras letras para meninos, e por 1847, uma para meninas, da qual fora regente durante muitos anos a prendada professora **D. Maria da Glória, sem duvidas a mulher patricia de espírito mais elevado e mais ilustre**. Pois desde estas duas épocas, com a população da cidade muito naturalmente acrescida, é do gosto ainda do governo sustentar apenas dois estabelecimentos para ensino de primeiras letras na cidade (COSTA, 1916, p. 286, grifo nosso).

---

<sup>116</sup> Afonso Costa (2016) desconhecia as informações, cujos dados foram apontados nesta tese, que revelam a escolarização na vila de Jacobina antes da década de 1820.

Todos os predicados atribuídos à professora D. Maria da Glória revelam a sua competência e o seu compromisso quanto ao ensino das meninas na villa de Jacobina. Fora reconhecida, não apenas pela população jacobinense, mas por toda a província, como atestam inspetores, diretores de estudos e presidentes da província da Bahia, que testemunharam o seu brilhante trabalho. Tal era o reconhecimento que, em 1854, o presidente da província, o doutor João Maurício Wanderley, propôs um aumento ao seu ordenado, além de uma gratificação para aluguel da casa:

Muita dificuldade se encontra no provimento das cadeiras primárias do sexo feminino que vagão, ou tem se de novo estabelecido nos Municípios distantes da capital, porque o mesquinho ordenado de quatrocentos mil réis não convida uma Professora habilitada a deixar sua família, nem chega para estabelecer-se com economia separada. Deve-se elevar a quinhentos mil réis ao menos o ordenado das Professoras que ora só tem quatrocentos mil réis. As da cidade de Nazareth, e Valença tendo suas aulas frequentadas por crescido numero de alumnas merecem quinhentos mil réis; a Professora de Taperoá tem mais de 70 alumnas, a da Villa da Barra tem 60, as de Inhambupe e Jacobina **tem feito ótimo serviço, e suas aulas são muito frequentadas; parece injustiça não se elevar o seo ordenado a quinhentos mil réis, dando-se-lhes além disto gratificação para casa [...]** (FALLA, 1854, p. 9).

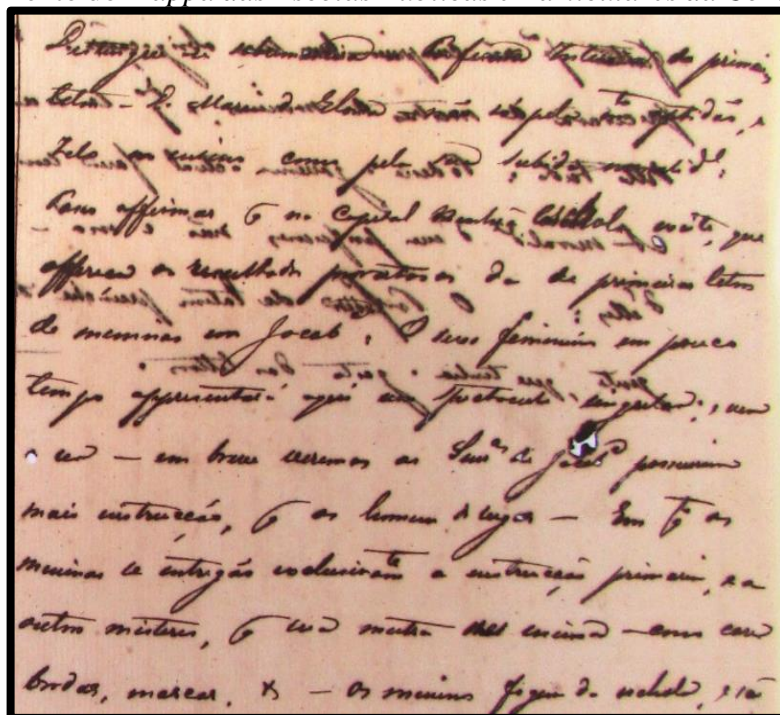
No Arquivo Público da Bahia (APEB), Seção Colonial e Provincial, Maço 2433, classificado como *Judiciário/juízes*, no período de 1855 a 1859, foi localizado um documento que, apesar de não ser datado e/ou identificado, apresenta indícios de ter sido produzido por um inspetor ou diretor de estudos. Trata-se do *Mappa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina*<sup>117</sup>. O documento contém uma tabela com linhas e colunas, com dados relacionados à quantidade de alunos e de aulas públicas e particulares na villa<sup>118</sup> de Jacobina e na villa Nova da Rainha. O campo “observações” compreende um relatório sobre as aulas, avaliando, principalmente, o desempenho dos professores. Apesar de conter termos ilegíveis, foi possível entrever, a partir da análise e da leitura do documento, os elogios tecidos à professora de meninas:

<sup>117</sup>O documento pode ser consultado no Apêndice Q deste trabalho.

<sup>118</sup> Consta no documento o termo “município”, mas, na verdade, dizia respeito, ainda, às villas de Jacobina e de Nova Rainha.



**Figura 7** – Fragmento do *Mappa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina*



Fonte: APEB, Maço 2433.

Distingue-se bem a Professora interina de primeiras | letras D. Maria da Glória [...] aptidão e | zelo no ensino, como pela sua [...] moralidade] | Posso afirmar que na capital [nao]ha] escola[...] | que offereça os resultados [proveitosos] da de primeiras letras | de meninas em Jacobina. O sexo feminino em pouco tempo appresentou aqui [...] singular [...] \_ | em breve veremos as Senhoras de Jacobina possuirem mais instrucção que os homens [...] todas as meninas se entregam [...] a instrução primaria e a | outros [materiaes], que sua mestra lhes ensina, [bem] como | bordar, marcar. (APEB, Maço 2433).

No excerto acima, o autor do documento não apenas destaca o desempenho da professora, ressaltando a sua “aptidão e zelo”, mas, sobretudo, aponta para o resultado do seu trabalho, o qual, segundo ele, é superior a qualquer outro oferecido pelas escolas da capital. De igual modo, quanto ao grau de instrução obtido pelas discípulas, estima se elevar em relação ao do sexo masculino das classes de primeiras letras, daquela vila.

Apesar de ter marcado a história da educação de Jacobina, como a primeira professora da escola de meninas, pouco se sabe a respeito da vida de D. Maria da Glória Figueiredo. Sobre a designação “D.”, indicando “Dona”, que aparece antes do nome, nos documentos relativos à professora, Marcus Vinícius Fonseca (2007, p. 69) esclarece que se tratava de um complemento exclusivo às mulheres brancas que ocupavam posições de prestígio, sendo utilizado, por vezes, até mesmo ao se referir a crianças. Outra informação curiosa, diz respeito aos três registros de

compra de escravizados, em nome de D. Maria da Glória, filha de Manoel Fulgêncio de Figueiredo, constatados por Vieira Filho (2009, p. 126), o que, segundo o pesquisador, se constituía uma exceção, pois, entre as mulheres, predominantemente viúvas, era comum apenas a venda de, no máximo, dois escravizados. Tais constatações nos levam a conjecturar que a professora era uma mulher branca, de posição social elevada.

A professora Doracy Araújo Lemos (1995)<sup>119</sup> nos dá as seguintes notícias sobre D. Maria da Glória:

Primeira mestra do curso feminino. Aqui nasceu, tendo aprendido português, francês e latim com seu pai. Convidada pelo Dr. João Barbosa de Oliveira, então Diretor Geral dos Estudos, para lecionar como professora adjunta no Instituto de Mulheres (depois Escola Normal da Bahia) não aceitou o convite para não sair de sua terra (LEMONS, 1995, p. 153).

De fato, de acordo com o documento encaminhado pela Directoria Geral de Estudos da Bahia ao Presidente da Província, em 23 de agosto de 1861, a respeito da existência de vagas nas classes de primeiras letras na vila de Jacobina, o diretor de estudos esclarece sobre a nomeação publicada pelo governador em que confere a D. Maria da Glória o título de professora adjunta na Escola Normal. No entanto, enfatiza que a cadeira de meninas não poderia ser considerada vaga, visto que a professora ainda não havia se apresentado à capital:

Quanto ao ponto de um dos officios dela, em que afirma estar vaga também a de primeiras letras de meninas, essa Directoria não pode informar senão que não é isto exacto ora, porquanto a professora publica dali. D. Maria da Gloria, em quanto não chegar a esta Capital, e não obtiver o titulo correspondente à nomeação que dela fez o Governo em 19 de fevereiro deste anno para adjuncta no internato normal do seo sexo, cousa que está pendente da solução que V. Ex<sup>a</sup> houver de dar a minha informação de 16 de julho [...] ou da nossa explicação que é indispensável da determinação presidencial, que me foi comunicado em officio de 23 de Maio, não pode ser destituída da sua cadeira, que por tudo isto ainda não se pode considerar vaga. (APEB, Maço 3878).

Conforme atestam os relatórios de instrução pública da província da Bahia, a professora D. Maria da Glória permaneceu em sua classe de primeiras letras para meninas, na vila, até a década de 1870. Portanto, não assumiu as atividades no Internato Normal<sup>120</sup>, antiga Escola

<sup>119</sup> A professora Doracy Araújo Lemos publicou um livro intitulado *Jacobina: sua história e sua gente*, em 1995, em que aborda vários aspectos da história de Jacobina, com base em documentos oficiais, fontes orais e arquivos pessoais.

<sup>120</sup> Com o Regulamento Orgânico da Bahia, de 28 de dezembro de 1860, as Escolas Normais foram transformadas em internatos, com a oferta de um curso teórico e prático que durava dois anos. Nesse caso, havia um para atender os meninos e um para atender as meninas, distintamente.

Normal, na capital, apesar da sua nomeação, o que significa o reconhecimento de sua capacidade para o exercício dessa função. Sobre isso, Tiane Melo dos Anjos (2018, p. 86), em sua dissertação sobre *A escola normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889* nos informa o que determinava o Ato do Governo da Província de 19 de Fevereiro de 1861:

O Presidente da Província, em vista do que lhe propusera o Dr. Diretor Geral dos Estudos [João José Barbosa d'Oliveira] na forma do artigo 5º do Regulamento Orgânico da Instrução Pública, nomeia para Vice-Diretora da Escola Normal, a professora D. Anna Joaquina dos Santos Bonati; para as mestras adjuntas a professora pública primária em Jacobina D. Maria da Glória e a normalista Mathilde Emilia Leão; e para professora da Escola anexa removida para a freguesia da Vitoria D. Florentina Laurentina de Barros Gonda, professora da Freguesia da Conceição da Praia (ANJOS, 2018, 163).

No entanto, conforme nos informa a pesquisadora, a professora D. Maria da Glória fora substituída pela normalista D. Florência Maria da Rocha, em 20 de agosto, daquele mesmo ano, por não ter se apresentado (ANJOS, 2018). A despeito desse fato, o documento exarado pela Diretoria Geral dos Estudos da Bahia, em 18 de fevereiro de 1862, noticia o pedido de cassação da referida professora:

[fol. 1r] Directoria Geral dos Estudos da Bahia, de 13 de | Fevereiro de 1862  
Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Devolvendo a V. Ex<sup>a</sup> a inclusa petição | de D. Maria da Gloria que requer se  
lhe | mande cassar a nomeação que della fizera o Gover | no para mestra  
adjuncta no Internato normal | das mulheres e que reintegrada seja na eschola  
de | primeiras letras da Villa de Jacobina, onde ser- | via antes da referida  
nomeação, desde 26 de Agos- | to de 1847, informo que, com quanto perca  
mui- | toaquelle Internato, não podem deixar de ser | attendidas as razões que  
allega; e que, por tanto, | sendo deferida neste ponto, pelo mesmo motivo | de  
incontestavel serviço publico sirva-se Vossa Excelência de | lhe mandar passar  
apostilla de professora publica | primaria interina, na dita eschola da Villa da  
| Jacobina.

Deos.

(APEB, Maço 3876).

Tais dados ratificam o que fora apresentado anteriormente e revelam que, ao contrário do que preconizavam os relatórios a respeito da qualidade da instrução pública no sertão, por meio da atuação da sua professora, a escola de primeiras letras para meninas, na vila de Jacobina, elevava-se a um patamar de destaque em toda a província.

Quanto à aprendizagem do latim e da língua francesa, ambas consideradas de prestígio no século XIX, esta consistia numa prática comum à população branca e instruída que

compunha a sociedade brasileira naquele período. Desse modo, a professora D. Maria da Glória Figueiredo, que, segundo Lemos (1995), além do português, possuía conhecimento da língua latina e do francês, ao que parece, pertencia a uma família de condição social privilegiada na Vila de Jacobina, de quem recebera instruções no espaço doméstico, visto que:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professores particulares, ou em escolas religiosas (LOURO, 2001, p. 446).

No sertão nordestino do século XIX, conforme assevera Falci (2001, p. 251), a respeito da instrução feminina, eram raras as meninas que aprendiam a ler e muitas se limitavam à escrita do próprio nome e ao reconhecimento das letras. Segundo a autora, “elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e música”, enquanto os meninos recebiam instruções sobre as ciências, filosofia e outras línguas.

É certo que não temos muitas informações a respeito de D. Maria da Glória, para compor a sua biografia, entretanto, ainda que tenha sido leiga no magistério, o reconhecimento de suas habilidades e conhecimentos, que transcendem o simples conhecimento das letras ou da escrita do nome, evidenciam a superação dessa descrição da mulher que vivia no sertão, no oitocentos. Destarte, durante mais de vinte anos<sup>121</sup> (MAPPAS, 1889), a cadeira de primeiras letras de meninas foi ocupada por essa ilustre professora.

---

<sup>121</sup>Em Mappas (1889) há registros da professora D. Maria da Glória ainda ocupando a classe de primeiras letras para meninas, na Villa de Jacobina. Portanto, considerando que fora nomeada em 1847, é possível que tenha solicitado aposentadoria em 1872, ao completar vinte e cinco anos de serviço público.

## 5 PERFIL DOS ALUNOS E DAS ALUNAS NAS AULAS PÚBLICAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA – 1830 - 1840

Esta seção se propõe a caracterizar os estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, a partir dos dados obtidos nos mapas de frequência produzidos pelos professores, especialmente, na década de 1840. Esses documentos estão localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial, especificamente nos maços 3996, 3997, 3999 e 4000. Para favorecer a análise dos dados, realizou-se a edição semidiplomática dos fólios selecionados, segundo as normas de transcrição do PHPB<sup>122</sup>. Do que foi possível coletar nesses documentos, são apresentados, por meio de gráficos, quadros e tabelas, o perfil dos indivíduos que frequentavam essas Aulas, considerando as características fenotípicas, as idades, bem como a ocupação/profissão dos seus pais. Ademais, revelam-se dados que dizem respeito às aprendizagens da leitura, escrita e gramática.

### 5.1 MAPAS DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS E DAS DISCÍPULAS DA VILA DE JACOBINA

Os Professores terão um livro em que abrão a matrícula dos seos escolares, declarando **o dia, mez, e anno da entrada** de cada um delles, a **idade, naturalidade, e filiação**; e bem assim o **tempo** da sahida, ou saiam prompts, ou para continuarem em outra Aula primária, por qualquer motivo occorrente. Terão mais outro livro, ou caderno, em que marquem as **faltas diárias**, e o **progresso** que forem fazendo, por onde exactamente possam ordenar o **mappa** que apresentarão ao Governo no fim de cada um anno. (REGULAMENTO, 1837, p. 2, grifos nossos).

O excerto acima diz respeito à regra de número dez do Regulamento<sup>123</sup> aprovado pelo presidente da Província da Bahia, Francisco de Sousa Paraíso, em 21 de janeiro de 1837, quando são apresentadas determinações a serem seguidas por todas as Escolas de Instrução Primária. Como pode ser constatado, no referido documento, havia uma orientação quanto ao registro, em livros de matrícula, de determinadas informações sobre os alunos, as quais possibilitariam o preenchimento dos mapas de frequência a serem encaminhados ao governo, no final do ano.

<sup>122</sup> As normas para transcrição de textos propostas pelo PHPB encontram-se disponíveis para consulta no Anexo.

<sup>123</sup> O documento informa que: “O Presidente da Província, conformando-se com o parecer da Comissão de tres Cidadãos, que nomeara, e em execução do artigo 21 da Lei Provincial n. 37 de 14 de Abril do anno próximo passado, ordena, que d’ora em diante nas Escolas de Instrucção Primaria, e em quanto a Assembleia Legislativa Provincial o contrariohe foi apresentado” (REGULAMENTO, 1837, p. 1).

Nesse caso, deveriam ser registradas a data da matrícula, a idade, a filiação, a frequência e o desempenho dos discípulos<sup>124</sup>.

Cynthia Veiga (2008, p. 45), a partir das considerações de Olivier Martin (2001)<sup>125</sup>, acentua que o século XIX se caracterizou por uma época de “febre de estatísticas”. A autora explica duas razões que justificam tal assertiva: a primeira, porque possibilitou ao Estado desenvolver novos meios, itens e objetivos quantificáveis, com isso, seus dados foram ampliados; a segunda está no fato de que não se limitou às ações do Estado, mas a realização de estudos estatísticos se tornou uma ocupação desenvolvida também por outras instâncias.

Diana Gonçalves Vidal (2008) esclarece que, para controlar e fiscalizar as aulas públicas, o Estado se apoderou de diferentes instrumentos como relatórios, ofícios e mapas escolares, os quais eram produzidos não apenas por professores, como também por outros agentes, a exemplo de inspetores e diretores de estudos. Como mostraremos a seguir, por meio dos trechos extraídos dos relatórios dos presidentes da província da Bahia, na década de 1840, era constante a preocupação do governo quanto ao cumprimento dessa prerrogativa.

É nesse sentido que, ao considerar a deficiência da instrução pública, em 1840, o presidente da província, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, aponta para a necessidade de tornar mais eficiente a inspeção do ensino público, especialmente das aulas que ocorriam no interior da província, considerando a distância para a capital e a ausência de informações. Conforme acentua o presidente, o juiz de direito e a câmara municipal são, de igual modo, informantes desse processo de controle do governo, no sentido de acompanhar as ações relacionadas ao funcionamento das aulas. Conforme esclarece por meio do seu discurso:

O estado da Instrução primaria na Capital algum progresso, e aproveitamento parece denotar; nos outros lugares porém vai em decrescimento, e frouxeza na razão da distancia, em que elles se achão da inspecção immediata do Governo: na falta de um meio eficaz, que obrigue os Professores a cumprir com os deveres do Magisterio, occorre-me o de authorizardes o Governo para suspende-los correccionalmente, e mesmo demitti-los, quando se verifique por informação do Juiz de Direito, e Camara Municipal respectiva a sua indolência, ou prevaricação [...] (FALLA, 1840, p. 11-12).

<sup>124</sup>Com base no trabalho de Maria Lúcia Hilsdorf, intitulado *A prática pombalina no Brasil: alunos de estudos menores na capital de São Paulo*, Vidal (2008, p. 57) esclarece que, ainda no contexto das aulas régias, nos mapas produzidos entre 1800 e 1821, já havia o registro de dados relacionados à identificação, aproveitamento e condições sociais dos estudantes.

<sup>125</sup> Em artigo intitulado *Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformação da análise estatística da sociedade (séculos XVII- XIX)*, Olivier Martin mostra como se deu essa “febre de estatística” nos Estados europeus, nos séculos XVIII e XIX.

De igual modo, em 1841, ao considerar a escassez de dados sobre a instrução pública baiana, o presidente da província, Paulo José de Mello Azevedo e Brito, destaca a indolência dos professores quanto ao encaminhamento dos mapas, o que, segundo ele, se deve ao fato de o governo não dispor de meios mais eficazes que garantam o preenchimento desses documentos a serem encaminhados ao governo, anualmente. Conforme declara:

No pequeno espaço decorrido de minha administração, não me tem sido possível obter esclarecimentos satisfactorios a cerca d'este importantíssimo ramo do publico serviço, o que assaz desejaria, estando como estou convencido de que a instrução he o principal elemento para o progresso industrial e moralidade de um povo, mórmentedaquelle que tem a ventura de possuir o regimen representativo. A vista dos **mappas** que vos serão ministrados pela Secretaria [...] Sinto cordialmente que não possa ainda o Governo apresentar tão importantes esclarecimentos á cerca das outras comarcas da Provincia, das quaes **muitos professores não tem sido diligentes em remette-los**, faltando de alguma maneira meios efficazes ao Governo para os coagir, de nada valendo as suspensões, as quaes, devendo ser seguidas de um processo, com o favor da absolvição, voltão impunes a praticar novas faltas, percebendo de mais os ordenados do tempo que, por causa da suspensão, se conservarão no ócio, e com maior prejuízo dos discípulos (FALLA, 1841, p. 12, grifo nosso).

Nota-se, no discurso de Azevedo e Brito, a sua reivindicação por medidas mais severas diante da negligência dos professores, que não encaminhavam os mapas de frequência ao governo. A despeito disso, o presidente argumenta que a suspensão não estava sendo eficiente, pois os infratores, após obterem absolvição, voltavam a descumprir a ordem. Ao que parece, o *Regulamento* de 1837, apesar de orientar os professores quanto ao registro dos dados e encaminhamento dos referidos documentos, não instituía a sua obrigatoriedade.

Desse modo, a partir do ano seguinte, em 1842, o recebimento do ordenado foi condicionado ao encaminhamento dos mapas de frequência dos discípulos, que deveriam ser legitimados pelos juízes de direito das comarcas, o que reitera a obrigatoriedade dessa tarefa imposta aos professores. A fala do então presidente da província, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, apresenta esclarecimentos sobre essa medida:

Não vos posso informar sobre o número certo dos alumnos de todas as aulas, por **falta de remessa de mappas** de grande parte dos professores; o que fez com que se expedisse ordem a thesouraria para que d'ora em diante lhes não pague seos ordenados, sem que primeiro remetão os mappas, ou appresentem certificado dos respectivos juízes de direito de os terem remetido a estes (FALLA, 1842, p. 16, grifo nosso).

Naquele mesmo ano, com a Lei nº 172, de 25 de maio de 1842, da Província da Bahia, sancionada pelo presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, criou-se o Conselho de Instrução Pública. De acordo com o que fora estabelecido no seu Regulamento<sup>126</sup>, caberia, aos seus membros, a função de inspecionar todo e qualquer estabelecimento de instrução pública, encaminhar, anualmente, ao presidente da província, um relatório a respeito do funcionamento das aulas bem como da conduta dos empregados da instrução pública.

No entanto, obter dados a respeito do funcionamento das aulas públicas, distribuídas por toda a província, implicava em uma tarefa desafiadora, na primeira metade do oitocentos, pois, ainda que sob a pena de não receber o ordenado, o descumprimento da ordem ainda era comum à maioria dos professores, razão por que o presidente da província, que continuava a ser Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, utiliza o termo “alguns” para se referir aos professores que encaminharam os mapas de frequência, conforme pode ser constatado na citação a seguir:

Pelos **mappas, que me tem apresentado alguns dos respectivos Professores**, vejo que não he pequeno o numero de alumnos que as frequentam, sendo por isso mui bem empregada a despeza, que se faz com taes cadeiras. As maiores continuam a ser pouco frequentadas, mormente as que ainda existem nas comarcas (FALLA, 1843, p. 13, grifo nosso).

Por meio dos mapas, tornava-se possível ao Governo obter dados quantificáveis, sendo-lhe possível o controle do número de alunos matriculados e da frequência às aulas, o que, consequentemente, poderia implicar na viabilidade ou não da manutenção das aulas, tendo em vista o investimento empreendido pela província. É possível perceber que havia uma preocupação não apenas com o acesso à informação, como também quanto à veracidade dos dados informados. Um exemplo disso pode ser observado na fala do presidente da província da Bahia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, em 1845. Ao considerar que, na Província de Minas Gerais, havia um número mínimo de 24 alunos, estabelecido por uma lei provincial, o

---

<sup>126</sup> Primitivo Moacyr dá notícias do que foi instituído a respeito do Conselho de Instrução Pública, quando foi criado, em 1842: “Haverá na capital um Conselho de Instrução Publica composto de seis membros nomeados pelo presidente da província. Compete-lhe: 1º inspecionar todo e qualquer estabelecimento de instrução, assim como as aulas publicas ou sejam os seus professores providos| ou particulares, exceto o seminário arquiépiscopal; 2º regular o ensino publico nacional, designando segundo os seus diferentes ramos, as materias e método que se lhes deve seguir, promover composição de compendios para o mesmo ensino, distribuir as diversas aulas, atendendo ás localidades convenientes, organizar os regulamentos escolares, inclusive e do mesmo conselho, e ocorrer finalmente com illustração e mais providências necessárias a bem da instrução, submetendo tudo á aprovação do governo; 3º informar ao governo sobre a conduta dos empregados na instrução, e pedir medidas coercitivas contra os que se afastarem dos seus deveres; 4º enviar todos os anos á Assembléa provincial, por intermédio do presidente da província, um relatório circunstanciado de todos os estabelecimentos, de instrução e aulas provinciais, acompanhando-o de observações tendentes ao melhoramento da mesma instrução. Haverá em cada município *uma comissão composta de um ou mais membros*, nomeados pelo conselho, com aprovação do governo. Compete a estas comissões: inspecionar a instrução em seu municipio, e conhecer o comportamento dos professores afim de haverem seus ordenados [...]” (MOACYR, 1939, p. 73).



presidente defende ser esse um procedimento a ser adotado; entretanto, considera a possibilidade de alguns professores criarem listas com dados falseados, como inserir alunos matriculados em outras escolas, com o propósito de justificar a manutenção da sua aula. Ademais, tece críticas relacionadas ao desempenho do Conselho de Instrução Pública, considerando ineficiente a ação de fiscalizar que cabia aos seus membros, posicionando-se a favor da inspeção ser realizada pelo presidente da província ou de um delegado, por ele nomeado, pois declara crer “[...] mais na acção de um homem, que na de um conselho, que descança em outros” (FALLA, 1845, p. 34).

Nesse contexto, são constantes as queixas acerca do desempenho dos agentes imbuídos da função de inspecionar o ensino público. Um exemplo é a fala do presidente da província, desembargador João José de Moura Magalhães, Presidente da Província, em 1848, ao afirmar que: “são fracos e insuficientes os meios de fiscalizar o comportamento dos Professores. As Comissões de Instrução que a Lei manda crear para inspeccionar as aulas do interior da província pouco ou nada fazem” (FALLA, 1848, p.10). Mediante dificuldade de obter dados que expressassem com mais exatidão números relacionados à instrução pública na província da Bahia, quer relacionados à quantidade de escolas ou à quantidade de alunos matriculados, Moura Magalhães questiona: “[...] mas quem pode duvidar de que nesta Provincia não há somente 19 cadeiras particulares de primeiras letras para ambos os sexos? Devem-se calcular o numero dessas em mais do quádruplo” (RELATÓRIO, 1848, p. 2).

De acordo com Primitivo Moacyr (1939, p. 83), em 2 de fevereiro de 1850, na província baiana, por meio de um Regulamento sobre a inspeção e direção do ensino, determinou-se que: “A direção do ensino publico é confiada a um Conselho de instrução publica, a um Diretor geral dos estudos e a Comissões que este nomear em cada municipio”, cabendo à comissão a tarefa de

[...] receber dos professores trimensalmente e transmitir ao diretor geral os mapas dos alunos contendo o numero, nomes, familia, idade, moralidade e aproveitamento deles, além de outras observações sobre o estado da escola; não atestando a frequencia sem que os professores tenham satisfeito esta obrigação (MOACYR, 1939, p. 84).

Também a Lei de 17 de fevereiro de 1854, conhecida como Reforma Couto Ferraz, por meio do Decreto nº 1331-A, que estabelece o *Regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte* (BRASIL, 1854), determinava aos professores a

obrigatoriedade de encaminhar ao Inspetor de Ensino mapas trimestrais e anuais, conforme reza o parágrafo quinto, do Art. 66:

Remetter-lhe [ao Inspetor], no fim de cada trimestre, hum mappa nominal dos alumnos matriculados, com declaração de sua frequencia e aproveitamento; e no fim do anno hum mappa geral, comprehendendo o resultado dos exames, e notando d'entre os alumnos os que se fizerão recommendaveis por seu talento, applicação e moralidade (BRASIL, 1854).

Como se vê, esses documentos, mais do que o cumprimento de uma tarefa, tinham outras funções, como a de justificar a existência da escola, conforme número de discípulos que frequentavam as aulas e a de comprovar o exercício docente. Acrescente-se, ainda, que os registros elaborados pelos professores se tornaram bastante eficientes na caracterização, classificação e hierarquização da população escolar (VIDAL, 2008, p. 43).

Posto isso, tomaremos os mapas de frequência anuais, identificados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial e Provincial, produzidos por professores das Freguesias da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no século XIX, como instrumento de pesquisa para a compreensão da difusão do escrito, revelada por meio de registros que atestam e caracterizam sujeitos, práticas e objetos envolvidos na cultura escolar durante o Império. De antemão, pode-se dizer que esses mapas se constituem como documento histórico que possibilita conhecer o trabalho docente, o perfil étnico-racial e socioeconômico dos alunos inscritos nas aulas, bem como algumas características de materiais e metodologias utilizadas.

A esse respeito, Vidal (2008, p.46) ressalta que, ao considerarmos os mapas de frequência como objeto de análise, é necessário problematizar esses dados, considerando: 1) a confiabilidade da pesquisa, pois “é forçoso ter em consideração os processos manuais de coleta de dados, as omissões e as dificuldades de levantamento de informações, relativas a transporte e comunicação, ainda mais intensas quanto mais recuado é o tempo histórico”; 2) a falta de neutralidade na elaboração das estatísticas. É desse modo que, na esteira do pensamento dessa autora, temos a clareza de que os mapas de frequência não traduzem objetivamente o momento histórico-educacional, mas que, “por meio do questionamento acerca das categorias utilizadas pelos mestres para representar a realidade social e pedagógica dos alunos, é possível inferir os modos de constituí-los como objetos de intervenção do poder e sujeitos da educação” (VIDAL, 2008, p. 46-47).

A par dessas questões, para cumprir o propósito deste trabalho, foram identificados dezenove mapas no Arquivo Público da Bahia (APEB), no período compreendido entre as décadas de 1830 e 1840, visto que as dificuldades de localização e conservação dos documentos

nos restringiram o acesso a outros períodos e a um número maior de dados. Esses mapas dizem respeito aos dados encaminhados por professores das escolas públicas de Primeiras Letras e da Aula de Gramática Latina, pertencentes às quatro Freguesias que compunham a Vila de Santo Antônio de Jacobina, a saber: Freguesia de Santo Antônio da Vila de Jacobina, Freguesia de Nossa Senhora das Graças do Morro de Chapéu, Freguesia Nossa Senhora da Saúde de Jacobina e Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina. Para maior clareza a respeito dos documentos analisados, o Quadro 10 possibilita identificar as aulas públicas das Freguesias relacionadas, a data em que fora produzido e o nome do respectivo professor.

**Quadro 10** - Relação dos mapas de frequência produzidos por professores da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1834-1849)

	<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (classe de meninas)</b>	<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (classe de meninos)</b>	<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (Aula de Gramática Latina)</b>	<b>Freguesia de Nossa Senhora da Saúde</b>	<b>Freguesia de Morro do Chapéu</b>	<b>Freguesia do Santíssimo Coração de Riachão de Jacobina</b>
<b>Quantidade de mapas</b>	02	04	02	05	03	03
<b>Ano de Produção</b>	1847 1849	1834 1840 1843 1846	1847 18[?]*	1840 1843 1846 1847 1849	1843 1846 1847	1840 1843 1846
<b>Professor /Professora</b>	D. Maria da Glória	Estanislao José Gomes	João Longuinho de Souza	Joaquim José de Araujo Motta	João Francisco de Barros	Antonio Fernandes Couto
* Não consta a data						

Fonte: elaboração própria, com base em dados extraídos de documentos dos maços 1327; 3969; 3996; 3997; 3998; 4000; 4001 (APEB).

Considerando-se os dados acima, pode-se observar que os documentos identificados se concentram, principalmente, nos anos de 1840, 1843, 1846 e 1847. Com relação à década de

1830, consta apenas um mapa de frequência, produzido pelo professor Estanislao José Gomes, da classe de meninos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina. No período em que se debruça este trabalho (1827-1860), há apenas uma classe de meninas e uma Aula de Gramática Latina, que se localizam na sede da Vila.

É importante ressaltar que os mapas de frequência, relacionados às suas respectivas aulas/escolas, foram elaborados pelo mesmo professor ou pela professora, o que favorece a nossa análise, quanto à descrição e comparação de dados.

No Quadro 11, apresentamos as informações referentes ao número de discípulos e discípulas inscritos(as) em cada aula.

**Quadro 11** – Número de alunos inscritos nas aulas públicas, da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1834-1849), de acordo com a Escola/Freguesia

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA/FREGUESIA	ANO	NÚMERO DE ALUNOS(AS) INSCRITOS(AS)
<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina</b> (classe de meninas)	1847	25
	1849	36
<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina</b> (classe de meninos)	1834	52
	1840	50
	1843	56
	1846	50
<b>Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina</b> (Aula de Gramática Latina)	1847	04
	1849	07
<b>Freguesia de Nossa Senhora da Saúde</b>	1840	19
	1843	21
	1846	12
	1847	15
	1849	07
<b>Freguesia de Nossa Senhora de Morro do Chapéu</b>	1843	37
	1846	30

	1847	24
<b>Freguesia do Santíssimo Coração de Riachão de Jacobina</b>	1840	14
	1843	12
	1846	27

Fonte: elaboração própria, com base em dados extraídos de documentos dos maços 1327; 3969; 3996; 3997; 3998; 4000; 4001 (APEB).

Do que se percebe no Quadro 11, em relação às escolas de Primeiras Letras na Vila de Jacobina, é que o número de estudantes inscritos era bastante reduzido, especialmente nas escolas que funcionavam nas regiões rurais, nesse caso, dificilmente ultrapassava o número de vinte e cinco alunos. Chama-nos a atenção a Freguesia de Nossa Senhora de Saúde, que, em 1849, a quantidade de estudantes matriculados, naquela aula, ficou reduzido a menos de dez. A exceção está nas classes que funcionavam na sede da Vila, ou seja, na Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, em que o número de meninos correspondia a, no mínimo, cinquenta, e o de meninas contava com 25 e 36 alunas. Os menores números, entretanto, dizem respeito às Aulas de Gramática Latina, que chegaram a funcionar com um número ínfimo, correspondendo a somente 04 alunos, em 1847, e 07, em 1849.

Cumpre esclarecer que os mapas de frequência produzidos por João Longuinho de Souza, professor de Gramática Latina, serão analisados posteriormente, na seção 6, em que nos debruçaremos sobre essas aulas, observando aspectos que revelem o seu funcionamento naquela Vila.

Quanto à forma e estrutura dos documentos, pode-se dizer, de maneira geral, que se trata de manuscritos, produzidos em folhas avulsas, contendo uma ou duas laudas, no formato de um quadro/tabela horizontal, com linhas que separam os nomes dos alunos e das alunas, listados em ordem alfabética, e colunas delineadas identificando as categorias estabelecidas pelo(a) professor(a). A Figura 8 é um exemplo de como esses mapas eram apresentados:

**Figura 8**– Mapa de frequência dos alunos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1840)

N.º	Nomes	Outros dados	Valor numérico
1	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
2	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
3	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
4	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
5	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
6	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
7	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
8	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
9	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
10	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
11	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
12	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
13	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
14	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
15	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
16	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
17	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
18	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
19	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
20	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
21	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
22	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
23	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
24	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
25	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
26	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
27	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
28	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
29	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
30	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
31	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
32	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
33	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
34	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
35	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
36	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
37	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
38	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
39	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
40	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
41	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
42	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
43	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
44	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
45	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
46	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
47	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
48	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
49	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10
50	Antônio de Jesus	filho de Ant. e Maria	10

Fonte: APEB, Maço 3996.

Notoriamente, como cabia a cada professor elaborar o próprio documento, verificamos a variação quanto aos campos que compunham o mapa, especialmente em relação àqueles produzidos no período anterior a 1846. Até essa data, foram localizados seis mapas, os quais foram produzidos pelos professores das seguintes aulas de Primeiras Letras: da Freguesia da Vila de Jacobina; da Freguesia de Morro do Chapéu e da Freguesia de Riachão de Jacobina.



Destarte, com o propósito de estabelecer parâmetros, no que diz respeito à estrutura dos documentos, são analisados, inicialmente, os mapas produzidos até o ano de 1843. Com esse propósito, destaca-se, por meio da edição fac-símile, partes dos fólhos produzidos por cada professor concernente a essas aulas.

**Figura 9** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1834)

Nomes	Entradas 1832	Idades	Nomes dos Pais, ou Tutores	Occupações	Notas	O que sabião na entrada	Saida, e o que sabião
1.º Joaquim Estre	1832	4		Castoraria	falta continua e nada		

Fonte: APEB, Maço 1327.

Transcrição:

Lista dos Alumnos desta Aula Nacional, e Elementar							
Nomes	Entradas 1832	Idades	Nomes dos Pais, ou Tutores	Occupações	Notas	O que sabião na entrada	Saida, e o que sabião

**Figura 10** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1840)

Nomes	Dito dos Pais	O que leem	Arithmettica	Dias que faltarão	Capacidade Intellectual	O que sabiam na entrada	

Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Mappa dos Alumnos de que se compõem esta Aula Nacional da Villa de Santo Antonio de Jacobina							
Nº	Nomes	Dito dos Pais	O que leem	Arithmettica	Dias que faltarão	Capacidade Intellectual	O que sabiam na entrada

**Figura 11** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia da Vila de Jacobina (1843)

Nomes	Dito dos Pais	O que leem	Arithmettica	Dias que faltarão	Capacidade Intellectual	O que sabiam na entrada	

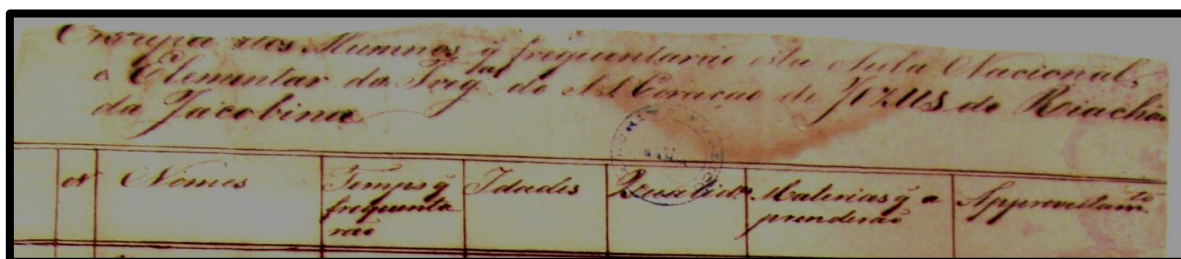
Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3996.

Transcrição:

Anno de 1843				
Mappa dos Alumnos que frequentarão a esta Aula Nacional na Villa de Jacobina				
	Nomes	Dito dos Paes	Dias de frequencia	

Nas Figuras 9 a 11, podemos visualizar fragmentos dos mapas produzidos por Estanislão José Gomes, professor de Primeiras Letras da Vila de Jacobina, nos anos de 1834, 1840 e 1843, nos quais constatamos algumas variações quanto à estrutura do documento. No primeiro fragmento, referente ao mapa produzido em 1834, são apresentados dados relacionados à categoria de identificação e à categoria de avaliação pedagógica. Há, nesse caso, o registro dos conhecimentos que os alunos já possuíam quando iniciaram os seus estudos naquela aula e também daqueles que foram apreendidos no decorrer do processo de escolarização, sem, contudo, especificar a matéria. Já em 1840, o professor inclui campos que dizem respeito às matérias de leitura e aritmética, além de informações sobre a capacidade intelectual e o que os estudantes sabiam na entrada. No terceiro fragmento, relativo ao ano de 1840, percebe-se uma redução de campos, sumarizando, no campo das observações, as informações relacionadas à aprendizagem e ao comportamento dos alunos.

**Figura 12** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)



Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Mappa dos Alumnos que frequentarão esta Aula Nacional   Elementar da Freguesia do S. Sagrado Coração de Jesus do Riachão   de Jacobina						
Numero	Nomes	Tempo que frequentarão	Idades	Qualidades	Materias que aprenderão	Aproveitamento



**Figura 13** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1843)

Mappa dos Alunos que frequentarão esta Aula Nacional e Elemental da Freguesia do S. S. Coração de Jesus do Riachão de Jacobina					
N.º	Nomes	Tempo que frequentarão	Idades	Qualidades	Materia que aprende- rão

Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Mappa dos Alunos que frequentarão   esta Aula Nacional e Elemental da Freguesia do Santíssimo Sagrado   Coração de Jesus do Riachão de Jacobina						
Numero	Nomes	Tempo que frequentarão	Idades	Qualidades	Materias que aprenderão	Aproveitamento

Quanto aos mapas da Freguesia do Riachão, produzidos pelo professor Antonio Fernandes Couto, nos anos de 1840 e 1843, verificou-se a manutenção dos mesmos campos nos dois documentos analisados. Nota-se que, no que diz respeito aos dados de identificação, inclui-se um campo referente às qualidades dos estudantes, o que correspondia à definição de cor/etnia. Quanto às aprendizagens, há informações nos campos: “materias que prenderão” e “aproveitamento”.

**Figura 14** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)

Relação dos Alunos q frequentarão a Aula Publica de Letras da Freg. de S. S. da Saúde da Cam. de Jacobina neste prox. an. de 1840					
N.º	Nomes	Idades	Qualidades	Materia que aprenderão	Aproveitamento

Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Relação dos alunos que frequentarão Aula Publica de Primeiras   Letras da Freguesia de Nossa Senhora da Saude da Comarca de Jacobina neste presente ano de 1840							
Número	Nomes	Idades	Qualidades	Naturalidades	Entrada	Dias que frequentarão	Materias que apresentarão

**Figura 15** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1843)

Mappa dos Alumnos desta Aula Nacional e Elemental da Freg. de Nossa Senhora da Saúde Comarca de Jacobina de 1843.				
Nomes.	Materias d'Aula.	Apos. d'Aula.	Frequencia n'Aula.	Observações.

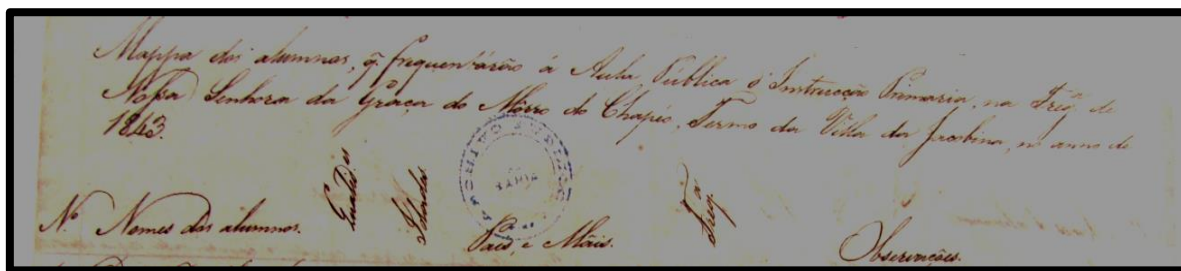
Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Mappa dos Alumnos que frequentarão   esta Aula Nacional e Elemental da Freguesia do Santíssimo Sagrado   Coração de Jesus do Riachão de Jacobina					
Numero	Nomes	Materias d'Aula	Aproveitamento	Frequencia n'Aula	Observações

Também correspondem aos anos de 1840 e 1843 os mapas produzidos pelo professor Joaquim José de Azevedo, da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina. No que se refere aos dados que identificam os alunos, o primeiro mapa, de 1840, oferece um número maior de informações, pois além do nome, idade e qualidade (cor/etnia), revela a naturalidade dos estudantes. No que se refere à aprendizagem, são semelhantes os campos que registram esses dados, os quais correspondem, nesse caso, a matérias da aula ou matérias que apresentaram, em ambos os mapas, e aproveitamento. Ademais, o professor informa o número de dias frequentados por cada aluno.

**Figura 16** – Fragmento do mapa de frequência da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1843)



Fonte: APEB, Maço 3996.

Transcrição:

Mappa dos alumnos que frequentarão a Aula Publica d'Instrução Primaria na Freguesiade   Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, Thermo da Villa de Jacobina, no anno de   1843.						
Número	Nomes dos alumnos	Qualidades	Idades	Pais e Mães	Frequencia	Observações

Como se observa, pode-se encontrar características semelhantes no mapa produzido, em 1843, pelo professor da Freguesia de Morro de Chapéu. Observa-se que predominam os campos cujas informações estão relacionadas à identidade dos alunos, acrescentando-se, a esses, a frequência e as observações, em que o professor registra os conhecimentos de leitura, escrita e as operações matemáticas aprendidas.

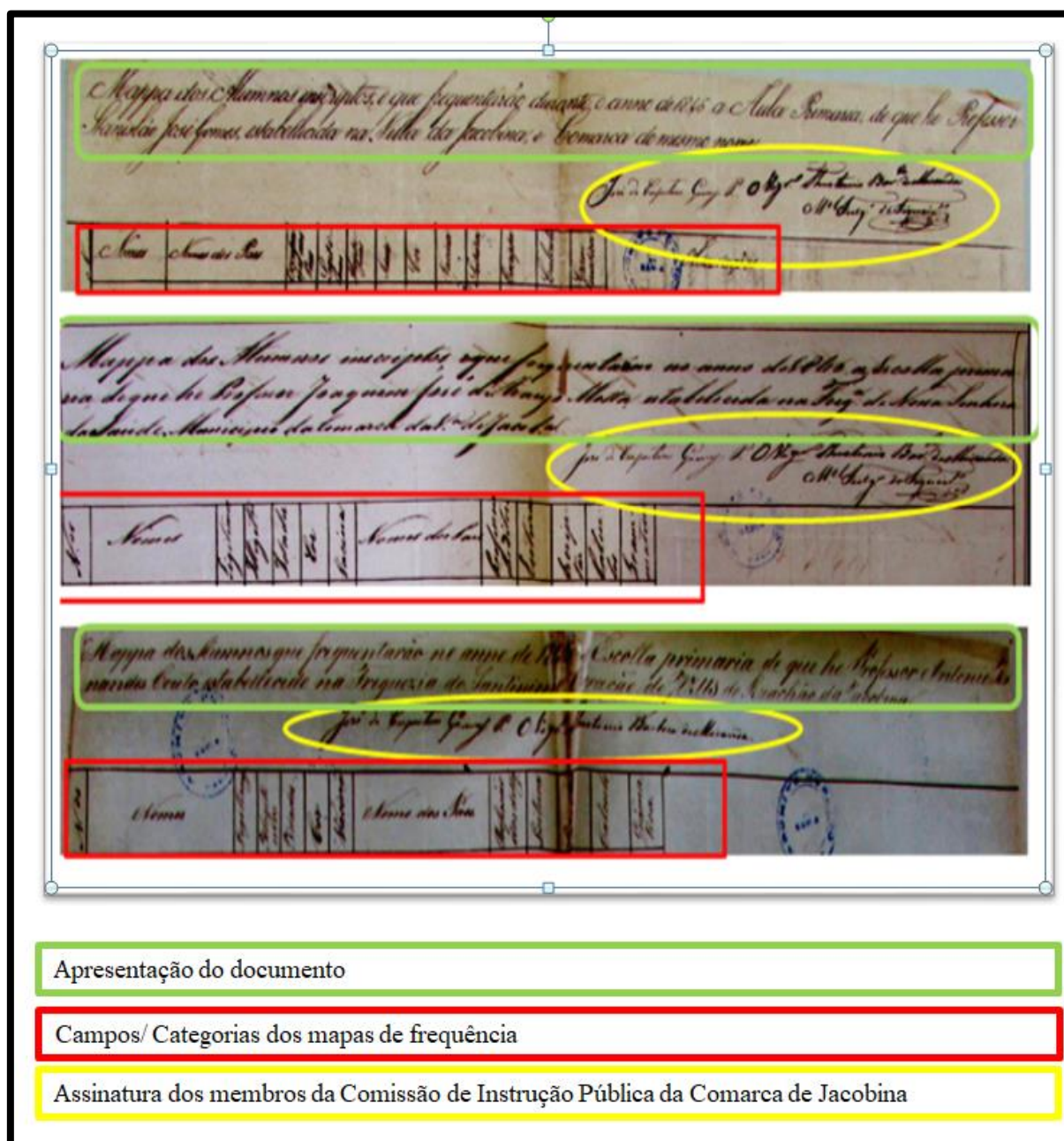
Do que se pode perceber, alguns desses mapas são bastante sucintos, contendo apenas cinco colunas, a exemplo do mapa representado por meio da Figura 16. Em que pese a variedade de campos utilizados pelos professores, de modo geral, podemos dizer que todos esses mapas de frequência, produzidos até 1843, com maior ou menor propriedade, visavam atender às seguintes prerrogativas: identificação dos alunos (nome, idade, filiação, e, em alguns casos, cor/etnia); frequência e conteúdos aprendidos relacionados à leitura (se já liam ou não), à escrita (em que etapa de aprendizagem se encontravam) e à aritmética (as operações matemáticas aprendidas).

Ao comparar os mapas produzidos em 1846 (Freguesia de Jacobina, classe de meninos; Freguesia do Riachão), em 1847 (Freguesia da Saúde; Freguesia do Morro do Chapéu; classe de meninas da Freguesia de Jacobina) e em 1849 (classe de meninas), observa-se que existe uma padronização, pois obedecem à mesma estrutura formal e textual, reproduzindo, inclusive, a mesma sequência de elementos: tipo de documento/ano/ professor/Freguesia/Vila/comarca.



A Figura 17 consta de fragmentos de três mapas produzidos em 1847 nos quais foram realizados alguns destaques, com o propósito de clarificar as semelhanças existentes.

**Figura 17** – Fragmentos de mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina



Fonte: APEB, Maço3998.

Nota-se que esses documentos, exemplificados na Figura 17, possuem um texto de apresentação com o mesmo teor, conforme destacado com a cor verde; seguido da assinatura dos membros da Comissão de Instrução Pública, marcado na cor amarela; e, destacados de vermelho, os seguintes campos de avaliação: número, nome, legítimo, ilegítimo, idade, cor,

nome dos pais, ocupação/profissão dos pais, leitura, escrita, cálculo, gramática, observações. Após a identificação do seu conteúdo, registram-se, na parte superior à direita, as assinaturas dos seguintes sujeitos: José de Cupertino Gomes, O Vigário Theotonio Barbosa de Miranda e Manoel [Fulgêncio] de Figueiredo.

Ante essas constatações, pressupõe-se que, para a produção desses documentos, ao menos entre os anos de 1846 e 1849, foi apresentado aos professores públicos um certo modelo de mapa. Tal suposição encontra respaldo na dissertação de mestrado de José Carlos de Araújo Silva (1999, p. 156), pois o autor mostra, por meio do documento encaminhado pelo professor Pe. Joaquim d'Azevedo, que o governo da província da Bahia, em 1845, ordenou o preenchimento dos mapas de frequência com base nos seguintes categorias: “nome, legitimidade, naturalidade, idade, cor, vacinação, nome e profissão dos pais, estágio e desenvolvimento em leitura, gramática, cálculo, desenho linear e observações”. Todos esses campos correspondem àqueles encontrados nos mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina, respeitando-se, inclusive, a sequência de elementos.

No que concerne à definição de um modelo de mapa a ser adotado pelos professores, o *Manual das Escolas Elementares D'Ensino Mutuo* e o *Manual Completo do Ensino Simultâneo*, traduzidos por João Alves Portella, também cumprem essa tarefa. Sobre isso, José Carlos de Araújo Silva (1999) esclarece que, por meio de Decreto do governo baiano, em 1847, tornou-se oficial a utilização do manual do ensino mútuo para o ensino das aulas primárias, nesse caso, se aplicaria como regulamento às aulas regidas também pelo ensino simultâneo<sup>127</sup>, Consta, nos anexos desse manual, o modelo de uma tabela a ser produzida pelos professores, que, à semelhança do que fora identificado nos mapas de frequência da Vila, possuía os seguintes campos: nomes, idades, profissão dos pais, morada/rua, leitura, escripta, aritmetica, grammatica, desenho linear, observações.

Das variações percebidas, nos mapas analisados, podemos destacar que o professor da Freguesia do Morro do Chapéu acrescenta, além de “cálculo”, o campo “conta”; o campo “vacina” foi localizado, apenas, em alguns mapas, a respeito dos quais destaca-se que:

- Na classe de meninas, em 1847, constam 05 alunas vacinadas e 20 não vacinadas; em 1849, 11 foram vacinadas e 25 não o foram;

---

<sup>127</sup>O autor entende que essa determinação se deu pelo fato de que, nesse período, apenas o Manual de ensino mútuo havia sido impresso, o que ocorreu imediatamente após o retorno dos professores que foram enviados a Paris para serem instruídos a respeito do ensino mútuo; o Manual de ensino simultâneo teve sua impressão posteriormente (SILVA, 2019).

- Em 1846, o campo aparece nos mapas produzidos da Freguesia de Saúde e na classe de meninos da Freguesia de Jacobina, mas não há qualquer indicação quanto à vacinação dos estudantes, e, na Freguesia do Riachão, registra-se apenas um aluno vacinado;

Cabe-nos ainda ressaltar que os mapas da classe de meninas incluem o campo “costura,” em função do que previa o Art. 12, da Lei Geral de 15 de outubro de 1827<sup>128</sup>, conforme referido na seção 4.4.1.

Ao analisar os mapas escolares da província de São Paulo, Vidal (2008) entende que podem ser definidos cinco conjuntos de dispositivos, que correspondem a categorias analíticas, os quais são transcritos a seguir:

a) contabilidade, expresso na numeração crescente incluída na primeira coluna ou no artifício de informar o número de alunos freqüentes ao final do mapa [...]; b) identificação, manifesto no cuidado em especificar nome e idade, além de filiação, naturalidade, condição e cor; c) gestão, perceptível no registro de dia de matrícula ou entrada e faltas, evidenciando o início do trabalho docente com cada aluno e suas interrupções; d) avaliação pedagógica, incluída no campo aproveitamento ou no das diversas disciplinas; e e) avaliação social e comportamental, em geral emergente na forma de observações gerais, outras informações ou observações e procedimento (VIDAL, 2008, p. 58).

Assim, fazendo uso das cinco categorias analíticas propostas por Vidal (2008, p. 58): “contabilidade, identificação, gestão e avaliação pedagógica e avaliação social e comportamental”, inspirados no trabalho de Fabiana Garcia Munhoz, foi elaborado o Quadro 12, que classifica os campos existentes nos mapas de frequência que estão sendo examinados, nesse caso, produzidos entre 1846 e 1849.

---

<sup>128</sup> “As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7º.” (BRASIL, 1827).

**Quadro 12**– Classificação das categorias analíticas dos mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina, com base em Vidal (2008)

Contabilidade	Identificação							Gestão	Avaliação pedagógica, social e comportamental					
									Conteúdos					
Número de alunos	Nomes	Idades	Nomes dos pais	Profissão dos pais	Legítima/Ilegítima	Vacina	Cor	Data da matrícula	Leitura	Escrita	Cálculo	Gramática	Costura	Observações

Fonte: elaboração própria, com base em Vidal (2008).

Cumprir destacar que, tendo em vista os registros produzidos pelos professores no campo de observações possuírem características pedagógicas e também sociais e comportamentais, a exemplo de Munhoz (2013), entende-se que ambas as classificações poderiam compreender uma única categoria analítica, apesar de Vidal (2008) definir como categorias distintas.

Concernente ao Quadro 12, pode-se constatar que as matérias a serem ensinadas, ou seja, leitura, escrita, cálculo e gramática, determinados pela Lei Geral de 1827, foram transformadas em itens pertencentes à categoria “Avaliação Pedagógica”, incluindo “costura” como um dos conteúdos prescritos na legislação. Nas seções subsequentes, deste trabalho, serão analisados os dados relacionados, principalmente, às categorias: “identificação”, observando os registros nos campos cor/etnia, idade e ocupação dos pais; “avaliação pedagógica, social e comportamental”, em especial, aqueles que dizem respeito ao ensino de leitura, escrita e gramática.

## 5.2 COM QUANTAS CORES SE FAZ UMA ESCOLA? PERFIL ÉTNICO-RACIAL DOS ESTUDANTES DE PRIMEIRAS LETRAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA

Cynthia Greive Veiga (2008, p. 502) afirma que “[...] a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças.”. Com os ideais de instruir e civilizar o povo, a escola representava a instituição autorizada a executar essa tarefa, atendendo aos “não-civilizados”. Essa constatação contraria o entendimento de que os negros estariam privados de frequentar as aulas públicas, pois, na verdade, a exclusão se aplicava a pessoas escravizadas, visto que não gozavam da cidadania brasileira, mas não alcançava pessoas livres, ainda que pretas, pardas, crioulas ou cabras.

Sobre isso, Surya Aaronovich Pombo de Barros (2017, p. 52-53) esclarece que, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Pedro do Rio Grande do Sul, de fato, foram promulgadas leis que proibiam pretos africanos, ainda que livres e libertos, de frequentarem a escola, o que contribuiu para a perpetuação do entendimento equivocado de que, no século XIX, os negros eram privados do acesso à escola pública em todo o Império. Com relação à província da Bahia, segundo Miguel Luiz da Conceição (2007, p. 50), havia uma determinação no Regulamento da Instrução Pública, de 22 de abril de 1862<sup>129</sup>, que proibia<sup>130</sup> a admissão dos escravos nas escolas, a qual foi reiterada na Resolução 1561, de 1875<sup>131</sup>. Essa determinação foi mantida na reforma de 5 de janeiro de 1881, conhecida como *Regulamento Bulcão*<sup>132</sup>.

Marcus Vinícius Fonseca (2007), em sua tese intitulada *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*, destaca que o negro foi invisibilizado na historiografia educacional brasileira, mas acentua que as novas formas de historiografia têm revelado a ação mais ativa desses sujeitos nos processos de escolarização.

Alguns trabalhos que investigam a presença dos negros nas aulas públicas de primeiras letras, no período imperial do Brasil, têm corroborado para confirmar essa premissa. Especificamente a respeito da província da Bahia, Ione Celeste Jesus de Sousa (2013) analisou

---

<sup>129</sup> O Regulamento de 1862 substituiu aquele conhecido como Regulamento Orgânico da Instrução Pública, de autoria do Diretor Geral dos Estudos, Dr. João José Barbosa de Oliveira. Por meio da resolução nº 868, de 6 de dezembro de 1861, o Regulamento Orgânico foi alterado e sancionado por Joaquim Antão Fernandes de Leão (NUNES, 2008, p. 214).

<sup>130</sup> A respeito da proibição de escravos, não localizamos informações referentes à província baiana em período anterior.

<sup>131</sup> A Resolução 1561, de 1875, regulamentava a Lei nº 1335, de 30 de junho de 1873 (CONCEIÇÃO, 2007, p. 50).

<sup>132</sup> Esse Regulamento foi proposto pelo então presidente da província Dr. Antonio de Araújo Bulcão. Dentre as metas, estava a efetivação da fiscalização do sistema de ensino, alteração das normas e reestruturação da Diretoria Geral da Instrução Pública na Bahia (CONCEIÇÃO, 2007).



a presença de sujeitos negros nas aulas públicas, elementares ou de primeiras letras registrada nos mapas elaborados por professores e inspetores escolares, de diferentes localidades<sup>133</sup>, entre 1840 e 1850, com o intuito de esclarecer que a escolarização foi vivenciada também pelos negros, denominados de cor, em busca das habilidades de ler e escrever. De igual modo, José Carlos de Araújo Silva (2016), ao analisar aulas de Primeiras Letras, na cidade de Salvador, nos anos de 1844 e 1845, constata a presença da maioria e, em um dos casos, a totalidade dos alunos classificados como pardos e crioulos.

Nesse sentido, com o propósito de analisar o perfil dos sujeitos que tiveram acesso a práticas de leitura e escrita, no contexto da escolarização, pretendemos investigar qual a cor/etnia dos discípulos e discípulas que frequentavam as aulas públicas da Vila de Santo Antonio de Jacobina- Bahia, no século XIX, a partir de um corpus constituído por treze mapas de frequência escolar, produzidos por professores de Primeiras Letras, na década de 1840.

Conforme sinalizamos anteriormente, os mapas produzidos em 1846 e 1847 obedeciam a determinado padrão e todos possuíam o campo cor/etnia, como categoria de identificação dos estudantes, a ser classificado pelo professor. Ademais, em algumas escolas, foram identificados mapas com registros referentes a esse campo, também em outras datas, a saber: em 1840 e 1843.

Posto isso, antes de procedermos à análise dos mapas, é preciso problematizar a variedade de cores, pois a classificação, neste caso, parece ser bastante subjetiva. Como veremos, os registros realizados pelos professores dizem respeito aos brancos e não-brancos, a estes, relaciona-se uma profusão de cores, como: pardos, pretos, cabras e crioulos; e os semibrancos, que se caracteriza como uma qualidade inusual. Cumpre destacar que, ao combater a visão reducionista de que a população baiana do século XIX se limitava a brancos livres e negros escravos, Kátia Mattoso (1992, p. 590) mostra que havia entres esses extremos “[...] uma massa heterogênea, composta de brancos, mulatos e negros de todas as tonalidades”.

Ao consultarmos o *Dicionário da Língua Portuguesa*<sup>134</sup>, de Antonio de Moraes Silva<sup>135</sup>, publicado em 1789, encontramos as seguintes definições para algumas das designações utilizadas na classificação cor/etnia realizada pelos professores:

<sup>133</sup> A pesquisadora selecionou mapas representativos de algumas regiões da Província da Bahia, entretanto, não identificamos dados referentes às escolas existentes na Comarca de Jacobina.

<sup>134</sup> A obra foi digitalizada pela Biblioteca Brasileira Digital, em dois volumes. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em 27 jul 2020.

<sup>135</sup> Segundo Telmo Verdelho (2003), o Dicionário de Antonio Moraes Silva é considerado uma obra de referência na história da lexicografia brasileira, tendo influenciado as produções lexicográficas durante os séculos seguintes. Foi símbolo da língua e da cultura portuguesa nos séculos XIX e XX.

**Quadro 13** – Definições de cabra e crioulo no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva

Cabra: o filho, ou filha de pai mulato, e mãe preta, ou às avessas.

Crioulo: s. m. o escravo, que nasce em casa do senhor.

Fonte: SILVA (1789, p. 207;349)

É mister esclarecer que o dicionário supracitado foi recomendado pelo Regulamento da Instrução Primário, de 21 de janeiro de 1837<sup>136</sup>, como uma das obras a serem adquiridas pelo professor para realizar consultas e para auxiliá-lo no desenvolvimento das matérias a serem ensinadas.

Também relacionada à designação desses termos, recorreremos à análise lexical das qualificações crioulo, mulato e pardo, empreendida por Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida et al.(2017). Ao apresentarem uma análise lexical das qualificações aos negros, no Brasil oitocentista, os autores mostram que, sobre a lexia “crioulo”, eram utilizados três sentidos distintos, mas sempre para indicar os escravos nascidos no Brasil: 1) filhos de africanos nascidos na América; 2) escravos nascidos na América; 3) filhos de africanos com crioulos. Quanto ao termo “mulato”, compreendia um sentido mais genérico, referindo-se aos descendentes de sujeitos de pele mais escura com os de pele mais clara. Considerando-se a variação de tonalidades, criaram-se os termos cabra, para indicar a pele mais escura, e parda, que indicava a tonalidade mais clara. A lexia “pardo” sofreu um “deslocamento de sentido” no século XVIII, passando a compreender o campo “condições”, que o afastava do passado escravo e dizia respeito aos sujeitos nascidos de escravos libertos, portanto, livres. Sobre esse termo, os autores apresentam três significações:

[...] a primeira para designar uma pigmentação de pele mais clara, entre branco e preto; a segunda para indicar uma nova geração de descendentes de escravos nascidos livres no Brasil e a terceira como um diferenciador social, caracterizando os filhos de brancos com negros de boa índole e comportamento digno (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 168).

<sup>136</sup> A respeito deste *Regulamento*, ver subseção 5.2.

Sobre o termo “semibranços”, para designar a cor/etnia das pessoas, foi possível constatar que, apesar de não ser habitualmente explorado pela historiografia, alguns trabalhos relacionados ao século XIX revelam o emprego da designação para se referir àqueles que possuíam alguma ascendência africana, sendo, portanto, considerados não-brancos. Pode-se dizer que, numa escala social, os semibranços ocupavam uma posição mais próxima dos brancos do que os pardos. Não é possível, entretanto, descrever características que possibilitem ao indivíduo a atribuição dessa qualidade, pois, ao que parece, a sua principal finalidade é marcar uma diferenciação social.

Comungando desse pensamento, Almeida *et al.* (2017) revelam que, mais do que uma variação de cor, esses termos designavam a identidade social dos sujeitos. Ancorados nos estudos de Eduardo Paiva (2014), os autores ressaltam que a classificação quanto às qualidades do sujeito tinha um caráter subjetivo, visto que dependia do olhar individual daquele que o fazia, baseando-se, por vezes em conveniências sociais. Desse modo, acentua Almeida *et al.* que, no dizer do autor, tais “qualidades” baseavam-se em traços fenóticos, origem familiar e condições sociais, com o propósito de classificar, diferenciar e hierarquizar os indivíduos.

Assim, postos esses princípios, vejamos, primeiramente, a relação de mapas de frequência, em que aparece a categoria cor/etnia, organizados de acordo com a escola/Freguesia. Ademais, consta, ainda, o número total de estudantes inscritos nas respectivas aulas.

**Quadro 14**– Relação dos Mapas de Frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina, com a categoria cor/etnia

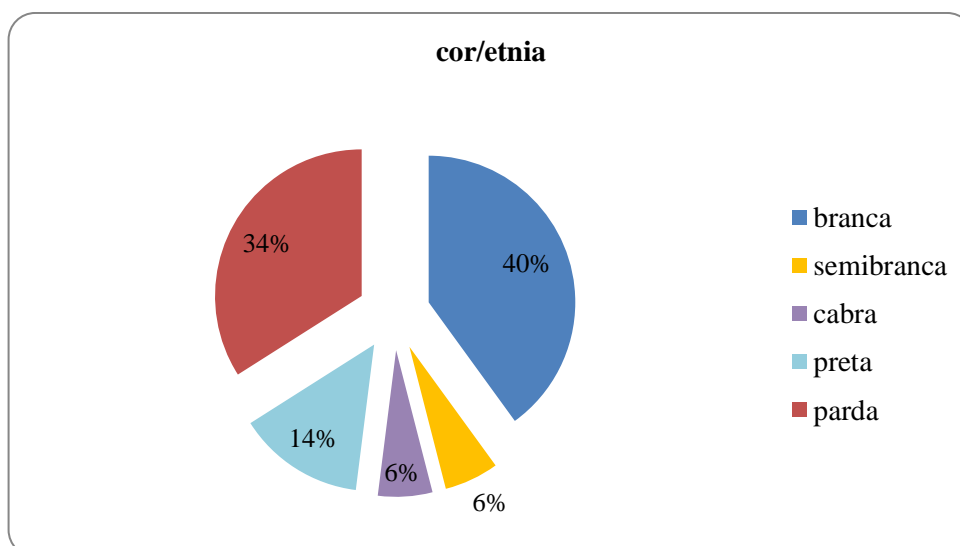
<b>Escola/Freguesia</b>	<b>Ano</b>	<b>Número de estudantes inscritos</b>
Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - classe de meninos	1846	50
Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - classe de meninas	1847	25
Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - classe de meninas	1849	36
Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1840	19
Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1846	12
Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1847	15

Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1849	07
Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina	1840	14
Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina	1843	12
Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina	1846	27
Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	1843	37
Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	1846	17
Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	1847	24

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos dos Maços 3969, 3996, 3997, 3998, 4000 e 4000 (APEB).

A partir dos dados extraídos de cada um dos mapas de frequência, informados no Quadro 14, foram elaborados gráficos que revelam o quantitativo de estudantes, classificados, pelos professores das respectivas classes, de acordo com determinada cor/etnia. Tais gráficos nos permitirão perceber como se deu a participação desses sujeitos, pela via da escolarização, à cultura escrita.

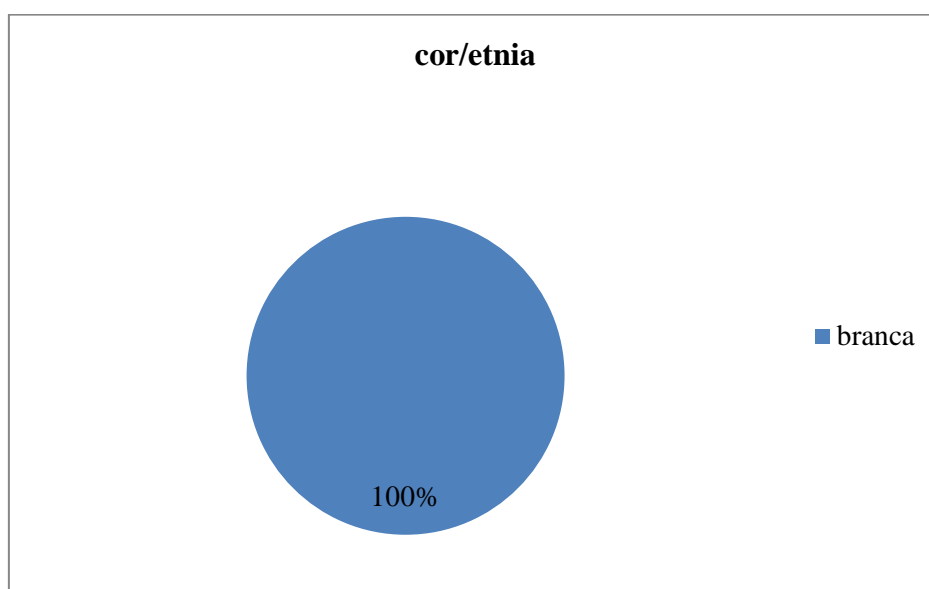
**Gráfico 1**– Classificação por cor/etnia – Classe de meninos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1846)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

A classe de meninos da Freguesia da Vila de Jacobina, em 1846, era formada por 50 alunos, e, como pode ser constatado no Gráfico 1, o número de brancos era superior às outras ‘qualidades’, correspondendo a um percentual de 40%, observada cada cor/etnia individualmente, o que equivale a 20 indivíduos. Em seguida, com 34%, encontram-se aqueles classificados como de cor parda, o que corresponde ao número de 17 alunos. Nota-se que a diferença entre brancos e pardos é de apenas 03, ou seja, 7% do número total de estudantes, o que é relativamente pequeno. Ademais, se somados os não-brancos, ou seja, os indivíduos classificados como pretos (07), cabras (03), semibrancos (03) e pardos (17), esse número alcança 30, o que representa 60% dos estudantes. Com isso, podemos dizer que a maioria de indivíduos que frequentava aquela aula era constituída por não-brancos.

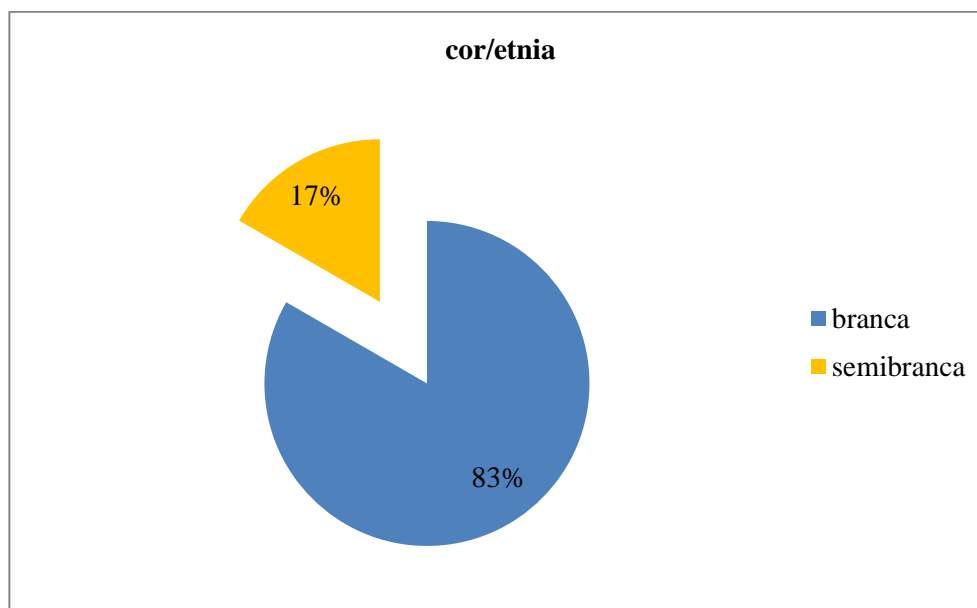
**Gráfico 2**– Classificação por cor/etnia -Classe de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antonio de Jacobina (1847)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço4000 (APEB).

Em 1847, ano em que foi criada a primeira escola de meninas da Freguesia da Vila de Jacobina, o grupo era constituído por 25 alunas. Como se observa no Gráfico 2, essa Aula não apresentava a mesma variedade de cores revelada na escola de meninos, pois todas as estudantes são de cor/etnia branca.

**Gráfico 3**– Classificação por cor/etnia - Classe de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antonio de Jacobina (1849)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documento dos Maço4000 (APEB).

Na escola de meninas, em 1849, eleva-se para 36 o número de estudantes inscritas nas aulas de Primeiras Letras. Conforme apresentado no Gráfico 3, dessas, 30 são classificadas como de cor/etnia branca, o que representa 83% do número de alunas, e 6 de cor/etnia semibranca, com o percentual equivalente a, apenas, 17%.

Os dados apontados nos gráficos são reveladores de que havia uma diferenciação no perfil étnico-racial dos estudantes inscritos nas aulas públicas de Primeiras Letras na Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, ao menos, na década de 1840, marcada pela característica de gênero. Nesse sentido, com o propósito de elucidar melhor os dados apresentados nos gráficos, por meio do cotejo entre outros campos que compõem a categoria identificação, como tipo de filiação e ocupação/profissão dos pais, tornou-se possível depreender um número maior de variáveis identitárias desses sujeitos. Assim, constatou-se que:

- Todas as alunas são apresentadas como filhas legítimas, incluindo, também, aquelas definidas como de cor/etnia semibranca;
- No caso dos meninos, todos os de qualidade branca são filhos legítimos, no entanto, a maior parte, caracterizados com a cor/etnia parda, cabra ou preta são ilegítimos e/ou órfãos de pai;
- Quanto à ocupação/profissão dos pais, as meninas são filhas de negociantes, proprietários ou funcionários públicos;

- Em relação aos meninos, dos 30 não-brancos, 08 são filhos de negociantes e, os demais, filhos de costureiras, lavradores e sapateiros.

A classe de meninos se constitui como reveladora de uma profusão de cores, predominando o número de indivíduos não-brancos, distribuídos por uma classificação que diferenciava semibrancos, pardos, pretos e cabras. Muitos desses estudantes pertenciam a grupos familiares<sup>137</sup> monoparentais, também foram caracterizados como filhos ilegítimos e com baixas rendas. De fato, nesse caso, a escola pública atendia a um grupo social desfavorecido.

As aulas públicas de Primeiras Letras ofertadas às meninas na Vila de Jacobina eram exclusivas às brancas ou, ainda que semibrancas, abastadas e filhas legítimas. Desse modo, o acesso à escolarização não alcançava as meninas desfavorecidas economicamente, pelo menos no período estudado. Nesse sentido, conforme nos lembra Guacira Lopes Louro (2001),

[...] as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas (LOURO, 2001, p. 445).

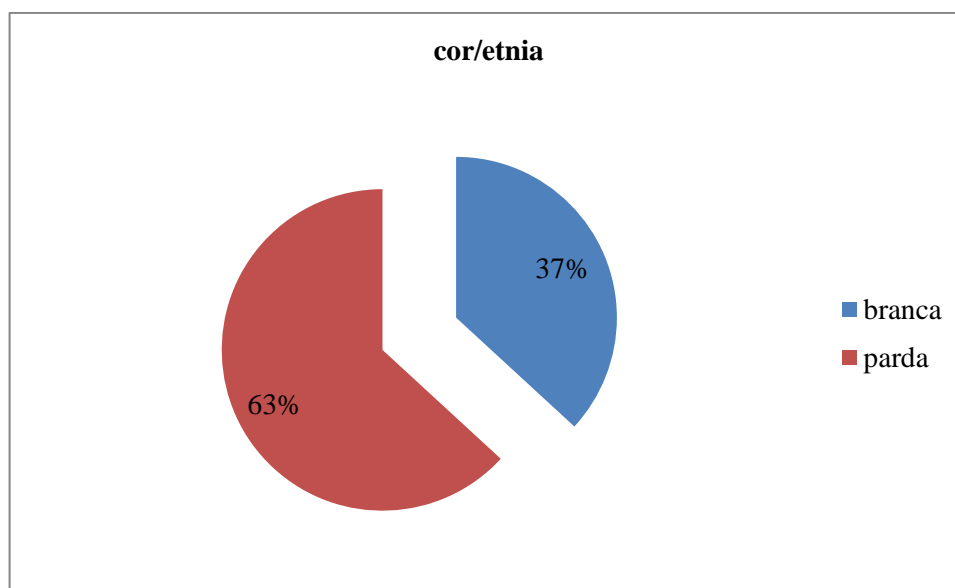
O acesso à cultura do escrito, por meio da escolarização, na Freguesia da Vila de Santo Antonio de Jacobina, ao menos no período estudado, caracteriza-se de forma distinta, ora atendendo a uma elite branca, e, portanto, de caráter excludente, ora possibilitando a negros e pobres a aprendizagem das habilidades de ler, escrever e fazer contas.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, pertencente à Vila de Jacobina, foram identificados quatro mapas de frequência em que o campo cor/etnia foi registrado pelo professor Joaquim José de Araújo Mota, referentes aos anos de 1840, 1846, 1847 e 1849. Nota-se que, em seus registros, o professor se limitou a classificar os alunos utilizando apenas duas qualidades: brancos e pardos<sup>138</sup>. Como revelam os gráficos a seguir, em todas as aulas houve o número de estudantes de cor/etnia parda igual ou maior a de branca.

<sup>137</sup> Adriana Maria Paulo da Silva (2007, p. 316), ao investigar sobre o perfil dos alunos públicos de Primeiras Letras em Pernambuco, no século XIX, mostra que havia uma seletividade que considerava a formação familiar dos estudantes, privilegiando aqueles com a estrutura familiar tradicional.

<sup>138</sup> Nesse caso, o professor Joaquim José de Araújo Mota, autor de todos os mapas produzidos na Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, utiliza as iniciais *B*, que, sem dúvida, corresponde à cor branca e *P*, que poderia ser interpretado como preta ou parda. No entanto, com base no mapa de 1840, em que o professor escreve pardo, consideramos que seria essa a qualidade atribuída à letra *P* em todos os demais documentos.

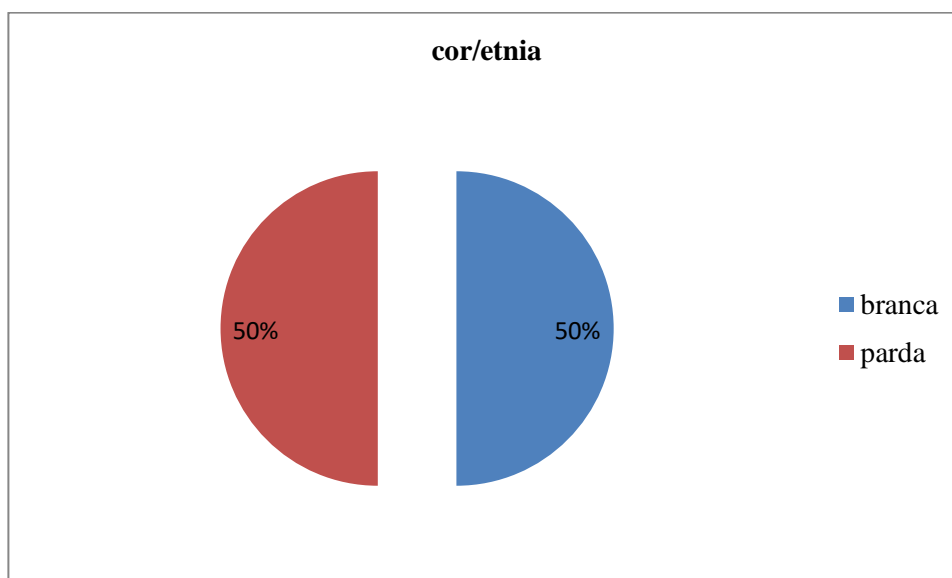
**Gráfico 4**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Como podemos notar, no Gráfico 4, da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, em 1840, predominamos alunos pardos, compreendendo um percentual de 63%, o que representa o número de 12, dos 19 estudantes inscritos na aula. Os outros 37% correspondem, portanto, a 07 alunos de cor/etnia branca.

**Gráfico 5**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia de Nossa Senhora da Saúde (1846)

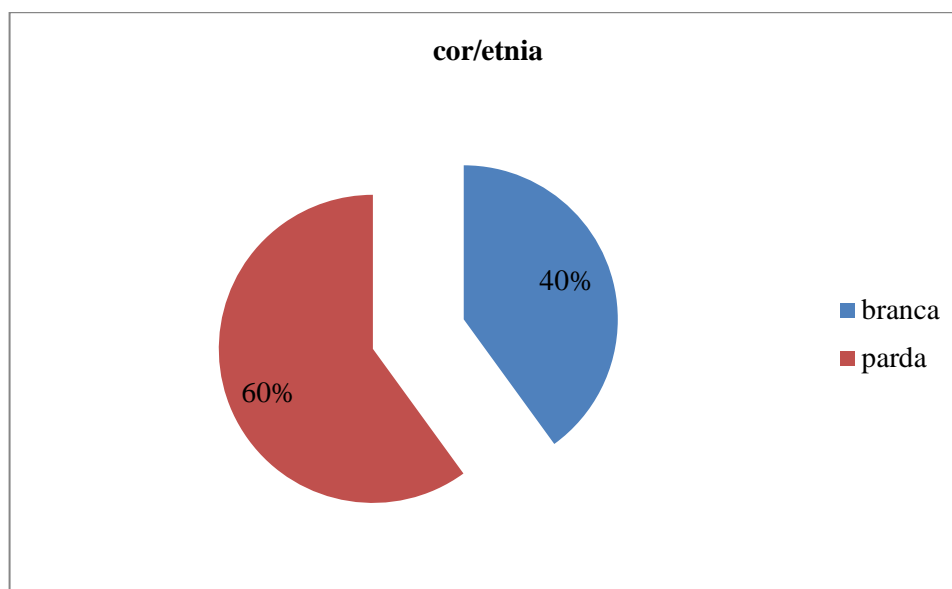


Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).



Em 1846, o número de estudantes inscritos nas aulas de Primeiras Letras daquela Freguesia corresponde a 12. Desses, metade, ou seja, 06 são classificados como de cor/etnia branca e os outros 6, como de cor/etnia parda, como pode ser constatado no Gráfico 5. No ano seguinte, entretanto, esse quadro se altera:

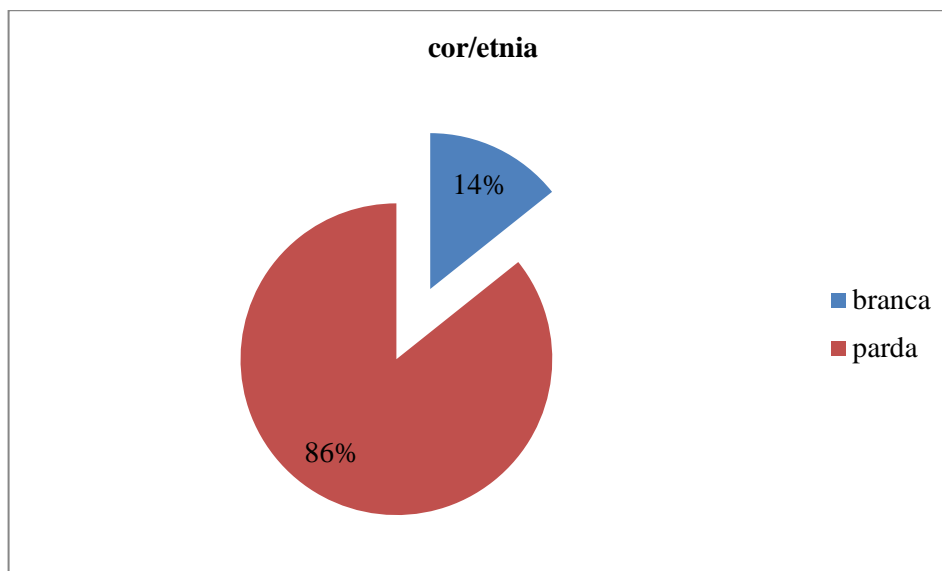
**Gráfico 6**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia de Nossa Senhora da Saúde (1847)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Nesse caso, conforme o Gráfico 6, dos 15 alunos inscritos na classe do professor Joaquim José de Araujo Mota, 09 foram classificados como de cor/etnia parda, o que corresponde a um percentual de 60%, enquanto os outros 40% dizem respeito aos 06 alunos brancos.

**Gráfico 7**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1849)

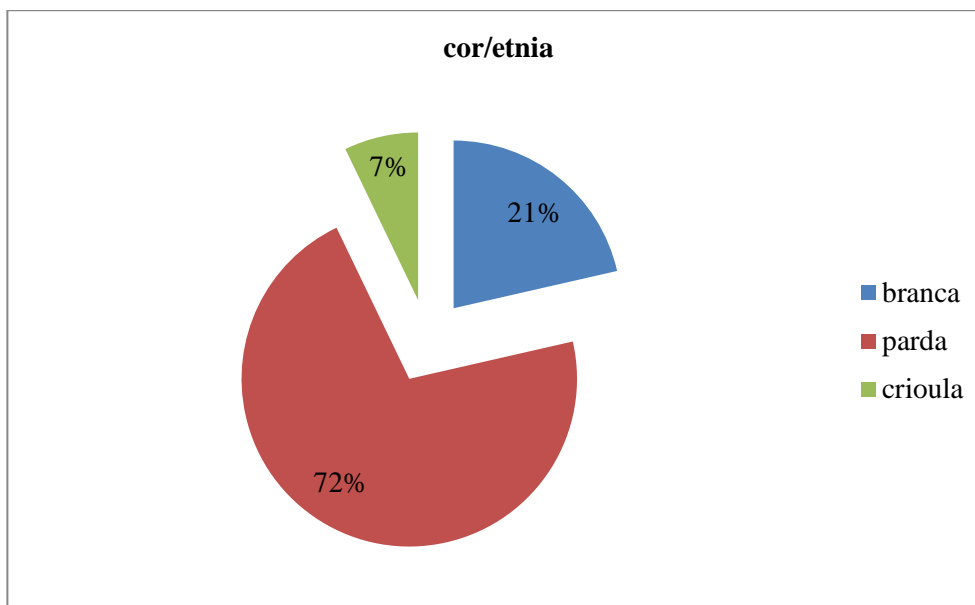


Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço4001 (APEB).

O Gráfico 7 revela uma enorme diferença entre o número de alunos brancos, referente a, apenas, 01 aluno e o número de pardos, correspondente a 06, ou seja, quase que a totalidade da classe era formada por estudantes não brancos. É curioso observar que, nesse ano de 1849, havia um número irrisório de 07 alunos frequentando as aulas de Primeiras Letras na Freguesia de Saúde.

Em relação à Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, foram identificados três mapas com o registro da categoria cor/etnia, referentes aos anos de 1840, 1843 e 1846, cujos dados foram registrados nos Gráficos 8, 9 e 10, respectivamente. Nesses documentos, nota-se que o professor Antonio Fernandes Couto utilizou apenas três qualidades: branca, parda e crioula.

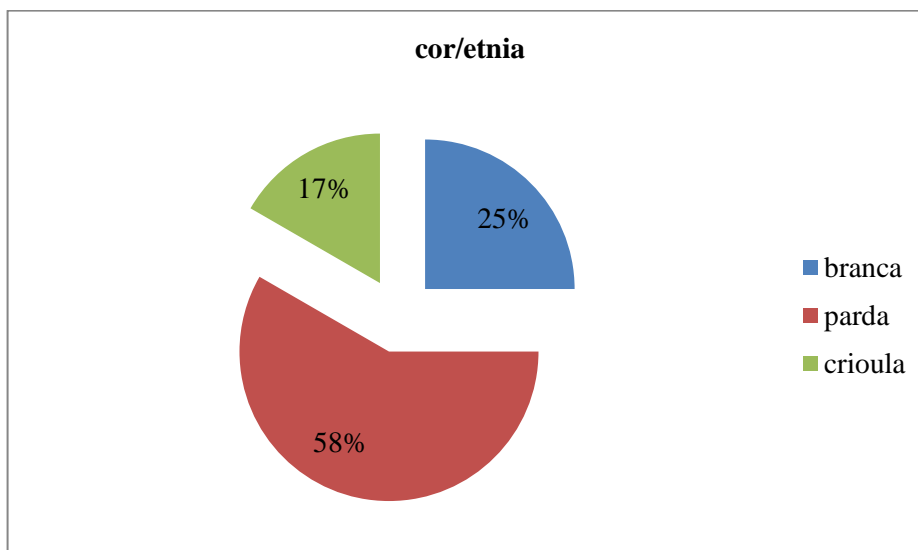
**Gráfico 8**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3969 (APEB).

Conforme Gráfico 8, no ano de 1840, dos 14 alunos, registra-se, um número bastante superior de pardos, equivalente a 10 indivíduos, o que representa um percentual de 72%. Dos demais, 03 eram de cor/etnia branca, ou seja, 21% e 01 crioula, com percentual correspondente a apenas 7% do total.

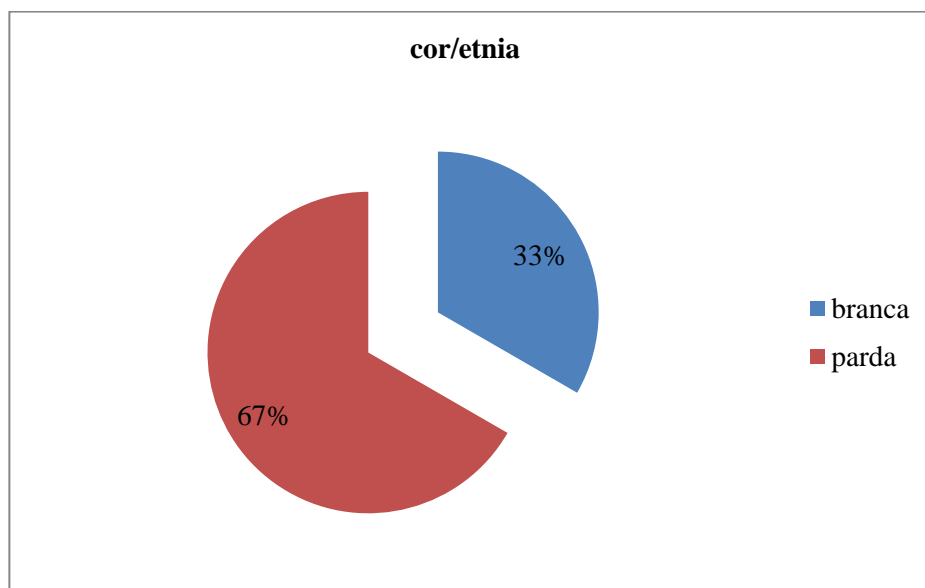
**Gráfico 9**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1843)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço3996 (APEB).

No ano de 1843, não há muitas alterações em relação a 1840, no quesito classificação por cor/etnia, conforme podemos perceber no Gráfico 9. O número de estudantes inscritos corresponde a 12, dos quais, 07 são classificados como de cor/etnia parda, o que equivale a 58%; 03 branca, 25%; e 02 de cor/etnia crioula (16%).

**Gráfico 10**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos daFreguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1846)

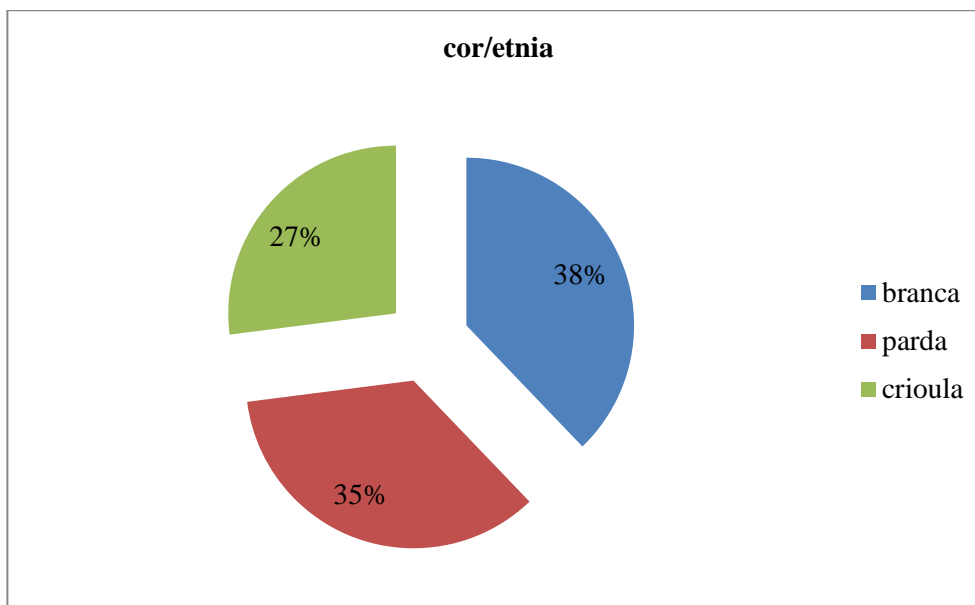


Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

No mapa de frequência da Freguesia do Riachão de Jacobina, em 1846, consta o total de 27 alunos inscritos. Nesse caso, como mostra o Gráfico 10, ao realizar a classificação por cor/etnia, o professor Antonio Fernandes Couto utilizou-se apenas das qualidades branca, correspondente a 09 alunos, ou seja, 33% e parda, relativo a 67%, o que significa o número de 18 alunos.

Na Freguesia de Morro do Chapéu, identificamos a categoria cor/etnia em três mapas de frequência, correspondentes aos anos de 1843, 1846 e 1847. Notadamente, o professor Joaquim José de Araújo Mota utiliza várias qualidades para classificar os indivíduos não-brancos, à semelhança do professor Estanislão José Gomes, da Freguesia de Santo Antonio de Jacobina.

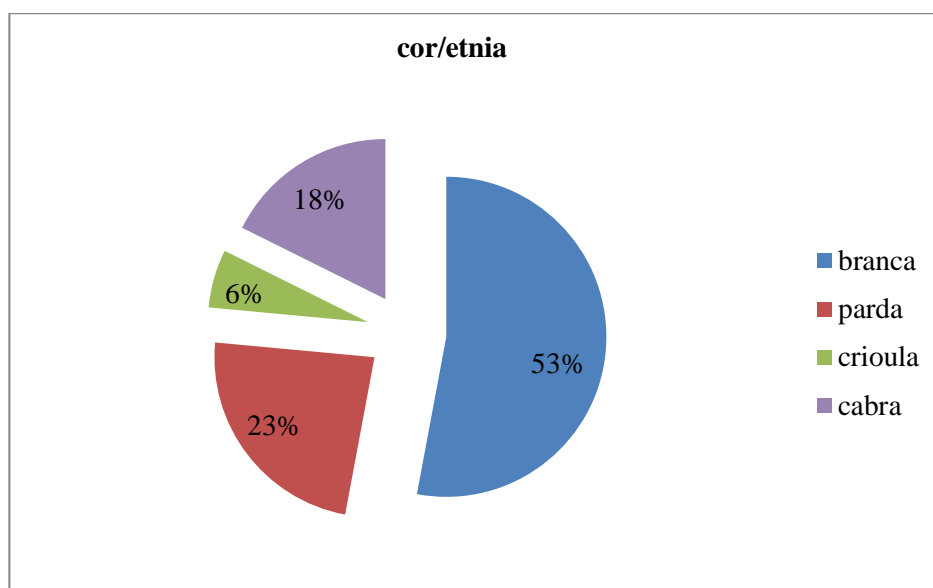
**Gráfico 11**– Classificação por cor/etnia –Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1843)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

Conforme Gráfico 11, em 1843, havia 37 alunos inscritos nas aulas de Primeiras Letras da Freguesia do Morro do Chapéu, os quais foram classificados como de cor/etnia branca, parda e crioula. Desses, o maior percentual, de 38%, diz respeito aos brancos, referente ao número de 14 alunos; 35% aos pardos, ou seja, 13 alunos; e 27% dizem respeito aos crioulos, correspondendo a 10 indivíduos. Nesse caso, apesar de o número de brancos ser mais elevado, a soma de alunos não-brancos, ou seja, de pardos e crioulos é superior a aqueles.

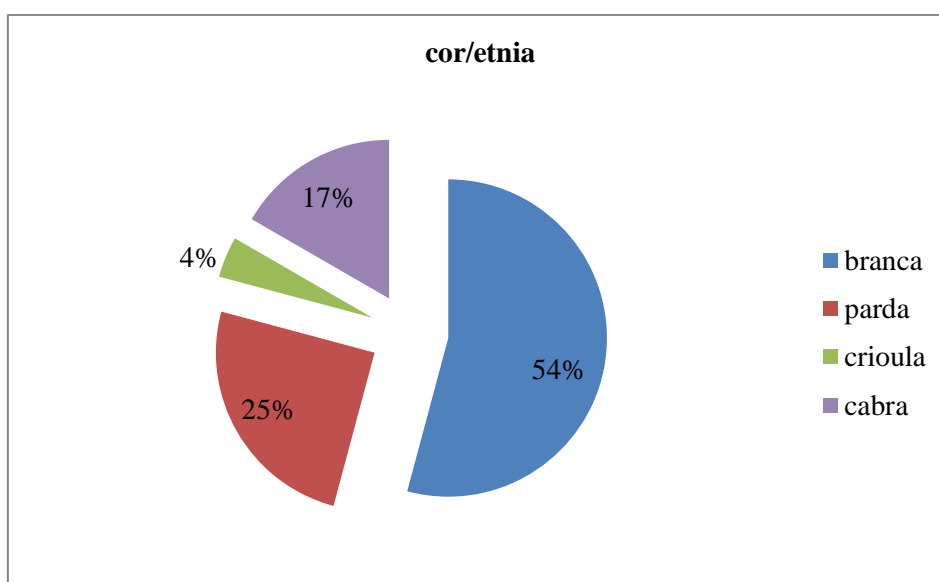
**Gráfico 12**– Classificação por cor/etnia–Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1846)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

O Gráfico 12 revela que, dos 17 alunos inscritos na aula de Primeiras Letras da Freguesia de Morro do Chapéu, em 1846, a maioria era composta por estudantes de cor/etnia branca, equivalente a 09 alunos, com percentual de 53%. Os demais foram divididos entre 04 pardos, 23%; 03 cabras, 18%; e 01 crioulo, o que representa 7%.

**Gráfico 13** – Classificação por cor/etnia–Classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1847)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3998 (APEB).

No ano de 1847, percebe-se, ainda, a predominância de alunos de cor/etnia branca, com um percentual de 54%, equivalente a 13 alunos de um total de 24. Os não-brancos compreendem aqueles classificados como 06 pardos, ou seja, 25%; 04 cabras, 17%; e 01 crioulo, correspondente a 4% dos indivíduos.

Podemos observar no Gráfico 11 que, em 1843, o número de crioulos é bastante expressivo quando comparado aos anos seguintes. É possível supor que isso se deve ao fato de ter sido utilizada uma nova qualidade (cabra), nos mapas de 1846 e 1847, compreendendo uma maior diversidade de designações.

Os Quadros 15 e 16, apresentados a seguir, permitem-nos constatar que, com exceção da escola de meninas, designações variadas de cor compunham as aulas públicas de Primeiras Letras na Vila de Jacobina, por vezes, predominando o número de indivíduos classificados como não-brancos. Isso ratifica o argumento de Veiga (2008, p. 505-506) de que, no século XIX, “[...] o discurso civilizador destinava-se àqueles que, na percepção das elites careciam de civilização [...]” e ainda que “[...] a escolarização do povo apresentou-se como uma condição de homogeneização cultural; a institucionalização das aulas/cadeiras de instrução pública elementar não teve como alvo os filhos da elite branca.

**Quadro 15** – Número de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a classificação por cor/etnia

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA/FREGUESIA	ANO	CLASSIFICAÇÃO POR COR/ETNIA						
		BRANCA	SEMIBRANCA	PARDA	CABRA	CRIOULA	PRETA	TOTAL
Freguesia da Vila de Jacobina (classe de meninas)	1847	25	–	–	–	–	–	25
	1849	30	06	–	–	–	–	36
Freguesia da Vila de Jacobina (classe de meninos)	1846	20	03	17	03	–	07	50
	1840	07	–	12	–	–	–	19
Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1846	06	–	06	–	–	–	12
	1847	06	–	09	–	–	–	15
	1849	01	–	06	–	–	–	07
Freguesia do Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina	1840	03	–	10	–	01	–	14
	1843	03	–	07	–	02	–	12
	1846	09	–	18	–	–	–	27
Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	1843	14	–	13	–	10	–	37
	1846	09	–	04	03	01	–	17
	1847	13	–	06	04	01	–	24

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).



**Quadro 16** – Percentual de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a classificação por cor/etnia

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA/FREGUESIA	ANO	CLASSIFICAÇÃO POR COR/ETNIA						
		BRANCA	SEMIBRANCA	PARDA	CABRA	CRIOLA	PRETA	TOTAL
Freguesia da Vila de Jacobina (classe de meninas)	1847	100%	–	–	–	–	–	100%
	1849	83%	17%	–	–	–	–	100%
Freguesia da Vila de Jacobina (classe de meninos)	1846	40%	6%	34%	6%	–	14%	100%
	1840	37%	–	63%	–	–	–	100%
Freguesia de Nossa Senhora da Saúde	1846	50%	–	50%	–	–	–	100%
	1847	40%	–	60%	–	–	–	100%
	1849	14%	–	86%	–	–	–	100%
Freguesia do Sagrado Coração de Jesus do Riachão de Jacobina	1840	21%	–	71%	–	7%	–	99%
	1843	25%	–	58%	–	16%	–	99%
	1846	33%	–	67%	–	–	–	100%
Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu	1843	38%	–	35%	–	27%	–	100%
	1846	53%	–	23%	17%	7%	–	99%
	1847	54%	–	25%	17%	4%	–	100%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Vale ressaltar que, ao demonstrar a presença de uma parcela de indivíduos não-brancos na escola pública, não pretendemos negar as desigualdades de acesso ao escrito e aos processos de escolarização que marcaram (e marcam) essa população, denominada de cor, mas apontar para a possibilidade de novos questionamentos que esses dados revelam, dentre eles, as condições e qualidades do ensino público e a permanência desses estudantes no universo escolar.

Com base em uma pesquisa a respeito da escola pública na província de Minas Gerais, no século XIX, Veiga (2008) mostra que as famílias abastadas preferiam manter os seus filhos em instituições particulares, tendo em vista a qualidade de ensino ofertado pelo Estado. Desse modo, apesar de não termos dados que atestem essa possibilidade, considerando as características de uma sociedade exclusivista, é possível conjecturar que, aos meninos brancos e abastados, da Vila de Jacobina, havia também outras possibilidades de acesso à cultura do escrito, como a contratação de mestres para a ministração de aulas particulares.

Para o presidente da província da Bahia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, as escolas públicas eram inúteis e desqualificadas. Assim, tendo em vista que pretendia diminuir as despesas com a instrução pública, assumia uma postura contrária à sua manutenção, utilizando argumentos que também revelam a preferência das famílias por pagar os estudos de seus filhos.

Não obstante tantos socorros pagos à custa do Governo, existem e podem manter-se doze collegios particulares de instrucção, que a comparal-os com o número de discípulos de cada uma das aulas publicas, podem explicar o conceito, que os Paes de família fazem d'essas instituições, e por consequência a utilidade d'ellas. (FALLA, 1845, p. 33).

Nesse sentido, até onde foi possível verificar, a escola pública de primeiras letras na Vila de Jacobina, se assim se pode dizer, de certo modo, “atendia ao apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo”, tendo em vista a inserção de meninos semibranços, pretos, pardos, cabras e crioulos, nas classes de meninos de todas as Freguesias, o que não se aplica às meninas, conforme o que se nos apresenta nos Quadros 14 e 15. Ademais, cumpre ressaltar que, ao demonstrar a presença de uma parcela de indivíduos não-brancos na escola pública, não se pretende negar as desigualdades de acesso ao escrito e aos processos de escolarização que marcaram (e marcam) essa população, denominada de cor, mas apontar para a possibilidade de novos questionamentos que esses dados revelam, dentre eles, as condições e a permanência desses estudantes no universo escolar.

Recorrendo às considerações de Veiga (2008), de que ainda são recentes e escassos os estudos que mostram a presença dos negros nas escolas, e de que esses dados ainda causam estranheza a muitos historiadores, entendemos, como a autora que

[...] tal procedimento precisa ser mais bem problematizado, ou melhor, é preciso perguntar sobre o lugar da leitura e do letramento na sociedade imperial brasileira, levando-se em consideração três constatações muito distintas: a presença reiterada do discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governamentais; as precárias condições de funcionamento das escolas públicas de maneira geral; e o alto índice de analfabetismo em fins do século XIX. (VEIGA, 2008, p. 503).

No entanto, ainda que novos questionamentos possam ser levantados, os dados étnico-raciais que caracterizaram a população escolar no século XIX, na Vila de Santo Antônio de Jacobina, contribuem para a compreensão da história social linguística do Brasil, na medida em que revela a diversidade de sujeitos quanto à categoria cor/etnia que, pela via da escolarização, tiveram acesso à cultura escrita.

### 5.3 PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS INSCRITOS NAS AULAS PÚBLICAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA

Tomando por base a proposta de hierarquia social urbana, apresentada por Luís dos Santos Vilhena, entre os anos de 1798 e 1799, Kátia Mattoso (1992, p. 596-598) apresenta uma classificação de quatro grupos sociais na capital baiana, considerando os fatores econômicos e sociais: o primeiro grupo dizia respeito à elite baiana, com recebimento anual superior a um conto de réis, que compreendiam os altos funcionários graduados da administração real, oficiais das patentes mais elevadas, os grandes negociantes e os grandes proprietários de terras, senhores de engenho ou pecuaristas; no segundo, cujo rendimento anual correspondia entre 500.000 réis e um conto de réis, estavam os funcionários e oficiais de nível médio, membros do baixo clero, lojistas, alguns proprietários rurais, pessoas que viviam de rendas, e mestres-artesãos em ofícios considerados nobres; o terceiro grupo reunia aqueles cujos rendimentos não passavam de 500.000 réis, os quais correspondiam a funcionários públicos e militares de baixo escalão, integrantes de profissões liberais secundárias, artesãos e os que comerciavam frutas, legumes e doces nas ruas; por fim, no quarto grupo, estavam os escravos, mendigos e vagabundos.

Essa estrutura corresponde a uma forma de organização social urbana, do final do século XVIII. É evidente que nem todas as ocupações ou ofícios podiam ser desenvolvidos no sertão baiano, a exemplo dos altos cargos de ordem administrativa ou de grandes negociantes e senhores de engenho. No entanto, a partir dessa proposta de classificação dos grupos sociais, é possível, ao menos, entrever o lugar ocupado pelos sujeitos na hierarquia social, mediante suas ocupações/profissões, na primeira metade do século XIX<sup>139</sup>.

Maria das Graças de Andrade Leal (1995, p.32)<sup>140</sup>, ao tratar do trabalho livre e do processo de urbanização na Bahia oitocentista, ressalta a diversificação das profissões, especialmente em função do aumento de trabalhadores livres, e uma “[...] progressiva complexificação na divisão técnica e social do trabalho”. A autora esclarece que a mão de obra livre era formada por indivíduos de cor/etnia branca, preta e mulata, entretanto, as atividades mais lucrativas e os empregos mais estáveis eram ocupados pelos brancos<sup>141</sup>. Deve-se a isso, não apenas o fator cor/etnia, mas, também, o fato de esses indivíduos estarem mais bem preparados para determinados ofícios<sup>142</sup>.

Destarte, sobre os vários serviços desempenhados pelos moradores da Vila de Jacobina, em 1829, a Câmara Municipal de Jacobina, em resposta a uma representação do Capitão-Mor Manoel Soares da Rocha<sup>143</sup>, informa que, no núcleo urbano, encontram-se:

Professores, homens muzicos, homens negociantes de fazenda, seccas com lojas abertas, existem Alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, latoeiros, pedreiros, marceneiros, taberneiros e taberneiras com vendas abertas, existem mulheres que se empregão em cozer, açar, fiar, e fazer louça preta [...] (APEB, Maço 1327, apud VIEIRA FILHO, 2009, p. 72-73).

Notadamente, a descrição de ocupações/profissões apresentadas nesse documento representa uma grande parte das atividades desempenhadas pelos moradores da Vila, especialmente por indivíduos da classe trabalhadora, brancos ou livres. O levantamento da

<sup>139</sup> É evidente que, no decorrer do século XIX, na tentativa de se consolidar uma nação, no Brasil, novas formas de organização social e de trabalho foram sendo incorporadas, desse modo os modelos sociais rurais e urbanos se alteraram, especialmente a partir da década de 1850.

<sup>140</sup> Trata-se da dissertação de mestrado em história, intitulada *A arte de ter um ofício: liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972)*.

<sup>141</sup> Segundo Leal (1995, p. 32), “[...] para o Africano livre, liberto ou escravo, regulamentos se multiplicavam no sentido de controlar a atuação dos mesmos na condição de mestre oficial ou aprendiz que exercesse qualquer ofício mecânico e de carregador de cadeira. Acirrava-se a cobrança de impostos sobre tais serviços, que poderia culminar em prisão, no caso de não pagamento.”

<sup>142</sup> Os indivíduos brancos “[...] eram pedreiros, carpinteiros, carteiros, pintores, serralheiros, etc. Geralmente os pretos e mulatos exerciam baixas profissões, como estivadores, saveiristas, marinheiros, oficiais nas obras públicas.” (LEAL, 1995, p. 32).

<sup>143</sup> O objetivo do documento é justificar a necessidade de talhar e vender bois na Vila de Jacobina, para o sustento da população, considerando o número de moradores e suas respectivas ocupações (VIEIRA FILHO, 2009, p. 72).

ocupação/ profissão dos pais dos alunos das escolas de primeiras letras, cujo registro se encontra nos mapas de frequência que estão sendo analisados neste trabalho, revela indícios sobre o perfil social dos discípulos de Primeiras Letras, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, especialmente entre as décadas de 1830 e 1840. Nesse caso, foram identificados nove mapas relacionados às aulas das quatro freguesias, em que consta essa informação, os quais foram agrupados em duas tabelas. Assim, na Tabela 2 constam os dados obtidos nos mapas da Freguesia da Vila de Jacobina, de ambas as classes: do sexo feminino e do sexo masculino; e na Tabela 3, os dados referentes aos mapas da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, da Freguesia do Riachão de Jacobina e Freguesia de Morro do Chapéu.

**Tabela 2** – Situação profissional dos pais dos discípulos inscritos nas aulas públicas de Primeiras Letras da Freguesia da Vila de Jacobina

	Freguesia da Vila de Jacobina (1834) - classe de meninos	Freguesia da Vila de Jacobina (1846) - classe de meninos	Freguesia da Vila de Jacobina (1847) - classe de meninas	Freguesia da Vila de Jacobina (1849) - classe de meninas
Ocupação/Profissão	—	—	—	—
negociante	14 (26,9%)	11 (22%)	10 (40%)	09 (25%)
fazendeiro	—	—	04 (16%)	—
agricultor	06 (11,5%)	—	—	—
lavrador(a)	06 (11,5%)	06 (12%)	—	—
sacristão da Matriz	02 (3,8%)	—	—	—
vaqueiro	—	04 (8%)	—	—
sapateiro	03 (5,7%)	02 (4%)	—	—
músico	01 (1,9%)	—	—	—
roceiro	01 (1,9%)	—	—	—
tecedeiro(a)	01 (1,9%)	—	—	—
ourives	—	—	01 (4%)	02 (5,5%)

costureira	06 (11,5%)	16 (32%)	–	–
proprietário(a)	09 (17,3%)	06 (12%)	04 (16%)	14 (38,8 %)
empregado público	–	–	02 (8%)	–
nada	01 (1,9%)	–	–	–
ilegível	02 (3,8%)	03 (6%)	–	–
não consta	–	02 (4%)	04 (16%)	11 (30,5%)
total	52 (99,6%)	50 (100%)	25 (100%)	36 (99,8%)

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos dos Maços 1327, 3997 e 4000 (APEB).

Em 1834, registra-se uma diversidade de ocupações/profissões exercidas pelos pais dos discípulos da escola de Primeiras Letras, da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, destacando-se os negociantes (26,92%) e as atividades relacionadas à agricultura, como agricultores, lavradores e roceiros, as quais totalizam 25%; na sequência, encontram-se os proprietários (17,3%) e costureiras (11,53%), seguidos das demais ocupações/profissões, nesse caso, sapateiros, músicos e tecedeiras.

Nessa mesma classe, em 1846, constatou-se que para 34% dos alunos inscritos nas aulas de Primeiras Letras, as responsáveis eram mães viúvas, que tinham a costura como ocupação. Entre os pais, predominou a profissão/ocupação de negociante (22%); seguido de proprietários (12%) e atividades relacionadas à agricultura e pecuária (12%); registra-se, ainda, sapateiros (4%); e os demais (10%) não possuem tais informações ou estão indecifráveis, devido à mutilação do documento.

No campo ocupação/profissão dos pais, do mapa de aulas públicas de Primeiras Letras do sexo feminino, em 1847, dos registros realizados, prevalecem os negociantes (40%), fazendeiros (16%) e proprietários (16%); constam, ainda, empregados públicos (8%) e ourives (4%); não há qualquer informação quanto à profissão dos pais em 16% do número total de alunas. Também em 1849, há um percentual considerável, de 30,5%, que não contém essa informação; destaca-se, nesse caso, o número maior de proprietários (38,8%) e de negociantes (25%); e conta com 5,5% de ourives.

Percebe-se, com nitidez, nas aulas da Freguesia de Jacobina, a preponderância de pais cuja ocupação está relacionada a negócios ou que são proprietários, apesar de diversas outras atividades que aparecem. Chama-nos a atenção o fato de que, em 1846, na classe de meninos,

há um número considerável de mães viúvas, as quais têm a profissão de costureiras. De igual modo, em ambos os mapas, das classes de meninas, é notória a concentração de negociantes e proprietários, com um percentual ainda maior que a do sexo masculino. Isso nos leva a concluir que a escola de Primeiras Letras do sexo feminino era constituída por meninas de famílias que representavam a elite.

**Tabela 3**– Situação profissional dos pais dos discípulos inscritos nas aulas públicas de Primeiras Letras das Freguesias de Nossa Senhora da Saúde, Riachão de Jacobina e Morro do Chapéu, na década de 1840

	<b>Freguesia Nossa Senhora da Saúde (1846)</b>	<b>Freguesia Nossa Senhora da Saúde (1847)</b>	<b>Freguesia Nossa Senhora da Saúde (1849)</b>	<b>Freguesia do Riachão de Jacobina (1846)</b>	<b>Freguesia Morro do Chapéu (1846)</b>	<b>Freguesia Morro do Chapéu (1847)</b>
criador(a) de gado	02 (16,6%)	03 (20%)	03 (42,8%)	–	12 (40%)	06 (25%)
costureira	04 (33,3%)	04 (26,6%)	–	17 (62,9%)	–	–
lavrador(a)	03 (25%)	06 (40%)	03 (42,8%)	03 (11,1%)	05 (16,6%)	06 (25%)
negociante	03 (25%)	01 (6,6%)	–	04 (14,8%)	07 (23,3%)	02 (8,3%)
Fiador	–	01 (6,6%)	01 (14,2%)	–	–	–
Vaqueiro	–	–	–	–	02 (6,6%)	03 (12,5%)
Ferreiro	–	–	–	01 (3,7%)	01 (3,3%)	–
Oleiro	–	–	–	–	01 (3,3%)	01 (4,1%)
Sacristão	–	–	–	–	01 (3,3%)	–
professor	–	–	–	01 (3,7%)	–	–
Agencias	–	–	–	–	–	05 (20,8%)
Doente	–	–	–	–	01 (3,3%)	–
falecido(a)	–	–	–	01 (3,7%)	–	–

Ilegível	–	–	–	–	–	01 (4,1%)
Total	12 (99,9%)	15 (99,8%)	07 (99,8%)	27 (99,9%)	30 (99,7%)	24 (99,8%)

Fonte:elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997, 3998, 4000 e 4001 (APEB).

Na Freguesia de Saúde, em ambos os mapas, o número de pais cuja atividade está ligada à agricultura e à pecuária é de 60% (em 1847) e de 85,6% (em 1849), somando-se os criadores de gado e lavradores. Na Freguesia do Riachão de Jacobina, em 1846, há um destaque para o número de mulheres costureiras (62,9%), seguido de negociantes (14,8%) e lavradores (11,1%).

Quanto aos dados extraídos dos mapas da Freguesia de Morro do Chapéu, sobressaem os criadores de gado (40%), negociantes (23,3%) e lavradores (16,6%), em 1846; já em 1847, os criadores de gado e lavradores compreendem o maior número de pais que possuem essa ocupação, com 25% cada; na sequência, há um número de agências (20,8%). Sobre o uso do termo “agências”, para se referir à ocupação do indivíduo, Cláudia Mauch<sup>144</sup>(2012, p. 417) esclarece que é atribuído àqueles que vivem do seu próprio negócio e que não tem uma profissão reconhecida. Em seu trabalho, a autora classifica esse registro como “trabalhador sem mais informação”.

Observa-se que os dados obtidos na Tabela 2 revelam profissões/ocupações mais urbanas, como as relacionadas a negócios, ao passo que, naqueles apresentados na Tabela 3, destacam-se as atividades agropecuárias, ou seja, são atividades mais rurais.

Nota-se que a ocupação/profissão relativa a “criadores de gado” aparece, apenas, na Tabela 3. Sobre isso, a partir do trabalho de Jackson Ferreira (2013)<sup>145</sup>, entende-se que essa referência dizia respeito não apenas aos fazendeiros que se destacavam como grandes pecuaristas no sertão, detentores do poder econômico e político da região, como também àqueles que possuíam um pequeno rebanho em terras de grandes proprietários, com quem se estabelecia uma relação de agregados ou arrendatários. O autor esclarece que, entre alguns dos fazendeiros, aliada à criação de gado, eram exercidas outras atividades, como a de negociantes ou atravessadores.

<sup>144</sup> Trata-se de uma nota de pesquisa intitulada *Contando policiais: os registros de pessoal como fonte*, a qual diz respeito ao levantamento de dados sobre os registros dos homens que ingressaram na Polícia Administrativa de Porto Alegre, no período compreendido entre 1896 e 1929.

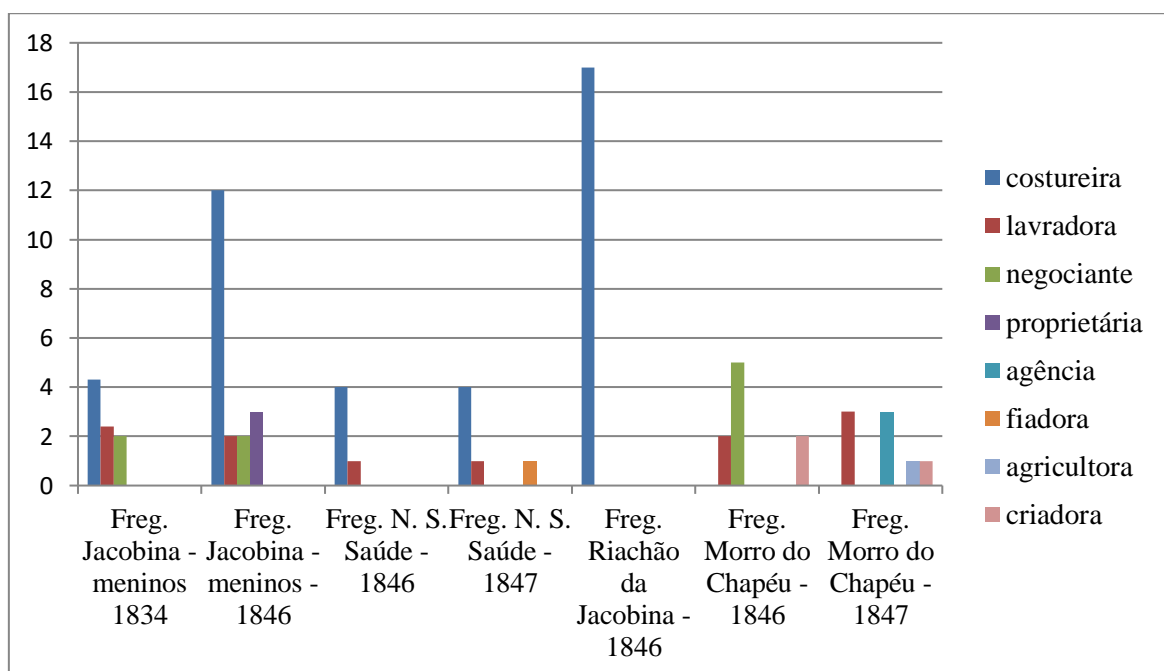
<sup>145</sup> Trabalho intitulado *O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-Ba no século XIX*.



De igual forma, pode-se supor que a ocupação de lavrador que, nessa Tabela 3, alcança um percentual considerável, diz respeito aos indivíduos que possuíam terras ou que produziam uma agricultura, principalmente, de subsistência, em terras arrendadas de grandes proprietários.

Um levantamento acerca da ocupação/profissão das mães que, nesse caso, são as únicas responsáveis pelos alunos inscritos nas aulas, mostra-nos que as atividades registradas com maior incidência são as de costureiras. Ocorre também o registro de algumas dessas mulheres como lavradoras, criadoras, agricultoras, proprietárias, negociantes, fiadoras ou “agências”. O Gráfico 14 nos permite visualizar melhor a distribuição dessas ocupações/profissões de acordo com a Escola/Freguesia.

**Gráfico 14** – Número de mães de acordo com as ocupações/profissões informadas nos mapas de frequência da Vila de Santo Antônio de Jacobina



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de Mapas de Frequência localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

É importante acrescentar que, no caso dos mapas de frequência da escola de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, não foram informadas pela professora D. Maria da Glória a ocupação/profissão das mães registradas como únicas responsáveis pelas alunas matriculadas naquelas aulas de Primeiras Letras.

Ao compararmos a situação dos pais quanto à ocupação/profissão à classificação cor/etnia<sup>146</sup> atribuída aos alunos, em alguns mapas de frequência, podemos chegar às seguintes constatações:

- Todos os discípulos, cuja responsável é a mãe que tem a profissão de costureira, são classificados como não-brancos, com exceção da freguesia de Riachão, em que 05 desses alunos são de cor/etnia branca, os demais (12) são classificados como pardos;
- De igual modo, todos os filhos de pais, cuja profissão declarada corresponde a ferreiro, sapateiro, oleiro, fiador(a), são classificados como não-brancos;
- Em Morro do Chapéu, em ambos os mapas (1846 e 1847) todos os discípulos, filhos de pais que são criadores de gado, são de cor/etnia branca;
- Na Freguesia de Jacobina<sup>147</sup>, em todos os mapas, os filhos de pais, caracterizados como “proprietários” são de cor/etnia branca ou semibranca;
- A classe de meninas é composta por alunas brancas e semibrancas, filhas de proprietários, negociantes e fazendeiros;
- Em todos os mapas que constam a ocupação/profissão dos pais como “negociantes”, sobressai o número de alunos de cor/etnia branca, mas há, também, registros de indivíduos não-brancos.

Desse modo, as profissões/ocupações dos pais de alunos brancos, na Vila de Jacobina, no período estudado, são, principalmente, proprietários, criadores de gado e negociantes, ou seja, indivíduos de condição socioeconômica mais elevada. Os discípulos de cor/etnia não-branca são, preponderantemente, filhos de artífices ou trabalhadores da agropecuária.

A partir do levantamento de uma amostra de inventários, Kátia Mattoso (1992, p. 617) relaciona quinze categorias na hierarquia socioeconômica da Bahia, no século XIX. Nessa classificação, assumem o topo da lista, os negociantes, industriais, profissionais liberais e senhores de engenhos, ao passo que artesãos, pessoas “sem ocupação declarada” e “marítimos” ocupam os últimos lugares. Em um lugar intermediário estão, dentre outros, comerciantes e proprietários agrícolas e funcionários públicos. Esses dados não surpreendem, mas acentuam o quadro revelado entre as profissões/ocupações dos pais de discípulos e discípulas de condições sociais diferenciadas, ademais, esclarecem as relações de hierarquia existentes e a

---

<sup>146</sup> A esse respeito, cf. seção 5.2 deste trabalho

<sup>147</sup> No caso do mapa da classe de meninos, da Freguesia da Vila de Jacobina, de 1834, não consta a categoria cor, portanto, tal constatação não se aplica a esse caso.

sua estreita relação com indivíduos de determinada cor/etnia, pois, conforme ratifica a autora: “Ser rico na Bahia do século XIX era, evidentemente, nascer branco e descendente de português que, chegado ao Brasil em tempos longínquos e gloriosos, ocupara uma terra fértil e se dedicara a produzir e exportar açúcar” (MATTOSO, 1992, p. 647).

Tomando como base os dados apontados nos mapas de frequência analisados, poderíamos ensaiar a seguinte proposta de pirâmide social<sup>148</sup>, em que estariam alocados os discípulos de acordo com a ocupação/profissão dos pais dos alunos inscritos nas aulas públicas da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no período estudado. Assim, no topo, estariam os proprietários, criadores de gado e negociantes; em seguida, os funcionários públicos, ourives, sacristãos e agricultores; e, na base, aquelas profissões relacionadas a atividades artesanais como lavradores, roceiros, ferreiros, vaqueiros, sapateiros, oleiros, costureiras etc.

Com isso, intentamos mostrar que o acesso à escolarização na Vila de Santo Antônio de Jacobina, entre as décadas de 1830 e 1840, se caracteriza de forma distinta, ora atendendo a interesses exclusivos de uma elite branca, como é o caso da classe de meninas, e, portanto, de caráter excludente, ora possibilitando a indivíduos de classe menos favorecida a aprendizagem das habilidades de ler, escrever e fazer contas.

Por um lado, podemos dizer que as condições socioeconômicas desses indivíduos, com algumas exceções, os impediram de ter igual acesso à instrução pública e, conseqüentemente, à cultura do escrito, tendo em vista que, para muitas famílias, não era viável abrir mão do trabalho dos filhos, seja em casa, seja na roça. No entanto, não podemos negar o número considerável de alunos em condição social subalterna, filhos de pais pobres, para os quais, a despeito da precariedade do ensino público, lhes foi possível ter acesso ao escrito e aos processos de escolarização.

#### 5.4 CRIANÇAS DE TODAS AS IDADES NA VILA DE JACOBINA

A respeito da idade para ingressar na escola, Cláudia da Mota Darós Parente (2006), em sua tese intitulada *A construção dos tempos escolares: possibilidades e alternativas plurais*, informa que, da Antiguidade até a Idade Moderna, era consensual o entendimento de que, entre os cinco e sete anos de idade, após receber a educação familiar, a criança deveria receber a

---

<sup>148</sup> Não intentamos restringir as profissões/ocupações existentes em toda a Vila, pois não é esse o propósito deste trabalho, mas partir do levantamento de ocupações/profissões localizadas nos mapas de frequência analisados.

educação escolar. No entanto, é apenas a partir do século XV que a organização de classes escolares se inicia.

Ao apresentar referências legais da história da educação no Brasil, a autora mostra que, apenas a partir do Decreto-Lei nº 8.529/1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), houve uma determinação da idade de sete anos para o início da escolarização no ensino primário, ratificada pela Lei nº 4024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Constituição de 1967 e pela Emenda Constitucional de 1969. Portanto, desde a educação jesuítica, passando pela reforma pombalina e até meados da década de 1940, não havia uma determinação nacional quanto à idade para se iniciar a escolarização. Isso porque a Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, apenas estabeleceu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, e a Lei Geral de Ensino, em 1827, determinou a criação de escolas de Primeiras Letras em todos os lugares mais populosos do Império. Com o Ato Adicional, de 1834, coube às províncias a legislação e promoção da instrução pública elementar (PARENTE, 2006, p. 55-59). Desse modo, houve uma diversidade de Leis e Regulamentos sobre a instrução pública, pois cabia à Assembléia Provincial estabelecer a sua legislatura.

Sobre a Província da Bahia, não foram localizadas informações relacionadas à idade estabelecida para o ensino primário entre as décadas de 1830 - 1860. No entanto, a partir das orientações contidas no *Regulamento de 20 de outubro de 1857*, especificamente quando trata da divisão da escola em três classes para o estudo das matérias<sup>149</sup>, considerando, para isso, a idade dos discípulos, podemos inferir que aos 6 anos o(a) estudante poderia ser inscrito(a) nas aulas primárias, pois “os meninos de seis a oito anos formarão a primeira divisão [...] de oito a dez anos formarão a segunda divisão [...] a terceira divisão se comporá dos meninos de dez anos para cima” (REGULAMENTO, 1865a, p. 36-37). O documento, entretanto, não esclarece sobre a idade máxima.

De acordo com Conceição (2007, p. 49), apenas em 1881, com o *Regulamento Bulcão*<sup>150</sup>, determinou-se que a respeito da matrícula os meninos deveriam ter de cinco a quinze anos de idade.

A partir da análise dos mapas de frequência, pudemos recolher informações relacionadas à idade dos estudantes inscritos naquelas aulas da Vila de Jacobina. Com exceção dos mapas dos anos de 1840 e 1843 da classe de meninos das Freguesia da Vila de Santo

---

<sup>149</sup>Nesse caso, diz-se respeito às seguintes matérias: “A instrução moral e religiosa. \_ A leitura \_ A caligraphia. \_ A arithmetica. \_ Os elementos da grammatica portuguesa. \_ Elementos de dezenholenear.” (REGULAMENTO, 1865a, p. 36).

<sup>150</sup> A respeito do *Regulamento Bulcão*, ver nota de rodapé na seção 5.2 deste trabalho.

Antonio de Jacobina e do mapa de 1840 da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, todos os demais fizeram o registro desse campo nos documentos identificados.

Desse modo, com o propósito de traçar o perfil dos indivíduos que tinham acesso à cultura escrita, por meio da escolarização, organizamos, por meio de quadros, o número de alunos e alunas registrado em cada uma das escolas, de acordo com a idade.

**Quadro 17** – Número de discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a idade

Idade	Ano	
	1847	1849
05 anos	1	0
06 anos	2	2
07 anos	4	4
08 anos	3	3
09 anos	2	7
10 anos	5	5
11 anos	2	3
12 anos	2	5
13 anos	3	4
14 anos	0	2
15 anos	0	0
16 anos	0	01
17 anos	0	0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na classe de meninas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no ano de 1847, houve a predominância de estudantes com dez anos de idade e, em 1849, esses índices foram mais acentuados, 9, 10, e 12 anos, conforme se observa no Quadro 17.

**Quadro 18** – Número de discípulos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, de acordo com a idade

Idade	Ano	
	1834	1846
05 anos	2	0
06 anos	5	3
07 anos	3	1
08 anos	4	7
09 anos	0	5
10 anos	2	5
11 anos	1	11
12 anos	2	5
13 anos	4	4
14 anos	3	3
15 anos	0	0
16 anos	1	1
17 anos	0	0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na classe de meninos, como mostra o Quadro 18, no ano de 1834, percebe-se um quantitativo mais acentuado de alunos com idades entre 5 e 8 anos, mas com um número considerável também daqueles com treze anos. Em 1846, a incidência maior é sobre os de 8 a 12 anos.

**Quadro 19** – Número de discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, de acordo com a idade

Idade	Ano			
	1840	1846	1847	1849
05 anos	0	0	0	0
06 anos	1	3	0	0
07 anos	3	1	3	0
08 anos	3	1	2	0
09 anos	1	1	4	3
10 anos	2	0	1	3
11 anos	3	2	0	0
12 anos	3	0	2	1
13 anos	0	1	0	0
14 anos	1	0	0	0
15 anos	2	1	0	0
16 anos	1	1	2	0
17 anos	0	1	1	0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

No caso da Freguesia da Saúde, apesar de compreender quatro mapas, em anos distintos, podemos perceber que o número maior de estudantes se situa na idade entre 6 e 12 anos.

**Quadro 20**– Número de discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, de acordo com a idade

Idade	Ano		
	1843	1846	1847
05 anos	0	0	1
06 anos	3	0	0
07 anos	3	0	1
08 anos	6	2	1
09 anos	5	3	6
10 anos	5	4	3
11 anos	3	3	1
12 anos	5	3	5
13 anos	2	2	3
14 anos	1	0	0
15 anos	2	0	1
16 anos	2	0	0
17 anos	0	0	2

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Em 1843, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, predomina a idade compreendida entre 6 e 12 anos. Registra-se, no Quadro 20, um número mais elevado entre os estudantes de 9 e 13 anos, nos dois últimos anos. Nota-se, em 1847, a existência de alunos de 5 e de 17 anos de idade na mesma aula.



**Quadro 21**– Número de discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, de acordo com a idade

Idade	Ano		
	1840	1843	1846
05 anos	0	0	0
06 anos	1	0	1
07 anos	0	1	7
08 anos	3	3	6
09 anos	2	2	1
10 anos	2	0	4
11 anos	2	1	4
12 anos	3	2	3
13 anos	0	0	0
14 anos	1	0	0
15 anos	0	0	0
16 anos	0	0	1
17 anos	0	1	0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos do Maço 4000 (APEB).

No Quadro 21, referente à Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, é notório o número de estudantes com idade de 7 a 12 anos, havendo um número muito pequeno daqueles com idade entre 13 e 17 anos.

Constata-se, assim, que, de uma forma geral, as classes eram formadas por meninas ou meninos que se situavam na fase da infância ou da adolescência e, em alguns casos, com diferenças de idade acentuadas entre eles, podendo inscrever-se nas aulas primárias aos 5 ou aos 17 anos de idade.

A esse respeito, observa-se que, em 1847, o professor da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu informou o ingresso de Manoel Joaquim de Souza, com idade de 17 anos. De igual modo, o aluno José Pedro Barberino, de 5 anos de idade, ingressara naquele mesmo ano. Para ambos, o professor registrou a mesma observação, qual seja: “o aluno entrou sem ensino algum, foi classificado na 4ª classe e mostrava ser rude” (APEB, Maço3998).

É curioso perceber, portanto, que não há uma relação direta entre a idade e o nível de aprendizagem, com isso, mesmo estudantes de idade mais elevada se encontravam no mesmo nível daqueles de idade menor.

A título de exemplo, no mapa de 1847, segundo avaliação da professora D. Maria da Glória, as alunas Anna Joaquina do Amor Divino e Leonidia Lucina da Rocha, ambas com idade de 10 anos, “nada sabiam” quando ingressaram na escola e estavam aprendendo a ler sílabas e a escrever linhas; ao passo que Isabel Maria de Jesus, com 06 anos, “entrou sabendo ler carta de nomes” e já estava lendo manuscritos e escrevendo o ABC (APEB, Maço 4000). Nesse caso, portanto, o que determinava o desenvolvimento de aprendizagem era o fato de já possuírem ou não conhecimentos prévios acerca da leitura e da escrita. Para estudar na escola, não importava a idade, estudantes de 5 a 16 anos poderiam ser aceitos.

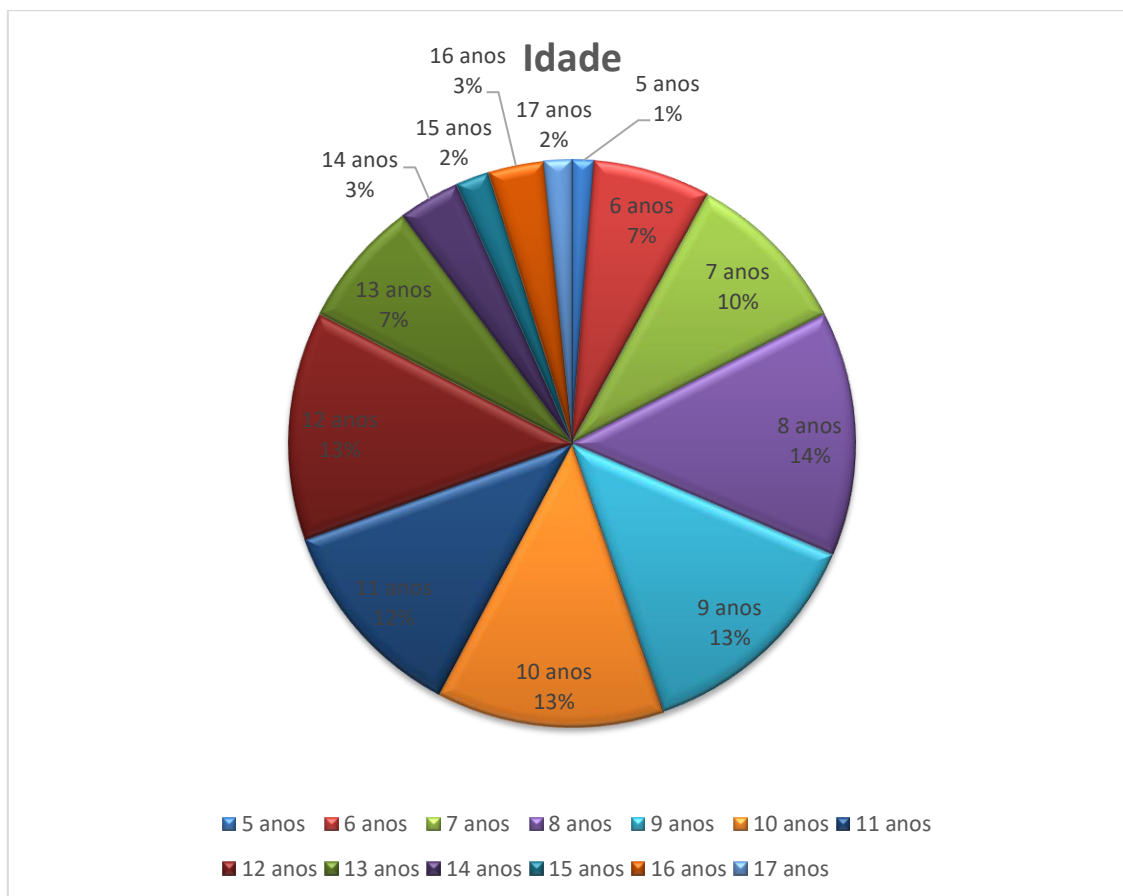
Sobre esse aspecto, Phillipe Ariès (1981, p. 173), em sua obra *História social da criança e da família*, ao tratar das origens das classes escolares, afirma que “[...] algumas vezes havia uma coincidência entre a idade e o grau, mas nem sempre, e, quando havia contradição, a surpresa era pequena, e, muitas vezes, nenhuma. Na realidade, prestava-se sempre mais atenção ao grau do que à idade”. Assim eram as escolas de Primeiras Letras na Vila de Jacobina, em meados do século XIX.

Dessa forma, parafraseando Ariès (1981, p.176), podemos dizer que as classes foram constituídas pela “promiscuidade de elementos de idades muito diferentes”. Segundo ele, ainda no início do século XIX, não era estranha a presença de adolescentes atrasados em meio a crianças pequenas. Apenas no final do oitocentos, houve a distinção entre a infância, adolescência e juventude. O autor acentua que essa divisão entre adolescência e juventude se deu com a difusão do ensino superior na universidade ou em grandes escolas, promovida pela burguesia. Segundo ele, “entre os séculos XVII e XVIII, crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 e rapazes de 19 a 25 anos frequentavam as mesmas classes” (ARRIÈS, 1981, p. 176).

Ao analisar a produção histórica da idade escolar no Brasil, ao longo do século XIX (1830-1885), considerando a província de Minas Gerais, Maria Cristina Soares de Gouveia (2004) constatou, a partir da análise de mapas de matrícula e de frequência, que a escola elementar era espaço da infância e não da mocidade. Isso porque, no oitocentos, correspondia à idade escolar os meninos e meninas de 8 a 12 anos e, posteriormente, de 7 a 14 anos, no entanto, foram também identificadas crianças entre 4 e 6 anos. autora acentua que a idade da razão correspondia ao período favorável à aprendizagem das primeiras letras, começando aos 7 anos de idade.

Assim, a exemplo da província mineira, pode-se dizer que, em todas as classes de primeiras letras, da Vila de Jacobina, entre cinco e dezessete anos, havia estudantes de todas as idades, mas com predominância entre aqueles de sete a doze anos e um índice menor para os de idade cinco e seis anos e com presença ocasional daqueles alunos com idade superior a treze anos, conforme ilustrado no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 15- Percentual de estudantes das aulas públicas de primeiras Letras da Vila de Santo Antônio de Jacobina



Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos de Mapas de Frequência localizados no Arquivo Público da Bahia (APEB).

## 5.5 O QUE E COMO APRENDIAM OS ESTUDANTES DA VILA DE JACOBINA

O que se ensinam nas Escolas primárias é ler, escrever e contar, pouco de Gramática, muito pouco de Religião, cujo ensino cifra-se na cartilha e no catecismo de Montpellier (DIAS, [1852]1939, p. 523).

Com essa declaração, Antonio Gonçalves Dias<sup>151</sup>, em seu relatório sobre a instrução pública nas províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco

<sup>151</sup> O relatório produzido por Gonçalves Dias, em 1843, é resultado da inspeção realizada nas escolas do Norte e Nordeste, em atendimento à encomenda do imperador D. Pedro II. Trata-se de um documento extenso, que apresenta dados sobre as províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, apontando para a precariedade do ensino quanto aos métodos e aos programas de ensino, despreparo dos professores, escassez de livros e materiais escolares, escolas inapropriadas, ausência de fiscalização e documentação insuficiente, dentre outros aspectos abordados. Esse documento encontra-se anexado, integralmente, ao segundo volume da obra *A instrução e as províncias*, de Primitivo Moacyr.

e Bahia solicitado por Dom Pedro II, em 1852, descreve o que constatou a respeito das condições de ensino nessas localidades. A afirmação acima diz respeito, especificamente, à província da Bahia e, em muito, se assemelha aos relatos dos professores da Vila de Santo Antônio de Jacobina, ao justificarem a ausência de informações referentes ao ensino da ortografia e da gramática. Como podemos notar, a seguir, na explicação do professor Joaquim José de Araújo Mota, da freguesia de Nossa Senhora da Saúde:

[...] Acrescento a tudo isto os Pais não consentirem que ensine aos seus filhos mais que ler, escrever e contar mal, e *quando se quer* ensinar orthographia ou Grammatica, respondem que não querem os filhos para serem estudantes e só querem que aprendão a ler huma carta e escrever outra e [*lastimo*] dando-lhe a *muita* custa orthographia, e grammatica e dezenho, e tirão-nos da Aula. Este he o motivo porque as cazas de orthografia, grammatica e dezenhodeixão de ter esclarecimento no ditto Mappa. (APEB, Maço 3998).

Semelhantemente, utilizando-se, inclusive, dos mesmos argumentos, o professor Antonio Fernandes Couto, da freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina, atribui a ausência desses conteúdos, em suas aulas, à atitude dos pais, visto que eles, no dizer do professor, almejam apenas que seus filhos aprendam a ler, escrever e contar, julgando ser isso suficiente. Assim, o professor declara que:

[...] foi me determinado remetesse directamente a *Vossa Excelencia* cumprindo me unicamente significar a *Vossa Excelencia* que não ensino Grammatica, Orthografia, porque assim que elles sabem mal ler, escrever e contar tiral-os, e nem dão os necessarios como os livros para o ensino. He este o motivo *porque* vão limpas as casas de Orthografia, Grammatica e Dezenho. (APEB, Maço 3997).

Esses relatos revelam que a perspectiva das famílias, quanto à instrução primária, se limitava à capacidade de ler e de produzir algum tipo de texto utilitário, como uma carta. Desse modo, esses alunos eram retirados das aulas no processo inicial da escolarização, ou seja, logo após o processo de alfabetização.

Nesta seção, por meio da análise dos mapas de frequência produzidos pelos professores, pretendemos responder ao seguinte questionamento: o que e como aprendiam os estudantes de primeiras letras da Vila de Jacobina, no processo de aquisição do escrito? Para atender a esses propósitos, os dados serão colhidos de acordo com o modelo de mapa de frequência. Isso significa que, nos mapas produzidos nos anos de 1846, 1847 e 1849, tendo em vista que possuem

a mesma estrutura<sup>152</sup>, serão observados os registros feitos pelos professores nos campos *Leitura, Escrita, Gramática e Observações*. Quanto aos demais, que não obedecem a um modelo, cujos campos existentes nos documentos são bastante variáveis, as informações serão extraídas de: “matérias que apresentaram”, “matérias da aula”, “matérias que apresentam” “o que leem”, “o que sabiam na entrada”, “o que sabiam na saída”, e, em alguns casos, “observações”. Assim, do que foi possível coletar, nesses mapas, a respeito da aprendizagem da leitura, escrita e da gramática, nas respectivas aulas, será apresentado por meio de quadros, tabelas e gráficos.

Com relação aos conteúdos a serem ministrados nas escolas de primeiras letras, é importante recorrer ao *Regulamento*<sup>153</sup> para a Instrução Primária da Província da Bahia, de 1837. Nesse documento, encontramos as seguintes instruções:

Tem-se pertendido (*sic*), com manifesto erro e mor detrimento do ensino publico, converter as Escôlas das primeiras Letras em Instituto de sciencias, e que os meninos saiam delas Geografos, Historicos, e Humanistas. A Lei exige menos, porque exige o que deve e pode ser, e o que obtido será de grande utilidade; quer que elles aprendam com exactidão a ler, escrever, e contar, e que se formem nos bons costumes; sendo para isso de absoluta necessidade não só o conhecimento elementar da **Grammatica da lingoa, do desenho linear, e da Arithmetica, como também a instrucção precisa da Doutrina Christã**. [...] Todavia cousas ha, que por sua afinidade e analogia podem ser ensinadas com proveito ao mesmo tempo; taes são as quantidades e accentosProsodicos, que na leitura se trataram com as regras da Orthoepia, as da Calligrafia e Orthografia, que da mesma sorte opportunamente serão praticadas na escriptura; e até lendo o principiante, e escrevendo receberá optimosdictames de sã moral, se de escolha forem os assumptos de sua lição. (APEB, Maço 3995, grifo nosso).

Como se observa, a despeito da pretensa intenção de se introduzir outros conhecimentos, o *Regulamento* de 1837 reitera o que ordena a Lei Provincial de 14 de abril de 1836<sup>154</sup>, a respeito do que deve ser ensinado nas aulas primárias, ressaltando que a finalidade do ensino é possibilitar aos alunos o aprendizado da leitura, da escrita e das operações matemáticas. Portanto, a gramática da língua, desenho linear, aritmética e a doutrina cristã se constituem nos conteúdos a serem desenvolvidos. Na prática de leitura e escrita, deveriam ser exercitadas a caligrafia e as regras da ortoépia e da ortografia.

<sup>152</sup> Conforme mostramos, na seção 5, os mapas de frequência produzidos nos anos de 1846, 1847 e 1849, que estão sendo analisados neste trabalho, seguiam um padrão, com os mesmos campos e categorias a serem preenchidos pelos professores.

<sup>153</sup> O *Regulamento para a instrução primária* foi instituído pelo presidente da Província da Bahia, em 21 de janeiro de 1837, com base no parecer da Comissão designada para cumprir o propósito de regulamentar o ensino para as escolas de instrução primária. O documento encontra-se disponível no Maço 3995 (APEB).

<sup>154</sup> A Lei nº 37 de 14 de abril de 1836, sancionada pelo presidente da província, Francisco de Souza Paraizo, determinou a criação da Escola Normal da Bahia com o propósito de habilitar os professores para as aulas de instrução primária, regidas pelos métodos de ensino mútuo e de ensino simultâneo (LEI, [1836] 1862).

Cumpramos destacar que, quanto ao ensino de Desenho Linear<sup>155</sup>, não foi encontrada qualquer referência a esse conteúdo nos documentos examinados. Ainda que, de acordo com Márcio Oliveira D'Esquivel (2015, p. 17), a inclusão dessa disciplina nas escolas primárias tenha ocorrido a partir da Lei Provincial de 14 de abril de 1836<sup>156</sup>, que criou a Escola Normal, e do *Regulamento para Escolas do Método Simultâneo e Mútuo-Simultâneo*, de 20 de janeiro de 1842.

Ao tratar dos “estudos”, o *Regulamento* para as aulas primárias, de 20 de janeiro de 1842, assim orienta a organização das aulas:

Toda escola primaria constará de tres divisões principaes, na razão da idade dos discipulos, e dos objetos de ensino que os ocuparem.

Os meninos de seis a oito annos formarão a primeira divisão. Alem das leituras pias, feitas em voz alta, elles se exercerão particularmente na recitação das rezas. **Aprenderão ao mesmo tempo a ler, escrever** e as primeiras noções do calculo verbal.

Os meninos de oito a dez annos formarão a segunda divisão. A instrução moral e religiosa consistirá no ensino da historia santa; velho e novo testamento. Os meninos continuarão os exercicios de leitura, escripta e calculo verbal. Aprenderão o calculo por escripta e a grammatica portuguesa.

A terceira divisão se comporá dos meninos de dez annos para cima. Estudarão especialmente a doutrina christã; continuarão os exercicios de leitura, escripta, calculo e da lingua portuguesa.

A segunda e terceira divisões farão composições uma vez por semana; os discipulos occuparão logares distinctos em razão do bem ou mal que as tiverem desempenhado.

(REGULAMENTO...1865, p. 36-37, grifo nosso).

Percebe-se, com nitidez, a partir da leitura do documento, que a aprendizagem da leitura e da escrita deveria ocorrer concomitantemente, em todos os grupos formados, ou seja, nas três divisões. O ensino da gramática estaria reservado aos alunos da segunda e da terceira divisão.

De antemão, é importante destacar que, no concernente às orientações expressas, no *Regulamento* de 1842, quanto à divisão de grupos para o funcionamento das aulas, de acordo com a idade, não foram observadas quaisquer referências a esse tipo de organização nos documentos analisados, ainda que se designe como uma escola regida pelo ensino simultâneo. Desse modo, o que podemos afirmar é que, nas aulas públicas de primeiras letras da Vila de

<sup>155</sup> De acordo com Marcos Denilson Guimarães (2016, p. 6), na legislação imperial, o ensino de Desenho Linear só aparece com o Decreto nº 1.331-A, por ocasião da Reforma do Ensino Primário e Secundário da Corte, em 1854. E, ainda assim, não é instituído como ensino obrigatório.

<sup>156</sup> A Escola Normal, apesar de ter sido criada em 1836, só passou a funcionar a partir de 1842.

Santo Antônio de Jacobina, o ensino se caracterizava como uma classe ministrada por um único professor ou professora, com crianças de diferentes idades e em diversos estágios de aprendizagem, conforme tem sido mostrado ao longo deste trabalho.

#### 5.5.1 O ensino da leitura

Acerca dos textos utilizados nas aulas primárias, para o ensino da leitura, no período imperial, é necessário destacar a precariedade de materiais, especialmente na primeira metade do século XIX, quando praticamente não havia livros nas escolas para esse fim. À vista disso, eram, frequentemente, utilizados textos manuscritos como cartas, relatos de viagem e, ainda, aqueles de natureza legal, como a Constituição do Império e o Código Criminal, ou religiosa, como a Bíblia, conforme indicava a Lei de 1827<sup>157</sup>(BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002).

Ao justificar a importância do ensino da leitura de textos manuscritos, no século XIX, Antônio Augusto Gomes Batista (2020) destaca o uso desse tipo de escrita em diversas esferas da vida pública e privada, naquele período. Sobre esse tipo de escrita no Brasil, o autor acrescenta que:

[...] dada, no período colonial, a interdição à imprensa, a forte censura à circulação de livros impressos e as características da administração e da burocracia portuguesas (e brasileiras, posteriormente), supõe-se ter-se construído uma cultura da escrita que tem no manuscrito um de seus traços distintivos (BATISTA, 2020, p. 1).

No *Regulamento* de 1842, ao tratar, especificamente, sobre o ensino da leitura na escola primária, quanto à leitura de manuscritos, sugere-se dar preferência a:

manuscritos ou cadernos litografados contendo cousas que na carreira da vida lhes seja útil conhecer, como recibos, arrendamentos, contractos, vendas, memórias sobre obras, ou alias encerrando noções de agricultura, ou sobre as artes e officios. (REGULAMENTO, 1865, p. 38).

Batista (2020, p. 1) esclarece que a impressão de paleógrafos ou livros de leitura manuscrita compreendia uma antologia de textos e diferentes tipos de escrita, sua produção se dava por meio do processo litográfico e foi muito difundido no ensino elementar no Brasil e em Portugal. Segundo o autor, a leitura de manuscritos correspondia a uma etapa final do aprendizado da leitura escolar, com uma gradação de dificuldades. Nesse sentido, Maria Rosário Longo Mortatti (2006, p. 5) destaca que, em função dessa escassez de livros de leitura,

<sup>157</sup> De acordo com o art. 6º da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, “Os Professores ensinarão a ler [...] preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil” (BRASIL, [1827]1878).



as aulas se iniciavam com as “cartas de ABC”, seguidas da leitura de documentos manuscritos, como já referido.

Gonçalves Dias ([1852]1939, p. 523), em seu relatório, entende que os livros de leitura manuscrita eram importantes para a garantia da aplicação do método simultâneo, pois, caso os alunos não os possuíssem, seriam utilizadas cartas, o que impossibilitaria o emprego do método, devido à variedade de escritos advindos desse contexto.

Quanto à metodologia utilizada para ensinar os discípulos a ler, Silva (1999, p. 118) dá a saber que, de acordo com o *Manual completo de ensino simultâneo*<sup>158</sup>, produzido por professores da Escola Normal de Paris e traduzido por João Alves Portella, em 1868, o estudo da leitura compreenderia cinco classes, em que seriam abordados os seguintes conteúdos:

**Quadro 22**– Proposta para o estudo da leitura, de acordo com o *Manual completo de ensino simultâneo*, traduzido por João Alves Portella

Classe	Conteúdo
1ª classe	vogais e consoantes de todas as espécies
2ª classe	sílabas de qualquer natureza
3ª classe	palavras cujas sílabas são entre si separadas, e depois palavras com as sílabas unidas
4ª classe	orações ou frases
5ª classe	leitura corrente em livretos ou cartões apropriados, e adoptados pelo Conselho de Instrução Pública

Fonte: Silva (1999).

Do que se observa nas instruções constantes no Manual, conforme o Quadro 22, para o ensino da leitura, há a definição de etapas, distribuídas por classe, que se inicia com as letras, passando pelas sílabas, palavras e frases até alcançar a leitura de textos. No que concerne à metodologia, Mortatti (2006) esclarece que:

<sup>158</sup> Apesar de o *Manual completo de ensino simultâneo* ter sido publicado em período posterior à data em que foram produzidos os mapas de frequência que estamos analisando neste trabalho, julgamos importante fazer referência a esse documento, visto que traduz os pressupostos para o ensino primário, de acordo com o método simultâneo, o qual deveria ser aplicado naquelas aulas de primeiras letras, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, ademais, trata-se de uma obra oficializada pelo governo da Província da Bahia. Antes da sua publicação, o governo da Província da Bahia determinou oficialmente o uso do manual de ensino mútuo como referência para as aulas primárias, conforme indicado anteriormente.

Para o ensino da leitura, utilizavam-se, nessa época, métodos de marcha sintética (da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas (MORTATTI, 2006, p. 5).

Nesse sentido, é interessante observar que, em meados do século XIX, já havia uma discussão a respeito de métodos considerados mais eficientes para o ensino da leitura. Um exemplo disso é o que se verifica no *Regulamento* para as aulas primárias, assinado pelo presidente da Província da Bahia, em 1842<sup>159</sup>, em que se expressa, nitidamente, uma rejeição ao método de leitura que consistia na soletração, considerado “em extremo defeituoso”, ao passo que orienta os professores a conhecerem os melhores métodos de leitura, ressaltando a importância de também se ensinar a pontuação e a boa pronúncia. (REGULAMENTO, 1865b, p. 37).

Posto isso, principiamos a análise dos mapas produzidos nos anos de 1846, 1847 e 1849, que, conforme ressaltamos anteriormente, seguiam o mesmo modelo e apresentavam um campo denominado “leitura”. Nesses mapas, é possível verificar que, nos registros feitos pelos professores, não há indicação de classes, mas de conteúdos aprendidos pelos estudantes, informando-se, em alguns casos, o suporte do texto já lido (cartilha, livreto) ou o gênero textual (provérbio). De forma geral, foram utilizados os seguintes termos para se referir ao tipo de leitura ou etapa em que se encontravam os alunos: “abc”, “sílabas”, “nomes”, “livro”, “cartilha”, “manuscrito”, “livreto”, “provérbio”.

A partir dos dados colhidos nos mapas, foram organizadas tabelas, de acordo com a localização da escola, que revelam o que os alunos aprenderam quanto à leitura. Assim, os números e os percentuais informados, em cada tabela, representam o total de alunos para quem os professores das respectivas classes/freguesias atribuíram a aprendizagem de determinado conteúdo.

---

<sup>159</sup> O presidente da Província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, regulamentou as aulas primárias, em atendimento ao que prescrevia a Lei Provincial nº 37, de 14 de abril de 1836, em 20 de janeiro de 1842. O documento apresenta orientações sobre as seguintes questões: “local e mobília”; disciplina; “disposições geraes”; “instrução moral e religiosa”; “estudos” (REGULAMENTO, 1865b).

É necessário esclarecer que a coluna “manuscrito”, apesar de não estar correlacionada a uma classe específica, aparece no quadro porque, nos mapas, é apontada como uma das etapas do processo de aprendizagem da leitura, que se diferencia da leitura de livros e/ou livretos. Ademais, alguns termos foram agregados em uma única coluna, como “livros” e “livretos” e “nomes e cartilhas”, por considerarmos conteúdos ou etapas correlatas.

Na classe de meninas da freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, a professora D. Maria da Glória faz referência aos conteúdos já aprendidos pelas alunas, desse modo, utiliza os termos “cartilha e manuscrito” ou “livro e manuscrito” no campo “leitura” dos mapas produzidos. Nesse caso, tomaremos esses termos, como campos a serem considerados, conforme Tabela 4.

**Tabela 4** – Distribuição das discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura

Ano	Etapa de aprendizagem da leitura												Total de alunas	
	Abc		Sílabas		Provérbios		Cartilha e manuscrito		Manuscrito		Livro e manuscrito			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1847	01	4%	08	32%	—	—	—	—	01	4%	15	60%	25	100%
1849	—	—	01	2,7%	01	2,7%	02	5,5%	06	16,6%	26	72,2%	36	99,7%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 4000 (APEB).

A Tabela 4 permite-nos ver, com clareza, que o número de alunas, que já lia livros e manuscritos, alcança um percentual maior, em ambos os mapas analisados, representando 60%, em 1847, e 75%, em 1849.

No caso do primeiro mapa, produzido em dezembro de 1847, é curioso assinalar que a aula fora criada em outubro daquele mesmo ano, ou seja, há apenas dois meses. Essas estudantes que liam “livros e manuscritos”, quando iniciaram os estudos, naquela classe, “já tinham princípio de leitura e escrita”, conforme registro feito pela professora D. Maria da Glória, no campo de observações. Quanto às demais, que “nada sabiam, quando entraram”, estavam na etapa de aprendizagem da leitura de sílabas e representam 32% do número de alunas. Diante disso, podemos concluir que a aprendizagem de leitura e escrita já ocorria em espaços não escolarizados, provavelmente por meio da contratação de professores para o ensino doméstico, uma vez que uma grande parte das alunas já possuía conhecimentos relacionados a essas habilidades.

Podemos concluir que os manuscritos e os livros correspondiam à etapa final do processo de aprendizagem da leitura no ensino primário. Entretanto, supõe-se que o ensino do primeiro precedia o ensino do segundo. Um argumento favorável a essa hipótese está no fato de que todas as alunas que liam livros, também liam manuscrito, e já dominavam outras habilidades relacionadas à escrita e à gramática; aquelas, porém, que liam apenas manuscritos, ou que liam cartilhas e manuscritos, não liam livros, ainda, e estavam em fases mais iniciais de aprendizagem. Cumpre observar que há o registro de um único caso em que a professora informa sobre a leitura de provérbios, no mapa de 1849. Trata-se da aluna Francisca Rosa de Jesus, a qual havia sido matriculada no mês de janeiro, daquele mesmo ano, e que “nada sabia quando entrou”. Apesar de ler provérbios, ou seja, frases ou sentenças curtas, a aluna estava ainda no início da aprendizagem da escrita, visto que escrevia o “abc” e não há registros sobre o aprendizado de cálculo, gramática e costura.

À semelhança da classe de meninas, a Tabela 5 mostra que mais da metade dos estudantes do sexo masculino, inscritos nas aulas de Primeiras Letras da freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, em 1846, já havia aprendido a ler livros e manuscritos, com um percentual correspondente a 56%, que, se somado ao número daqueles que liam manuscritos, esse número alcança o total de 70% dos alunos. Podemos considerar esse um resultado satisfatório, tendo em vista que alguns desses estudantes<sup>160</sup>, que estavam nas etapas iniciais de aprendizagem da leitura, ou seja, lendo sílabas, haviam sido matriculados em outubro daquele mesmo ano, o que representa dois meses de aula e “nada sabiam quando entraram”. Ademais, são constantes as queixas do professor Estanislão José Gomes quanto às faltas dos alunos às aulas.

**Tabela 5** – Distribuição dos discípulos, da freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura

Ano	Etapa de aprendizagem da leitura										Total de alunos	
	Sílabas		Sílabas e nomes		Nomes		Manuscrito		Livro e manuscrito			
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
1846	05	10%	01	2%	02	4%	14	28%	28	56%	50	100%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

<sup>160</sup> Conforme pode ser verificado no mapa de frequência da classe de meninos da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no ano de 1846, o qual consta nos anexos deste trabalho.

O professor da escola primária da freguesia de Nossa Senhora da Saúde, Joaquim José de Araújo Mota, ao informar sobre a aprendizagem dos alunos, quanto à leitura, refere-se ao termo “escrito”, no lugar de “manuscrito” para designar uma das etapas do processo. Nesse caso, conforme dados colhidos nos mapas de 1846, 1847 e 1849, a maior parte dos estudantes havia aprendido a ler esse tipo de texto, conforme mostra a Tabela 6:

**Tabela 6** – Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura

Ano	Etapa de aprendizagem da leitura								Total de alunos	
	Abc		Sílabas		Escrito		Livro			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1846	02	16,6%	03	25%	05	41,6%	02	16,6%	12	99,8%
1847	—	—	02	13,3%	11	73,3%	02	13,3%	15	99,9%
1849	—	—	03	42,8%	04	57,1%	—	—	07	99,9%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos dos Maços 3997, 4000 e 4001 (APEB).

É também com esses termos que o professor Antônio Fernandes, da escola primária da freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, classifica os seus alunos quanto à aprendizagem da leitura. Na Tabela 7, podemos ver, com nitidez, um número expressivo de alunos inscritos naquela aula, no ano de 1846, que já lia textos escritos e livros, pois, se somados, o número percentual alcança 85,1% do total de estudantes.

**Tabela 7** – Distribuição dos discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura

Ano	Etapa de aprendizagem da leitura								Total de alunos	
	Abc		Sílabas		Escrito		Livro			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1846	01	3,7%	03	11,1%	16	59,2%	07	25,9%	27	99,9%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Por fim, os dados colhidos no mapa de frequência, da aula pública da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, em 1847, ministrada pelo professor José Francisco de Barros, no que concerne ao ensino da leitura, de igual modo, demonstram que a grande maioria dos estudantes lia livros ou manuscritos, conforme Tabela 8.

**Tabela 8** - Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da leitura<sup>161</sup>

Ano	Etapa de aprendizagem da leitura						Total de alunos	
	Soletração		Manuscrito		Livro			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1847	07	29,1%	12	50%	05	20,8%	24	99,9%

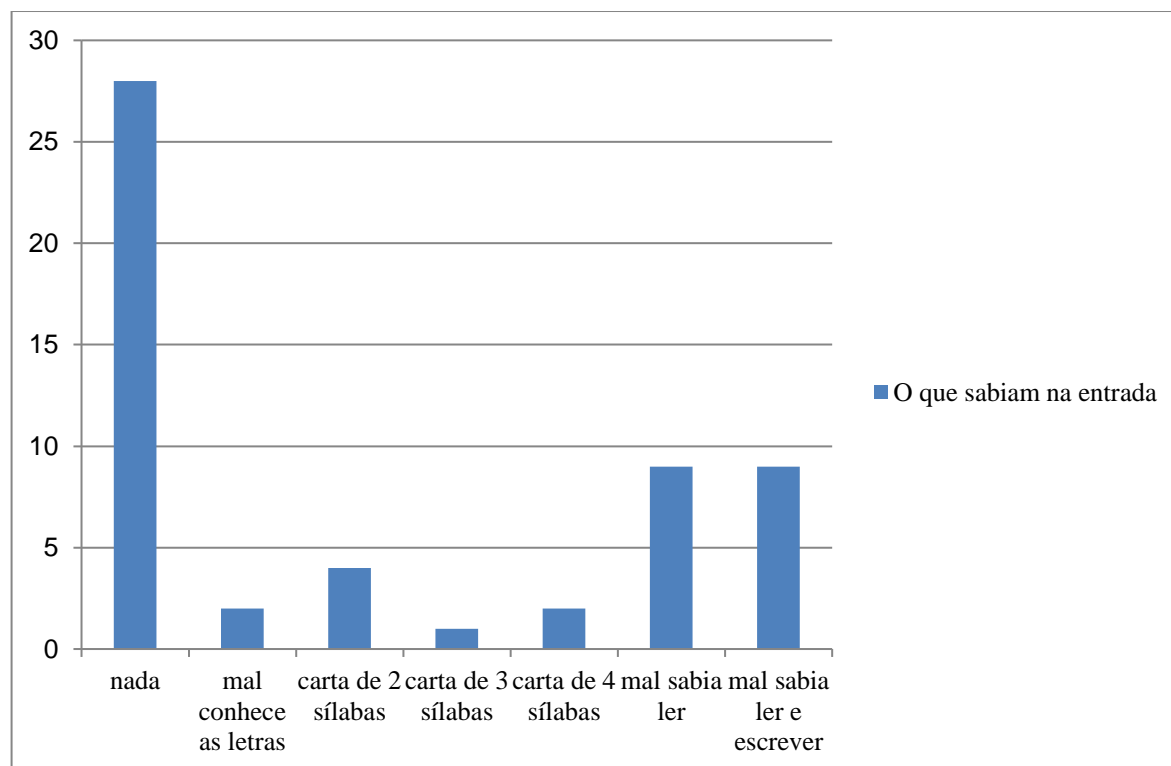
Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço3998 (APEB).

De um modo geral, podemos constatar, com base nos quadros apresentados, em todas as escolas da Vila, que a maioria dos estudantes havia aprendido a ler textos, fossem eles manuscritos ou livros, correspondendo, portanto, à 5ª classe definida no manual de ensino simultâneo. Quanto aos estudantes que estavam iniciando o processo de leitura, ou seja, aprendendo o ABC ou as sílabas, estes haviam sido matriculados naquele mesmo ano em que fora preenchido o mapa e, portanto, estariam classificados entre a 1ª e 2ª classe.

Vejamos, por meio dos gráficos apresentados a seguir, os dados que revelam quantos e o que liam os alunos das classes cujos mapas não seguiam um modelo<sup>162</sup>. Nesse caso, as informações a respeito da aprendizagem da leitura encontram-se localizadas em diferentes campos, como nas “observações”, nas “matérias de aula” ou “o que leem”.

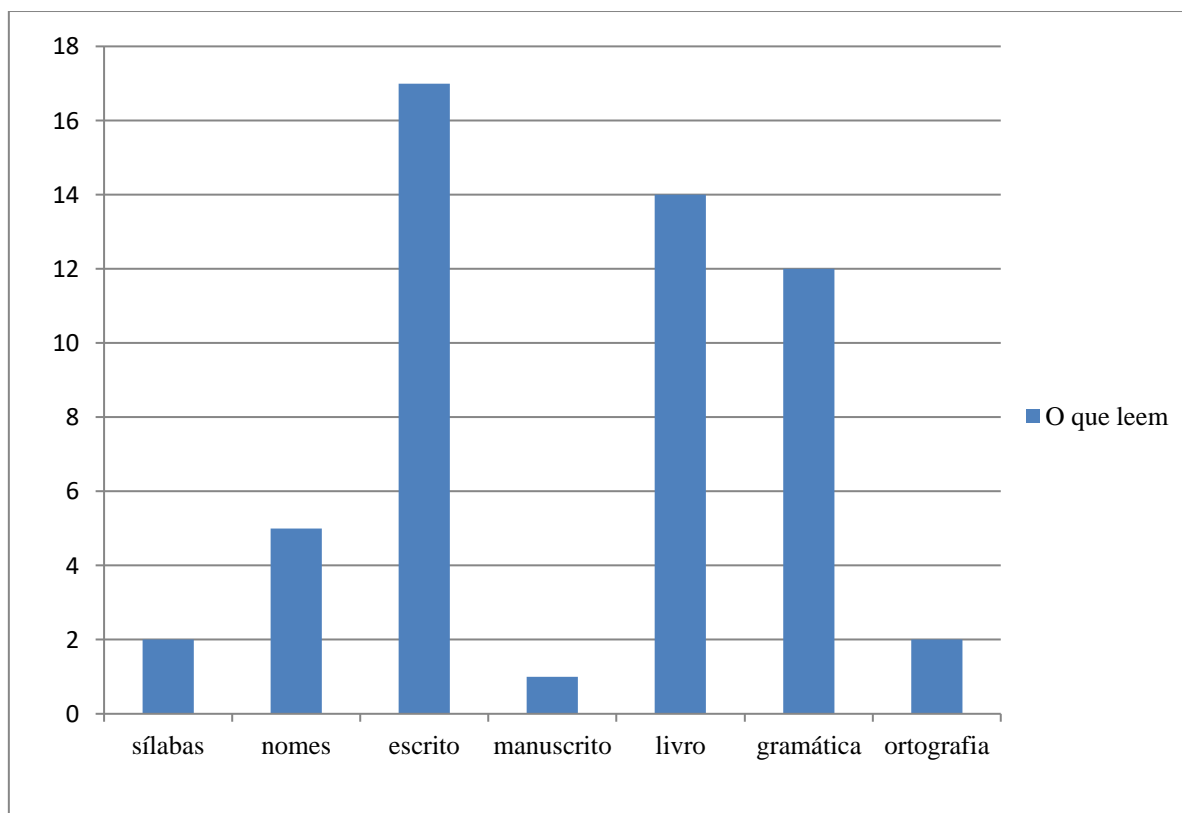
<sup>161</sup> Nesta tabela, não foram inseridos os dados referentes ao mapa de frequência da Freguesia de Morro do Chapéu, do ano de 1846, uma vez que o documento apresenta mutilações no campo relacionado à leitura.

<sup>162</sup> Conforme referido na seção anterior, os mapas produzidos no período anterior a 1846 não seguiam um padrão. A relação desses mapas está disponível nos anexos.

**Gráfico 16** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Jacobina (1834)

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço1327 (APEB).

Em 1834, a classe de meninos da Freguesia de Jacobina contava com 52 alunos inscritos. Desses, a maioria dos estudantes, ou seja, 28 alunos, “nada sabiam” ao iniciarem os estudos; 02 “mal sabiam as letras”; 07 estavam no processo de aprendizagem das sílabas; 06 “mal sabiam ler”; e, apenas 09 “mal sabiam ler e escrever”. Apesar de haver um campo sobre “o que sabiam na saída”, não foi possível coletar as informações, em função da mutilação do documento.

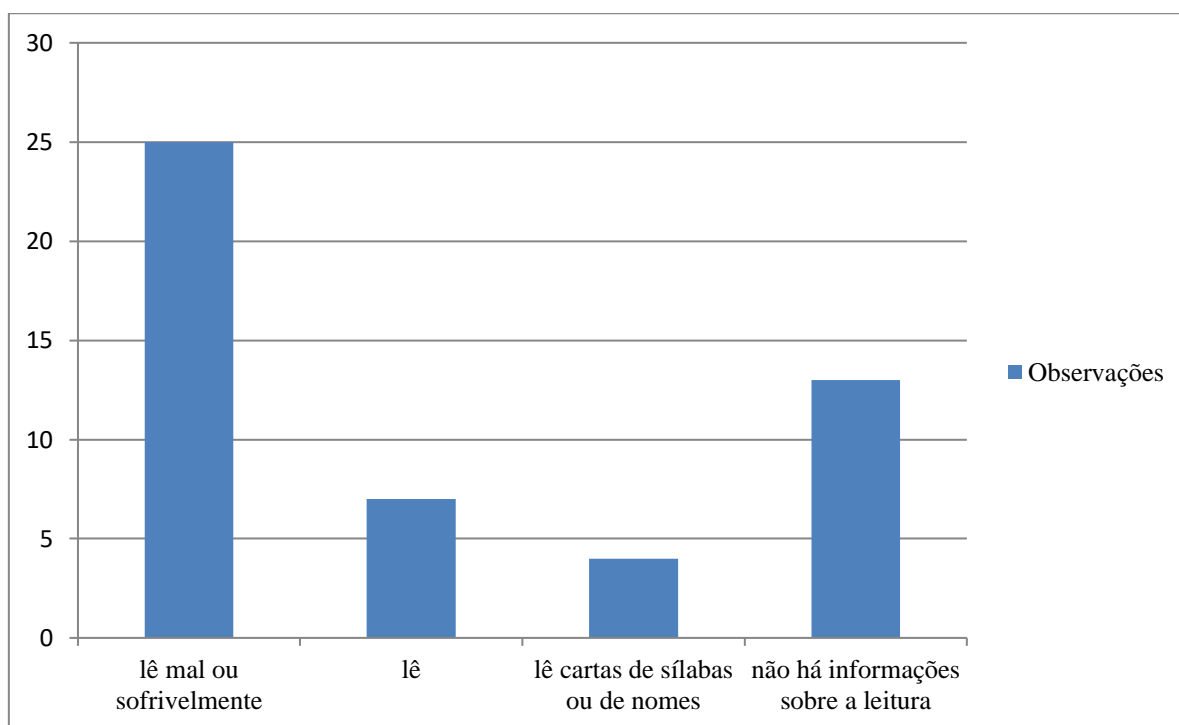
**Gráfico 17** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Jacobina (1840)

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

No mapa de 1840, o professor Estanislão José Gomes informou por meio do campo “o que leem”, em que etapa do processo de aprendizagem da leitura os alunos se encontravam. Desse modo, conforme constatamos no Gráfico 17, dos 53 alunos inscritos, apenas 07 se encontravam nas primeiras classes, ou seja, estavam aprendendo a ler sílabas ou nomes, os demais liam nomes, textos escritos, livros e outros já se encontravam no estudo da gramática e ortografia.



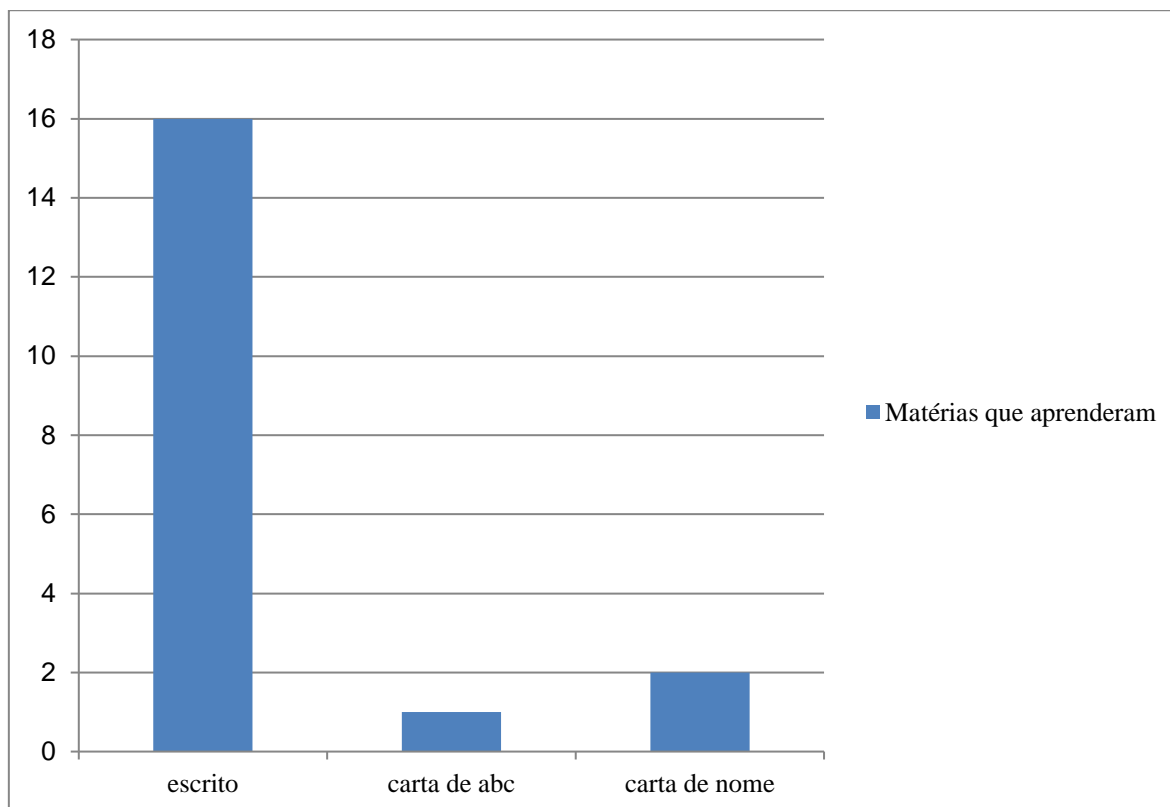
**Gráfico 18** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia da Vila de Jacobina (1843)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Quanto ao mapa de 1843, da Freguesia de Jacobina, nota-se que todas as informações relativas à aprendizagem do aluno estão contidas no campo de observações. Nesse espaço, registrou-se a capacidade de aprendizagem dos alunos com respeito a ler, escrever e fazer contas, ademais, em alguns casos, destacam-se casos de alunos faltosos ou que saíram da escola. Desse modo, foi possível verificar que, dos 49 alunos inscritos na aula, 32 sabiam ler, em alguns casos, “liam mal” ou “liam sofrivelmente”; 04 liam cartas de sílabas ou de nomes; quanto aos demais, não há informações sobre a leitura, pois 10 já haviam saído da aula e não havia qualquer registro com relação a 03.

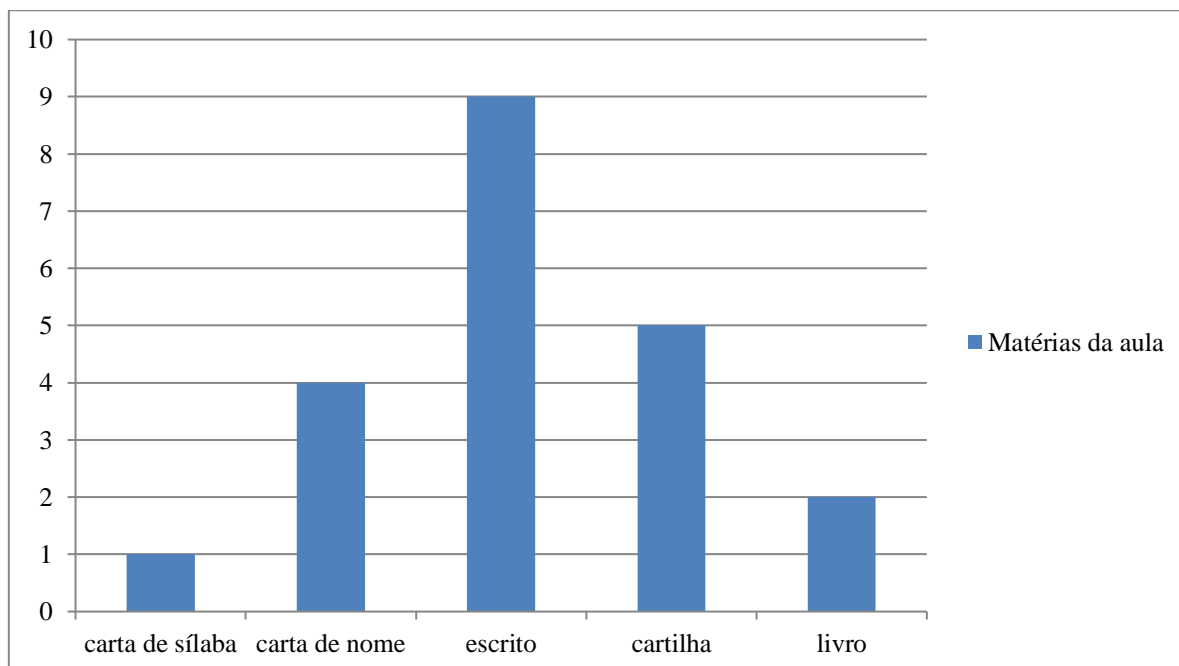
**Gráfico 19**—Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Em 1840, também na Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, no campo “matérias que aprenderam”, as informações dizem respeito à aprendizagem da leitura e da escrita. Nesse caso, como se pode perceber no Gráfico 19, dos 19 alunos inscritos na Aula, 16 leem “escrito”, 01 lê “carta de abc” e 02 leem “cartas de nome”.

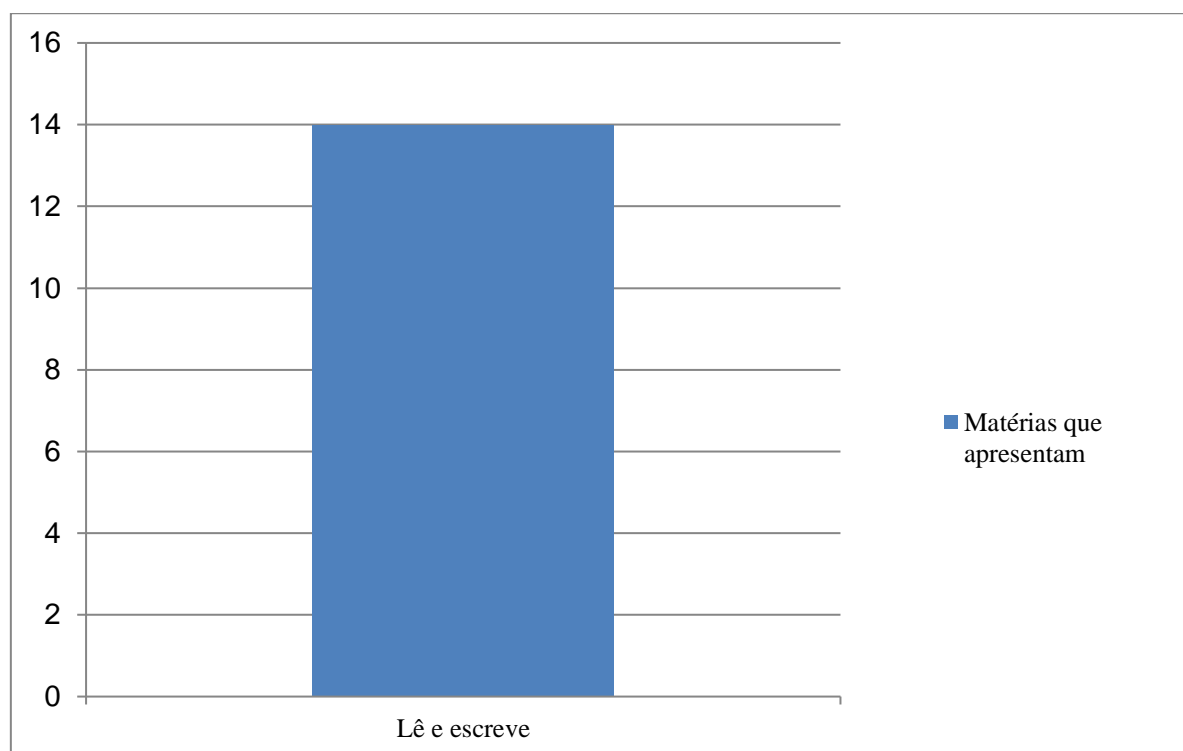
**Gráfico 20** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1849)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

Na Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, em 1849, no campo “matérias da aula”, o professor Joaquim José de Araújo Motta informou em que etapa de leitura os alunos se encontravam. Desse modo, verifica-se que, dos 21 alunos inscritos na Aula, apenas 05 achavam-se, ainda, na carta de sílabas ou de nomes, os demais já liam textos escritos, cartilhas e livros, conforme mostra o Gráfico 20.

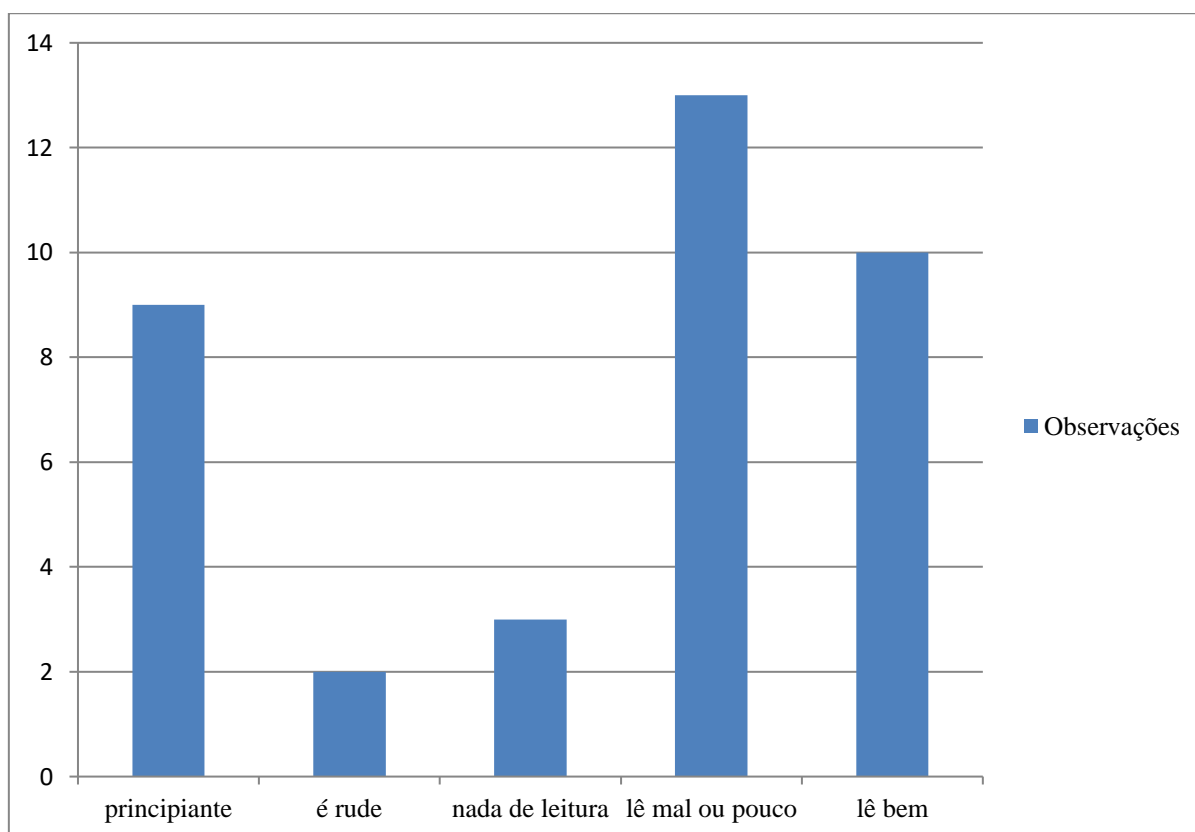
**Gráfico 21** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão de Jacobina (1840)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

O Gráfico 21 apresenta dados colhidos do Mapa de Frequência da Freguesia do Riachão de Jacobina, em 1840. Ao registrar no campo denominado por ele como “matérias que apresentam”, o professor informa que todos os 14 alunos matriculados, naquela Aula de Primeiras Letras, já sabiam ler, escrever e realizar, ao menos, uma das operações matemáticas. Não há, entretanto, informações mais precisas a respeito do que esses alunos liam, se textos ou apenas letras e sílabas.

**Gráfico 22** – Percentual dos níveis de leitura dos alunos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1843)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

No mapa de frequência, de 1843, da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, o professor João Francisco de Barros registra as aprendizagens dos 37 estudantes inscritos naquela Aula, referentes à leitura, escrita e aritmética, no campo de observações. Nesse caso, de acordo com o Gráfico 22, consta que 10 alunos leem bem; ao passo que 13 leem “mal” ou “pouco”; o número de alunos para quem o professor informa haver “nada de leitura” é de 03; no entanto, supõe-se que, também, não sabiam ler os estudantes classificados como “principiantes” ou “rudes”, totalizando 12.

Notadamente, em todas as classes, constata-se um número considerável de alunos que sabiam ler e, em alguns casos, como na Freguesia do Riachão de Jacobina, em 1840, todos os alunos já liam, de acordo com o professor. Entretanto, nesse caso, não se sabe a respeito da qualidade dessa leitura ou mesmo a que tipo de texto esses estudantes tinham acesso. Em outros documentos, como da Freguesia de Saúde e da Freguesia de Jacobina, observamos uma classificação quanto ao tipo ou etapa de leitura em que os alunos se encontravam, correspondendo, predominantemente, à leitura do texto escrito, do manuscrito e do livro. O professor da Freguesia do Morro do Chapéu, entretanto, identifica o desempenho dos alunos

quanto à leitura, assim, temos aqueles que liam bem, os que liam mal e os que não liam. Em tal caso, o número de leitores “eficientes” é pouco expressivo se comparado aos demais.

Consta no *Regulamento* para as escolas primárias, de 1842, como uma das disposições para o ensino da leitura que “todos os discípulos de uma mesma classe devem ter os mesmos livros, e estudar as mesmas lições”. No entanto, considerando-se as constantes queixas dos professores em relação à escassez de materiais para o ensino primário, somado ao desinteresse dos pais em relação à instrução dos filhos e as limitações quanto ao acesso ao livro impresso, não eram todos os alunos que possuíam o livro para o aprendizado da leitura na escola.

Sobre isso, os registros feitos pelo professor Estanislão José Gomes, no campo de observações do mapa de frequência da Freguesia de Jacobina, em 1840, ratificam o que estamos afirmando. Assim, a respeito do aluno Antonio Joaquim da Silva, o professor declara que “deixa de escrever por falta de papel, tinta, pennas e falta o necessario para ler”; sobre José Joaquim de Souza, registra que: “só traz para se instruir papel; tenho instado por livros [*inint.*]”; sobre Jerônimo Barboza: “falta-lhe para instrução até papel” e, a respeito de Bartholomeo da Silva, o professor esclarece que “o livro que lê é meu”; ademais, sobre Floriano Pires de Aguiar e seus dois irmãos: “Pedi constantemente livro ao Pai, e nunca deo.”

É notório que a tarefa de adquirir materiais, especialmente o livro, de modo a favorecer a aprendizagem dos discípulos nas aulas primárias não era facilmente cumprida pelos pais ou responsáveis, o que implicava em constantes queixas por parte dos professores, como apresentado. Por outro lado, supõe-se que, mesmo nesse contexto desfavorável de acesso à cultura do impresso, havia alunos que, de fato, possuíam algum livro para o aprendizado da leitura, tendo em vista que essas observações feitas pelo professor estão relacionadas, apenas, a determinados indivíduos. Outras questões podem ser suscitadas, a partir dessa constatação, como: quais eram os livros que esses alunos possuíam? Como se dava essa aquisição? Na seção 6, trataremos de modo mais específico sobre os livros escolares que circulavam na Vila de Jacobina, no entanto, em razão da limitação imposta pelas fontes de pesquisa, para muitas dessas indagações não se obterão respostas.

### 5.5.2 O ensino da escrita

A partir dos registros realizados pelos professores, intentamos compreender o processo de aprendizagem da escrita nas escolas primárias da Vila de Jacobina. As informações

constantes, no campo “escrita” de todos os mapas de frequência, mencionados anteriormente, se restringem ao uso dos seguintes termos: “linhas”, “abc”, “bastardo”, “bastardinho” e “cursiva”.

Ao tomar como referência o trabalho de Jerônimo Soares Barbosa (1796)<sup>163</sup>, sobre a prática da Caligrafia, produzida no século XVIII, Justino Magalhães (2005, p. 15) explica que, para a aprendizagem da escrita, havia um exercício preparatório que incidia no traço inclinado de linhas retas e curvas, o que, na visão do autor, representava uma verdadeira “propedêutica da arte da escrita”. O ensino da escrita se iniciava pelo bastardo, progredindo à cursiva, apenas quando os estudantes já dominassem todos os caracteres.

Semelhantemente, o Manual de Monteverde assim descreve o processo de aprendizagem da escrita:

São diversos os methodos que se tem imaginado para ensinar a escrever. Em geral, começa-se pelos riscos e ligação; passa-se depois a formar as letras mais simples, e a final as mais difficeis. Ha tres caracteres de letra manuscripta, a saber: bastardo, que é a letra mais cheia; bastardinho, ou letra media entre o bastardo e o cursivo, sendo esta ultima a mais pequena de todas. (MONTEVERDE, [18--], p. 76).

A respeito dos tipos de letras denominados “bastardo” e “bastardinho”, Arriada e Tambara (2012), valendo-se do trabalho de Paulino Martins Pacheco (1888)<sup>164</sup>, mostram que a diferença entre elas diz respeito, essencialmente, à altura da letra. Desse modo, o bastardo seria um traço maior que doze milímetros; o bastardinho corresponderia à metade da altura do bastardo, estando sempre subordinado àquele; ambos são indicados para títulos. Acrescenta, ainda, a letra cursiva, que teria a metade da altura do bastardinho.

Conforme acentua Magalhães (2005), a letra bastarda ou grifo<sup>165</sup> era, no entender de Soares Barbosa, o tipo de escrita mais adequada à aprendizagem da caligrafia, pois

A realização rigorosa e progressiva desta escrita, perfeitamente ao alcance da criança, sempre orientada pelo mestre, permitiria articular a aprendizagem da leitura com a aprendizagem da escrita, através de uma perfeita combinação dos planos ortográfico e caligráfico, asseguraria uma progressiva autonomização do escrevente e abriria futuramente a outros tipos e estilos de

<sup>163</sup>Refere-se à obra *Eschola Popular das Primeiras Letras, dividida em quatro partes. Parte Terceira: Da Calligraphia, e Orthographia, ou Arte de Escrever bem, e certo a Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, produzida em Coimbra, no ano de 1796.

<sup>164</sup> Trata-se do trabalho intitulado *Algumas lições de calligraphia dadas aos alunos da escola normal*, de Paulino Martins Pacheco, publicado em 1888.

<sup>165</sup> Conforme Paulo Heitlinger (2006), Francesco Griffo inventou o itálico tipográfico nos anos 1500-1501 e, ainda hoje, em Portugal, é comum referir-se ao tipo itálico, por grifo. *Tipografia: origens, formas e uso das letras*.

escrita – afinal, o reconhecimento e a valorização da arte da caligrafia (MAGALHÃES, 2005, p.14).

No entanto, constatamos na obra de Joaquim José Ventura da Silva (1819, p. 131)<sup>166</sup>, que, ao se referir à oitava lição do carácter da letra portuguesa, denominada “cursivo liberal”, o autor destaca o desembaraço promovido por esse tipo de escrita, “[...] porque como he de pequena altura, fazem-se duas, tres, e mais letras de huma vez, e até algumas palavras inteiras, sem erguer a penna, o que dá muita agilidade á mão”.

Ressalte-se que, de acordo com o *Regulamento para as escholas pelos methods simultaneo e mutuo-simultaneo para se observar na Eschola Normal* (REGULAMENTO, [1842] 1865b), de 20 de janeiro de 1842, dentre os compêndios a serem adotados para o curso da cadeira complementar, na instrução dos professores primários, estava a caligrafia de Ventura da Silva, o que reforça a importância às recomendações contidas na obra. Trata-se de um manual com regras e métodos a serem seguidos pelos professores primários no ensino de vários tipos de escrita: inglesa, portuguesa, aldina, romana, gótica-italica e gótica-germanica. Cada capítulo trata de uma etapa do processo de ensino, com instruções relacionadas à metodologia, ao material a ser utilizado e à postura do aprendiz. De modo geral, as primeiras lições consistem no exercício de linhas retas e curvas, e, na sequência, incluem-se o alfabeto minúsculo e maiúsculo.

Ainda sobre os tipos de letras recomendados, no *Manual das Escolas Elementares d’Ensino Mutuo*, de M. Sarazin (1854)<sup>167</sup>, ao indicar alguns cuidados a serem adotados durante o ensino da escrita, o autor defende o modelo cursivo, pois, segundo ele:

Sabe-se que a escripta hoje geralmente adoptada he a cursiva, que se distingue dos outros generos pela nitidez e elegancia, he, alem disso, a mais facil de traçar com o lapis sobre a pedra, a que com mais rapidez se pode executar, por causa das ligações, que unem as letras, e que permitem passar-se de uma a outra sem parar (SARAZIN, 1854, p. 102-103).

<sup>166</sup> A obra intitula-se *Regras methodicas para se aprender a escrever para escrever os caracteres das letras ingleza, portugueza, aldina, romana, gotica-italica, e gotica-germanica; acompanhadas de hum tratado completo de arithmetica....* A edição consultada foi publicada em Lisboa, no ano de 1819.

<sup>167</sup> Traduzido para a língua portuguesa pelo professor baiano João Alves Portella, em 1854. Foi adotada pela Sociedade de Instrução Pública da França e contém orientações sobre a organização das aulas primárias de acordo com o método de ensino mútuo. O exemplar consultado foi digitalizado pelo Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e compõe a coleção “Livros Didáticos e Manuais Pedagógicos”.



Em um período posterior, no *Curso Prático de Pedagogia*, do francês Jean Baptiste Daligault (1870)<sup>168</sup>, ao tratar dos métodos de escrita, o autor indica o tipo de escrita cursiva misto, com características do bastardo e da cursiva, por ser mais fácil para ler ou traçar. Transcrevemos, a seguir, a definição dos três tipos de escritas, segundo esse autor:

O 1 prescreve para os principiantes as linhas e as letras de grande dimensão, chamadas BASTARDO, este é o antigo methodo de escripta.  
O 2 faz começar a escripta pela letra fina ou delicada, chamada CURSIVO.  
O 3 toma por ponto de partida a letra mediana, ou a letra grossa de pequena dimensão, chamada BASTARDINHO. (DALIGAULT, 1870, p. 215).

Como se pode ver, a preferência por determinado tipo de escrita variava entre o bastardo<sup>169</sup>, o cursivo e, ainda, por um tipo misto, que congregava características de ambos. De qualquer modo, como veremos a seguir, todos esses modelos de escrita eram exercitados nas aulas primárias. Destarte, pode-se dizer que as aulas de escrita nas escolas primárias diziam respeito a um conjunto de exercícios que visavam ao domínio dos caracteres, partindo do desenho das linhas ao traçado das letras, almejando o domínio dos três tipos de escrita: bastardo, bastardinho e cursivo.

Ao tomarmos como base o *Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo*, de M. Sarazin (1854), traduzido por Portella, podemos inferir que o ensino da escrita<sup>170</sup> compreendia duas divisões, e, em cada uma delas, havia uma sequência de atividades, as quais se complexificavam à medida que iam sendo dominadas as etapas antecedentes.

**Quadro 23**– Proposta metodológica para o ensino da escrita, de acordo com o Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo, de M. Sarazin (1854)

1ª DIVISÃO
Elementos de letras e o alfabeto
Sílabas (de 2, 3 e 4 letras)

<sup>168</sup> Esta obra foi traduzida para o português, em Santa Catarina, nos anos de 1856 e 1870, por Francisco de Pauliscea Marques de Carvalho, e em Pernambuco, em 1865 e 1874, por Joaquim Pires Machado Portella (FORTUNATO, 2017). O exemplar consultado foi digitalizado pelo Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e compõe a coleção “Livros Didáticos e Manuais Pedagógicos”. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179927>. Acesso em 07 ago. 2020.

<sup>169</sup> A respeito do tipo bastardo, Ventura da Silva (1819, p. 134) esclarece que “[...] foi Aldo o primeiro, que deohuma nova fôrma de letra facil, veloz, legivel e susceptivel de regras sólidas, e fundamentais; [...] com o nome de Chancellaresca, ou Bastarda, de que ainda hoje uzão os Francezes, e a ensinão nas suas escolas”.

<sup>170</sup> Não localizamos o *Manual completo de ensino simultâneo*, traduzido por Portella, devido à impossibilidade de acesso às bibliotecas, que se instalou em função da crise epidêmica mundial.

Palavras (de 1,2,3 e 4 sílabas)
2ª DIVISÃO
Escrita de frases

Fonte: Sarazin (1854, p. 40).

Notadamente, as lições eram graduadas e progressivas, principiando com as letras, seguidas das sílabas e palavras, as quais compunham a primeira divisão. A segunda consistia em atividades que se debruçavam sobre a escrita de frases escolhidas. Em todas as etapas, recorria-se a cópias e ditados como estratégias de ensino, enfatizando-se a aprendizagem da ortografia e da caligrafia correta.

A esse respeito, o *Regulamento* de 1842 orienta sobre o conteúdo dos textos a serem escritos pelos alunos, os quais devem acentuar os preceitos religiosos, valores morais e patrióticos:

Os traslados de escrita não devem conter senão cousas uteis aos discipulos, bem como os dogmas e os preceitos da religião, as regras mais essenciais da moral, as passagens da história do Brasil mais propria a nos faserem amar a patria, e conhecer as pessoas celebres pelas suas virtudes, noções, factros uteis etc. (REGULAMENTO, 1865a, p. 39).

Com base nas informações registradas nos mapas de frequência que possuíam a mesma estrutura, organizamos os quadros a seguir, cujos dados foram extraídos do campo “leitura”. Os números e percentuais se referem à totalidade de estudantes considerando-se a etapa de aprendizagem da escrita informada pelos professores das respectivas escolas da Vila de Jacobina.

**Tabela 9** – Distribuição das discípulas da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita

Ano	Etapa de aprendizagem da escrita												Total de alunas	
	Linhas		Abc		Bastardo		Bastardinho		Bastardo e bastardinho		Bastardo e cursivo			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1847	09	36%	04	16%	—	—	12	48%	—	—	—	—	25	100%
1849	01	2,7%	04	11,1%	03	8,3%	—	—	02	5,5%	26	72,2%	36	99,8%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 4000 (APEB).

Os dados apresentados na Tabela 9 permitem-nos perceber que o traçado das linhas foi registrado, apenas, em 1847. É evidente, nesse período, uma maior concentração de estudantes nas etapas iniciais do processo de escrita, pois, somando o número de estudantes que havia aprendido “linhas” e “abc”, temos um total de 52%. Deve-se a isso o fato de que essa escola havia sido criada há dois meses quando da produção do mapa de frequência, e essas alunas “nada sabiam” ao entrar, de acordo com a professora D. Maria da Glória. Em que pese o número de alunas que se encontrava na etapa inicial de aprendizagem da escrita, é igualmente expressivo o percentual daquelas que já haviam aprendido o bastardinho, com um percentual relativo a 48%, nesse caso, trata-se das alunas que “tinham princípio de leitura e escrita”. Em 1849, a professora registra todos os tipos de escrita já aprendidos pelas estudantes. Assim, temos: “bastardo e bastardinho” e “bastardo ou cursivo”. Nota-se que mais de 70% das alunas já haviam aprendido a escrita de mais de um tipo de letra.

**Tabela 10** – Distribuição dos discípulos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita

Ano	Etapa de aprendizagem da escrita						Total de alunos	
	Abc		Bastardo		Bastardinho			
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
1846	09	18%	14	28%	27	54%	50	100%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3996 (APEB).

Quanto às etapas de aprendizagem da escrita, grande parte dos alunos do professor Estanislão José Gomes, da freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, já escrevia bastardo (28%) ou bastardinho (54%), que, somados, chegam a 82% do total de inscritos, naquela aula.

**Tabela 11** – Distribuição dos discípulos da Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina, quanto à aprendizagem da escrita

Ano	Etapa de aprendizagem da escrita								Total de alunos	
	Abc		Bastardo		Cursivo		Não consta			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1846	12	44,4%	04	14,8%	08	29,6%	06	11,1%	27	99,9%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

A Tabela 11 mostra que havia um número considerável de estudantes, na freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina, que estava iniciando no aprendizado da escrita, ou seja, 44,4% dos alunos escrevia, apenas, o “abc”. Nesse caso, além de corresponder ao primeiro ano de escolarização daqueles alunos, o professor registra um alto índice de falta às aulas, entre eles. De igual modo, a soma do número de estudantes que escrevia bastardo com o daqueles que escreviam cursivo equivale a também 44,4% do total de estudantes. Quanto aos demais, 11,1%, o professor Antonio Fernandes Couto não faz qualquer registro no campo “escrita”.

**Tabela 12**—Distribuição dos discípulos de Nossa Senhora da Saúde, quanto à aprendizagem da escrita

Ano	Etapa de aprendizagem da escrita								Total de alunos	
	Abc		Bastardo		Cursivo		Não consta			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1846	02	16,6%	05	41,6%	02	16,6%	03	25%	12	99,8%
1847	—	—	11	73,3%	02	13,3%	02	13,3%	15	99,9%
1849			02	28,5%	02	28,5%	03	42,8%	07	99,8%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Semelhantemente, os dados referentes aos três mapas da freguesia de Nossa Senhora da Saúde nos informam que o número de estudantes que já escrevia o tipo de letra bastardo e o cursivo era superior, quando somados. Cumpre destacar que, no ano de 1847, essa soma alcança 86,6%, representando quase a totalidade dos alunos, visto que para os demais, 13,3%, não há qualquer registro.

**Tabela 13**— Distribuição dos discípulos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, quanto à aprendizagem da escrita

Ano	Etapa de aprendizagem da escrita						Total de alunos	
	Bastardo		Cursivo		Não consta			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1846	11	64,7%	03	17,6%	03	17,6%	17	99,9%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Como se percebe, 82,3% dos alunos do professor João Francisco de Barros, da freguesia de Nossa Senhora do Morro do Chapéu, já desenvolvia algum tipo de escrita, do tipo bastardo, equivalente a 64,7%, ou cursivo, que representava 17,6% do número total de inscritos na aula. Nota-se que, à semelhança dos mapas da freguesia de Saúde e da freguesia do Riachão de Jacobina, não consta qualquer registro no campo “escrita” relativo aos alunos que haviam sido matriculados na escola há poucos meses e que “nada sabiam” ou que faltavam muito às aulas. Desse modo, ao que parece, esses alunos não haviam sido iniciados no aprendizado da escrita.

No que concerne aos mapas que não seguiam um modelo definido, as informações relativas à aprendizagem da escrita foram registradas, sucintamente, apenas em alguns documentos. Assim, com base nos dados colhidos, organizamos a seguinte tabela:

**Quadro24**– Número de estudantes da Vila de Santo Antônio de Jacobina, quanto ao tipo de escrita

Localização da Escola/ Freguesia	Etapa de aprendizagem da escrita					
	Escreve	Escreve cursivo	Escreve bastardo	Não escreve	Não consta	Número de alunos
Morro do Chapéu (1843)	–	13	13	11		37
Riachão (1840) -	14	–	–	–	–	14
Riachão (1843)	12	–	–	–	–	12
Saúde (1840)	12	–	–	–	07	19

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos dos Maços 3969 e 3996 (APEB).

Como se vê, os registros feitos pelos professores, nos mapas supracitados, não trazem muitas informações sobre a aprendizagem da escrita, naquelas aulas. Com exceção da Freguesia do Morro do Chapéu, que especifica o tipo de escrita (cursivo ou bastardo) dominado pelos estudantes, os demais professores apenas declararam se os alunos já escreviam ou não. De qualquer modo, pode-se perceber que, em todas elas, a maioria e, em alguns casos, todos os estudantes já escreviam.

Do que foi exposto, pode-se afirmar que, entre a maioria dos estudantes, já havia o domínio do traço de, ao menos, um tipo de letra. A escrita do tipo bastardinho aparece, apenas,

na classe de meninas, em 1847, não sendo possível entrever sobre o seu ensino nas demais aulas. Já o tipo bastardo alcança o maior número de aprendizado, pelos alunos, tendo sido ensinado em todas as classes. É necessário ressaltar que, de acordo com as orientações do *Regulamento* de 1842 (1865b), o objetivo do ensino da escrita nas escolas primárias consistiria em “dar aos seosalumnos uma letra clara e legível que possam correntemente traçar em qualquer apostila”, desse modo, ressalta o documento, o professor deveria possibilitar aos estudantes passar por todas as classes e praticar, pelo menos, seis meses na última classe. (REGULAMENTO, 1865b, p. 39-40). Nesse caso, o tipo de letra cursiva compreenderia o objetivo final do processo de aprendizagem da escrita.

Para encerrar essa discussão, a partir dos dados colhidos nos mapas das aulas públicas de Primeiras Letras, do sexo feminino, verificou-se que quinze alunas, matriculadas em 1847, permaneceram na escola, em 1849. Desse modo, elaboramos o Quadro 25, que nos dá a possibilidade de comparação entre o que fora aprendido pelas referidas alunas, nos anos em que foram produzidos os mapas.

**Quadro 25** – Relação das alunas inscritas nas aulas públicas de primeiras letras da Vila de Santo Antônio de Jacobina, nos anos de 1847 e 1849, quanto à aprendizagem da leitura

NOME DA ALUNA	APRENDIZAGEM DA LEITURA		APRENDIZAGEM DA ESCRITA	
	ANO		ANO	
	1847	1849	1847	1849
Anna Joaquina do Amor Divino	sílabas	livro e manuscrito	Linhas	bastardo e cursivo
Amália Cândida de Figueiredo	sílabas	livro e manuscrito	Linhas	bastardo e cursivo
Anna Francisca de Oliveira Gomes	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo
Adlina Florentina de Moraes	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo
Brasilina Adlina de Moraes	Abc	manuscrito	Linhas	bastardo
Clementina Teixeira Soares	sílabas	manuscrito	Linhas	bastardo
Florentina Adlina de Moraes	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo

Hermenegilda Gomes Ribeiro	livro e manuscrito	livro e manuscrito	Abc	bastardo e cursivo
HenedinaErmina Gomes Ribeiro	sílabas	cartilha e manuscrito	Linhas	bastardo e cursivo
Izabel Leopoldina do Amor Divino	sílabas	manuscrito	Linhas	abc
Izabel Clementina Cezar	livro e manuscrito	livro e manuscrito	Abc	bastardo e cursivo
Leonidia Lucina da Rocha	sílabas	livro e manuscrito	Linhas	bastardo e cursivo
Lucia Eremita de Jesus Christo	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo
Maria Higina de Jesus Christo	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo
Maria Virginia do Amaral	livro e manuscrito	livro e manuscrito	bastardinho	bastardo e cursivo

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 4000 (APEB).

Percebe-se, com nitidez, a partir das informações trazidas pelo Quadro 25, que houve, de fato, uma evolução na aprendizagem, tanto da leitura, quanto da escrita. Observe-se que as alunas que, em 1847, liam “sílabas” ou o “abc” e escreviam “linhas” ou o “abc”, em 1849, já haviam aprendido a ler manuscritos e, quase todas, liam também livros, e, quanto à escrita, já dominavam o traço do bastardo e, a maior parte, também já escrevia o tipo de letra cursivo.

Um dado que merece destaque está relacionado à aluna Henedina Ermina Gomes Ribeiro que, em 1847, ano em que iniciou os estudos na escola primária, tinha somente cinco anos de idade; em 1849, conforme informa a professora D. Maria da Glória, a estudante já lia cartilha e manuscrito e escrevia os tipos de letra bastardo e cursivo, ou seja, aos sete anos de idade, pela via da escolarização, essa aluna já possuía as habilidades necessárias para desenvolver as práticas da leitura e da escrita.

### 5.5.3 O ensino da gramática

Ao tratar do ensino da gramática, o *Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo*<sup>171</sup>, de M. Sarazin (1854), propõe uma divisão de oito classes, com os seguintes conteúdos a serem abordados:

**Quadro 26**– Proposta metodológica para o ensino da gramática, de acordo com o Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo, de M. Sarazin (1854)

	1ª classe	definições das partes do discurso
SyntaxeOrtographia	2ª classe	substantivo, adjetivo, pronome
	3ª e 4ª classe	verbo
	5ª classe	substantivo, adjetivo, pronome
	6ª classe	verbo
	7ª classe	advérbio, preposição, conjunção
	8ª classe	pontuação

Fonte: Sarazin (1854, p. 29).

Do que se pode observar no Quadro 26, a proposta metodológica não oferece orientações claras quanto ao ensino da gramática, nas aulas primárias. No que diz respeito a essa questão, o Manual acentua que o ensino desta matéria compreende a ortografia gramatical e a sintaxe. Notadamente, refere-se a dois tipos de ensino da ortografia: a primeira seria do tipo usual, e corresponde àquela que se dá nos exercícios de leitura; e, quanto à segunda, nomeada como gramatical, deveria ocorrer três vezes na semana, no horário das 9 às 10 horas. (SARAZIN, 1854).

Não sabemos, com precisão, atinar para o que seria essa ortografia gramatical a que se refere o *Manual*. Uma suposição está no fato de que a escola francesa, a partir da primeira

<sup>171</sup> Como referido na seção 4 deste trabalho, o *Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo* foi aprovado como regulamento e norma a todas as escolas primárias regidas pelo método de ensino mútuo e pelo método simultâneo, aprovado pelo presidente da Província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 29 de janeiro de 1842.



metade do século XIX, começou a fazer uso de uma teoria gramatical para ensinar ortografia, conforme explica André Chervel (2016). Isso porque “[...] aprender a ortografia do francês implica a aprendizagem de uma gramática do francês e a prática de exercícios específicos, como a análise gramatical”. Desse modo, desenvolveu-se, na França, uma teoria gramatical “[...] puramente escolar, puramente operatória, visando explicitamente a ensinar as dificuldades da ortografia francesa, e totalmente desprovida, ao menos de início, de pretensão científica” (CHERVEL, 2016, p. 173). Desse modo, supomos que, como o *Manual* é de produção francesa, manteve-se, na obra, a designação ortografia gramatical, que, nesse caso, se diferencia da ortografia usual.

A esse respeito, o *Manual* esclarece que essa ortografia gramatical não deveria ser ensinada a toda classe, mas, apenas, aos alunos mais adiantados, os quais sabem ler e escrever. Assim, adverte que “[...] o ensino da grammatica só tem portanto logar para os discipulos da setima e da oitava classes” (SARAZIN, 1854, p. 28).

Ainda nessa obra, nas instruções aos monitores, no que se refere ao ensino da gramática, nota-se uma preocupação quanto à garantia da aprendizagem das regras, as quais deveriam ser ministradas, não apenas por meio de definições, mas, sobretudo, com a utilização de exemplos, conforme consta:

Tem-se com razão observado, que não basta aprender de cor lições de grammatica, e recital-as ao professor, para conseguir progressos em uma lingua. [...] Quanto ás regras, he preciso fazer d’ellas o maior numero possível de applicações, para fixal-as na memoria e empregal-as sempre a proposito. (SARAZIN, 1854, p. 107).

Cumpre observar que, apesar de não podermos assegurar a aplicabilidade desse *Manual das Escolas Elementares d’Ensino Mutuo* nas aulas de primeiras letras da Vila de Jacobina, consideramos importante fazer referência a ele, visto que, por ser uma obra autorizada pelo governo provincial, traduzia os pressupostos para o ensino primário, que, ao menos oficialmente, deveria ser utilizado nas escolas públicas regidas pelo método de ensino mútuo ou pelo método de ensino simultâneo.

No *Regulamento* de 20 de janeiro de 1847, assinado pelo presidente da província Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, sancionada e publicada pela Assembleia Legislativa em 20 de outubro de 1857, a respeito dos Estudos, determina-se que:

61. Na correção de uma classe o professor se ocupará muito da orthographia.[...]  
63 Orthographia. – Em toda a escola haverá diversas vezes na semana, lições de orthographia.

64. Grammatica. – Em toda a escola o estudo da grammatica terá lugar todos os dias, nas primeiras ou mais altas classes.  
(REGULAMENTO, [1847] 1865, a p. 40).

Nota-se a ênfase para o ensino da ortografia e da gramática como atividades frequentes e rotineiras nas aulas primárias, devendo o professor atentar para a correção ortográfica. Chama-nos a atenção o fato de que, no *Regulamento* supracitado, a orientação é que o estudo da gramática deveria ser oferecido a todas as classes, e não apenas às classes mais adiantadas, como determina o Manual de Ensino Mútuo.

Para Jerônimo Soares Barbosa (1871, p. 10-11)<sup>172</sup> “a grammatica pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar correctamente qualquer língua”. A *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Soares Barbosa, foi recomendada, no *Regulamento* de 1837, como fonte de estudo para o professor primário, tendo sido amplamente utilizada no ensino escolar, no século XIX, a partir da sua primeira edição, em 1822. De igual modo, o artigo 4, do *Regulamento para as escolas pelos methodossimultaneo e mutuo-simultaneo para se observar na Eschola Normal*, reitera que essa gramática deveria ser adotada como um dos compêndios para as lições da cadeira complementar (REGULAMENTO, [1842] 1865b, p. 43). Desse modo, o estudo dessa obra orientava a prática dos professores quanto ao ensino da gramática nas escolas.

No que concerne às partes principais da gramática, na introdução que faz à sua obra, Soares Barbosa (1871, p. 14-15), considera haver duas, assim descritas por ele: “[...] á parte mecânica das linguas e sua grammaticaa pertencem a Orthoepia e a Orthographia, e á parte logica pertencem a Etymologia e a Syntaxe.”. Nota-se a sua preocupação quanto ao ensino da primeira parte, por acreditar que: “Em um homem bem creado revela-se mais, e é menos vergonhoso erro de syntaxe, que um erro de pronunciação ou de orthoghaphia, porque aquellepóde nascer da inadvertência, estes são sempre efeitos da má educação”.

Cabe esclarecer que só no começo do século XX é que se define a primeira lei para a ortografia em língua portuguesa (MATTOS E SILVA, 2008, p. 20). Entretanto, a *Gramática filosófica da língua portuguesa* destacou-se no século XIX por introduzir um sistema ortográfico misto que conciliava as regras ortográficas da pronunciação e as da ortografia etimológica, o que, segundo Rolf Kemmler (2012, p. 314), compreende uma das maiores invenções dessa obra de Soares Barbosa.

---

<sup>172</sup> Para este trabalho, tivemos acesso à quinta edição da obra, publicada em Lisboa, no ano de 1871. Disponível para download no site da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=223101>. Acesso em 23 set. 2020.

Desse modo, a Ortoépia, “[...]que ensina a distinguir e a conhecer os sons articulados, próprios da língua, para bem os pronunciar” e a Ortografia, “que ensina os signaes litteraes, adoptados pelo uso, para bem os representar” ocupam os primeiros livros de sua obra, consideradas por ele como fundamentais ao estudo de qualquer língua. Na sequência, tem-se a Etimologia, “que ensina as espécies de palavras que entram na composição de qualquer oração, e a analogia de suas variações e propriedades geraes” e, por fim, da Sintaxe “que ensina a coordenar estas palavras, e a dispor-as no discurso de modo que façam um sentido ao mesmo tempo distincto e ligado” (BARBOSA, 1871, p. 1).

A despeito do estudo da gramática pelos mestres de Primeiras Letras, Soares Barbosa apresenta o seu pensamento em um tom de crítica, atribuindo-lhes a deficiência no ensino da gramática da língua, em função da sua incompetência na correção e aplicação das regras. O autor declara que:

Há coisas que so os mestres devem estudar para as explicar a seus discípulos; outras que estes devem aprender, como os usos particulares e idiotismos da língua; e muitas que devem decorar, como são os paradigmas todos das partes da oração e regras de suas terminações, conjugações e syntaxe. As regras mesmas da boa pronunciação e escriptura devem entrar no ensino da Grammatica, para emendar muitos vícios que os mestres de primeiras letras, pela maior parte idiotas, não são capazes de corrigir (BARBOSA, 1871, p. 14-15).

Para o ensino da gramática, conforme já referido, os professores justificaram a ausência de informações referentes a esse campo, nos mapas de frequência<sup>173</sup> encaminhados por eles. Desse modo, só há registro a esse respeito, em algumas escolas, alusivo a poucos alunos, conforme apresentado a seguir, observando as aprendizagens adquiridas pelos estudantes relativas a essa matéria. Ademais, destacamos, também, no caso desses alunos, os níveis de aprendizagem alcançados nos campos de leitura e escrita, o tempo de escolarização dos estudantes e os registros feitos pelos respectivos professores. A partir do cruzamento desses dados, pretende-se chegar a algumas constatações.

---

<sup>173</sup> Neste caso, refere-se também aos mapas de frequência padronizados.

**Quadro 27** – Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia de Morro do Chapéu (1847), em que consta o ensino de gramática

Nome do aluno	Leitura	Escrita	Gramática	Tempo de escolarização	Observações
Francisco Malaquias	livro	Cursiva	sintaxe	07 anos	saiu em setembro
José Barreto dos Santos	livro	Cursiva	ortografia	07 anos	sábio; saiu em setembro
Manoel José Theodoro de Araujo	livro	Cursiva	sintaxe	06 anos	apto para o engajamento

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3998 (APEB).

**Quadro 28** – Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia da Vila de Jacobina (1846), em que consta o ensino de gramática

Nome do aluno	Leitura	Escrita	Gramática	Tempo de escolarização	Observações
Braulio José Teixeira	lê e escreve	cursivo	verbo	5 anos	hábil, assíduo, de boa índole e com habilidades para escrituração
Espiridião Dias	manuscrito	cursivo	ortografia	4 anos	hábil, assíduo, de boa índole e com propensão para contas
Francisco José Lages	manuscrito	cursivo	gêneros	5 anos	boa índole, hábil, propensão para contas
Francisco Alvarez	manuscrito	cursivo	ortografia	3 anos	trouxe algum princípio da aula da Freguesia Velha
Herminio Teodoro	manuscrito	cursivo	ortografia	4 anos	assíduo, hábil, boa índole
João Antonio Alvarez Ferreira	livro e manuscrito	cursivo	sintaxe	6 anos	saiu em cumprimento à Lei
João Muniz de Carvalho	livro e manuscrito	cursivo	ortografia	3 anos	rude, assíduo, muito confuso

João José N.	livro e manuscrito	cursivo	sintaxe	5 anos	saiu em função do que exigia a Lei
José de Moreira	livro e manuscrito	cursivo	ortografia	5 anos	pouco hábil, saiu em novembro
José Silva de Miranda	livro e manuscrito	cursivo	gêneros	5 anos	pouco hábil, boa índole
Joaquim José de Brito	livro e manuscrito	cursivo	ortografia	5 anos	hábil, assíduo, má índole
Leoncio Espedito [ <i>inint.</i> ]	livro e manuscrito	cursivo	ortografia	3 anos	hábil, boa índole, assíduo
Manoel Ferreira	livro e manuscrito	cursiva	ortografia	2 anos	saiu faltando, unicamente, gramática e desenho
Manoel [ <i>inint.</i> ] Guerreiro da Silva Santos	livro e manuscrito	bastardo	ortografia	3 anos	pouco hábil, pouco assíduo

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

**Quadro 29** – Relação dos estudantes da classe de meninas da Freguesia da Vila de Jacobina (1849), em que consta o ensino da gramática

Nome da aluna	Leitura	Escrita	Gramática	Tempo de escolarização	Observações
Anna Francisca de Oliveira Gomes	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	verbos	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, tem habilidade para tudo, e aplica-se com gosto
[Anna] Florentina de Moraes	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil, porém não se aplica
Anna Francisca de Souza	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	2º ano	tinha princípio de leitura e escrita
Francisca Rosa de Carvalho	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	2º ano	tinha princípio de leitura e escrita, era hábil
Hermenegilda Gomes Ribeiro	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil
Maria Higina de Jesus Cristo	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e aplicada
Maria Virginia do Amaral	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	verbos	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e aplicada
Maria Teixeira dos Anjos	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	verbos	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil
Maria Benta da Glória Cezar	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil, porém não se aplicava
Maria Constança de Oliveira Gomes	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	3º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e aplicada
Maria Joaquina de Souza	livro e manuscrito	bastardo e cursivo	ortografia	2º ano	tinha princípio de leitura e escrita, é hábil

Fonte:elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço4000 (APEB).

**Quadro 30**– Relação dos estudantes da classe de meninos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1846), em que consta o ensino da gramática

Nome do Aluno	leitura	Escrita	Gramática	Tempo de escolarização	Observações
Agostinho José de Lima	Livro	Bastardo	ortografia	[não consta]	entrou nesta escola com [...] 9 de junho [...]
Antonio Gomes de Araujo	livro	Cursiva	ortografia	[não consta]	entrou [em] 25 de [...]
Dioclecio Barboza de Souza	livro	Bastardo	ortografia	[não consta]	[Entrou] 12 de maio de [...] é apto
Egídio Jose de Lima	[ <i>inint.</i> ]	Cursiva	ortografia	[não consta]	[ilegível]
Felippe Roiz Cedro	[ <i>inint.</i> ]	Bastardo	ortografia	[não consta]	[ilegível]
Francisco Luiz de Almeida	[ <i>inint.</i> ]	Bastardo	ortografia	[não consta]	[ilegível]

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3997 (APEB).

Do que se pode observar, nos quadros acima, o ensino da gramática se limitava, em sua grande maioria, ao ensino da ortografia. Nota-se que, de fato, nos mapas de frequência, essa referência se deu apenas aos estudantes que já liam livros e manuscritos e escreviam, principalmente, o tipo de letra cursiva. Conclui-se que o ensino da ortografia, de fato, precedia o estudo da Morfologia e da Sintaxe, conforme proposto por Barbosa (1871).

A referência ao ensino da sintaxe se restringe aos estudantes matriculados nas escolas há mais de cinco anos, ou seja, àqueles que deveriam estar concluindo os estudos elementares. Exemplo disso, podemos verificar no Quadro 28, da escola de meninos da freguesia da Vila de Jacobina, em que apenas os estudantes João José N. e João Antonio Alvarez Ferreira, os quais cursavam o quinto e o sexto ano, respectivamente, foram introduzidos aos estudos da sintaxe, e já haviam saído da escola. O mesmo se percebe com os alunos Manoel José Theodoro de Araujo e Francisco Malaquias no Quadro 27, da Freguesia do Morro do Chapéu, que estavam há seis ou sete anos naquela aula.

No que diz respeito à classe de meninas, conforme pode ser verificado no Quadro 29, a professora D. Maria da Glória informa que todas as estudantes que haviam iniciado nos estudos da gramática já “tinham princípio de leitura e escrita”, além de serem caracterizadas como

“hábeis” e/ou “aplicadas”. No entanto, apenas as alunas Maria Virginia do Amaral e Maria Teixeira dos Anjos, as quais cursavam o 3º ano na escola primária, estavam no estudo de verbos; as demais estudavam ortografia. Nesse caso, destaca-se que essa escola havia sido criada em 1847, portanto, o tempo máximo de escolarização, nessa aula, correspondia a três anos, uma vez que o mapa fora produzido em 1849.

É pertinente ressaltar o uso de termos, contidos no campo de observações, que caracterizam e, por vezes, justificam a aprendizagem dos estudantes, qualificando-os ou desqualificando-os, como: “hábil” ou “pouco hábil”, “boa índole” ou “má índole”, “assíduo” ou “faltoso” e “aplicado” ou “rude”. Nesse caso, a esses alunos foram atribuídas, predominantemente, as qualidades “hábeis” e “aplicados”. Com isso, conclui-se que para aqueles alunos, cuja permanência na escola se dava por um período de, no mínimo, três anos, era possível adentrar nos estudos considerados mais complexos da gramática da língua portuguesa, desde que fossem hábeis e aplicados. Aos demais, bastava aprender a ler e escrever.

Para concluir esta discussão a respeito do ensino de leitura, escrita e gramática nas aulas primárias da Vila de Santo Antônio de Jacobina, podemos afirmar que, aos estudantes que podiam ingressar nos estudos primários, lhes era possível tornarem-se alfabetizados, pois, ainda que com recursos parcos e improvisados, uma grande parcela dos estudantes aprendia a ler textos manuscritos e, até mesmo, livros, assim como escrever o tipo de letra bastardo ou, ainda, o cursivo. Os estudos se limitavam, portanto, ao processo de alfabetizar; eram poucos os que aprendiam a gramática da língua portuguesa, como preconizavam os manuais e regulamentos produzidos para orientar o ensino de primeiras letras, no século XIX.



## 6 AULAS DE GRAMÁTICA LATINA E OS MANUAIS ESCOLARES: UM POUCO MAIS SOBRE A CULTURA DO ESCRITO NA VILA DE JACOBINA

A presente seção aborda dois estudos que contribuem para a compreensão sobre a difusão do escrito na Vila de Santo Antônio de Jacobina em meados do século XIX. O primeiro diz respeito às aulas de Gramática Latina que eram ofertadas aos discípulos e ministradas pelo professor Padre João Longuinho de Souza. Desse modo, a partir da análise de diversos documentos, assim como dos mapas de frequência produzidos pelo referido professor e encaminhados à presidência da província da Bahia, na década de 1840, apresentamos elementos que evidenciam as práticas e representações construídas sobre o ensino da gramática latina naquela localidade. O outro estudo se detém na análise de algumas obras escolares que, de alguma forma, circularam nas aulas públicas de Primeiras Letras da Vila de Santo Antônio de Jacobina em meados do século XIX. Nesse caso, observa-se não apenas o conteúdo dessas obras, mas também aspectos histórico-culturais que as caracterizam.

### 6.1 O ENSINO DE GRAMÁTICA LATINA

Em cada huma das Villas das Provincias se estabelecerão hum, ou dous Professores de Grammatica Latina, conforme a menor, ou maior extensão dos Termos[...] (ALVARÁ, 1759).

O excerto acima diz respeito a uma determinação assinada pelo Rei Dom José I, por meio da publicação do *Alvará Régio de 28 de junho de 1759*<sup>174</sup>, também conhecido como Lei Geral dos Estudos Menores. Com essa lei, sob a administração do Marquês de Pombal<sup>175</sup>, iniciou-se o processo de reforma educacional<sup>176</sup>, que implicava na expulsão dos padres inicianos, extinção das escolas e colégios jesuítas, criação das Aulas Régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica em Portugal e suas colônias. Ainda que, no Brasil, a reforma pombalina

<sup>174</sup> O documento consultado para este trabalho está disponível no acervo digital do site da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trata-se de uma edição utilizada por Antônio Alberto Banha de Andrade, em seu trabalho *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, publicado pela Editora Saraiva, em 1978.

<sup>175</sup> As reformas pombalinas no campo da instrução foram motivadas por uma atitude denominada de antijesuitismo, em que se atribuía aos jesuítas a decadência cultural e educacional em Portugal e sua colônia brasileira.

<sup>176</sup> Em decorrência disso, foram implementadas diversas medidas que visavam à reforma educacional, inspiradas nos ideais iluministas, tais como: extinção das escolas administradas pelos jesuítas e da sua metodologia de ensino; instituição das aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação da Real Mesa Censória e instituição do subsídio literário, criação do cargo de diretor de estudos; promoção de concurso público para professores das aulas régias.

tenha sido implementada<sup>177</sup> posteriormente, o impacto dessas ações alcançou regiões do interior das províncias, como o Sertão de Jacobina, na Bahia. Assim, nesta seção, nos propomos a compreender como se deram as aulas de gramática latina na Vila de Santo Antônio de Jacobina, no século XIX, a partir do exame de mapas de frequência, relatórios de juízes e de presidentes da província e correspondências encaminhadas pela Câmara. À análise dessas fontes, foram agregados outros documentos.

Segundo Leite e Castro (2014), até o século XVIII, a língua latina gozava de prestígio e era fortemente difundida, visto que era considerada uma língua de cultura e assumia o lugar de língua oficial da Igreja Católica. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, os estudos clássicos, o que inclui o latim, sofreram declínio no contexto do ensino básico e superior no Brasil.

No que concerne ao ensino de latim, Santos Sobrinho (2013, p. 35), ao elaborar uma proposta provisória de periodização para a história do ensino do latim no Brasil, classifica como *Coexistência da vertente religiosa e da vertente leiga* o período que se inicia em meados do século XVIII, com o decreto de Pombal, em 1759, seguido da consolidação do ensino secundário, em 1834, até o início do século XX, com o amadurecimento e desenvolvimento de cursos superiores. Tal período, no entender do autor, representa um “momento de transição para os estudos latinos” e se caracteriza pelo “[...] desenvolvimento dos estudos secundários, circulação de ideias e de livros e criação e consolidação de cursos superiores” (SOBRINHO, 2013, p. 36).

Tendo em vista a proposta de periodização apresentada por Sobrinho (2013), para atender aos objetivos aqui definidos, é imprescindível considerarmos os fatos ocorridos no século anterior, uma vez que ambos os séculos estão classificados em um único período na história do ensino de latim.

As constatações de Ramos de Carvalho (1978) a respeito de Luiz Antonio Verney, um dos maiores representantes dos pensadores iluministas portugueses, referendam a sua importância no contexto das reformas educacionais ocorridas no século XVIII, pois, segundo ele:

As diretrizes e os problemas que emergiram das polêmicas causadas pelo Verdadeiro Método de Estudar e pelo Novo Método de Gramática Latina foram transformadas, por força da situação criada com a expulsão dos jesuítas,

---

<sup>177</sup> Somente com a Lei de 1772, quando foi criado o subsídio literário, com o intuito de garantir a manutenção dos Estudos Menores, é que, de fato, foi implantado o novo sistema educacional que deveria substituir o sistema jesuítico.

nos princípios orientadores da política pombalina em relação aos estudos menores (CARVALHO, 1978, p. 78-79).

Compartilhando do mesmo pensamento, Ana Waleska Pollo Campos Mendonça (2013) destaca que:

Verney é unanimemente reconhecido como o principal expoente do Iluminismo português e sua influência sobre as reformas pombalinas, e não só as reformas do ensino, é hoje considerada inegável pelos historiadores que se debruçam sobre essa temática. A meu ver, o próprio título da obra de Verney já é uma espécie de síntese do que se afirmou acima sobre as peculiaridades do pombalismo, enquanto expressão do Iluminismo português (MENDONÇA, 2013, p. 184).

Desse modo, antes de prosseguirmos ao exame dos documentos supracitados, é importante voltarmos o nosso olhar para a publicação, em 1746, de *O Verdadeiro Método de Estudar*<sup>178</sup>, de Luiz Antonio Verney<sup>179</sup>, considerando a sua influência na reforma pombalina.

Nessa obra, Verney analisou os problemas educacionais de Portugal e apresentou um programa pedagógico, com orientações sobre como adequar os estudos aos novos tempos, por meio de uma reforma educacional geral. O autor defendia posições como: valorização do ensino da língua portuguesa, ressaltando a sua função social; redução do número de anos no ensino inferior; o uso do estrangeirismo e de palavras novas; o estudo das línguas modernas, sobretudo do francês e do italiano; defesa da educação de mulheres; renovação dos estudos por meio de um novo método; ensino da gramática latina moderna, com dificuldades graduadas; criação de escolas públicas e gratuitas para toda a população, ensino laico. No entanto, segundo Carvalho (1978, p. 63), “[...] de todas as sugestões e críticas que apresentou, nenhuma teve, talvez, tão grande fortuna, como aquelas que se referiram ao estudo das humanidades e, particularmente, do latim”.

De acordo com o pensamento verneyano, o método utilizado pelos jesuítas no ensino da língua latina era considerado ineficaz, visto que destinava muito tempo à memorização de regras gramaticais e pouco tempo à leitura e exercício da oralidade. De outra sorte, defendia o uso da língua materna no ensino do latim e a proibição de se falar latim nas aulas, especialmente nos primeiros anos. Nesse sentido, a sua proposta de ensino tinha como objetivo promover uma proficiência na leitura e deveria basear-se nos exemplos retirados dos autores clássicos (LEITE; CASTRO, 2014, p. 231). É preciso salientar que, na visão de Laerte Ramos de Carvalho, “[...]

<sup>178</sup> *O Verdadeiro Método de Ensinar* foi publicado em Roma, com o pseudônimo do Reverendo Padre Barbadinho da Congregação da Itália. A obra está organizada em dois tomos e consta de dezesseis cartas.

<sup>179</sup> Sobre o autor, ver seção 1 desta tese.

há em Verney, entretanto, um modernismo mais de forma do que de conteúdo” (CARVALHO, 1978, p. 30).

No que tange às diferenças em relação às orientações pedagógicas do ensino de latim no século XVIII, Leite e Castro (2014) destacam a proposta de laicização, claramente evidenciada em Verney. Todavia, as autoras ratificam que, ao menos no Brasil, na prática, o ensino laico não se efetivou, visto que os professores aptos ao ensino continuavam vinculados às instituições religiosas. Desse modo, ao longo dos séculos XVIII e XIX, as funções de padre e professor estiveram fortemente associadas.

Leonor Lopes Fávero (2009) nos dá notícias de que, apesar de ter havido concursos públicos<sup>180</sup> para as cadeiras de Latim e Retórica, outros professores régios foram enviados de Portugal para o Brasil, com o propósito de atender à colônia. Ainda assim, o número de mestres foi insuficiente para suprir a ausência dos padres inicianos banidos das escolas. Por conseguinte, foram sendo contratados frades e monges de diversas ordens<sup>181</sup> religiosas, bem como padres seculares e, destaca a autora, outros “pobres letrados” que tinham algum conhecimento.

Posto isso, voltaremos o nosso olhar à análise do Alvará Régio, o qual foi acompanhado de um documento denominado *Instruções*<sup>182</sup>, este correspondia a uma série de orientações aos professores de Gramática latina, da Gramática grega e hebraica e de Retórica<sup>183</sup>, quanto aos métodos, materiais de ensino e procedimentos a serem adotados. A respeito da importância desse documento, Oliveira (2010) assegura que:

[...] se apresentam não somente como guia dos professores, orientando-lhes quanto ao “tempo das lições”, às “horas da classe” ou aos procedimentos a serem tomados no caso da indisciplina dos alunos ou do seu adiantamento nos estudos, mas também como uma genuína peça de erudição, tanto do ponto de vista pedagógico quanto linguístico e literário, uma vez que indica os compêndios a serem usados pelos estudantes e os livros de consulta dos professores, construindo assim o cânone escolar ideal para o novo perfil do Estado português (OLIVEIRA, 2010, p. 17).

<sup>180</sup>No Brasil, os primeiros concursos públicos para professores foram em Recife e no Rio de Janeiro, em 1760. No entanto, as primeiras aulas régias só foram implantadas em 1774, no Rio de Janeiro.

<sup>181</sup> Nesse caso, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercedários, capuchinos, para citar alguns.

<sup>182</sup>“As *Instruções*[...] constituem, com o Alvará régio que lhe deu força de decreto, os diplomas fundamentais da primeira fase da Reforma Pombalina. Definem os princípios, os métodos, e, inclusive, estabelecem os compêndios a serem utilizados por alunos e professores, nas diferentes cadeiras estabelecidas” (OLIVEIRA, 2013, p. 182).

<sup>183</sup>No Alvará de 30 de setembro de 1770, foram introduzidas outras aulas, como Filosofia Moral e Racional, Economia Política, Desenho e Figura, Língua Inglesa, Língua Francesa.

O Alvará aponta, de modo contundente, posição contrária à proposta de ensino do jesuíta Manuel Álvares<sup>184</sup>, atribuindo-lhe o insucesso do estudo do latim: “[...] hei por proibida para o Ensino das Escolas a Arte de Manoel Álvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos”. No parágrafo seguinte, essa decisão se estende aos comentadores da Gramática de Álvares<sup>185</sup>, ressaltando, em alguns casos, a sua inutilidade. Não obstante, são permitidos apenas o *Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*, de Antonio Pereira ou a *Arte da Grammatica Latina reformada*, de Antonio Felix Mendes (ALVARÁ, 1759). Os argumentos utilizados em muito correspondem às ideias defendidas por Verney para justificar o uso da gramática oratoriana, sob a justificativa de que o método deveria apresentar brevidade, clareza e facilidade.

Nas *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios* (1759) foram estabelecidos preceitos quanto à metodologia, ao tempo das lições, horas da classe, os compêndios a serem usados, ou proibidos, os livros de consulta dos professores e a indisciplina.

No tocante à estrutura do documento, constatam-se vinte e três parágrafos com orientações aos professores de Latim, ao passo que apenas dez eram destinados aos professores das gramáticas Grega e Hebraica e treze aos professores de Retórica. Desse modo, a preocupação com o ensino da gramática latina ocupou grande parte do documento norteador da reforma pombalina no ensino.

Para cumprir os propósitos deste trabalho, nos deteremos à seção das *Instruções* que trata especificamente do ensino da gramática latina, considerada “[...] hum dos meynos indispensáveis para se conservarem a união Christãa e a Sociedade Civil” (Instruções, 1759, § II). Sendo assim, a finalidade desse documento seria “descobrir” e “prescrever” de que forma se poderia adquirir essa ciência com brevidade.

O documento estabelece o uso do português para o ensino de latim, “[...] pois não há maior absurdo, que intentar aprender humaLingua no mesmo idioma, que se ignora”

---

<sup>184</sup> O padre jesuíta Manuel Álvares (1526-1583) foi professor e escritor humanista, que ganhou notoriedade junto à Companhia de Jesus, tendo elaborado, em 1572, uma gramática de Latim para atender à ordem, com vistas “à unificação do conteúdo e dos métodos de ensino apregoados nos colégios” Lopes (2018, p. 434).

<sup>185</sup> A gramática *De Institutione Grammatica Libri Tres*, de Manuel Álvares, era utilizada para o ensino de latim nos cursos de Gramáticas, na *Ratio Studiorum*. A obra é dividida em três partes: Morfologia, Sintaxe e Prosódia. Cada uma das partes correspondia a uma etapa de formação, que equivalia a um ano. A Gramática foi editada até o século XX, alcançando um grande número de publicações (LOPES, 2018, p. 431).

(Instruções, 1759, § IV). É curioso observar que são feitas recomendações, no parágrafo VI<sup>186</sup>, para que se ensine a gramática portuguesa para que os alunos compreendam a gramática latina<sup>187</sup>, estabelecendo uma analogia entre ambas das classes de palavras, especificamente “os Nomes, os Verbos, e as Particulas”.

Ao professor era facultado ter e usar outras gramáticas, mas apenas para sua instrução particular, sendo-lhe obrigatório, entretanto, possuir a obra *Minerva*, de Francisco Sanches<sup>188</sup>, para eventuais consultas, com o fim de obter melhores esclarecimentos sobre a língua; nesse caso, também os alunos que estivessem em um nível de aprendizagem mais avançado poderiam, caso desejassem, aprofundar seus estudos com essa obra.

No sétimo parágrafo da seção referida, encontramos as seguintes orientações:

Tanto que os Estudantes **estiverem bem estabelecidos nestes rudimentos**, e que se tiverem familiarizado bem com elles, **tendo os repetido, e tornado a repetir muitas vezes**; devem os Professores **aplicallos a algum Authorfacil, claro, e agradável**; no qual com vagar, e brandura lhes vão mostrando executados os preceitos, que lhes tem ensinado; dando-lhes razão de tudo; fazendo-lhes **aplicar as Regras todas, que estudaram**; e acrescentando o que lhes parecer accommodado, ao passo, que se forem adiantando. (Instruções, 1759, §VII, grifo nosso).

A partir da análise do documento, e com base nos trechos destacados, foi-nos possível elaborar as seguintes conclusões a respeito da metodologia apresentada nas *Instruções* (1759) para o ensino da gramática latina:

- 1) A repetição era a estratégia metodológica que garantiria o aprendizado dos elementos gramaticais: o uso do advérbio “muitas” intensifica a ação do verbo repetir;
- 2) O ensino da gramática latina deveria apresentar dificuldades graduadas: partiria do estudo de textos de autores considerados mais fáceis, claros e agradáveis àqueles textos mais complexos;

<sup>186</sup>“Para que os Estudantes vão percebendo com mais facilidade os principios da Grammatica Latina, heutil que os Professores lhes vão dando huma noção da Portuguesa; advertindo-lhes tudo aquillo, em que tem alguma analogia com a Latina; e especialmente lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos, e as Particulas, porque se podem dar a conhecer os cazos” (Instruções, 1759, §VII).

<sup>187</sup>No Alvará Régio de 30 de setembro de 1770, em que o El-Rei ordenou que os Mestres da Língua Latina instruísem por um período de seis meses, através da *Gramática portuguesa* de António José dos Reis Lobato, os alunos que ainda não dominassem a língua do príncipe. O documento obrigava os professores régios de Gramática Latina a ensinarem previamente a seus discípulos a Gramática Portuguesa.

<sup>188</sup>A primeira edição desta obra foi em 1562, seguida da versão definitiva em 1587, com publicação na Espanha, com o título *Minerva ou acerca das causas da Língua Latina*. No século XVIII, “[...] vai servir como porta-estandarte às ideias pedagógicas dos oratorianos e de modelo à reforma preconizada por Sebastião José de Carvalho e Melo, chegando mesmo a ser impressa em Portugal, em 1760 [...]” (FERNANDES, 2011, p. 165)

3) O aprendizado das regras precedia o estudo do texto: observa-se que os professores só deveriam apresentar os textos “se” os estudantes tivessem aprendido os rudimentos<sup>189</sup> e, então, lhes seria possível aplicar as regras gramaticais estudadas.

É necessário destacar que, ao longo do documento, tais ideias se manifestam frequentemente. É, por exemplo, recorrente a preocupação quanto à sequência de forma graduada, não apenas dos textos, como vimos anteriormente, mas também da tipologia textual, visto que há uma orientação clara para que se inicie com os textos em prosa, reservando a poesia para o final. Semelhantemente, ao tratar a respeito do tempo em que deveriam trabalhar com determinados temas, determina que os professores atentem para a mesma orientação, ou seja, dos mais fáceis aos mais difíceis. Como se vê, havia uma preocupação quanto ao ensino do latim com o intuito de que, de fato, fosse menos complexo do que o projeto de ensino elaborado pelos jesuítas.

Para o aprendizado da língua, era primordial “adquirir huma boa cópia de termos e frases da língua e alcançar a forma de servir delia” (Instruções, 1759, §VII), e, quanto ao conteúdo da história ou da fábula, não importava nesse primeiro momento de aprendizagem. Por isso, aos principiantes, recomendava-se a *Colleção de Chompre, para uso da Mocidade Christã*, feita em Paris no ano de 1752, destacando um autor latino, “puro, e Catholico”, que, conforme Antônio Alberto Banha de Andrade (1981, p. 87), tratava-se de “Suplício Severo que, num estilo claro e coerente, escrevia os princípios da História da Religião”. Desse modo, outras obras foram igualmente sugeridas, quer para o estudo da ortografia, quer para o uso dos dicionários, os quais deveriam ser breves e claros.

Os professores não deveriam falar latim na classe, sem que antes os alunos já tivessem conhecimento suficiente da língua para, após treinamento em casa, repeti-los em classe. Para isso, são recomendados alguns autores e obras aprovadas pelos oratorianos. Em lugar de tomar versos de cor, como propunham os jesuítas, deveriam fazer uso dos textos em prosa, a não ser que houvesse alguma utilidade naquela prática.

As *Instruções* (1759) orientavam, ainda, acerca de outras questões, como: o período de funcionamento das aulas, que compreendia seis horas diariamente, divididas entre manhã e tarde; os castigos a serem aplicados mediante indisciplina dos alunos; e o exercício de civilidade e fé cristã. Por fim, no entender de Ramos de Carvalho (1978, p.79), “[...] o Alvará não tem outro significado senão este: o de manter a continuidade de um trabalho pedagógico que a expulsão dos jesuítas ameaçava comprometer”.

---

<sup>189</sup> Nesse caso, “estes rudimentos” referem-se aos elementos gramaticais citados anteriormente: “*lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos, e as Partículas [...]*” (Instruções, 1759, §V).

No que tange à permanência praticamente inalterada do sistema de Aulas Régias do final do século XVIII, perdurando até o período do primeiro reinado, no século posterior, Cardoso (1999, p. 130) assevera que isso se deve à “[...] continuidade dos modelos de pensamento em nossa elite cultural, que não desejava alterar as formas tradicionais de dominação e exploração, próprias da sociedade brasileira daquela época”.

Leonor Lopes Fávero (2014, p. 21-22) ressalta que o sistema implantado por Pombal, no século XVIII, continuou vigente nos primeiros anos do Império. A autora estima que haveria, na década de 1850, em todo o território brasileiro, cerca de cem aulas que diziam respeito ao ensino do latim, comércio, geometria, francês, retórica e filosofia. As aulas avulsas não atendiam às necessidades de formar os alunos para os exames preparatórios, desse modo, passaram a instruir apenas aos alunos que desejavam adquirir algum conhecimento, os quais eram economicamente menos favorecidos. Para formar uma elite dirigente, o governo preocupou-se com o ensino superior e secundário, criando, com o Ato Adicional de 1834, os liceus provinciais. Com a descentralização promovida por esse Ato, coube às províncias organizar seus sistemas de ensino, que já não podiam contar com os recursos do Subsídio Literário para a manutenção das Aulas Régias.

Ao analisar o número de aulas de gramática latina na Capitania de Minas Gerais, Thaís Nívea de Lima e Fonseca (2009) assevera que, em geral, nos primeiros anos após a Lei de 1772 e a criação do Subsídio Literário, este foi superior ao de Primeiras Letras, contudo, nas décadas seguintes, esse quadro se alterou visto que houve uma ampliação de escolas em muitas localidades, aumentando o número de professores de ensino primário. A autora esclarece que:

A consolidação da cobrança do subsídio literário fez aumentar as demandas de muitas localidades pela abertura de aulas, não somente como forma de compensar e justificar o pagamento do tributo, mas também como expressão de uma pretensão genuína de permitir o acesso da população – das crianças e dos jovens – à cultura escrita (LIMA e FONSECA, 2009, p. 76).

Na Vila de Jacobina, conforme apresentado em seção anterior, na Carta oitava de Luís dos Santos Vilhena, o cronista registrou a existência de uma aula de gramática latina, no final do século XVIII, a qual tinha como professor José Bento Dantas Coelho. Também a professora Rita Filomena Andrade Januário Bettini (2006, p. 34) elaborou o *Mapa de distribuição dos Mestres e professores em terras brasileiras*, com base em documentos da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no qual consta a informação de que o referido professor fora designado, em dezessete de setembro de 1793, para aquela cadeira, com o salário de 400 mil réis/ano.



Posto isso, ao que parece, as aulas régias de gramática latina já eram ofertadas no sertão da Província da Bahia, ainda no Setecentos. Outrossim, em documento<sup>190</sup>encaminhado pela Câmara de Jacobina ao Presidente da Província, o Visconde de Camamu, em 1829, consta uma aula de gramática latina na Vila de Jacobina, conforme apresentado na seção anterior.

A respeito do professor José Bento Dantas Coelho, Vieira Filho (2002, p. 7) informa que este gozava de prestígio junto à comunidade, pois, em 1814, foi registrado o seu nome como testemunha em nove dos cinquenta casamentos havidos na Igreja da Matriz de Santo Antônio de Jacobina. Sobre isso, o historiador apresenta algumas possíveis explicações: o seu parentesco com Frei Manoel Dantas Coelho; o fato de ser ele o síndico da Missão do Bom Jesus da Glória; e, ainda, por exercer o direito de nobres concedido aos professores, a partir do Alvará de 1759. A isso, podemos acrescentar que a sua condição de letrado favoreceu a sua atuação como testemunha nesses sacramentos. Ademais, não se tem informação quanto ao tempo em que o professor Dantas Coelho atuou como professor de gramática latina, na Vila de Jacobina.

### 6.1.1 Mapas de frequência de gramática latina na Vila de Jacobina

A respeito das aulas de gramática latina, estabelecidas na Vila de Santo Antônio de Jacobina, no século XIX, foram identificados dois mapas de frequência, ambos produzidos pelo professor Padre João Longuinho de Souza, e encaminhados ao Presidente da Província, João José de Moura Magalhães.

O primeiro mapa foi produzido em 20 de dezembro de 1847 e, quanto ao segundo, embora não esteja legível no documento, é possível concluir que tenha sido elaborado no ano seguinte, em 1848, considerando a sua compatibilidade com os dados informados no *Mappa Demonstrativo das aulas públicas da província da Bahia e dos alunos que a freqüentam nesse mesmo ano [1848]* e o registro da idade de um dos discípulos.

No *Mapa das Escolas Públicas e Particulares da Comarca de Jacobina*<sup>191</sup>, produzido em 1850, pelo juiz Saraiva, são encontradas observações de que “O professor de latim preenche suas obrigações- Tem poucos discípulos- ja que [nas letras] há pouca gente que tenha gosto do lattim” (APEB, Maço 3962).

---

<sup>190</sup>APEB. Maço 1327.

<sup>191</sup>O documento foi transcrito segundo as normas do PHPB e encontra-se na seção 6, deste trabalho.

A seguir, analisaremos as informações depreendidas desses documentos, com o propósito de compreender como se caracterizavam as aulas de gramática latina, naquele período, quanto à metodologia e aos materiais de ensino utilizados, assim como traçar o perfil do professor e dos estudantes que estavam inscritos nessas aulas.

As categorias utilizadas nos referidos mapas dizem respeito, unicamente, ao número e nome dos alunos, nome dos pais, idade, número de faltas ou dias que frequentaram as aulas durante o ano e um campo de observações, conforme pode ser constatado a seguir:

**Figura 18** – Mapa dos estudantes inscritos na aula de Gramática Latina, na Vila de Jacobina (1847)

Nome	Pais	Idade	Faltas	Observações
Antonio Francisco de Barros	Antônio M. de Barros	17	22	Antecipado ao 1.º de Fevereiro de 1847. Traduzido todos os dias.
João Inácio de Almeida	Antônio Inácio de Almeida	14	26	Antecipado ao 1.º de Fevereiro de 1847. Traduzido todos os dias.
Henrique Augusto de Almeida	Antônio de Almeida	14	24	Antecipado ao 1.º de Fevereiro de 1847. Traduzido todos os dias.
Guilherme Luiz de Almeida	Antônio de Almeida	14	11	Antecipado ao 1.º de Fevereiro de 1847. Traduzido todos os dias.

Mapa de Gramática Latina em Jacobina 1.º de Fevereiro de 1847

João Languiado de Sousa  
Professor

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 4000 (APEB).

Transcrição:

Mappa dos Alumnos de Grammatica Latina da Villa de Jacobina

N[úmero]	Nomes	Dos Pais	Idades	Faltas	Observações
1	Antonio Francisco de Carvalho	Anna Maria Pereira	17	22	Matriculado a 1º de Fevereiro de 1843. Traduz bem todos os [Livros]
2	Jose Ancelmo Pedreira	Anna Theodora de S. Salvador	17	36	Idem 9 de Julho de 1843. Principia a traduzir todos os [Livros]
3	Honorato Augusto do Rego	Antonio Jose do Rego	14	27	Idem 8 de Fevereiro de 1847. Principia a traduzir [ilegível.]
4	Bellarmino [Roiz] da Silva	Por recomendação de Padre Bento de São Jose	19	11	Idem a 27 de Maio de 1847. Pouca memoria esta [ilegível] lingoagem

Aula de Grammatica Latina em Jacobina 20 de Dezembro de 1847

[Padre] João Longuinho de Sousa

Professor

**Figura 19** – Mapa dos estudantes inscritos na aula de Gramática latina, na Vila de Jacobina (1849)

*Mappa dos Estudantes inscritos, e que frequentam a aula de Grammatica Latina da Villa de Jacobina*

Nomes	Idades	Observações
Antonio Francisco de Carvalho	17	Traduz bem todos os [Livros]
Jose Ancelmo Pedreira	17	Idem 9 de Julho de 1843. Principia a traduzir todos os [Livros]
Honorato Augusto do Rego	14	Idem 8 de Fevereiro de 1847. Principia a traduzir [ilegível.]
Bellarmino [Roiz] da Silva	19	Idem a 27 de Maio de 1847. Pouca memoria esta [ilegível] lingoagem

*João Longuinho de Sousa*  
Professor

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3999 (APEB).

Transcrição:

Mappa dos Estudantes inscriptos e que frequentarão esta Aula de Latim de *quehe* é professor Padre João Longuinho de Souza, estabelecida na Villa de Jacobina.

Número	Nomes	Nomes dos Paes	Idades	Dias que frequentarão	Observações
1	Manoel Augusto do Rego	Antonio Jose do Rego [Barbosa]	16	110	Traduz todos os livros, tem memoria boa conduta e é hábil
2	Joao Francisco de Goes	Francisco [ <i>inint.</i> ] de Goes		123	Traduz Cornelio, belissima [...] muita memoria e muito habil e muito talento
3	Lucio Emilio de Figueiredo	Jose [Emiglio] de Figueiredo	14	125	O mesmo livro, boa conducta tem memoria habilidade e talento
4	Joao da [Roxa] Cezar	Antonio Lopes Cezar	13	96	Traduz Entropio, tem muita memória habilidade e talento, de conduta
5	[...] Dias de Moraes	Eduardo Dias de Moraes	13	98	Lingoagem boa conducta, pouca memoria
6	[Aprijio] Jose de Souza	Jose [ <i>inint.</i> ] de Souza [Rabelo]	13	82	Sintaxe, muita memoria talento habilidade e boa conduta
7	Francisco Luís de Carvalho	LuisAntonio de Britto	17	113	Lingoagem tem memoria e boa conduta

[Padre] João Longuinho de Souza  
Professor

Quanto ao número de alunos que frequentavam essas aulas, podemos observar que é bastante reduzido, constando de apenas quatro, em 1847, e sete, em 1849. Apesar disso, o professor João Longuinho de Souza, no primeiro documento, apresentou como justificativa a vadiagem dos alunos e a tolerância dos pais quanto a esse comportamento. Desse modo, é forçoso perceber uma preocupação quanto ao número de alunos matriculados que, no ano seguinte, apesar de ter havido um acréscimo numérico de cerca de 80%, ainda apresenta um número ínfimo de estudantes na aula de Gramática Latina.

Essa preocupação parece corresponder a uma expectativa do presidente da província que, em seu discurso, em março de 1848, considera a possibilidade de conceder gratificações aos professores que aumentassem o número de alunos em suas aulas:

Considero os Professores publicoscomprehendidos n'estathese, e julgaria conveniente que se lhes concedesse uma gratificação por um **certo numero de alumnos**, que no fim do curso litterario fossem approvados, mediante exame serio, que attestasse o seu aproveitamento. He um estimulo que se lhes proporcionariam para que **aumentassem o numero dos discipulos**, inspirando confiança às famílias. (FALLA, 1848, p.10, grifos nossos).

No tocante ao registro relacionado à idade dos alunos, elaboramos as seguintes tabelas:

**Tabela 14**– Idade dos alunos da aula de Gramática Latina (1847)

Idade	Quantidade	Ano de Ingresso
14	01	1847
17	02	1843
19	01	1847

Fonte: APEB - Seção Colonial e Provincial - Maço 4000

**Tabela 15**– Idade dos alunos da aula de Gramática Latina (1849)

Idade	Quantidade	Ano de Ingresso <sup>192</sup>
13	03	
14	01	
16	01	
17	01	
*	01	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Maço 3999 (APEB).

Observando a idade informada e os dados contidos no campo de observações de ambos os mapas, foi possível levantar as seguintes hipóteses a respeito das aulas de gramática latina na Vila de Jacobina, no período anunciado anteriormente:

- Os alunos com 17 anos de idade foram matriculados em 1843, ou seja, tinham 13 anos quando iniciaram o curso;
- A idade dos alunos variava entre 13 e 19 anos;
- Era possível permanecer no curso por um período de cinco anos.

A respeito da duração das Aulas Avulsas de Gramática Latina não encontramos informações. Sabe-se, porém, que, no Seminário-Colégio de Olinda, o curso compreendia três anos distribuídos em três classes, as quais possuíam um programa específico para cada período. De igual modo, Antônio Ladislau Monteiro Baena (2004, p. 205) informa que, na Província do Grão Pará, as aulas de gramática latina tinham a duração de três anos e utilizava para instrução dos alunos *O novo método de Pereira*, a gramática de Lobato, as fábulas de Pedro, Virgílio, Tito Lívio, Cícero, Horácio e Ovídio. Cabe ressaltar que esse período de três anos correspondia,

<sup>192</sup> Não foi informado o ano de ingresso dos alunos nesse documento.

também, ao programa de estudos proposto pela Companhia de Jesus, por meio da gramática latina, do Padre Manuel Álvares.

Constata-se a permanência de um único estudante em ambos os mapas: Manoel Augusto do Rego, filho de Antônio José do Rego Barbosa, que fora matriculado em 1847, quando tinha catorze anos de idade, e, em 1849, aos dezesseis anos, continuava seus estudos.

As informações depreendidas do campo de observações dizem respeito, principalmente, ao desempenho dos alunos em relação à aprendizagem da gramática latina, estabelecendo-se uma escala de valores, especialmente relativa à capacidade de traduzir textos. Assim, verificamos as seguintes observações: “propício a traduzir”, “traduz todos os livros”, “traduz bem todos os livros”, “traduz Eutrópio”, “traduz Cornélio”.

Tomando como base a proposta de Prata e Fortes (2012), apresentada por Santos Sobrinho (2013, p. 102-103) para a classificação de abordagens para o ensino do latim, é possível concluir que era a Abordagem Tradicional aquela adotada pelo professor João Longuinho, a qual dá “preferência para textos originais recortados, frases isoladas” e tem foco na gramática com vistas à tradução de textos, uma vez que é essa a habilidade mais referendada no campo das observações.

De igual modo, a memória é avaliada e categorizada pelo professor, como: “tem memória boa”, “belíssima memória”, “muita memória”, “pouca memória”. A utilização e valorização da memória como recurso pedagógico no ensino do latim já era uma prática utilizada pelo programa da *Ratio Studiorum*. No entanto, reiteramos que, com a reforma pombalina, “para cultivar a memória dos Estudantes” (Instruções, 1759, § XII), alterou-se o conteúdo e o tipo de texto, assim, ao invés de tomar versos de cor, orientava-se o professor a utilizar os textos em prosa ou versos mais significativos.

Em face das observações registradas pelo professor, evidencia-se a existência de livros, ou seja, flexionado no plural. Cabe-nos questionar: quantos seriam os livros utilizados nas aulas de gramática latina? Tais livros seriam manuais de gramática latina ou antologias de obras clássicas? E, ainda, os alunos possuíam os livros ou apenas o professor que os disponibilizava?

A respeito dos compêndios utilizados nas aulas de gramática latina, Gilberto Luiz Alves (2006) esclarece que há dois documentos que revelam a intenção de assentar os novos estudos propostos pela reforma pombalina em obras clássicas: *Instruccoens para os Professores de Grammatica latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor*, de 1759; e *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*. Segundo o autor, obras originais de autores como “Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Demóstenes, Tito Lívio, Salústio, Santo Agostinho, Terêncio, Plauto, Heródoto, Virgílio,

Horácio, Camões e Verney, entre outros” (ALVES, 2006, p. 158 -159) passaram a ter livre trânsito nas escolas. Ressalta, ainda, que as obras clássicas ou antologias dessas obras eram utilizadas como recursos auxiliares no Seminário de Olinda, no início do século XIX, havendo, entretanto, ao longo desse século, a tendência de utilização dos manuais didáticos e consequente desaparecimento dos clássicos (ALVES, 2006).

Ao analisarmos as informações constantes no campo de observações, tecidas pelo professor João Longuinho, nas aulas de língua latina da Vila de Jacobina, não encontramos referências às obras supracitadas. Entretanto, são utilizados livros, pelo menos, de dois autores: Flávio Eutrópio e Cornélio Nepos.

Sobre a única obra de Eutrópio que fora preservada, intitulada *Breviarium historiae Romanae*, a qual consiste numa pesquisa sobre a história romana, o professor Manoel Vaz Lobo (1930) tece os seguintes comentários:

Censura-se a Eutropio, por ter omitido algumas cousas que não honram o povo romano, e por ocupar-se mais dos acontecimentos externos, que das cousas internas. É, porém, apreciado, por sua imparcialidade no julgar, e pela **facilidade do estilo**. Evitou as vãs pompas de Annio Floro, e as adulações mesquinhas de Patercolo (LOBO, 1930, p. 8, grifo nosso).

Ao abordar a posição religiosa de Flávio Eutrópio, Manoel Lobo (1930, p. 7) acredita que ele “[...] não parece ter sido cristão, como pensam alguns, pois, se tal fosse, não teria denegrido tanto os últimos annos do imperio de Constantino, nem omitiria as verdadeiras causas da guerra que este fez contra Licinio”. Entretanto, apesar dessa característica identificada em sua obra, a qual poderia contrariar os princípios cristãos do ensino, Eutrópio compõe a lista dos autores latinos que foram utilizados nas aulas de gramática latina. Como podemos observar, o seu estilo literário atende aos requisitos quanto à simplicidade e clareza, o que facilitaria a aprendizagem dos estudantes. É o que atestam os comentários a seguir:

[...] apesar de sua concisão e dos seus frequentes anachronismos, foi sempre muito apreciado em todos os tempos [...] seu Brevarium, **simples e claro**, é muito adequado para os que iniciam no estudo das letras latinas. (LOBO, 1930, p. 8, grifo nosso).

[...] escreveu por ordem e para uso de Valente, em **um estylo facil**, mas totalmente **desprovido de elegancia**, um resumo de historia romana, em 10 livros, desde os tempos mais remotos até Joviano. Esta historia carece de critica; mas **não deixa de ser util como revista rapida**, e, na exposição de acontecimentos dos ultimos tempos, é geralmente exacta e digna de fé (FIGUEIREDO, 1862, p. 167, grifos nossos).

Foi realizado com cuidado, baseando-se as melhores fontes então disponíveis, e dá mostras, globalmente, de **imparcialidade** e de **clareza** no estilo de

escrita. Muito embora por vezes o latim empregue se afaste dos modelos ditos “puros”, a obra foi durante muito tempo leitura indispensável para o ensino básico (EUTRÓPIO).

Os termos destacados acima revelam que, de fato, os textos de Eutrópio representam uma simplificação quanto à linguagem e ao estilo em relação às obras de maior peso retórico ou poético que faziam parte da escolástica.

O outro autor, que aparece como referência nas aulas de gramática latina, é Cornélio Nepos<sup>193</sup>. A seu respeito, há poucas referências, sabe-se que foi historiador e o primeiro biógrafo latino. Conforme relata Cynthia Helena Dibbern (2013, p. 129) foram tecidas críticas negativas quanto ao conteúdo e à escrita dos seus trabalhos, pois, ao que parece, foi considerado um “escritor medíocre”, “sem prestígio” e “de pouca importância”. Outros críticos descrevem seus textos como imprecisos, com vocabulário limitado e sentenças sempre breves. Por outro lado, em relação à biografia latina, o autor é reconhecido como inovador na literatura, tendo sido o primeiro a escrever uma biografia política (DIBBERN, 2013). Ademais, quanto ao seu estilo literário, há opiniões que enaltecem o seu trabalho, como aponta Figueiredo (1862):

[...] bebeu nas fontes gregas, servindo-se particularmente de Thucydides, Xenophonte e Theopompo; mas, como nos materiaesque tomou raramente aparece aquelle espirito de critica que um historiador deve ter, suas biografias demandam um leitor bem familiarizado com a historia geral da Grecia. Seu estylo, quanto à **elegancia, pureza e simplicidade**, é digno de se tornar modelo (FIGUEIREDO, 1862, p. 158, grifo nosso).

Não é possível respondermos a todos os questionamentos levantados a respeito dos livros ou materiais de leitura utilizados nas aulas de gramática latina, visto que não tivemos acesso a outros documentos que pudessem elucidar as dúvidas. Entretanto, o fato de serem citados dois autores considerados menores pode ser sintomático de um ensino breve, claro e fácil, prescrito nas *Instruções* para o ensino de gramática latina, conforme mencionado.

Em correspondência encaminhada ao presidente da Província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 1849, o professor João Longuinho informa a respeito do conteúdo dos mapas de frequência, conforme reproduzido:

Pelo mappajuncto verá V. Ex<sup>a</sup> os alunos que frequentarão este anno a Aula de Latinidade **seus aproveitamentos e condutas** como nas observações estão descritas.  
Deus Conceda a *Vossa Excelentíssima* muitos annos

<sup>193</sup>Cornélio Nepos viveu entre 100 e 25 a. C. Era da Gália Cisalpina. Escreveu, entre outras obras, *De Viris Illustribus* (Sobre Homens Ilustres). Foi contemporâneo de Cícero e Catulo.



Jacobina 20 de dezembro de 1849  
 João Longuinho de Sousa  
 Professor  
 (APEB, Maço 3999, grifo nosso)

Os termos destacados deixam claro que cabia ao professor informar não apenas a respeito do aproveitamento dos estudantes, como também da conduta. No que concerne a esse atributo, nos mapas analisados, constatamos que todos os alunos foram qualificados como de “boa conduta”. Para além disso, outras qualidades foram conferidas a alguns alunos, como “hábil” e “muito talentoso”.

### 6.1.2 Meio século de latinidade na Vila de Jacobina

Com a criação do Liceu Provincial, em 1837, as Aulas Avulsas, que funcionavam em diferentes espaços da Capital, passaram a funcionar em um único estabelecimento de ensino. Não obstante, no interior da província da Bahia, essas aulas continuaram a funcionar em algumas vilas, dentre elas, a Vila de Jacobina.

Desse modo, em 1852, constata-se, na Vila de Jacobina, um número total de 10 aulas públicas, das quais permanece 01 aula de Gramática Latina, com 12 alunos. De igual modo, no *Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública*, da Província da Bahia, referente ao ano de 1853, constam os dados a respeito da instrução pública na Comarca de Jacobina, apresentados em um Quadro, o qual reproduzimos abaixo:

**Quadro 31** – Relação de aulas, professores e alunos das aulas públicas da Comarca de Jacobina

COMARCA DE JACOBINA		
Villa de Jacobina		
Aulas	Professor	Alunos
Latim	João Longuinho de Souza	6
1ª Letras	Estanislao José Gomes	31
“ “	D. Maria da Glória	36
Nossa Senhora da Saúde	Joaquim José d’Araújo	16
Monte Alegre	Joaquim Lopes Villas Boas	23
Freguesia Velha*	Manoel Francisco da Purificação	28
Villa Nova da Rainha *	José Domingos da Assumpção	34

Idem	Vaga de meninas	—
Santo Antonio das Queimadas*	Manços Simões d'Oliveira Sampaio	33
Riachão	Antonio Fernandes Couto	19
N. Senhora da Graça do Morro Do Chapéu	João Francisco de Barros	19

Fonte: MAPPAS, 1889 (ano 1854)

\* Apesar de fazerem parte da Comarca Jacobina, essas freguesias não pertenciam à Vila de Jacobina.

Conforme pode ser constatado, no Quadro 31, em 1854, a aula de Gramática Latina continuava a ser ministrada pelo professor João Longuinho de Souza, ainda com um número reduzido de alunos. No entanto, nos três anos subsequentes, não encontramos dados que nos informem sobre o ensino de gramática latina na Vila. Há indícios de que as aulas haviam sido suspensas, visto que na Resolução 726, de 17 de dezembro de 1858, há um decreto “estabelecendo na Vila de Jacobina uma cadeira de latim” (RESOLUÇÃO, 1858, p.125 -126).

Referente ao ano seguinte, em 29 de novembro de 1859, identificamos o anúncio do concurso para cadeiras de gramática latina que estavam ainda vagas em Jacobina, Feira de Santana e Santo Amaro<sup>194</sup>(APEB, Maço 3865). Observa-se que o termo “ainda” remete a um tempo anterior, portanto, é possível entrever que o professor João Longuinho não mais exercia o magistério, não havendo, portanto, professor substituto para ministrar a referida aula.

Nesse mesmo ano de 1859, o presidente da Província Francisco Xavier Paes, em pronunciamento a respeito da instrução pública na Bahia, declarou a insatisfação manifestada pelo Diretor Geral da instrução Pública, João José Barbosa de Oliveira, sobre a manutenção das aulas avulsas no interior, conforme orelato a seguir:

O ensino publicosecundario é dado, como sabeis, no Lyceo e em aulas avulsas nesta Cidade, e em diversos pontos do interior.

O Lyceo terminou seos trabalhos o anno passado com 123 discipulos distribuídos pelas diferentes aulas de que se compoem.

As aulas avulsas de instrucção secundaria forão frequentadas por 136 alumnos, e as particulares do mesmo grão por 1043; ao todo 1179.

O Director Geral dos Estudos não cessa, com rasão, de pronunciar-se contra a manutenção das cadeiras avulsas do interior, sobre quaes nenhuma inspeção existe, e cujo resultado está bem longe de corresponder aos sacrificios que custão aos cofres publicos (FALLA, 1859, p. 10).

<sup>194</sup>Documento encaminhado pelo Diretor Geral Interino, João Antunes de Azevedo, ao presidente da Província da Bahia, Senador Herculano Ferreira Sena, em 29 de setembro de 1859: “Havendo-se terminado antes de hontem o praso de trinta dias marcado por V. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Vice Presidente da Província, e por sua authorisação mandado por mim anunciar um edital para o concurso das Cadeiras de latim, que estão vagas nas cidades de Cachoeira e de Santo Amaro, e nas Vilas de Feira de Santa Anna, Jacobina e de Inhambupe [...]” (APEB, Maço 3865).

De acordo com Nunes (2006, p. 18-19), foi por iniciativa desse Diretor Geral da Instrução Pública que, ao propor um Regulamento Orgânico para Educação baiana, regulamentado pela Assembleia Provincial, em 1862, se extinguiram as Aulas Maiores ou cadeiras avulsas, existentes na capital e nas vilas do interior. Desse modo, foi implementado um novo programa para o ensino nas Escolas Primárias, no período de 1860 a 1862.

Nas diferentes aulas avulsas de ensino publico, hoje supressas pelo novo Regulamento matricularão-se 92 alumnos, que unidos aos que frequentarão o Lyceu, perfazem 290, quantidade tres vezes menor do que a dos frequentadores particulares somente da Capital.

Nas Cidades e Villas do interior, em que há aulas do ensino superior publico, tão diminuto é o numero de pessoas que as frequentão, que nenhum resultado vantajoso podem oferecer, atento o sacrificio da Provincia para mantê-las (RELATORIO, 1861, p. 77).

No quadro demonstrativo da despesa relativa à instrução pública da Bahia<sup>195</sup>, que se encontra anexo à fala do vice-presidente da província, Dr. José Augusto Chaves, apresentado no dia 1º de setembro de 1861 (FALLA, 1861), constata-se que a Cadeira de latim da Vila de Jacobina, apesar de se encontrar vaga, ainda existia na relação de aulas avulsas. É importante salientar essa questão porque, no campo de observações do referido documento, há informações de que algumas cadeiras teriam sido “suprimidas” e de que outras “deveriam passar para o Liceu”, o que não se aplica à referida aula.

A esse respeito, o historiador Afonso Costa (1916, p. 284) declara que essa aula “[...] se extinguiu com o perecimento de seu último regente, o professor João [Longuinho] de Souza”. Desse modo, há evidências de que a cadeira de gramática latina na Vila de Jacobina, apesar de ser mantida até 1861, não teve o seu lugar ocupado, continuando vaga no período compreendido entre, possivelmente, o ano de 1857 até a sua extinção.

Afonso Costa (2016) refere-se à criação das aulas avulsas pelas principais vilas e povoados, como “confirmação das extravagancias desabonadoras da coroa”, visto que, segundo ele, “[...] para uma nacionalidade de tão sabidas recencias, onde se confundiam civilizados e selvagens, fazerem-se aulas de gramática latina e de retórica”. Sobre a instrução pública em Jacobina, o historiador revela um discurso marcado por um tom desabonador, denunciando “as

---

<sup>195</sup> Informação encontrada no “Demonstrativo da despesa que [resta] à instrução publica, com a designação da que estava orçada antes do regulamento de 28 de dezembro de 1860, do que se despendia, do que actualmente despende, se por effeito do mesmo regulamento, e do que calcula-se despende, preenchidas as bases positivas d’elle, com as devidas comparações”, anexo à Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da província Dr. José Augusto Chaves, no dia 1º de setembro de 1861.

deficiências”, “incompetências” e “inutilidades” do ensino. Especificamente sobre a aula de Latim, declara em sua memória histórica que: “Jacobina teve sua aula de gramática latina, que nos não deixara, felizmente, rastros de sua passagem” (COSTA, 1916, p. 284). E, de modo categórico, encerra a seção declarando que: “[...] a aula de gramática latina, por felicidade, marcou seu desaparecimento” (COSTA, 1916, p. 286).

Ainda que sob críticas e contestações, o fato é que há evidências de que as aulas avulsas de gramática latina na Vila de Jacobina perduraram cerca de meio século, transitando do período colonial ao imperial. Desse modo, é preciso reconhecer que, mesmo com um número reduzido de alunos, no sertão baiano, durante algumas décadas, a latinidade ocupava um lugar nos bancos escolares da pequena vila do interior.

## 6.2 OS LIVROS QUE USAM NESTAS AULAS: OS MANUAIS ESCOLARES NA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE JACOBINA

Em artigo intitulado *O historiador e o livro escolar*, Alain Chopin (2002) aponta os principais avanços da pesquisa histórica em relação a livros e edições escolares, os quais se tornaram objeto de interesse, a partir da década de 1970. O autor mostra que os manuais escolares devem ser entendidos como um instrumento, o que significa dizer que o pesquisador deve considerar seus diferentes usos, não apenas os reais, como, também, os supostos. Chopin (2002) destaca, ainda, os cuidados necessários do historiador, ao tomar os manuais escolares como objeto de estudo, e ressalta as fragilidades de algumas metodologias de pesquisa. Segundo ele, tais obras se caracterizam pela sua complexidade e riqueza e se constituem como:

Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude (CHOPIN, 2002, p. 14).

Considerando tais apontamentos, nesta seção, tomaremos os livros escolares que circulavam nas aulas públicas da Vila de Jacobina, no período definido neste trabalho, como

fonte<sup>196</sup> de estudo, para entender como se deu o processo de escolarização daqueles sujeitos, com o intuito de perceber os “valores morais, religiosos, políticos” propagados pelos textos produzidos para fins escolares.

Na perspectiva de Alain Choppin (2004, p. 549), o livro didático na escola exerce múltiplas funções, as quais são variáveis de acordo com fatores socioculturais, históricos, disciplinas, métodos e níveis de ensino. O autor destaca quatro funções, consideradas essenciais, exercidas pelos livros didáticos: a referencial; a instrumental; a documental e a ideológica e cultural. A respeito desta última, é considerada, por ele, como a mais antiga, visto que, desde o século XIX, o livro didático “[...] se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Nesse sentido, os manuais escolares utilizados nas aulas se caracterizam também como instrumentos de dominação política e cultural.

Relativamente à circulação de impressos no Brasil, é importante ressaltar que ocorreu tardiamente se comparado a outros países da América. De acordo com Lawrence Hallewell (2005, p. 85-96), no Brasil colonial, a impressão de qualquer escrito deveria ser feita em Portugal, caso contrário, permaneceria na forma de manuscrito. No entanto, segundo o autor, há provas de que os holandeses foram os primeiros a pretender implantar a imprensa, no período em que povoaram o Nordeste, entre 1630 a 1655. Outra evidência é o fato de ter sido produzido um alvará, em 1720, expressando a proibição das ‘letras’ impressas em toda a colônia brasileira, o que pressupõe indícios do funcionamento ilegal de editoras<sup>197</sup>.

Com a vinda da família real para o Brasil e a criação da Imprensa Régia, a tipografia foi instalada, no entanto, era monopólio da Coroa, que exercia rigoroso controle sobre o escrito<sup>198</sup> a ser publicado. Márcia Abreu (2003, p. 133) registra que a prioridade era com a impressão de “papéis do governo e com a edição de livretos panegíricos”, mas, ainda assim, foram publicadas algumas edições de romances. Ana Carolina Costa Pereira e Daniele Esteves Pereira (2017, p. 216) ressaltam que, mesmo depois da instalação da imprensa no Brasil, em

---

<sup>196</sup> Ao analisar o legado de Alain Chopin, como educador e historiador, Circe Maria Fernandes Bittencourt (2014) assinala as contribuições advindas do seu trabalho, no qual, no período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990, “desenvolveu um arcabouço teórico e metodológico” para o estudo do livro didático, entendido por ele não apenas como fonte, mas, também, como objeto de estudo da história da educação escolar. Entretanto, apesar de compreender que o livro didático pode ser entendido também como objeto, neste trabalho, nos limitaremos a tomá-lo como fonte histórica, considerando os propósitos definidos.

<sup>197</sup> Elomar Tambara (2002, p. 27) dá notícias de que o primeiro livro impresso no Brasil ocorreu em 1747, por Antonio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, mas que teve sua editora fechada, de imediato, por ordens portuguesas.

<sup>198</sup> A partir de 1810, a Imprensa Régia passou a publicar uma série de manuais franceses, inicialmente, para atender aos estudantes da Academia Real Militar. Somente com a abolição da censura prévia, em 1821, tornou-se possível a impressão pelas tipografias particulares (KAZUMI MUNAKATA, 2014, p.319).

função da precariedade da produção e da publicação de textos, a maior parte de obras escolares foi editada e impressa fora do país.

A respeito dos livros escolares, Circe Maria Fernandes Bittencourt (1993), em sua tese intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, esclarece que, no Brasil, nos primeiros anos do oitocentos, os manuais didáticos eram reproduzidos a partir de modelos estrangeiros, especialmente franceses e alemães, com muitas traduções para o português. A partir da segunda metade do século XIX, acendeu-se um discurso de tendência nacionalista que se posicionava contrariamente ao uso de obras estrangeiras nas escolas e defendia a separação total entre Estado e Igreja. Somente no início do século XX, efetivou-se, no Brasil, a produção e a edição de obras por autores brasileiros.

Aos manuais, cabia, não apenas a tarefa de instrumentalizar o professor, assegurando-lhe o método e o conteúdo necessários à sua prática, mas, sobretudo, a promoção de uma ideologia. Nas aulas, predominavam livros de autores consagrados, especialmente de cunho religioso, considerando-se a sua rarefação e custo elevado. O método utilizado consistia em ditado e cópia de textos. Desse modo, os livros escolares consistiam, essencialmente, na compilação de textos, quase sempre traduções, a serem utilizados pelo professor, o qual se tornava o principal consumidor. Apenas a partir da segunda metade do século XIX, crianças e adolescentes se tornaram alvo do consumo de compêndios e obras escolares (BITTENCOURT, 1993, p. 25-29).

Os manuais escolares utilizados em aulas eram submetidos à vigilância e à inspeção, e cabia ao Estado determinar quais obras eram permitidas. Na Lei 37, de 14 de abril de 1836, que trata da Escola Normal criada na capital da província da Bahia, ao se referir ao ofício dos futuros professores de Primeiras Letras que seriam formados, o documento esclarece que: “O presidente da província dará regulamento que marque os compêndios que mais metódicos e de melhor doutrina forem para o uso das lições [...]” (MOACYR, 1939, p. 70).

Com o propósito de cumprir a essa determinação, o Artigo Adicional do Regulamento da instrução pública da província da Bahia, de 21 de janeiro de 1837, traz uma orientação clara quanto à utilização de compêndios escolares nas escolas primárias. Ao considerar a escassez de obras em português, determina-se que, “em quanto não for de providenciada esta carencia” (REGULAMENTO, 1837), sejam utilizadas para leitura dos alunos, os seguintes títulos:

Escola Brasileira do Visconde de Cairú; Cartilha do mesmo Author; as traduções dos excellentes livrinhos intitulados, Simão de Nantua, e Bom

Homem Ricardo<sup>199</sup>; o Telemaco<sup>200</sup>, também traduzido; o Feliz Independente do Padre Almeida; as Cartas do Padre Vieira; Proverbios de Salomão em vulgar, por Otoni<sup>201</sup>; o Cathecismo de Montpellier<sup>202</sup>, tanto o grande como o abreviado, e outro pequeno Cathecismo dado á luz no Rio de Janeiro, e ultimamente reimpresso nesta Cidade. E para melhor satisfazerem as outras materias de seo ensino, se lhes recommenda que tenham, para consultarem, a Grammatica de Soares Barbosa<sup>203</sup>, e mesmo a de Lobato<sup>204</sup>, o Diccionario da LinguaPortugueza de Moraes, onde acharão mais outra Grammatica, a Escóla Popular, e os Principios do Desenho Linear extrahidos de Francaeur por Hollanda Cavalcante (REGULAMENTO, 1837).

Nota-se que os livros mencionados no *Regulamento* de 1837, para o exercício da leitura, dizem respeito, essencialmente, a narrativas que correspondiam a traduções, as quais transmitiam valores éticos e morais, e obras de doutrinação cristã. As obras relativas ao ensino de gramática e de desenho eram destinadas à consulta, com o propósito de auxiliar o professor na ministração de determinadas matérias.

Não podemos desconsiderar o fato de que os livros eram escassos, o que resultava em frequentes queixas e solicitações quanto ao provimento de obras para atender ao ensino público, conforme se pode atestar em diversos documentos produzidos no Oitocentos.

O relatório do presidente da província da Bahia João José de Moura Magalhães, em 1848, aponta que, ao lado da ignorância e da negligência dos professores, “a falta de Compendios e de utencilios, de unidade, e uniformidade no ensino, tudo concorre para esse deploravel atraso, em que ainda se acha a instrucção elementar” (FALLA, 1848, p. 9).

<sup>199</sup> *A sciencia do bom homem Ricardo*, obra do norte-americano Benjamin Franklin, foi traduzida em diversos idiomas e amplamente utilizada em sala de aula para o exercício da leitura. O livro reforça comportamentos relacionados ao trabalho árduo, à poupança, à humildade, ao pagamento de impostos e à obediência. (ARRAIDA; TAMBARA; DUARTE, 2015).

<sup>200</sup> *As aventuras de Telêmaco*, do autor francês François Fénelon, em 1699, é uma obra que diz respeito a uma narrativa que utiliza personagens e mitos da antiguidade clássica greco-romana e, além de difundir valores morais e cívicos, possui um tom de crítica política e social. No Brasil, foram feitas muitas edições, algumas delas com adaptações ao público leitor infantil. A obra ocupou o primeiro lugar de solicitações no período entre 1769 e 1807, podendo-se supor que foram remetidas centenas de exemplares. (ABREU, 2003, p.132; ABREU, 2012, p. 133).

<sup>201</sup> Trata-se de *Paráfrase dos provérbios de Salomão em verso português*, publicado em 1813, de autoria do mineiro José Elói Ottoni. De acordo com Pablo Antonio Iglesias Magalhães (2015, p. 2-3), o livro “é mais do que um simples compêndio religioso e o discurso implícito em suas linhas pode revelar significados políticos mais complexos, considerando, ainda, a conjuntura histórica em que foi publicado”, acrescenta ainda que se trata de “um código moral, orientado pelos valores e simbologia propagados pela maçonaria luso-brasílica.”

<sup>202</sup> *O Cathecismo romano de Montpellier*, manual de doutrina cristã foi uma das obras de caráter religioso mais utilizadas no ensino de Primeiras Letras, no Brasil, com o objetivo de promover a religião católica. Ainda no século XVIII, o manual obteve uma tradução para o português (TAMBARA, p. 40).

<sup>203</sup> *AGrammaticaPhilosophica da LinguaPortugueza*, de autoria de Jerônimo Soares Barbosa, foi publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1822, e teve ampla difusão no ensino escolar, com sete edições publicadas até 1881. Destaca-se pelo seu caráter descritivo da língua.

<sup>204</sup> *A Arte da Grammatica da LinguaPortugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato (1770), foi determinada como de uso obrigatório pelo Marquês de Pombal, no Alvará de 1770, em Portugal e suas colônias. Gisele Macedo Barboza (2011, p. 106) informa que no regulamento que aprovou os Estatutos Casa Pia e Colégio de São Joaquim dos Meninos Órfãos da Bahia, em 1828, a gramática de Lobato foi aconselhada para o ensino da língua.

Semelhantemente, o diretor geral do ensino da Bahia, Abílio César Borges, em seu efusivo relatório apresentado em 1856, declara que “[...] faltam-nos ainda bons compêndios para o uso escolar e livrinhos escolhidos, manuais práticos de todos os ramos de industria para o povo; e tambem um jornal de instrução publica para os professores e comissarios” (RELATORIO, 1856a, p. 20). Também Gonçalves Dias, ao apresentar um relatório<sup>205</sup> sobre a instrução pública nas províncias do Norte/Nordeste, solicitado por D. Pedro II, constata que:

Um dos defeitos – é a falta de compêndios – no interior porque os não há – nas Capitais, por que não há escolha, ou foi mal feita; – por que a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades (MOACYR, 1939, p. 525).

Na Vila de Jacobina, encontramos reclamações relacionadas à negligência dos pais quanto à ausência de livros e materiais de leitura, como declara o professor de Primeiras Letras da Freguesia do Riachão, Antonio Fernandes Couto<sup>206</sup>, em documento produzido em 1846, relativo às aulas ministradas por ele: “[...] e nem dão os necessarios como os livros para o ensino” (APEB, Maço 3997).

### 6.2.1 Sobre os livros das aulas

Tendo em vista o que fora exposto, principiaremos com a análise do documento<sup>207</sup> encaminhado pelo Juiz de Direito José Antonio Saraiva ao Presidente da Província, em 1850. Dentre as muitas informações apresentadas pelo juiz, é possível identificar o número de cadeiras e alunos da Vila de Santo Antônio de Jacobina, comentários sobre o desempenho dos professores, como, também, a seguinte declaração a respeito dos livros utilizados no ensino:

---

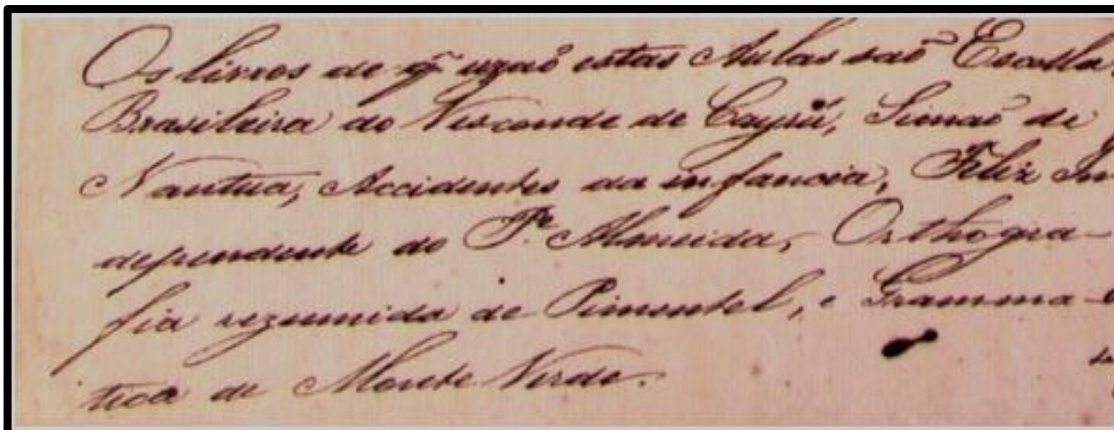
<sup>205</sup>Relatório produzido por Gonçalves Dias, em 1843, como resultado da sua inspeção nas escolas do Norte e Nordeste (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia), em atendimento à encomenda do imperador D. Pedro II (cf. nota de rodapé 156).

<sup>206</sup> Trata-se do documento encaminhado ao presidente da província da Bahia, Antonio Ignacio de Azevedo, datado de 18 de dezembro de 1846, acompanhado do mapa de frequência dos alunos da Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão.

<sup>207</sup> Trata-se do *Mappa das Escollas Publicas e Particulares da Comarca de Jacobina*, cujos dados têm sido analisados ao longo deste trabalho, conforme pode ser constatado na seção 6. Disponível em: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 1327.



**Figura 20**– Fac-símile do Mapa das escolas públicas e particulares da Vila de Jacobina (1850)



Fonte: APEB, Maço 2433.

Os Livros de queuzão estas Aulas são Escola | Brasileira do Visconde de Cayrú, Simão de | Nantua, |  
Accidentes da infancia, Feliz In- | dependente do Padre Almeida, Orthografia | resumida de Pimentel, e Gramma- |  
tica de Monte Verde.

A declaração do juiz, a respeito das obras escolares utilizadas nas aulas públicas da Vila de Jacobina, nos levou aos seguintes questionamentos: O que aprendiam os estudantes da Vila de Jacobina por meio desses manuais escolares? Quais eram as finalidades dessas obras? E, ainda, os alunos tinham acesso a esse material? Desse modo, com o intuito de compreender como se constituiu o processo de leitura nas escolas de Primeiras Letras, no século XIX, na Vila de Jacobina, procederemos à análise dos manuais e compêndios escolares, citados no documento apresentado na Figura 20, considerando não apenas o conteúdo e a natureza das obras, mas, sobretudo, ideologia e valores difundidos nos textos que circulavam nas escolas primárias, no período imperial. Para isso, recorreremos a outros documentos, como: correspondências, regulamentos e relatórios, observando as condições sócio-históricas que determinam não apenas a existência do livro, como também o seu uso.

Considerando o documento produzido pelo juiz José Antonio Saraiva, é oportuno notar que, dos seis livros listados, três atendem às orientações apresentadas no Regulamento de 1837: *Escola Brasileira ou Instrução útil*, *Simão de Nantuae O Feliz Independente*. Quanto às demais obras, apesar de não terem sido referidas no documento, foram largamente utilizadas nas aulas de Primeiras Letras em todo o Império, conforme pudemos constatar.

Em relação à *Ortographia resumida de Pimentel*, que aparece no documento, não localizamos qualquer informação que aponte para a existência de um livro com esse título e autoria. Em vista disso, levantamos hipóteses que apontam para as seguintes obras:

1) *Orthographia ou Arte de Escrever, E pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*<sup>208</sup>, com a primeira impressão datada de 1734, cuja autoria é de João de Moraes Madureira Feijó<sup>209</sup>. O que sustenta essa hipótese é o fato de que essa obra alcançou bem mais de um século<sup>210</sup> e “ganhou popularidade na tentativa de reduzir a ortografia a princípios traduzidos em regras” (FEYJÓ, 1734, p. 12). Outra evidência está no anúncio da livraria de Manoel Antonio da Silva Serva, publicado no *Correio Mercantil da Bahia*<sup>211</sup>, em 1844, em que se refere à venda de uma “ortographia, por Madureira, dita resumida”.

2) *Cartilha de Doutrina Christã*<sup>212</sup>, obra de Antonio José de Mesquita Pimentel<sup>213</sup>. Consideramos a autoria indicada pelo juiz Saraiva, bem como o fato de que, na década de 1840, essa cartilha aparece no levantamento dos títulos de manuais escolares doados às escolas públicas da Bahia, no século XIX, realizado por Tamires Alice Nascimento de Jesus (2018)<sup>214</sup>.

A nosso ver, a segunda hipótese é a mais provável, visto que, segundo Elenice de Souza Lodron Zuin (2007, p. 124) a cartilha de Pimentel “[...] não era aprovada pelo governo; no entanto, estava presente em diversas escolas, inclusive como o livro único a ser seguido. A cartilha integrava outros poucos conteúdos além do que era indicado pelo título”. Ademais, comumente, por meio das cartilhas se praticava a leitura e as regras relacionadas à ortoépia e à ortografia. De qualquer modo, como não podemos assegurar que se tratava da obra citada, optamos por não a incluir neste trabalho.

<sup>208</sup> A obra está dividida em três partes: na primeira, são apresentadas as letras e suas pronúncias, o uso dos acentos e as regras ortográficas; na segunda, trata-se da divisão das palavras e da pontuação; na terceira parte, esclarece-se sobre erros e emendas da ortografia na escrita e pronúncia. (FEIJO, 1734).

<sup>209</sup> Madureira Feijó (1688-1741) era bacharel em teologia pela Universidade de Lisboa. Foi mestre do Duque de Lafões, a quem dedicou a obra.

<sup>210</sup> Maria Filomena Gonçalves (1992, p. 48) informa sobre uma Nova Edição publicada em Lisboa, em 1861, ou seja, cento e vinte e sete anos após a primeira edição.

<sup>211</sup> *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario*, de 12 de janeiro de 1844. Anno XI, p. 3.

<sup>212</sup> Na página de rosto da obra publicada em Lisboa, em 1839, encontramos a seguinte descrição: “Cartilha, ou Compendio da doutrina christã, ordenada por perguntas e respostas, de António José de Mesquita Pimentel, Abade de Salamonde “contém toda a doutrina, e Orações que se costumão ensinar aos Meninos, explicadas com distincção e clareza. Juntão-se-lhe Orações para a Missa, Confissão e Communhão, para Rezar o Rosario, e Coroa; e visitar a Via-Sacra, e os Passos; e varias Orações. Acrescentada com a Taboa das Festas Mudaveis, o Kalendario dos Mezes” (PIMENTEL, 1839). Segundo Elenice de Souza Lodron Zuin (2007, p. 124) a cartilha de Pimentel “[...] não era aprovada pelo governo; no entanto, estava presente em diversas escolas, inclusive como o livro único a ser seguido. A cartilha integrava outros poucos conteúdos além do que era indicado pelo título”.

<sup>213</sup> O português Antonio Jose de Mesquita Pimentel, Abade de Salamonde, nasceu em 1741 e faleceu em 1821. Estudou na Universidade de Coimbra, recebendo o título de bacharel em Cânones. A sua principal obra foi a *Cartilha ou Compendio da Doutrina Christa*, adotada em Portugal e no Brasil, durante muitos anos, no ensino elementar.

<sup>214</sup> Trata-se da dissertação de mestrado intitulada: *Do pedido à mercê: investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da Bahia no século XIX, ou, A instrução pública na Bahia oitocentista: o que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas*, apresentada na Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia. Neste trabalho, realizou-se um levantamento de dados com base em manuscritos localizados nas *Correspondências recebidas sobre doação de livros às escolas públicas*, que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, no período compreendido entre os anos de 1837 e 1868.

Ao tomarmos essas obras escolares como fonte de investigação, é importante ressaltar que estas não dizem respeito aos únicos textos que circulavam naquelas aulas, tampouco que todas as escolas que compreendiam as quatro freguesias da Vila de Jacobina, ou seja: a Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina, a Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, a Freguesia do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina e a Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, tinham acesso a esse material. No entanto, é possível depreender a respeito dos tipos de textos que por ali circulavam, os quais, de algum modo, promoviam a aprendizagem dos alunos, o que nos possibilita entender o quê e como aprendiam.

Posto isso, com o propósito de identificar as obras utilizadas nas aulas da Vila de Santo Antônio de Jacobina, organizamos o quadro a seguir de acordo com o tipo de publicação, seus respectivos autores e ano de publicação da primeira edição, quando possível. Na sequência, apresentaremos uma breve análise das obras, fazendo referências ao conteúdo, relacionando-o a dimensões históricas e ideológicas.

**Quadro 32** –Relação das obras utilizadas nas escolas públicas da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1850)

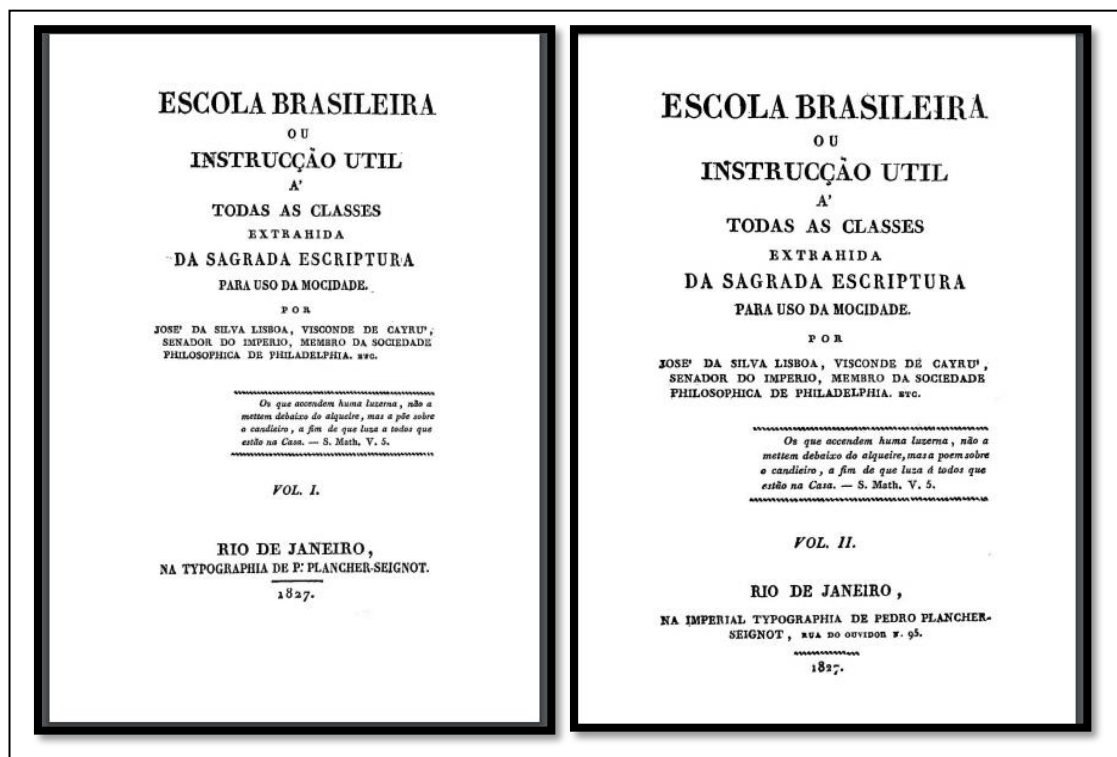
<b>Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de Publicação 1ª edição</b>
<b>Livro escolar</b>	Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraídas da Sagrada Escritura para o uso da mocidade	Visconde de Cayru	1827
<b>Literatura francesa</b>	Simão de Nantua ou Mercador de Feiras	Laurent Pierre de Jussieu	1818
<b>Literatura francesa</b>	Acidentes da infância	não localizada	não localizada
<b>Literatura portuguesa</b>	O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em Quaisquer Trabalhos da Vida	Padre Teodoro de Almeida	1779
<b>Livro escolar</b>	Nova Arte da Grammatica da LinguaPortugueza	Emilio Aquiles Monteverde	1833 <sup>215</sup>

Fonte: elaboração própria, a partir de dados extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>215</sup>Data provável da primeira edição

### 6.2.1.1 Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraídas da Sagrada Escritura para o uso da mocidade

**Figura 21** – Frontispício da obra *Escola Brasileira ou Instrução útil a todas as classes* (volumes 1 e 2)



Fonte: Lisboa (1827).

Trata-se de um dos primeiros livros escolares produzidos no Brasil, publicado em 1827, por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cayru. Nascido em Salvador, no ano de 1756, o autor participou ativamente do governo de D. Pedro I, ocupando diversos cargos na administração econômica e política do Brasil. Silva Lisboa atuou no magistério, ocupando a cadeira de filosofia nacional e moral, na capital da Bahia, bem como da língua grega. No cenário político e cultural do país, tornou-se figura influente, participando ativamente do governo de D. João VI e D. Pedro I.

*Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes* está organizada em dois volumes. O primeiro, com 269 páginas, é composto por temas estritamente relacionados aos ensinamentos católicos. No *Prefácio*, o autor justifica a importância da sua obra, ressaltando, por vezes, a sua contribuição quanto à formação dos estudantes, especialmente no que diz respeito à sua boa conduta, de acordo com os princípios cristãos.

[...] considere dar á luz para uso das Escolas particulares esta CARTILHA, que offereço por conter Instrucção util á todas as classes, e por servir de

Supplemento ás lições dos meninos; facilitando-lhes aprenderem Verdades Capitaes em Pura Fonte, a fim de se formar nelles espirito recto, e solido character, que os constitua bons cidadãos (LISBOA, 1827, p. 4).

Desse modo, em consonância com os propósitos por ele apontados, Silva Lisboa (1827) apresenta algumas orientações e recomendações para públicos determinados: pais, educadores, moços e crianças. Em *Satisfações aos Educadores*, o autor afirma ser possível não faltar “[...] ao Império trabalhadores subordinados, dóceis, de bons costumes, e hábitos de honesta e activa indústria. Tal he a justa esperança da Nação Brasileira” (LISBOA, 1827, p. 06). Em *Recommendação de Pai*, tendo como princípio o livro de Salomão, orienta para que se tenha temor a Deus e às Escrituras e reforça as ideias de obediência e justiça. Na seção intitulada *Parenéticos aos cidadãos opulentos*, citando Cícero, reforça que a educação e instrução à mocidade devem ser indispensáveis à nação. Faz também orientações quanto à *Honra dos Meninos* e *Admoestações à mocidade*. Quanto aos *Mestres das Primeiras Letras*, engrandece o papel desses educadores, defendendo que:

[...] na verdade, eles devem ser considerados como os segundos pais e não menos dignos de honra que os que derão(*sic*) a vida, pois deles depende a boa educação dos filhos, que a maior parte dos Progenitores não podem ou não sabem dar[...] (LISBOA, 1827, p. 15).

Por fim, são apresentados 102 capítulos por meio de textos bíblicos, que vão desde orientações sobre a conduta cristã como a gratidão, dedicação, resignação e louvores a Deus, esclarecimentos sobre a onipresença e onipotência de Deus, a sabedoria, bondade, proteção e providência divina, princípios doutrinários como a imortalidade da alma, a vida eterna, a salvação até à reprodução de parábolas e ensinamentos proferidos por Cristo, registrados nos Evangelhos.

O segundo volume é composto por outras duas partes, além dos apêndices relacionados a cada uma dessas partes, e contém o total de 293 páginas. No Apêndice à parte I, composto de trinta e um capítulos, argumenta, com narrativas e escritos bíblicos, sobre “[...] a necessidade da religião e instrução para a estabilidade dos impérios, riqueza e glória dos imperantes [...]” (LISBOA, 1827, p. 5). Na parte 2, o autor trata de questões relacionadas à civilidade, patriotismo, trabalho e economia, e, na parte 3, aborda, principalmente, temas que dizem respeito a comportamentos e relacionamentos humanos, com ênfase em atitudes cristãs, como caridade, misericórdia, humildade e fé. Segue-se, ainda, o apêndice à parte II e à parte III, que contém diversas orações e promessas.

O uso desse livro na escola atendia aos preceitos de civilizar o homem de acordo com os ideais cristãos de moralidade, civilidade e bondade, como tão bem esclarece o autor, pois, segundo ele:

Depois da Doutrina Christã[...] em que são obrigados a instruir os discípulos de suas Escolas, nenhuns conhecimentos se podem considerar mais dignos de fazer parte da Geral Educação, e dos Exercícios [...] do que huma Colleção de Doutrinas Religiosas, Economicas e morais, que se acham na Escriptura Sagrada e que são as Columnas da Civilisação. (LISBOA, 1827, p. 5).

Nota-se o empenho do Visconde de Cairu por garantir a formação moral dos estudantes, bem como o temor de que as classes trabalhadoras pudessem ser instruídas e que aspirassem por mudanças de sua condição de subordinação, influenciados pelos ideais revolucionários, o que levaria à diminuição da mão de obra. O autor revela sua preocupação a respeito das consequências maléficas decorrentes da leitura de determinadas obras. Sobre isso, Bittencourt (2008, p. 30-31) esclarece que tais posições coadunam com a sua postura política, como defensor da centralização do poder, combatendo, por vezes, por meio da imprensa, posições contrárias às suas.

#### 6.2.1.2 Simão de Nantua ou Mercador de feiras

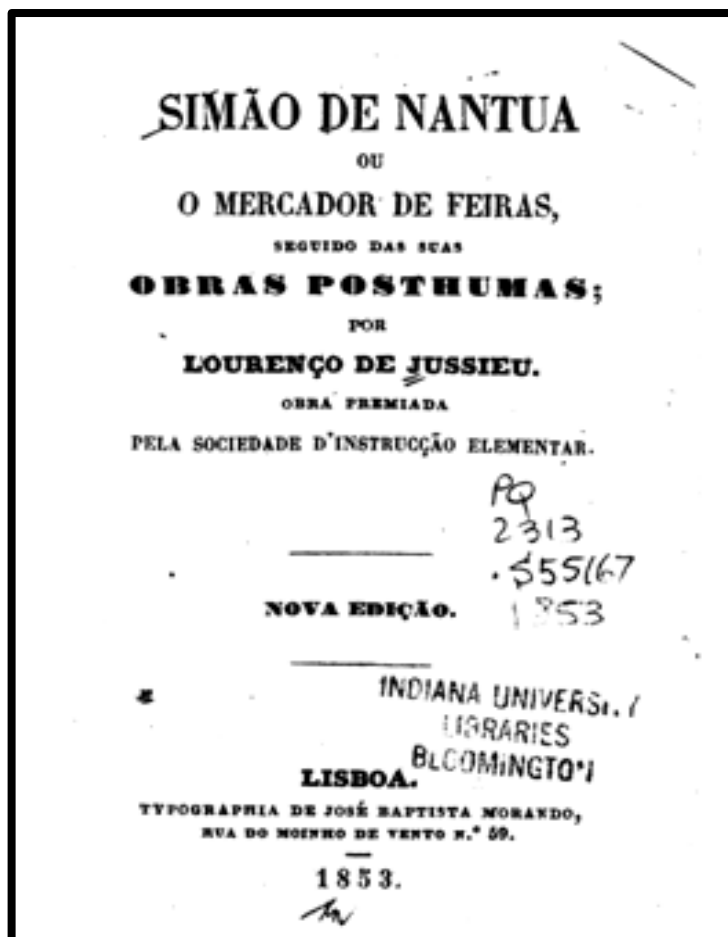
Obra produzida pelo francês Laurent Pierre de Jussieu (1792-1866), cuja primeira edição foi publicada na França, em 1818, ocasião em que recebeu prêmio “destinado ao livro mais conveniente á instrucção moral e civil dos moradores da cidade e do campo”, pela *Sociedade de instrução elementar. História de Simão de Nântua, ou o mercador de feiras*, conforme versão traduzida para português.

No Brasil, ao longo do século XIX, a obra de Jussieu foi largamente utilizada nas escolas de Primeiras Letras. Uma evidência disso pode ser constatada na tabela de leitura<sup>216</sup>, produzida pelo governo imperial, em 1833, para ser aplicada nas escolas de ensino mútuo, em cujo programa de atividades, consta, ao lado de textos religiosos, a indicação de leitura de *História de Simão de Nantua*.

---

<sup>216</sup> Conforme apresentada por Elomar Tambara (2003), em *Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil*.

**Figura 22** – Fac-símile da página de rosto da obra *Simão de Nantua* (1853)



Fonte: Jussieu (1853).

Na província da Bahia, a obra está entre aquelas autorizadas pelo governo para distribuição nas escolas, conforme documento elaborado pelo presidente do Conselho de Instrução da Bahia, Justiniano da Silva Gomes, em 1848 (JESUS, 2018, p.88). No entanto, anterior a esse período, há várias menções à obra nos documentos referentes à doação de livros, relacionadas à oferta de impressão ou a reclamações quanto à insuficiência de exemplares, em 1839 e 1840, respectivamente. Exemplo disso é que, em 1847, Antonio Gentil Ibirapitanga, valendo-se do argumento de que *Simão de Nantua* era um dos livros indicados para o exercício da leitura nas escolas de Primeiras Letras e considerando a escassez de sua oferta, oferece a impressão encadernada por mil quatrocentos e quarenta réis, ressaltando, ainda, que o valor pedido no mercado era de dois mil réis (JESUS, 2018, p.132).

Nas constatações de João Luis Cardoso de Oliveira (2019, p. 22-23)<sup>217</sup>, com a promulgação da Lei de 1827<sup>218</sup>, a qual preconizava que os princípios de moral e da doutrina cristã deveriam ser ensinados nas escolas de primeiras letras, *Simão de Nantua* tornou-se ferramenta importante no contexto deste projeto, sendo amplamente utilizada no Brasil como obra de leitura para instruir os alunos a respeito dos valores morais e cívicos. O autor, em seu trabalho, acentua que foram publicadas quatro edições da obra de Jussieu, no Brasil: a primeira edição<sup>219</sup>, de 1837; a segunda edição, de 1853, é uma obra póstuma, com possíveis ampliações; a terceira, de 1867, foi acrescida de ilustrações; e, a última, de 1875.

O livro *História de Simão de Nantua*, que contém duzentas e cinquenta e quatro páginas<sup>220</sup>, está dividido em duas partes: a primeira parte contém trinta e oito capítulos, a segunda, apenas oito. A trama é desenvolvida pelo personagem principal, Simão de Nantua, e o seu companheiro de viagem, que é o narrador-testemunha. Simão é um mercador, que peregrina por entre as províncias da França há mais de quarenta anos, e representa o tipo ideal de bom cidadão, oferecendo conselhos e ensinamentos por onde passa. Nesse sentido, o personagem demonstra ter um conhecimento enciclopédico, pois aborda diversos assuntos, que se revelam por meio de diálogos ou reflexões sobre situações experimentadas: apresenta instruções sobre higiene corporal e os cuidados com os animais; combate alguns comportamentos considerados nocivos, como gula, preguiça, intemperança e murmurações; ressalta as vantagens da vacina e da escola, destacando o método de ensino mútuo; dá instruções sobre o modo de agir diante de situações como um falecimento ou um inventário; enfatiza a prática da religião cristã e o pagamento dos tributos, entre outras questões.

Explicitamente, em relação à escola, esta é apontada como um lugar redentivo, que promove a distinção social e incorruptibilidade moral. A aprendizagem pelo ensino mútuo ressaltada na obra reflete a posição defendida na França, entre os liberais, contra o ensino simultâneo (OLIVEIRA, 2019, p. 22). Como exemplo, no capítulo cinco<sup>221</sup>, Simão de Nantua se

---

<sup>217</sup> Trata-se da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Ouro Preto, intitulada *A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831- 1834)*.

<sup>218</sup> Lei de 15 de outubro de 1827 que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, Vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827).

<sup>219</sup> Oliveira (2019, p. 23) informa que não teve acesso à primeira edição da obra *Simão de Nantua*, no entanto, com base em trabalhos publicados em periódicos, sobre trabalhos de Jussieu, o autor elaborou a hipótese de que tal versão corresponderia a uma compilação com excertos selecionados da versão original, para atender aos interesses imediatos.

<sup>220</sup> Neste trabalho, analisamos a nova edição, publicada em Lisboa, no ano de 1875, pela livraria de A. M. Pereira. A obra está disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>221</sup> O capítulo cinco está intitulado *Simão de Nantua inculca as vantagens das escolas onde as crianças se instruem pelo methodo do ensino mutuo, e conta a história do cavalheiro Paulet*.



hospeda em uma pequena estalagem de Mme. Bertrand, mãe de três filhos, e questiona o fato de o mais velho não saber ler. Diante da constatação de que o menino frequentara a escola, mas nada aprendera, o protagonista atribui ao professor a culpa pelo fracasso “[...] isso é porque nem o próprio mestre sabia o que ensinava”, e acrescenta “[...] há aqui escolas de ensino mútuo, nas quais é impossível que não se aprenda a ler” (JUSSIEU, 1853, p. 20). Na sequência da narrativa, Simão descreve o funcionamento desse método de ensino nas escolas, ressaltando todos os seus benefícios na formação de crianças com comportamentos considerados exemplares:

São escolas onde os meninos se ensinão uns aos outros, com toda facilidade, a ler, escrever e contar; onde se ensina Evangelho, o catecismo e tudo que é mister que os meninos saibam para virem a ser dóceis, submissos, bons cristãos, e bons súbditos; e direi mais, para viverem independentes, porque aquelle que nada sabe precisa sempre dos outros, e está dependendo de todos (JUSSIEU, 1853, p. 17).

Ainda com o intuito de convencer a Mme Bertrand a respeito da importância da escola para os seus filhos, Simão argumenta que a educação escolar garantirá o sucesso às crianças, pois:

[...] quando vós os tiverdes feito instruir, e conseguirdes que sejam laboriosos e honrados, não encontrarão dificuldade em se estabelecerem, porque serão aptos para todos os ofícios, e muitos procurados. Se pelo contrário os deixardes ficar ignorantes e ociosos, contrairão, vícios, e vos darão desgostos (JUSSIEU, 1853, p. 21).

A ênfase sobre os princípios de moralidade e boa conduta é recorrente em toda a narrativa, destacando sempre os comportamentos condizentes com os princípios cristãos como bondade, docilidade e submissão.

A obra francesa não apenas foi utilizada nas escolas de ensino primário em diferentes províncias do Brasil, como também influenciou na produção de outros materiais de leitura e difundiu os princípios cristãos defendidos pela Igreja Católica, conforme aponta Odaléia Alves da Costa (2013), em sua tese intitulada *O Livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*<sup>222</sup>. Ao analisar a classificação apresentada por Martyn Lyons de 27 livros que foram *best-sellers* franceses no período compreendido entre 1831 e 1835, Costa

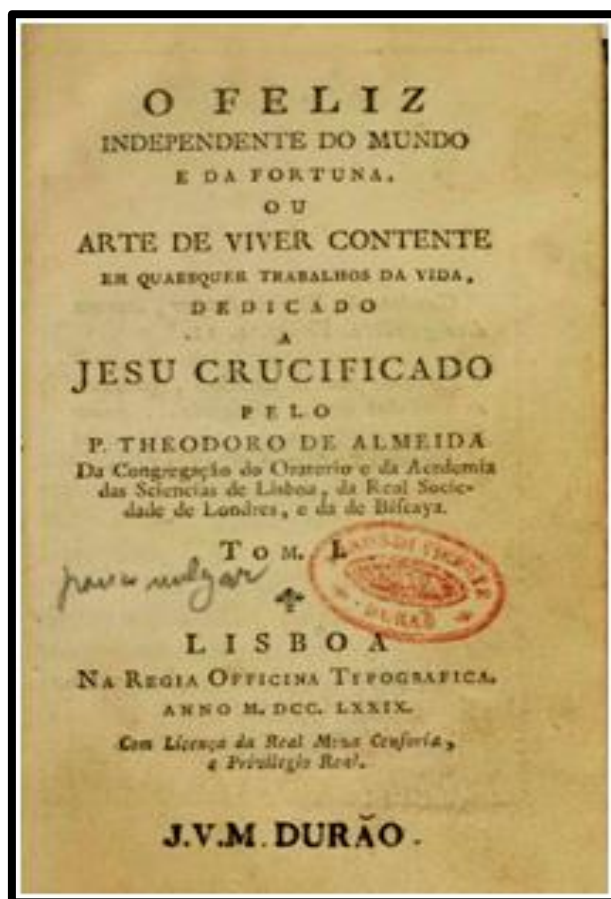
---

<sup>222</sup> Neste trabalho, a autora trata da influência de *Simão de Nantua* na composição de um dos capítulos da obra brasileira *Livro do povo* (1861), produzida por Antônio Marques Rodrigues e largamente utilizada nas escolas de ensino primário do Maranhão, no século XIX.

destaca que, pelo menos, cinco foram lidos no Brasil; dentre eles, *Simão de Nantua*, que ocupava a 11ª posição.

#### 6.2.1.3 O Feliz independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em Quaisquer Trabalhos da Vida

**Figura 23** – Fac-símile da obra *O Feliz Independente* (1779)



Fonte: Almeida (1739)

Obra produzida pelo Padre Teodoro de Almeida (1722-1804), membro da Congregação de Oratório<sup>223</sup> e fundador da Academia de Ciências de Lisboa. Almeida é considerado uma das figuras mais importantes do Iluminismo católico em Portugal e defensor da Filosofia Moral. Em seus trabalhos, é possível observar a conciliação dos “[...] ideais moralistas tradicionais e

<sup>223</sup>Os oratorianos são padres seculares que formam a Congregação do Oratório, hoje, Confederação. Trata-se de uma organização religiosa que chegou a Portugal em 1640. Eles foram oponentes dos jesuítas, em relação à pedagogia, eram defensores do estudo da gramática e da ortografia da língua portuguesa, sem o intermédio do latim. Promoveram as ciências naturais e introduziram experimentações científicas em Portugal. Luís Antonio Verney foi um dos membros da Congregação. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_oratorianos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_oratorianos.htm). Acesso em: 1 jul. 2020.

religiosos à nova realidade que se apresentava ao homem ilustrado do século XVIII” (GOVASKI, 2019, p. 179).

*O Feliz independente...* teve sua primeira edição publicada em três volumes<sup>224</sup>, pela Regia Officina typographica, em 1779, na cidade de Lisboa<sup>225</sup>, “com licença da real mesa censória e privilégio real”, conforme consta no frontispício da obra. Foram produzidas cinco edições na língua portuguesa, até 1861. Na língua espanhola, logrou êxito ainda maior, com a publicação de onze edições, o que revela ter alcançado sucesso editorial para além de Portugal, alcançando também outros países, como França e Alemanha, cuja obra fora traduzida em suas respectivas línguas (EBENHOCH, 2020).

Trata-se de um poema épico em prosa<sup>226</sup>, cujos personagens principais são inspirados em figuras históricas: O rei Vladisláo, que, no século XIII, abdicou do trono polonês, recebe o papel de protagonista, na obra, e o Conde da Moravia, o antagonista. A respeito deste, Almeida (1779, p. 21-22) explica que se tornou “famoso pelos erros da sua paixão amorosa”. Sobre aquele, o autor declara que “não poderia achar em toda a historia personagem a quem melhor quadrasse a pintura da virtude, e solida Filosofia, que eu queria fazer brilhar na face de todo o Mundo”.

Na obra, o rei Vladisláo, após se converter ao cristianismo, adota o nome de Misseno e vive como um eremita. O enredo se dá a partir do seu encontro com o conde da Morávia e a princesa Sofia, ambos possuídos por um sentimento de tristeza e aflição. Decorrem, daí, vários diálogos em que o protagonista revela sua história, descreve como encontrou a felicidade através das Sagradas Escrituras, argumenta sobre a possibilidade de viver feliz, desde que se faça bom uso do juízo e da vontade; atribui a infelicidade da vida aos erros cometidos. Até o livro XV, ocorrem sucessivos encontros entre os três personagens, num intenso debate sobre admitir ou desprezar as doutrinas de Misseno. O conde da Maróvia decide realizar uma viagem para a Terra Santa e o eremita resolve acompanhá-lo. Durante o trajeto, que se dá a partir do livro XVI, são abordados diversos assuntos, por vezes, em diálogo com outros interlocutores, “[...] falam sobre a legitimação e o exercício do poder, a tirania, o conceito da guerra justa, a procura da glória, a beleza feminina e os sentimentos humanos” (EBENHOCH, 2020, p. 116).

---

<sup>224</sup>No volume 1, encontram-se sete livros, totalizando 347 páginas; o volume 2, com 306 páginas, é composto por oito livros; e o volume 3 possui 345 páginas, também com oito livros. Neste trabalho, utilizamos a primeira edição, de 1779.

<sup>225</sup>O Padre Almeida escreveu *O Feliz Independente...* durante o período em que viveu em exílio, na França, por ocasião da perseguição instaurada pelo Marquês de Pombal (GOVASKI, 2019; EBENHOCH, 2020).

<sup>226</sup>A respeito do estilo literário da obra, Markus Ebenhoch (2020) esclarece, em seu artigo *Epopéia e romance em conflito? O feliz independente (1779), de Teodoro de Almeida*, que se trata de um texto híbrido, com características épicas e romanescas.

Por fim, no último livro, o Conde, não se convencendo da doutrina do seu discipulador, “tomado pelas fúrias infernais” decide acabar com a própria vida. Misseno resolve voltar para a Polônia e ser útil aos demais com seus conselhos.

Por meio de elementos fantásticos, como fantasmas, anjos, santos e ninfas, e passagens alegóricas, o livro enfatiza os duelos existentes entre: o amor próprio e o amor a Deus; admitir ou desprezar as doutrinas; os desejos do coração e a razão. Nas palavras de Almeida (1779, p. 17), em *Feliz independente...* pretende-se que “[...] a Filosofia insinue insensivelmente todas as suas maximas, e com o gosto se veja sempre que a Razão triunfa das paixões; e a Virtude do crime”.

Segundo Zulmira C. Santos (2013, p. 182), a primeira parte do título *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* se relaciona ao conjunto de textos produzidos no século XVIII, cuja tema é Felicidade. Quanto à segunda parte, *Arte de Viver Contente em Quaisquer Trabalhos da Vida*, Almeida atribui ao texto a categoria de arte, desse modo, “algo que é susceptível de ser ensinado, o é também de ser aprendido”. A autora acrescenta que, nesse sentido, *O Feliz independente...* tem finalidades pedagógicas, pois apresenta-se como um “modelo da arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida” e, desse modo, conclui que a obra “[...] assume-se, assim, como um verdadeiro romance de tese, procurando, a todo o momento, provar que a Fé Cristã proporciona ao Homem, para além da salvação, a possibilidade de ser feliz.” (SANTOS, 2013, p. 191).

#### 6.2.1.4 Elementos de grammatica portugueza, desenvolvidos com a maior clareza possível para uso das aulas

Emilio Aquiles Monteverde (1803-1881) ocupou importantes cargos no governo português, dentre os quais o de secretário geral do Ministério de Negócios Estrangeiros. Além de diplomata, se dedicou à produção de obras para a instrução escolar, especialmente, manuais, gramáticas e enciclopédias destinadas ao ensino primário, as quais alcançaram vasta divulgação, sendo impressas grandes tiragens de suas edições.

Do rol de obras de sua autoria, destaca-se o *Manual Encyclopedico para uso das Escolas d’Instrução Primaria*, que, entre 1838 e 1879, alcançou mais de dez edições e foi, possivelmente, o livro mais utilizado no século XIX. Na proposta de Monteverde, o manual deveria ser antecedido pelo *Methodo facilimo para aprender a ler, tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível*, esta, por sua vez, é apontada em

Portugal como a cartilha de maior alcance no período compreendido entre 1850 e 1880. Tais obras aparecem com frequência nas listas de livros encontrados em relatórios e lista de livros doados às escolas no Brasil<sup>227</sup>, bem como em anúncios de jornais que divulgavam a venda dos livros.

Carlota Boto (1999, p. 240) assinala que há indícios de que os livros de Monteverde tenham sido reconhecidos pelo governo português, e dele tenha recebido incentivo, visto que “eram com muita frequência, distribuídos por autoridades centrais, distritais e municipais para uso das escolas”.

A respeito do livro *Elementos de grammatica portugueza, desenvolvidos com a maior clareza possível para uso das aulas*, não foi possível localizá-lo, e, ademais, das consultas realizadas, foram poucas as informações e referências a essa obra. Na relação de gramáticas da biblioteca digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto<sup>228</sup>, constam duas edições da gramática de Monteverde, a primeira, editada em 1833, com 72 páginas, publicada pela Imprensa de Lisboa; e a segunda, publicada em 1867, pela tipografia Universal.

No trabalho de Emília Helena Portella Monteiro de Souza (2012, p. 650) em que refere ao documento encaminhado pelo presidente do Conselho de Instrução Pública, Dr. José Vieira de Faria Aragão Ataliba, ao Presidente da Província da Bahia, em 1850, constata-se que a *Gramática de Monteverde* está entre as obras indicadas para serem adotadas pelas escolas primárias.

O relatório de Gonçalves Dias, de 1852, reitera as determinações do Conselho de Instrução Pública quanto à prescrição dessa gramática na Bahia. Com base nisso, o autor declara ser injusta tal decisão, por considerar a existência de obras melhores que a de Monteverde, naquela província, e, ao ressaltar os erros de impressão já apontados pelo Conselho, reconhece ter sido uma péssima escolha, conforme excerto a seguir:

Voltando ainda à Bahia, foram ali os compêndios de Monteverde, com injúria e prejuízo dos escritores brasileiros superiores de muito ao autor português: estão admitidos somente estes: a gramática, aritmética e moral de Monteverde, o catecismo de Fleury, e a caligrafia de Vanzeller, de que se não poderão litografar exemplares. [...] **foi injusto, dando preferência à gramática de Monteverde, quando as há melhores na Bahia**, e não uma, senão algumas, a de Martezão, a de Felipe Alberto e a de Gentil; há tão boas gramáticas como a de Monteverde, e em igualdade de circunstâncias era justiça premiar o nobre esforço desses autores em ver de os injuriar, além de os desfavorecer. Resultou que a **gramática de Monteverde é adotada nas escolas para exercícios de leitura, e pessimamente; porque a impressão, como de outras, dizia o**

<sup>227</sup>Cf. Boto (1999); Tambara (2002); Jesus (2018).

<sup>228</sup>Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7451.PDF>. Acesso em: 4 jul. 2020.

**Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros** (MOACYR, 1939, p. 525-526, grifos nossos).

É evidente, no relatório apresentado, a reprovação quanto à escolha de uma gramática estrangeira, preterindo obras de autores nacionais. Segundo Boto (2003, p. 19), a defesa por obras didáticas “genuinamente nacionais” foi intensificada nas décadas de 1870 e 1880, mas já pode ser identificada no discurso de Gonçalves Dias.

Na documentação referente à doação de livros, organizada por Jesus (2018, p. 146), em resposta à solicitação de Clodoveo Pereira Rebello, em 1857, quanto ao auxílio para a impressão de um opúsculo, por ele doado, justifica-se que o *Compendio de Gramática Portuguesa de Monteverde* perdera seu caráter oficial, tendo em vista os erros ali encontrados e, em função disso, fora promovido um concurso, pela Diretoria de Estudos, para a confecção de outro compêndio que o substituísse. Levando-se em conta o relatório de Gonçalves Dias, podemos supor que a sua posição pode ter influenciado na exclusão da gramática de Monteverde da relação de obras permitidas pelo Conselho de Instrução pública da Província da Bahia.

Tais testemunhos nos levam a supor que *Elementos de grammicaportugueza, desenvolvidos com a maior clareza possivel para uso das aulas*, ao contrário de outros trabalhos de Monteverde, foi uma obra pouco expressiva e que teve um lugar efêmero nas escolas primárias, o que justifica a rarefação de referências e informações a seu respeito.

#### 6.2.1.5 Acidentes da Infância, ou histórias instrutivas

Os Acidentes da Infancia, obra ornada de muitas estampas, escripta para instrucção e recreio dos meninos e meninas, no qual se lhes mostra os perigos em que a sua inesperienza os faz cair quando não seguem os conselhos de seus paes ou superiores, contem: as historiazinhas seguintes: os trepadores, as margens do rio, acidente singular, Alcibiades menino, o pai Simão ou os tres accidentes, o telhado, as tristes aventuras de Bertrão o glotão, o atirador de pedras, as facas e as tesouras, tende cuidado com a luz, o imprudente, não brinqueis com o fogo, a agos a ferver, a menina queimada, os tresimprudentes o jovem heroe, o vidro quebrado, os alfinetes, as costas da cadeira, cáe de cima dos moveis, a cornada do boi, o alfinete na sopa, o alfinete em uma cadeira, o medo, as abelhas, o poço e a janella, os instrumentos de carpinteiro, a escada de pedreiro, e o polvarilho; vol.1 com encadernação franceza, preço U600rs., vende-se na loja de livros de Albino Jordão, rua do Ouvidor n. 121, entre a dos Ourives e a dos Latoeiros casa do livro azul. (DIÁRIO, 26 de agosto de 1841, p.2).

O excerto acima diz respeito ao anúncio de livros à venda, publicado no *Diário do Rio*

de Janeiro, em 1841. Outros anúncios de vendas dessa mesma obra, *Acidentes da infância*, podem ser constatados nos seguintes periódicos<sup>229</sup>: *Jornal do Commercio* (RJ), 1840; *O Mercantil* (MG), 1845; *O Cearense* (CE), 1848; *A imprensa: Jornal político e social* (PE), 1850; *O Gratis* (RJ), 1850. Também no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1846, encontramos o livro no rol de obras a serem leiloadas por Cannell e Howden.<sup>230</sup> No *Diário Novo*, de Pernambuco, em 1845, o professor Bernardes Fernandes Viana oferece aulas particulares fazendo uso, dentre outros, do referido livro.

Desse modo, o excerto do jornal *Diário do Rio de Janeiro* nos dá pistas sobre *Acidentes da Infância*. A partir da leitura desse texto, no qual se anuncia o livro, é possível depreender que: possui muitas ilustrações; contém, provavelmente, vinte e oito capítulos; cada capítulo apresenta uma nova história, em que ocorre alguma situação que envolve perigo e implica em novas instruções às crianças. A obra explora os acidentes ocasionados pelo manuseio de determinados instrumentos, como: tesouras, alfinetes, vidros, facas, instrumentos de carpintaria; os perigos de determinadas ações, tais como: subir em árvores, telhados, escadas e móveis; e as situações que promovem queimaduras e afogamentos. No que diz respeito à autoria, não há qualquer pista, podemos inferir que seja de uma obra de origem francesa ou alemã, traduzida para o português, assim como muitas outras que foram adotadas no Brasil para suprir a carência de materiais de leitura para o ensino das Primeiras Letras, mas não há evidências para tal assertiva.

Outra referência à obra foi encontrada na relação de livros permitidos pelo governo da Província da Bahia, em 1848, para uso nas escolas primárias, conforme documento produzido pelo presidente do Conselho de Instrução, Justiniano da Silva Gomes, já referido anteriormente<sup>231</sup>.

Apesar de ter sido utilizada pelas escolas públicas e privadas e amplamente ofertada à venda por livrarias em diversas províncias, não localizamos a obra, nem a sua autoria ou data de publicação, tampouco outras referências a ela.

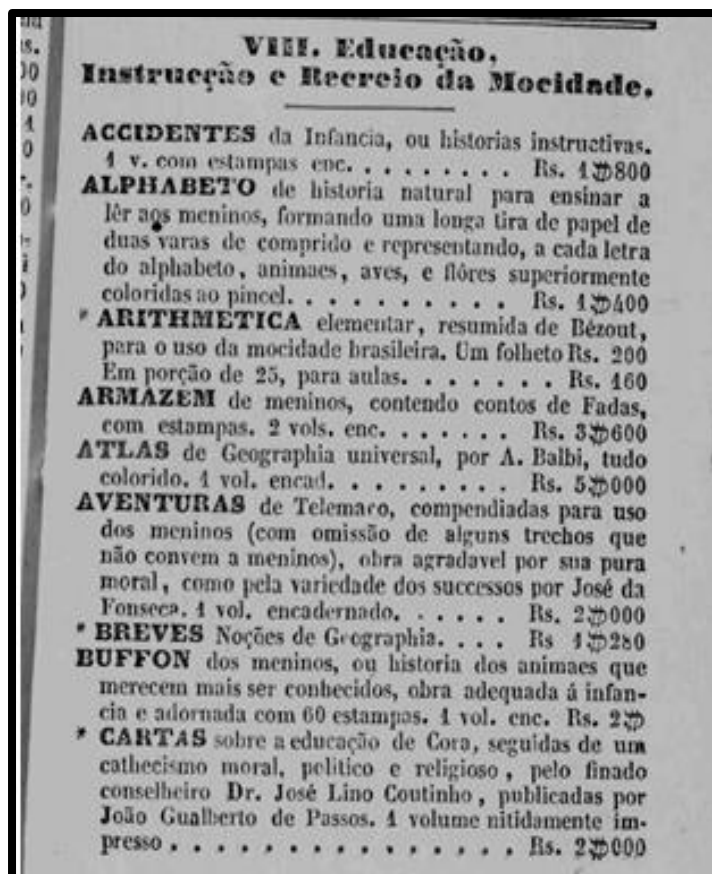
---

<sup>229</sup>Para ter acesso a esses anúncios, realizamos uma busca no campo de pesquisa, inserindo o título da obra, na *Hemeroteca digital brasileira*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 6 jul. 2020.

<sup>230</sup>No anúncio, havia a identificação do leiloeiro e informações relativas ao local, data e horário em que iria acontecer o evento, bem como a relação de obras a serem leiloadas. Era uma prática muito frequente a realização de leilões, não apenas de livros, mas de vários outros produtos, como: móveis, escravos, utensílios, tecidos, jóias, carne de porco, dentre. A esse respeito, é interessante o trabalho de dissertação de William de Oliveira Tognolo (2018), intitulado *Romances à venda: leilões de livros no Rio de Janeiro (1836-1868)*, apresentado na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>231</sup>Conforme apresentado no trabalho de Jesus (2018).

**Figura 24** – Fac-símile do Catálogo de obras da Livraria Universal



Fonte:CATÁLOGO, [18--].

No Catálogo<sup>232</sup> número um, da Livraria Universal, dos irmãos Laemmert, *Acidentes da infância, ou histórias instrutivas*, está elencada na seção VII, intitulada: *Educação, instrução e recreio da mocidade* (Figura 24). Note-se que, na mesma categoria, estão livros produzidos estritamente para uso escolar e de caráter instrutivo, ainda que do gênero literário, como *Aventuras de Telêmaco*, de François Fénelon. Ademais, ao considerarmos o título da obra, podemos concluir que se trata de um livro cujo objetivo é instruir as crianças acerca de acidentes relacionados a determinadas situações.

De qualquer modo, em meados do século XIX, o livro *Acidentes na infância* circulava nas escolas de primeiras letras, e, ao menos na Província da Bahia, fazia parte das obras

<sup>232</sup>A Livraria Universal foi fundada em 1833 e a tipografia Universal em 1838, na cidade do Rio de Janeiro, pertenciam aos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. Além das traduções alemãs e francesas, editaram obras de diversos autores brasileiros e foram responsáveis por um considerável acervo de impressos no Brasil. No final da década de 1850, já contava com o número de 250 títulos produzidos (HALLEWELL, 2005, p. 237). O catálogo de obras da livraria Universal consultado está disponível em: [http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/catalogosLivreiros/RiodeJaneiro/IrmaosLaemmert/9\\_Catalogo\\_n\\_1\\_da\\_Livraria\\_Universal\\_de\\_E\\_e\\_H\\_Laemmert\\_oferecendo\\_uma\\_variada\\_escolha\\_de\\_excelentes\\_obras.pdf](http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/catalogosLivreiros/RiodeJaneiro/IrmaosLaemmert/9_Catalogo_n_1_da_Livraria_Universal_de_E_e_H_Laemmert_oferecendo_uma_variada_escolha_de_excelentes_obras.pdf). Acesso em: 7 jul 2020.



permitidas para o exercício da leitura nas aulas de Primeiras Letras, além de encontrar-se disponível à venda em diversas livrarias.

Assim, a respeito das obras escolares utilizadas nas aulas da Vila de Jacobina, conforme consta no documento produzido pelo juiz Saraiva, em 1850, podemos considerar que os livros atendiam perfeitamente às determinações do Estado, ou seja, evidencia-se o lugar de textos com ensinamentos morais, enfatizando o exercício da cidadania e a submissão às leis imperiais, como *Simão de Nantua*, *Acidentes da Infância* e *Feliz Independente...*; o ensino dos preceitos e doutrinas cristãs, como *Escola Brasileira ou Instrução útil...* além do ensino prescritivo da língua portuguesa, como a *Gramática de Monteverde*.

O *Regulamento* de 1837, apresentado pela Comissão da Instrução Pública da Bahia, aponta para a predominância desses temas nas aulas primárias:

Portanto, sempre que houver oportunidade lhes inspirem o santo temor de Deos, o respeito e obediência às Leis, e às Autho[ridades] [*inint.*] o amor do proximo; o bem entendido patriotismo, levando-os com suavidade [*inint.*] do aceio, compostura, e boas maneiras no trato civil (REGULAMENTO, 1837).

Como vimos, todas as obras citadas correspondiam à relação das obras autorizadas ou permitidas, eram, portanto, legitimadas pelo governo e se tornaram instrumento importante em prol de um processo civilizatório para a nação recém-independente.

Para encerrar esta seção, é necessário atentar para o fato de que as condições das escolas, naquele período histórico, eram bastante precárias, os recursos eram escassos e as dificuldades de acesso ao livro impresso eram constantes, o que nos leva a conjecturar sobre o uso dessas obras nas aulas, especialmente entre a população menos favorecida. É certo que alguns desses livros, como as gramáticas e dicionários, deveriam ser utilizados apenas pelo professor, com o objetivo de auxiliá-lo no ensino das matérias, conforme esclarece o Regulamento de 1837. Mas e quanto aos alunos? Era-lhes possível possuir alguns desses exemplares ou apenas lhes eram dados excertos das obras para a prática da leitura e da escrita?

Como vimos na seção 4 desta Tese, o professor Estanislao José Gomes registrou que alguns alunos não possuíam o livro para ler, o que nos leva a concluir que havia alunos que possuíam algum livro. No entanto, não temos indícios que nos permitam afirmar quais seriam essas obras. Considerando que o ensino primário compreendia o processo de alfabetização, em que se aprendia o abc, possivelmente, apenas cartilhas ou catecismos faziam parte do acervo desses alunos, visto que eram largamente utilizadas nas aulas de Primeiras Letras, no século XIX.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma pesquisa sobre o lugar ocupado pelo escrito na Vila de Santo Antônio de Jacobina-Ba, no século XIX, este trabalho de Tese tencionava compreender como se caracterizavam os sujeitos inseridos no contexto de escolarização e sua relação com a cultura escrita. Tendo em vista a escassa produção acadêmica que se debruça sobre esse tema naquela Vila do sertão baiano, no período definido (1827-1860), suprir essa lacuna foi o objetivo perseguido neste trabalho. Com esse intuito, foi necessário localizar um vasto número de documentos impressos e manuscritos, transcrevê-los, analisá-los e interpretá-los.

É inegável que as características histórico-culturais da Vila de Santo de Jacobina nos séculos XVII e XVIII, período em que experimentou o apogeu do ouro e de metais preciosos, impulsionaram o seu desenvolvimento econômico, atraindo diferentes grupos populacionais. De igual modo, o desenvolvimento da pecuária e as estradas de gado que por ali passaram são indicadores de avanços que refletiram, de alguma forma, num sistema de educação em funcionamento desde as primeiras décadas do século XIX, como mostramos ao longo deste trabalho.

No contexto da Vila de Santo Antônio de Jacobina, o conjunto de documentos localizados e analisados nesta Tese nos deu mostras de como se efetivaram as propostas de reforma da Instrução Pública, que teve origem no projeto do Marquês de Pombal para o reino de Portugal. Por um lado, visualizamos um cenário que se erigia no Brasil imperial marcado pelas dificuldades quanto às condições de trabalho e ao baixo valor do ordenado, o que não atraía professores aptos a exercer o ofício do magistério, especialmente nas escolas do interior, razão por que a cadeira de Primeiras Letras na Freguesia de Jacobina permaneceu vaga durante o ano de 1830. Por outro lado, não se pode negar que a expectativa de civilizar e educar a população por meio da escolarização implicou numa série de medidas que favoreceram a oferta do ensino público primário em vilas e povoados distantes, como o Decreto imperial de 16 de junho de 1832, que estabelecia a criação das escolas de primeiras letras nas Freguesias de Nossa Senhora da Saúde, do Santíssimo Coração do Riachão de Jacobina e de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Desse modo, houve uma regularidade de oferta no ensino primário e uma longevidade na prática docente, pois, entre as décadas de 1830 e 1850 permaneceram, praticamente, os mesmos professores nessas aulas. Podemos dizer que, em certa medida, as aulas primárias se tornaram acessíveis aos meninos e meninas moradores daquela Vila do sertão baiano.

Em geral, no que concerne ao exercício do magistério, havia uma satisfação quanto ao desempenho e características morais dos professores e da professora das quatro freguesias da Vila de Jacobina, o que pôde ser constatado por meio de documentos emitidos por juízes da Comarca, pela Câmara Municipal de Jacobina e por representantes eclesiásticos.

As fontes consultadas não nos permitiram esmiuçar sobre a origem e formação desses profissionais do magistério, mas ofereceram pistas que nos levam a conjecturar, por exemplo, que a professora D. Maria da Glória Figueiredo poderia ser classificada como culta, considerando as competências definidas por Petrucci (2003), pois, ao que tudo indica, dominava outras línguas, apesar de leiga.

Os mapas de frequência enviados por professores e pela professora de Primeiras Letras aos diretores da Instrução Pública, no término do ano letivo, nos possibilitaram construir uma imagem a respeito dos meninos e meninas que compunham as aulas públicas de Primeiras Letras na Freguesia da Vila. Ao descrever as características físicas, morais e intelectuais desses estudantes, esses professores e a professora se tornaram narradores de uma história sobre a identidade dos discípulos e discípulas que tiveram acesso à instrução pública e, conseqüentemente, à cultura do escrito. O que foi desenhado e interpretado nesta Tese revelou uma escola de meninas brancas, hábeis e abastadas, conduzidas pela competente professora D. Maria da Glória. Ao passo que, naquela mesma Freguesia, se nos apresentou uma escola para meninos com uma “profusão de cores”, sob a regência do Professor Estanislão José Gomes. Nela já se pôde ver meninos não brancos e pobres. Nas aulas primárias das Freguesias de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão da Jacobina e de Nossa Senhora da Saúde, que se caracterizavam como rurais, é notória a predominância de meninos de cor/etnia não branca, especialmente aqueles classificados como pardos. Nesse caso, ficou-nos evidente que a cor/etnia preta, parda, crioula, cabra ou semibranca não representava um fator impeditivo à entrada de discípulos e discípulas na escola. Entretanto, podemos concluir que as condições socioeconômicas desses indivíduos, de alguma forma, favoreciam a descontinuidade e o abandono dos estudos.

A propósito, nas aulas de Primeiras Letras da Freguesia da Vila de Jacobina, ao menos no período analisado, o sexo feminino se distinguia do sexo masculino quanto às características étnicas e sociais. Das análises realizadas a partir dos dados extraídos dos mapas de frequência, percebeu-se uma discrepância entre os discípulos e as discípulas, no que diz respeito à cor/etnia. Nas aulas primárias para o sexo feminino predominava a cor/etnia branca, enquanto, entre os discípulos, havia um contingente maior de não-brancos, qualificados com diversas lexias.

De igual modo, foi constatada, por meio da análise referente à ocupação/profissão dos pais, uma divergência entre as classes de sexos diferentes, visto que as meninas pertenciam a famílias abastadas e, entre os meninos, havia indivíduos pertencentes a grupos sociais menos favorecidos. Esse é um dado peculiar e nos faz supor que havia um projeto de escola para o sexo feminino cujo objetivo primordial, quase exclusivo, era atender à demanda da elite branca. Nesse caso, às meninas de cor não foi possível ingressarem na aula. Podemos levantar algumas hipóteses: havia uma preferência por meninas brancas e abastadas ou, às meninas não brancas e pobres, a prioridade era ajudar nos afazeres domésticos, sendo, pois, cerceadas de acessar a escola.

Com base nos registros constantes nas categorias de avaliação pedagógica, relativas às aprendizagens da leitura, da escrita e da gramática, foi-nos possível realizar algumas interpretações sobre o que e como aprendiam os estudantes da Vila de Jacobina. Nesse sentido, do que se pôde colher e interpretar, naquelas escolas de Primeiras Letras, os alunos e alunas, com algumas exceções, aprendiam a ler e a escrever. Conforme mostramos, havia a predominância da leitura de textos manuscritos, em especial nas Freguesias mais rurais, possivelmente devido às condições de acesso ao impresso, no entanto, havia também a leitura de livros, principalmente nas escolas da Freguesia da Vila de Jacobina, a exemplo da classe de meninas, em que os dados analisados revelam que quase a totalidade de discípulas já sabiam ler livros. Também a escrita de diferentes tipos gráficos (bastardo, bastardinho e cursivo) era ensinada e aprendida por um número maior de estudantes, ainda que em condições desfavoráveis. Sobre a prática da escrita, os documentos a que tivemos acesso não nos permitem assinalar quais seriam os materiais utilizados nas escolas, mas apontaram para as etapas de aprendizagem percorridas durante o processo de aprendizagem dessa habilidade e dos métodos adotados, partindo do traçado das linhas com vistas à escrita cursiva.

Uma outra vertente do trabalho incidiu na análise dos livros escolares que, segundo o juiz de direito Saraiva, da Comarca de Jacobina, eram utilizados nas escolas da Vila de Jacobina. Esses materiais se caracterizavam como manuais, compêndios ou cartilhas e estavam subordinados ao controle do governo. Desse modo, tornou-se possível compreender os discursos difundidos por meio daqueles textos e as representações construídas especialmente no que diz respeito aos valores e conceitos relacionados à fé cristã e ao exercício da civilidade. Assim, ainda que esses livros não tenham sido adquiridos pelos alunos e alunas da Vila, de alguma forma eles eram inseridos no contexto escolar, quer tenham sido utilizados simplesmente para orientar os professores e a professora de Primeiras Letras quanto ao seu ofício, quer tenham sido por meio de leitura ou cópia manuscrita de alguns fragmentos

selecionados. Sobre isso, não nos foi possível afirmar como se deu o uso dessas obras, mas apenas fazer suposições.

Dentre os documentos localizados no APEB, deparamo-nos com dois mapas de frequência das aulas públicas de Gramática Latina que eram ofertadas na Freguesia da Vila de Jacobina. Os registros realizados pelo professor João Longuinho de Souza, nesses documentos, nos levaram à busca de informações concernentes à organização do ensino, aos métodos e materiais utilizados e ao perfil dos estudantes inscritos naquela aula. Apesar de ter sido oferecida aula de Gramática Latina até a década de 1860, poucos eram os estudantes que a frequentavam. A nosso ver, esse número ínfimo pode ser explicado pelo predomínio da ideia de que bastava aos meninos e às meninas da Vila aprender a ler, escrever e contar. De qualquer modo, ensinava-se Eutrópio, Cornélio e podemos supor que, naquelas Aulas, também eram proferidas frases de Cícero.

É certo que no decorrer da produção deste trabalho, que ora temos finalizado, lacunas foram sendo deixadas, não apenas em função da escassez de dados, mas, sobretudo, em razão de novos questionamentos que foram sendo levantados. Ainda assim, tornou-se possível levantar dados reveladores do quantitativo de alunos e alunas que foram alfabetizados no contexto da educação primária, o que permitirá verificar o desempenho da escola pública do século XIX como uma agência de letramento. Entendemos, portanto, que esta Tese pôde contribuir para o projeto de reconstrução do português brasileiro, tendo em vista que revelou aspectos demográficos da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no século XIX, os quais podem representar “um indicador de peso para interpretar os processos linguajeitos ocorridos no Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 49). Ademais, ao apontar dados da história da escolarização, revelando o perfil dos sujeitos inseridos no contexto escolar e, conseqüentemente, na cultura do escrito, esse estudo contribuiu para a ampliação de dados relativos à História Social da Cultura Escrita no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de letras, ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, Márcia. Leituras no Brasil colonial. **Remate de Males**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 131-163, nov. 2012.

ADÃO, Áurea. A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de oitocentos: das decisões políticas à instalação das primeiras escolas. **Revista Interacções**, Santarém, n. 28, p. 55-67, 2014.

ADÃO, Áurea. Aprender a escrever nas escolas régias pombalinas: um processo exigente e demorado. In: TRINCHÃO, Cláudia Maria Costa (org.). **Do desenho das belas letras à livre expressão no desenho da escrita**. Salvador: EDUFBA, 2012.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra/ Brasília: MEC/INL, 1979 [1889].

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação feminina: vozes dissonantes no século XVIII e prática colonial. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (org.). **Histórias e Utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 252-266. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545849489\\_66efa8d441cbc234757172fa8da3cd04.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545849489_66efa8d441cbc234757172fa8da3cd04.pdf). Acesso em: 22 fev. 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2000.

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de; AMORIM, Amanda Moreira de; VAZ, Victor Antônio Sanches da Silva; PAULA, Maria Helena de. Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista. In: PAULA, Maria Helena de; SANTOS, Márcia Pereira dos; PERES, Selma Martines. **Perspectivas em estudos da linguagem**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 159-170.

ALMEIDA, Theodoro de. **O feliz independente do mundo e da fortuna, ou Arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida**. Lisboa: Regia OfficinaTypografica, 1779. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da Escola Publica Contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

AMBIRES, Juarez Donizete. Jacob Roland: um jesuíta flamengo na América Portuguesa. **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v. 25, n. 50, p. 201-216, 2005.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários (1759 – 1771):** contribuição para a história da pedagogia em Portugal. 1981. 2v. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1981. Disponível em: [https://archive.org/stream/bub\\_gb\\_TuoR4Ag48NsC/bub\\_gb\\_TuoR4Ag48NsC\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/bub_gb_TuoR4Ag48NsC/bub_gb_TuoR4Ag48NsC_djvu.txt). Acesso em: 20 jan. 2019.

ANJOS, Tiane Melo dos. A Escola Normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2009.

ARRIADA, Eduardo; CALLEGARO, Antonio; DUARTE, Tambara Sheila. A Sciencia do Bom Homem Ricardo: um texto de leitura escolar no Brasil Imperial. **História da Educação** [online], Santa Maria, v. 19, n. 46, p. 243-258, maio/ago. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000200243&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000200243&script=sci_arttext). Acesso em: 7 jul 2020.

ARRIADA, Eduardo.; TAMBARA, Elomar AntonioCallegaro. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-78, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10352>. Acesso em: 4 jan. 2018.

ARIÈS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime.** Lisboa: Relógio d'água, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1981.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará.** 2. ed. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2004.

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Gramática filosófica da língua portuguesa:** ou princípios de gramática geral aplicados à nossa linguagem. 5 ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

BARBOZA, Giselle Macedo. **A gramática de Reis Lobato e o ensino da língua portuguesa no Brasil (1770-1828).** 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4862/1/GISELLE\\_MACEDO\\_BARBOZA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4862/1/GISELLE_MACEDO_BARBOZA.pdf). Acesso em: 26 jun. 2020.

BARROS, JOSÉ D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=173>. Acesso em: 12 maio 2017.

BARROS, José D'Assunção. A nova história cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38>. Acesso em: 30 maio 2017.

BARROS, SuryaAaronovich Pombo de. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)**. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Paleógrafos ou livros de leitura manuscrita: elementos para o estudo do gênero. **Projeto Memória de Leitura**, [201-?]. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Batista/batista.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-47, ago. 2002.

BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário Fontes dos arquivos portugueses para a história da educação luso-brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA – HISTEDBR, 7., 2006, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Rita%20filomena%20andrade%20januario%20bettini.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Rita%20filomena%20andrade%20januario%20bettini.pdf). Acesso em: 21 jan. 2020

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Mimeografado.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar, 1810-1910**. São Paulo: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Alain Choppin e seu legado como historiador e educador. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva(org.). **História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático**. São Paulo: Edunesp, 2014. p. 43-59.



BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *In*: BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 158-178.

BOTO Carlota. O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. **Revista de Historia das Ideias**, Coimbra, v. 20, 1999. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/41822>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter A **escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática (1759-1834). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 3, n. 6, p. 105-130, out. 1999.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 5, p. 195-212, jan./jun. 2003.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia. Demografia e norma lingüística no semi-árido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. *In*: NEVES, Erivaldo Fagundes (org.). **Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural**. v. 1. Salvador: Arcadia, 2011, p. 603-628.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. A história da educação no Brasil: tradições historiográficas e reconfigurações de um campo de pesquisa. *In*: CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASAL, Manuel Aires de. **CorografiaBrazílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua MagestadeFidelissima por humPresbitero Secular do Gram Priorado do Crato**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia Nacional, 1817.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no império: descentralização ou centralização?** 2007. 558 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. Questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. *In*: LOMBARDI, José *et al* (org.). **História, cultura e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 137-168. Coleção Educação Contemporânea.

CASTANHO, Sérgio. **Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista**. Campinas: Autores Associados, 2010.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio, SÁEZ, Carlos. Paleografía versus alfabetización: reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. **SIGNO**, Madrid, v. 2, n. 1, p. 133-168, 1994.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio, SÁEZ, Carlos. Paleografia e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito. Parte 1. *In: Biblioteca Digital Universidad de Alcalá*: Madrid, 1999. p. 21-31. Disponível em:

<https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6784/Paleografia%20Historia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 maio 2018.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 5, jan./jun. 2003.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa. Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 21 jun. 2020.

CIGOLINI, Adilar Antonio. Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 7-19, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n1/1984-2201-mercator-14-01-0007.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CONCEIÇÃO, Héli da Santos. O sertão e o Império: hierarquias sociais, trajetórias de elites e o projeto de exploração do sertão da capitania da Bahia no século XVIII. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES EM HISTÓRIA MODERNA*, 4., 2015, Porto. **Anais [...]**. Porto: [S.l.], 2015.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. **O aprendizado da liberdade**: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3\\_o\\_aprendizado\\_da\\_liberdade\\_educacao\\_de\\_escravos\\_libertos\\_e\\_ingenuos\\_na\\_bahia\\_oitocentista.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_o_aprendizado_da_liberdade_educacao_de_escravos_libertos_e_ingenuos_na_bahia_oitocentista.pdf). Acesso em: 28 jul. 2020.

COSTA, Afonso. Minha terra (Jacobina de antanho e de agora). *In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA*, 5., 1916, Bahia. **Anais [...]** Bahia.: [S.l.], 1916. p.235-319. v. 2.

COSTA, Craveiro. **Instituições públicas e instituições culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa oficial, 1931. (Monografia escrita por solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública). Disponível em: <https://cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/wp-content/uploads/2018/05/instrucaopublica.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

COSTA, Odaléia Alves da. **O Livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/publico/ODALEIA\\_ALVES\\_DA\\_COSTA\\_rev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/publico/ODALEIA_ALVES_DA_COSTA_rev.pdf) . Acesso em: 4 mar. 2015.

DALIGAULT, J. B. **Curso Prático de Pedagogia**: destinado aos alumnos das Escolas normaes primarias, Aspirantes ao Magisterio, e aos Professores em exercicio. 2. ed. Santa Catarina: Typografia de Ribeiro & Caminha, 1870.

D'ESQUIVEL, Márcio Oliveira. O ensino de desenho e geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925). 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) – Programa de Pós-Graduação em educação Científica e Formação de Professores, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2015.

DIAS, Antonio Gonçalves. Relatório a D. Pedro II (1852). *In*: MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a História da Educação no Brasil – 1835-1889. 2. v. São Paulo: Nacional, 1939. p. 494-530.

DIBBERN, Cynthia Helena. **O êthos de Aníbal em Tito Lívio e Cornélio Nephos**: imagens. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

EBENHOCH, Markus. Epopeia e romance em conflito? O feliz independente (1779), de Teodoro de Almeida. **Rev. Bras. Lit. Comp.**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 114-123, ago. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2596-304X2020000200114&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2596-304X2020000200114&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1 jul. 2020.

EUTRÓPIO. **Skoob**. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/autor/1720-eutropio>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FALCI, MiridanKnox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. História da disciplina Português na escola brasileira. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 13-36, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3886>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FÁVERO. Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. Mapeando o passado. *In*: **As concepções linguísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 30-56.

FEIJO, João de Morais Madureira. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes MadureyraFeyjo**. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734.

FERREIRA, Jackson. O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-Ba no século XIX. **Politeia: História e Sociedade**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 132-164, 2013. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3762>. Acesso em: 8 set. 2020.

FERNANDES, Gonçalo. As duas primeiras edições da Minerva (Lyon 1562 e Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de lasBrozas (1523-1600). In: GONÇALVES, Henriqueta Maria de Almeida (org.). **Metamorfoses: 25 anos do Departamento de Letras, Artes e Comunicação**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras-UTAD, 2011. p. 165-207. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260245215\\_As\\_duas\\_primeiras\\_edicoes\\_da\\_Minerva\\_Lyon\\_1562\\_e\\_Salamanca\\_1587\\_de\\_Francisco\\_Sanchez\\_de\\_las\\_Brozas\\_1523-1600](https://www.researchgate.net/publication/260245215_As_duas_primeiras_edicoes_da_Minerva_Lyon_1562_e_Salamanca_1587_de_Francisco_Sanchez_de_las_Brozas_1523-1600). Acesso em: 1 dez. 2019.

FIGUEIREDO, Antonio Cardoso Borges. **Bosquejo historico da literatura classica, grega, latina e portugueza, para uso das escholae**. 5 ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1862.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FORTUNATO, Natália. **Ensinar a ler e a escrever: saberes inscritos em manuais pedagógicos (Santa Catarina 1856-1892)**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de; SOUZA, Maria José Francisco de; RESENDE, Patrícia Cappucio (org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro. **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Dossiê: História da Cultura Escrita. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 207-214, 2016. Disponível em: [http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40772/pdf\\_97](http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40772/pdf_97). Acesso em: 24 jan. 2017.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod\\_resource/content/1/Ginzburg\\_carlo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod_resource/content/1/Ginzburg_carlo.pdf).

Acesso em: 17 maio 2018.

GONÇALVES, Maria Filomena. **Ortografista do Século XVII: para uma história da ortografia portuguesa**. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. 142 p. Disponível em:

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8810/1/madureirafeijo.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

GONDRA; José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 8, v. 4, p. 265-288, jul./dez. 2004.

GOVASKI, Patrícia. Educação e filosofia moral na obra do Padre Teodoro de Almeida (1722-1804). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 161-181, jan./abr. 2019.

GUIMARÃES, Marcos Denilson. O ensino do desenho prescrito em manuais pedagógicos: um estudo de 1829 a 1882. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: Educação Matemática na contemporaneidade: desafios e possibilidades, 12., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 2016. p. 1-12.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HEITLINGER, Paulo. **Tipografia**: origens, formas e usos das letras. Lisboa: Dinalivro, 2006. Disponível em: <http://tipografos.net/historia/griffo.html>. Acesso em: 11 ago. 2020.

HISCULTE – HISTORIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL. Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR, 2014. Disponível em: <https://www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao>. Acesso em: 12 dez. 2017.

HUNT, Lynn. História cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

JUSSIEL, Laurent de. **História de Simão de Nantua**. Nova edição. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1875. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

JESUS, Tamires Alice do Nascimento de Jesus. **A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras**: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da abdicação (1831- 1834). 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da

Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26954>. Acesso em: 18 jun. 2020.

JUSSIEU, Laurent de. **Simão de Nantua ou o mercador de feiras seguido das suas obras póstumas**. Lisboa: Typografia de J. B. Morando, 1853. Nova Edição. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.300000003796632;view=1up;seq=5>. Acesso em: 3 mar. 2015.

KEMMLER, Rolf. A evolução das ideias ortográficas de Jerônimo Soares Barbosa: da “Escola Popular” (1796) à “Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa” (1822). In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA: textos selecionados. Lisboa: APL, 2012. p. 297-318. Disponível em: [https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/16\\_Kemmler.pdf](https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/16_Kemmler.pdf). Acesso em: 23 set. 2020.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício: liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972)**. 1995. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1\\_a\\_arte\\_de\\_ter\\_um\\_oficio.\\_liceu\\_de\\_artes\\_e\\_oficios\\_da\\_bahia.\\_1872-1972.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_a_arte_de_ter_um_oficio._liceu_de_artes_e_oficios_da_bahia._1872-1972.pdf). Acesso em: 4 set. 2020.

LEITE, Serafim da Silva. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Edição Fac-Símile Comemorativa.

LEITE, Leni Ribeiro; CASTRO, Marihá Barbosa e. O ensino de língua latina no Brasil: percursos e perspectivas. **Clássica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 53-77, dez. 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/226>. Acesso em: 26 mar. 2019.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 32, p. 48-64, dez. 2008. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5089/art03\\_32.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5089/art03_32.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

LISBOA, José da Silva. **Escola Brasileira ou instrução útil a todas as classes extrahida da sagrada escriptura para uso da mocidade**. vol. 1. Rio de Janeiro: Typografia de P. Plancher-Seignot, 1827. Disponível em: <https://archive.org/details/EscolaBrasileiraVolumeI107PaginasPorJoseDaSilvaLisboaViscondeDe>. Acesso em: 2 jan. 2020.

LOBO, Manoel Vaz. **Compêndio de história romana por Flávio Eutropio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

LOPES, Janaína Fernanda de Oliveira. A historiografia da linguística e a gramática de Manuel Álvares. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF– ESTUDOS DE LINGUAGEM, 9., 2018, UFF, n. 1, 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2018. p. 431-439. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/IXSAPPIL-Ling/article/view/1043>. Acesso em: 26 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LEMO, Doracy Araújo. **Jacobina, sua história e sua gente**. Feira de Santana: Grafimort Indústria Gráfica e Editora Ltda., 1995.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Escrita escolar e oficialização da Escola Portuguesa. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA, 8., 2005, Madrid. **Anais** [...]. Madrid: Universidad de Alcalá, 2005. p.1-21. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4893/1/Escrita%20Escolar%20e%20Oficializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Escola%20Portuguesa.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A Parafrase dos proverbios de Salomão: o código moral dos pedreiros livres impresso na Bahia em 1815. **Revista portuguesa de história do livro e da edição**, Coimbra, ano xvi, n. 35-36, p. 1-51, 2015.

MAIA, Clarinda. Linguística histórica e filologia. *In*: LOBO, Tânia *et al* (org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-542.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação da análise estatística da sociedade (século XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200002). Acesso em: 7 set. 2020.

MARTOS GARCÍA, Aitana; VIVAS MORENO, Agustín. Cultura escrita e historia de la cultura. **Álabe**, Almeria, n. 2, p. 1-32, dic. 2010. Disponível em: <http://revistaalabe.com/index/alabe/article/view/26/20>. Acesso em: 7 maio 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o “inaudível”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias da mudança linguística e sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). **Linguística**, Porto, v. 3, p. 39-53, 2008. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6874.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUCH, Cláudia. Contando policiais: o registro de pessoal como fonte. **História Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 16. n. 13. p. 413-421, set./dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.13>. Acesso em: 1 set. 2020.

MENDONÇA, Ana WaleskaPollo Campo. A língua portuguesa como uma nova língua clássica. **Revista História da Educação** (online), Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 173-187 jan./abr. 2013.

MENDONÇA, Ana Waleska Polo; CARDOSO, Tereza. A gênese de uma profissão fragmentada. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 15, p. 31-55, set./dez. 2007. Dossiê História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38607>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MENDONÇA, Ana WaleskaPollo Campo. A reforma pombalina dos estudos secundários e seu impacto no processo de profissionalização do professor. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 3., 2004, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR/SBHE, 2004. v. 1. p. 125-126. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/104.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2018.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história da educação no Brasil: 1835-1889. v. 2. São Paulo: Nacional, 1939.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita**. 12. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, [18--?]. (Arquivo digitalizado pela Biblioteca Brasileira). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/266>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro “geográfico”. *In*: **Terra Brasilis**: Revista Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, [S.l.], n. 3-4, p. 1-8, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 1 fev. 2018.

MORTATTI, Maria do Rosário. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *In*: **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília-DF: MEC/SEB, p. 1-14, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. A legislação como fonte de história do livro didático, numa época em que supostamente não havia leis sobre isso e muito menos a história do livro didático. *In*: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita**: métodos e material didático. São Paulo: Editora Unesp; Marília: Oficina Universitária, 2014.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. Experiência docente de uma mestra de meninas Paranaguá (1835-1851). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: UFMT, 2013. p. 1-14. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05-%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/EXPERIENCIA%20DOCENTE%20DE%20UMA%20MESTRA.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. Experiência docente no século XIX. **Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná**.



2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na província da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 99, p. 75-113, 2004.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia**: da pré-história a 1815. Salvador: Quarteto, 2013.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. A educação na Bahia Imperial (1823-1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcadia, 2008a.

NUNES, Antonietta d’Aguiar Nunes. Fundamentos e políticas educacionais: memória e trajetória da educação na Bahia. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, ano 16, n. 2, p. 209-224, dez. 2008b.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 99, p. 75-113, 2004.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. A situação educacional baiana no final do 1º império brasileiro. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4, 2001, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia/Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 751-766. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/550AntoniettaNunues.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. A situação educacional baiana no final do 1º Império brasileiro (1828-1832). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 167, p. 226-256, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização**: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, João Luis Cardoso. **A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercado de Feiras**: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834). 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: [https://www.repositorio.ufop.br/jspui/bitstream/123456789/11849/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Moraliza%C3%A7%C3%A3oTempoSim%C3%A3o.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/jspui/bitstream/123456789/11849/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Moraliza%C3%A7%C3%A3oTempoSim%C3%A3o.pdf). Acesso em: 30 jun. 2020.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII: as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho.

2014. 301 f. Tese (Concurso Professor Titular de História do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. **A construção dos tempos escolares**: possibilidades e alternativas plurais. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PEREIRA, Ana Carolina Costa; PEREIRA, Daniela Esteves. Manuais escolares de matemática: uma visão panorâmica sobre sua história e políticas públicas. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 71, p. 214 -229, mar. 2017.

PETRUCCI, Armando. **La ciência de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PETRUCCI, Armando. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. *In*: \_\_\_\_\_. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

PIMENTEL, Antonio José de. **Cartilha, ou Compendio da doutrina cristã, ordenada por perguntas e respostas**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1839. Nova Edição.

PINA, Luís de. Plano para a educação de uma menina portuguesa no século XVIII (no II centenário da publicação do Método de Ribeiro Sanches). **Cale – Revista da Faculdade de Letras do Porto**, Porto, v. I, p. 9-50, 1968. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id11&sum=sim>. Acesso em: 11 out. 2019.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 74-94.

SANCHES, António Ribeiro. **Carta sobre a educação da mocidade**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/cartas\\_educacao\\_mocidade.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf). Acesso em: 9 out. 2020.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. **Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil**: o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações, proposta metodológica. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 77-92.

SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas. **“Trato da perpétua tormenta”**: a conversão nos sertões de dentro e os escritos de Luigi Vicenza MamianidellaRovere sobre os Kiriri (166-1699). 2017. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas**: tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Zulmira. O Feliz Independente... do P.<sup>e</sup> Teodoro de Almeida: a teoria literária como forma de cultura no século XVIII. In: FACULDADE DE LETRAS. **Problemáticas em história cultural**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1987. p. 179-191. Anexo da Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9030/2/artigo8951.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d’ensino mutuo**. Tradução João Alves Portella. Cidade da Bahia: Typ. de A. O. da França Guerra e Comp., 1854. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135020>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. In: BRITO, Silvia Helena Andrade de; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **A organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 14-40.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do ‘breve século XIX brasileiro’. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE. HISTEDBR, 2006.

SILVA, Joaquim José Ventura da. **Regras methodicas para se aprender a escrever para escrever os caracteres das letras ingleza, portugueza, aldina, romana, gotica-italica, e gotica-germanica; acompanhadas de hum tratado completo de arithmetica**. Lisboa: Impressão Régia, 1819. p. 49 (Volume de estampas). Disponível em: <https://archive.org/details/regrasmethodicas00silvuoft/page/294/mode/2up>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processo de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, António de Moraes. **Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vol.

SILVA, José Carlos de Araújo. Brancos, pardos, cabras e crioulos, ou apenas pardos e crioulos? Uma aula pública de primeiras letras na cidade do Salvador em meados do século XIX. **Revista África(s)**, Alagoinhas, n. 5, v. 3, p. 169-181, 2016.

SILVA, José Carlos de Araújo. O ensino mútuo e o ensino simultâneo na província da Bahia: cotidiano e trabalho docente. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcadia, 2008. p. 51-89.

SILVA, José Carlos de Araújo. **O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852): um estudo do cotidiano escolar**. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SILVA, José Carlos de Araújo. **As aulas régias na Capitania da Bahia (1759-1827): pensamento, vida e trabalho de “nobres professores”**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). **Revista de estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 43-63, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1356>. Acesso em: 12 jan.2020.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Pobres e negros nas aulas públicas – província da Bahia (1842/1850). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL – CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2013, Cuiabá. **Anais**[...]. Cuiabá: UFMT, 2013. v. 1.

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In: LOBO, Tânia *et al* (org.). **ROSAE:linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 647-665.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019.

TAMBARA, Elomar AntonioCallegado. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, jan./jul. 2002.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (org.). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: INEP/ SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

TAMBARA, Elomar. Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: ANPED, 2003. Disponível em: <http://www.26reuniao.anped.org.br/trabalhos/elomarantoniotambara.rtf> . Acesso em: 30 jun. 2020.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VERDELHO, Telmo. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. *In*: HEAD, Brian *et al.* **História da língua e história da gramática**: actas do encontro. Braga: Minho, 2003. p. 473-490.

VEIGA, Cynthia Greive. Circulação de conhecimento e práticas de educação no Brasil colonial (séculos XVI a XVIII). *In*: \_\_\_\_\_. **História da Educação**: São Paulo: Ática, 2007. p. 49-47.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 502-516, set./dez. 2008.

VERNEY, Luís António. Verdadeiro método de estudar. *In*: SALGADOR JÚNIOR, António (org.). **Estudos Literários**. v. 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa, [1746]1950.

VIDAL, Diana Gonçalves. A docência como uma experiência coletiva: questões para debate. *In*: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**: didática, formação de professores e trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 711-731.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 41-67, maio/ago. 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. *In*: \_\_\_\_\_. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Educação nas Jacobinas: período colonial e imperial. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0735.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020. p. 1-10.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. v.1. Salvador: Itapuã, 1969.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In*: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **Por uma nova aritmética**: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

## REFERÊNCIA DOCUMENTAL

ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. Memórias históricas e políticas da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. v. 2. Salvador: Imprensa Oficial, 1925.

ALVARÁ régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx13.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Governo da Província. Maço 1327 – Correspondências recebidas da Câmara de Jacobina (1824-1836).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Governo da província. Maço 1328 – Documentos avulsos. Correspondências recebidas da Câmara de Jacobina (1837-1856).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Governo da Província. Maço 2431 – Justiça. Correspondência recebida de juízes de Jacobina (1840-1846).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Governo da Província. Maço 2433 – Judiciário. Juízes, Jacobina (1855-1859).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3856 – Pessoal do magistério (1863-1847).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3865 – Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública (1889).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3867 – Diretoria geral dos estudos. Aparelho administrativo (1850-1851).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3867 – Pessoal do magistério (1863-1847).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3867 – Aparelho administrativo. Diretoria geral dos estudos (1850-1851).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3869 – Diretoria Geral de Estudos (1850-1855).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da província. Instrução Pública. Maço 3876 – Diretoria Geral de Estudos (1861-1862).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3878 – Aparelho administrativo (1864-1865).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3996 – Mapas de alunos (1830-1844).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3997 – Mapas de alunos (1844-1846).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3998 – Mapas de alunos (1846-1847).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3999 – Mapas de alunos (1848-1849).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da província. Instrução Pública. Maço 4000 – Ensino elementar. Mapas de alunos (1845-1863).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 4001 – Ensino elementar. Mapas de alunos (1848-1888).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Maço 4002 – Ensino elementar. Prédio escolar (1824-1854).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província. Maço 4003 – Ensino elementar. Prédio escolar (1855-1876).

ARAÚJO, Jozé de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil, dedicadas ao El-Rey nosso Senhor D. João VI. Tomo 1. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

BRASIL. Decreto de 1º de março de 1823. Cria uma Escola de primeiras letras, pelo método do Ensino Mútuo para instrução das corporações militares. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao2.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html). Acesso em 28: nov. 2017.

BRASIL. Constituição de 1824. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Aviso nº 49, do Ministério dos Negócios do Império de 26 de fevereiro de 1825. Pede informações sobre a instrução pública nas Províncias. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao2.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html). Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Parte primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1878. p. 71-73. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Decreto de 26 de julho de 1827. Iguala os ordenados dos professores de primeiras letras em 150\$000 anuais. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao2.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html). Acesso em: 3 maio 2019.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às CamarasMunicipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. *In*: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1828, p. 74, v. 1. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html). Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. Decreto de 16 de junho de 1832. Cria várias escolas de primeiras letras em diferentes comarcas da província da Bahia. *In*: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832. Parte primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. p. 5-10. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao3.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html). Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. Lei de 14 de abril de 1836. *In*: COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA E REGULAMENTOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SANCIONADAS E PUBLICADAS NOS ANOS DE 1835 A 1838. v. I. Bahia: Typographia Constitucional de França Guerra, 1862. p. 121-125.



BRASIL. Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, p. 45, v. 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CASAL, Manuel Aires de. CorografiaBrazílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua MagestadeFidelissima por hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia Nacional, 1817.

CATÁLOGO n. 1 da Livraria Universal de E. & H. Laemmert oferecendo uma variada escolha de excelentes obras, entre as quaes as melhores publicações modernas, tanto para entretenimento como para a aquisição de conhecimentos uteis. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, [18--]. Disponível em:

[http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/catalogosLivreiros/RiodeJaneiro/IrmaosLaemmert/9\\_Catalogo\\_n\\_1\\_da\\_Livraria\\_Universal\\_de\\_E\\_e\\_H\\_Laemmert\\_oferecendo\\_uma\\_variada\\_escolha\\_de\\_excelentes\\_obras.pdf](http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/catalogosLivreiros/RiodeJaneiro/IrmaosLaemmert/9_Catalogo_n_1_da_Livraria_Universal_de_E_e_H_Laemmert_oferecendo_uma_variada_escolha_de_excelentes_obras.pdf). Acesso em: 03 mar. 2020.

CENSO de 1872 digitalizado e corrigido. CEDEPLAR/UFGM: *Pop-72*. Disponível em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CENTER for Research Libraries. CRL Digital Delivery System. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>. Acesso em: 2 mar. 2017.

COLLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, Sancionadas e publicadas nos anos de 1839 a 1840. Vol. II. Bahia: Typografia de Antonio Olavo França Guerra, 1862.

COLLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, Sancionadas e publicadas nos anos de 1842 a 1847. Vol. IV. Bahia: Typografia de Antonio Olavo França Guerra, 1863.

COLLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, Sancionadas e publicadas nos anos de 1850 a 1852. Vol. VI. Bahia: Typografia de Antonio Olavo França Guerra (Ao Aljube n. 1), 1865.

COLLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, sancionadas e publicadas no ano de 1861, sob números 846 a 880. Vol. XIV. Bahia: Typografia Constitucional (ao Aljube nº 1), 1869.

COLLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1832. Parte primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao3.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html). Acesso em: 22 mar. 2017.

CORREIO MERCANTIL: Jornal Político, Commercial e Litterario. Bahia Typographia do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C., anno XIV, n. 60. 12 mar. 1847.

CORREIO MERCANTIL: Jornal Político, Commercial e Litterario. Bahia Typographia do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C., anno XIV, n. 60. 20 mar. 1847.

CORREIO MERCANTIL: Jornal Politico, Commercial e Litterario. Bahia: Typographia do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C., 12 jan. 1844. Anno IX, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186244&pasta=ano%20184&pesq=acidentes%20da%20infancia&pagfis=5306>. Acesso em: 6 jul. 2020.

CORREIO MERCANTIL: Jornal Político, Commercial e Litterario. Bahia Typographia do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C. anno XIV Nº 60. 20 de março de 1847.

DEMONSTRATIVO da despesa que [resta] à instrução publica, com a designação da que estava orçada antes do regulamento de 28 de dezembro de 1860, do que se despendia, do que actualmente despende, se por effeito do mesmo regulamento, e do que calcula-se despende, preenchidas as bases positivas d'elle, com as devidas comparações. Anexo à Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr José Augusto Chaves, no dia 1º de setembro de 1861. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1862. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/130605/per130605\\_1861\\_00003.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/130605/per130605_1861_00003.pdf). Acesso em: 12 set. 2018.

DIÁRIO do Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1841, p. 2. *In*: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&pesq=acidentes%20da%20infancia&pasta=ano%20184&pagfis=24372](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=acidentes%20da%20infancia&pasta=ano%20184&pagfis=24372). Acesso em: 4 jul. 2020.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1840. Bahia: Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1840. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2988#c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-999%2C-127%2C3581%2C2526](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2988#c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-999%2C-127%2C3581%2C2526). Acesso em: 23 maio 2016.

FALLA que recitou o excellentissimo presidente da provincia da Bahia, Paulo José de Mello Azevedo e Brito, n'abertura da Assembléa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1841. Bahia: Typ. de Epifanio J. Pedroza, 1841. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2989#c=4&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1077%2C-130%2C3673%2C2591](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2989#c=4&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1077%2C-130%2C3673%2C2591). Acesso em: 23 maio 2016.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1842. Bahia: Typ. de J.A. Portella e Companhia, 1842. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2990#c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1162%2C-137%2C3858%2C2722](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2990#c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1162%2C-137%2C3858%2C2722). Acesso em: 23 maio 2016.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1843. Bahia: Typ. de J.A. Portella e Companhia, 1843. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2991#c=4&m=8&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1047%2C-127%2C3581%2C2526](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2991#c=4&m=8&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1047%2C-127%2C3581%2C2526). Acesso em: 1 jun. 2016.

FALLA dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão

ordinaria do anno de 1845, pelo presidente da provincia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea. Bahia: Typ. de Galdino José Bizerra e Companhia, 1845. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2993#?c=4&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1208%2C-140%2C3950%2C2786](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2993#?c=4&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1208%2C-140%2C3950%2C2786). Acesso em: 12 jun. 2016.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848. Bahia: Typ. de João Alves Portella, 1848. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item\\_id=2996#?c=4&m=13&s=0&cv=1&r=0&xywh=-622%2C367%2C3204%2C2260](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms&item_id=2996#?c=4&m=13&s=0&cv=1&r=0&xywh=-622%2C367%2C3204%2C2260). Acesso em: 3 jul. 2016.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.o de março de 1854. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1854.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, no 1. de setembro de 1857. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 5 maio 2020.

ÍNDICE das leis sobre instrução pública na Província da Bahia: 1835-1889. Bahia: Assembleia Legislativa da Bahia, [188-?]. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/2\\_Pombalino/1\\_indice\\_leis\\_assembeia\\_legislativa\\_bahia\\_1835\\_1838.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/1_indice_leis_assembeia_legislativa_bahia_1835_1838.htm). Acesso em: 23 maio 2018.

INSTRUÇÕES para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1759. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=XTHvDMPGyvEC&hl=pt&pg=GBS.PP3>. Acesso em: 8 dez. 2019.

LIDADOR, O. A demissão dos professores vitalícios. O LIDADOR, Santo Amaro, 29 de maio de 1867. n. 187, p. 2.

MAPPAS demonstrativos das aulas publicas primarias da Província da Bahia com designação dos professores que as regem, referentes aos anos de 1855 a 1861. *In*: BAHIA. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia – 1823 a 1889. Bahia: 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pasta=ano%20184&pesq=vila%20de%20jacobina&pagfis=3968>. Acesso em: 3 out. 2018.

REGULAMENTO de 21 de janeiro de 1837. Bahia: Typ. De G.J. Bezerra e C., 1837.

REGULAMENTO de 20 de outubro de 1847. *In*: COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA E REGULAMENTOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SANCIONADAS E PUBLICADAS NO ANNO DE 1857. v. X. Bahia, Typographia Constitucional de França Guerra, 1865a. p. 26-43.

REGULAMENTO para as escolas pelos methodossimultaneo e mutuo-simultaneo para se observar na Eschola Normal [1842]. *In*: COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA E REGULAMENTOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SANCIONADAS E PUBLICADAS NO ANNO DE 1857. VOL. X. Bahia, Typographia Constitucional de França Guerra, 1865b. p. 44-48.

RELATORIO sobre a instrucção publica da província da Bahia apresentado ao Illmo. eExmo Snr. Presidente CommendadorAlvaroTiberio de Moncorvo e Lima por Abilio Cesar Borges. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856a. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968> Acesso em: 22 fev. 2020.

RELATÓRIO apresentado pelo Excel. Dezembargador João José de Moura Magalhães, no acto de entregar o governo d'esta Provincia ao Excel. Vice-Presidente Manoel Messai de Leão. Bahia: Typographia de João Alves Portella, 1848.

RELATÓRIO anexo à Falla recitada na abertura na Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor AlvaroTiberio de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Bahia: Typographia 1856b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/165#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1094%2C-135%2C3802%2C2682>. Acesso em: 1 maio 2020.

RELATORIO apresentado ao Excellentissimo Senhor Conselheiro Joaquim Antão Fernanes Leão, Presidente Provincia da Bahia, pelo 4o. vice-Presidente Excellentisso Senhor Doutor José Augusto Chaves, no acto de passar-lhe a administração da Provincia, 1861. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. Disponível em: [http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/ia\\_vdados.php?cd=meb000000340&m=1324&n=rpebahia1861c](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000340&m=1324&n=rpebahia1861c). Acesso em: 24 maio 2020.

RELATORIO com que o excellentissimo senhor doutor José Bonifacio Nascentes de Azambuja, presidente da provincia, abriu a Assembléa Legislativa da Bahia no dia 1. de março de 1868. Bahia: Typ. de Tourinho & Comp., 1868.

RELATORIO apresentado ao Excellentissimo Senhor Conselheiro Joaquim Antão Fernanes Leão, Presidente Provincia da Bahia, pelo 4o. vice-Presidente Excellentisso Senhor Doutor José Augusto Chaves, no acto de passar-lhe a administração da Provincia. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

RESOLUÇÃO nº 726, de 17 de dezembro de 1858. *In*: COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA E REGULAMENTOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SANCIONADAS E PUBLICADAS NO ANNO DE 1858. VOLUME XI. n. 1. Bahia: Typ. Constitucional de França Guerra 1866.

RESOLUÇÃO de 17 de dezembro de 1858. *In*: COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA E REGULAMENTOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SANCIONADAS E PUBLICADAS NO ANNO DE 1858. VOLUME XI. Bahia: Typographia Constitucional de França Guerra, 1866. p. 125-126.

SPIX, J. VON; MARTIUS, C. VON. **Através da Bahia**: excerptos da Obra

“Reise in Brasilien”. 3 ed. Tradução Pirajá da Silva; Paulo Wolf. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos alunos inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - 1834

[fol. 1r] Lista dos Allunos d'esta Aula Nacional e Elementar

Nomes	Entrada	Idades	Nome dos Paes, ou Tutores	Occupações	Notas Falta continua damente	O que saibaõ na Entrada Nada	Saída, e o que as biaõ
1 JoaquimFelipe	1832  Dezembro	6		Custureira			
2. Marcelo Soares		12		Proprietario	O mesmo	Mal conhece as letras	a 12 de Julho [ilegível] saiba as 4 es [ilegível] de contas, ma [ilegível] thografia, e es [ilegível] matérias def [ilegível]
3. Jezuino daCosta			Ritta de Tal	Custureira	N.	Nada	a 16 Dezbros Mal ler proverbios
4. Simpliciano Soares	16	12	Pedro Soares Meirelles	Negocio	N.	Carta de 4 Syl labas	a 6 de Julho [ilegível] lendo, e escre [ilegível]som <sup>do</sup> , e de min [ilegível] tudo mal
5. Antonio Marcelino	“	10	Francisca Antonia	Custureira	“	D <sup>a</sup>	
6. José Benedicto	“	7	Rosa Joaquina	“	“	D <sup>a</sup> de 2 Sylla bas	
7. Procopio Ernesto	1833 Janeiro 9	8	Joze Valentim Bar- Boza	Negociante	Nenhuma	D <sup>o</sup>	
8. Antonio Barbosa	14	6	“	“	“	“	
9. João Barbosa	“	5	“	“	“	“	
10. Paulo de Souza Mon- Teiro	“	7	Vicente de Souza Mõ teiro	“	“	Nada	
11. Francisco Xavier Rodriguez	15	12	Raimundo R Rodriguez d'Oli- veira	Proprietario [ilegível]	“	“	
12. Esequiel Rodriguez Cos_ ta do Brasil	21	8	Joze Rodrigues do Bra- zil	Escrivam Orfãos	“	Mal ler e escrever, e as 2 primeiras especie de conta	Gramática, Ortho- grafia, proporções a 20 de Dezembro de 33
13. Alexandro Sartunino do Rego	“	14	Antonio Joze da Silva	Proprietario	“	O mesmo	N
14. Joze Porfirio de Miranda	29	11	Francisco Joze Pinto	Çapateiro	falta muito	Carta de três Sylla- bas	
15. Joaquim Joze Sabino	“	8	“	“	“	Nada	
16. Ermelino Militação do R <sup>o</sup>	Abril 29	5	Joze do Rego Balda_ ia digo Alecrim	Muzico	Muitas fal- tas	“	

17. Jozé Joaquim	Maio 6	7	Joaquina detal	Custureira	omesmo		
18. Conrado Alvarez	7	10	Costodio Alvarez Ferreira	Negociante	Nunca faltou senão por moléstia	Mal ler,e escrever e somar, e diminuir	a 22 de Julho de [ilegível] sabia orthografia[corroído] mal Grammatica [corroído] e proporções
19. Antonio da Silva Franco	13	14	Gaspar da Silva Francis co	Roceiro	“	Nada	
20. Manoel Teixeira Soares	29	10	Torcató Jozé Teixeira Soares	Negociantes	Nunca falta	Mal ler, escrever, _ somar e diminuir	
21. Jozé Rosend de Miranda	“	13	Joaquim Felis Vieira	Proprietario	“	O mesmo	O mesmo
22. Antonio Joaquim da Rocha	“	“	“	“	“	Nada	Mal ler, escre[corroído] e contar em 6 [corroído] Janeiro
23. Jozé Alvarez	Junho 3	8	Costº Alvarez Ferreira	Negociante	“	“	
24. Jozé Joaquim de Carvalho	“ “	6	Manoel Joaquim de Carvalho	“	“	“	
25. Manoel Pinto d’Oliveira	“ “	16	Antonia Francisca	Tecedeira	“	Mal ler, e escrever	a 10 de Março de [corroído] sabia ler, escrever, e as 4 especies primeiras de conta
26. Benedicto de Sales	“ “	13	Francisco de Sales	Çapateiro	falta muito	Nada	



[fol.1v] Continua a Lista dos Allunos d'esta Aula Nacional , e Elementar

					falta muito		
[ilegível] Manoel do Rº Alecrim	17	16	Joze do Rº alecrim	Nada	"	Mal ler, escrever	A 16 de Março de 34 sa bia ler, escrever e proporções
[ilegível] Joaquim Dias do Rego	25	12	Maria Elena	Lavradôra	Naõ tem faltas	Mal conhecia as letras	
[ilegível] Dias do Rego	"	11	"	"	"	Mal ler	Lendo, e escrevendo: o somando, e diminuindo a sahia a 22 de Junho de 34
[ilegível] Joaquim Theotonio	Julho 1	10	BartholomeuGomes	"	Falta muito	Nada	
[ilegível] Manoel Clesto	"	10	"	"	"	"	
[ilegível] Antonio Pereira	8	14	Manoel Pereira deMattos	"	"	"	
[ilegível] Jozé Avelino de Goés	"	14	Joaquim Primo de Goés	"	Nunca falta	"	Mal ler, e escrever a 17 de Dezembro de 34
35 Ivo de Souza e Silva	10	14	Joaõ de Souza Santos	Proprietario	faltamuito	Mal ler, e escrever e contar	A 4 de Dezembro de 34 ler, escrever, mal Gra-
[ilegível] Ildefonso Clemente	10	9	"	"	"	Nada	
[ilegível] Joaõ Baptista da [ilegível] Maia	Setembro 1	13	Joaõ Teixeira da Maia	Sacristão da Matriz		Mal ler	
[ilegível] Luiz Gonzaga da Mª	"	10	"	"	"	Nada	
39 Petronio Serapiaõ	9	9	Manoel Febronio Barbeiro	Agricutor		Mal ler	a 26 de Julho de 34 mal somar, diminur e lér sofrivelmente
40 Jozé Quifel Barbeiro	"	7	"	"	"	Nada	No mesmo dia, sab <sup>ia</sup> mal ler
41 Fermiano Franco de Carvalho	19	7	Nicoláo Francisco de Cardoso	Negociante	Faltamuito	Mal ler	
[inint.] Bernardo Querino	1834 Janeiro 7	11	Manoel Joaquim	Agricutor	"	Nada	

[ilegível] Antonio de Paula	8	7	orfaõ Tutelado pelo Ca- pitaõmor	Proprietario	Nunca faltou	Nada	A 12 de Jº de 34 con- carta de 2 syllabas
[ilegível] Francisco Luiz	"	6	Antonio Secundo	Agricultor	"	"	"
[ilegível] 5 Fernando Joze	"	12	Aguida de Tal	Proprietario	Faltou mto	Mal ler, escrever	A 12 de Jo de 34 sabia ler, escrever, somar
[ilegível] 46 Jozé Antonio	"	11	"	"	"	Mal ler	
[ilegível] 47 Jozé Joaquim d'Oliveira	12	8	Manoel Joaquim d'Oliveira	Negociante	Nunca faltou	Nada	"
[ilegível] Manoel de JESUS	14	11	Antonio José	Agricultor	"	"	
[ilegível] Francisco Xavier	"	9	"	"	"	"	
[ilegível] Benjamim Americo do Brasil Paragua	Fevereiro 17	7	Joaõ José de Souza Rabello	Negociante	"	"	
[ilegível] Benedicto Placido	Abril 10	8	Francisco Joaquim de S. José	Custureira	"	Mal ler	
[ilegível] Carlos Francisco de Carneiro	7	7	Nicoláo Francisco de Car- valho	Negociante	"	Nada	

Aula Nacional, e Elementar em Jacobina 23 de Julho de 1834

Stanisláo José Gomes

## APÊNDICE B – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos discípulos inscritos nas aulas públicas de primeiras letras da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - 1840

[fol. 1r] Mappa dos Alumnos deque se compõe esta Aula Nacional da Villa de Santo Antonio de Jacobina

Numeros	Nomes	Dito dos Paes	O que leem	Arithmetica	Dias que faltas	Capacidade intelectual	O que sabião na entrada	
1	Belarmino Joze Teixeira Tr	Forcado Joze Teixeira Seixas	Grãmatica	Até proporções	03	Pouca	Nada	Sahe á 19 do corrente mez prompto
2	Fernando Angelo de Rº	Felismina Maria	"	"	52	Habil	Nada	o mesmo
3	Elias Elizeu	Manoel Joaquim de Oliveira	"	"	41	Rude	Nada	
4	Justiniano Alvarez	Gervazio Alvarez de Goes	Livro	Multiplica	57	"	Nada	Sahio á 8 de 9bro do corrente anno.
5	Liberato Joze Vieira	Dona Rosa Alexandrina	Grãmatica	Até proporções	10	"	Nada	Sahe á 19 do corrente mez prompto
6	Manoel Bernardo de Britto	" "	"	"	21	"	"	Sahio á 24 de 8bro do corrente anno prompto.
7	Porfirio Jº de Miranda	" "	"	"	29	Habil	"	Sahe á 19 do corrente mez prompto
8	Antonio Jº da Silva		Manuscrito	Somar	09	Muito rude	"	Deixa de escrever por falta de papel, tinta, e pennas, e falta o necessario para ler
9	Joze Joaquim de Souza	Joze Mathias de Souza	Orthografia	Até repar tir	67	Habil	"	Só traz para se instruir papel [ilegível]. tenho instado por livros porém de balde
10	Belarmino Joze de Almeida	Jacintha Maria	Nomes	Nada	96	Rude	"	
11	Francilº Luiz Airye-		Escrepto	Nada	90	Muito rude	"	
12	Manoel Corrêa	Anselmo	"	"	94	"	"	
13	Augusto Coelho	Francisco Coelho Sambambaia	Livro	Diminuir	23	"	"	
14	Modesto Rodriguez	Joze Rodriguez Costa do B.	Grãmatica	Até proporções	27	Pouco habil	"	Sahe á 19 do corrente mez prompto
15	Zacharias Malaquias	Domestico de Jozé Batista Co	Grãmatica	"	20	Habil	"	o mesmo
16	Henrique Joze de Oliveira	Manoel Joaquim de Oliveira	Livro	Multiplicar	49	"	"	
17	Joze Rofino Teixeira	João Teixeira de Assumpção	L "	sômar	76	Rude	"	
18	Jeronimo Barboza	Francisca Maria do Rozario	Escrepto	Diminuir	62	"	"	Falta-lhe para instrução ate papel [ilegível]
19	Antonio Francisco de Correia	Anna Alvarez	Grãmatica	Repartir	74	Mto hábil		
20	Modesto Justiniano	El Joze Euifel Barbeiro	Livro	Diminuir				
21	Manoel Febronio Barbeiro	Dona Maria Francisca de Carvalho	Livro	Repartir	81	"	"	
22	Bento Joze Rafael	Dona Maria Florencia de Arº		Proporções	43			
23	Joze Mamoste Alvarez	Francisco Joze Alvarez Pires	"	"	20	"	Mal ler	
24	Joaquim Francisco Alvarez Pires	" "	Orthografia	"	34	"	"	
25	Manoel Joze Pereira da Rocha	Antonio Pereira da Rocha	Grãmatica	"	69	"	"	
26	Joze Pereira da Rocha	" "	Escrepto	Nada	57	"	"	
27	Justiniano Jorge	Theodoro Jorge de Correia	Livro	Diminuir	61	"	Nada	
28	Antonio Teixeira Soares	Torcado Joze Teixeira Soares	Escrepto	Nada	49	"	Nada	
29	Joze Joaquim de Miranda	João Lagum de Miranda	Livro	Sômar	26	"	Nada	
30	Joze Carlos da Silva	Anna Florinda da Silva	Escrepto	Nada	25	"	"	
31	Francisco Dias de Moraes	Dona Rosa Benta	Livro	Sômar	10	"	"	
32	Antonio Dias de Moraes	" "	Escrepto	" "	17	"	"	

33	Francisco de Figueiredo	Domestico de <i>Dona Anna Angelica</i>	Escripto	Nada	41	"	"	
34	Joze <i>Joaquim</i> de Carvalho Goes	Gervasio Alvarez de Góes	Escripto	Sômar	14	"	"	
35	<i>Joaquim</i> José de Carvalho	" "	" "	Nada	13	"	"	
36	Joaõ Chrisostomo	Domestico de <i>Dona Claudia</i>	Escripto	Sômar	45	Habil	"	
37	Mariano Francisco de Carvalho	<i>Joaquim</i> Francisco de Carvalho	Livro	" "	37	" "	Mal ler	
38	Florianio Pires de Aguiar	Thomaz de Aquino Aguiar	Livro	Proporções	13	" "	" "	Pedi continuamente livro ao Pae, e nunca dêo, sahio á 26 de 8bro
39	Joze Thomaz de Aguiar	" "	" "	Multipli- car	2	" "	" "	O mesmo
40	Francisco Joze de Aguiar	" "	Escripto	Sommar	43	" "	Nada	O mesmo
41	Bartholomeo da Silva	Euzebio da Silva Ferreira	Livro	" "	29	" "	Mal ler	O livro <i>que</i> lê é meo.
42	Honorio Vieira	Joze Vieira de Assumpção	Escripto	Multipli- car	18	" "	" "	
43	Joze Moreira de Pinho	<i>Dona Anna Maria</i>	Escripto	Sommar	9	" "	Nada	
44	Pedro da Silva Cardoso	Pedro Joze Cardozo	" "	Nada	17	" "	" "	
45	Francisco Luiz de Carvalho	Luiz Antonio de Carvalho	" "	" "	6	" "	" "	
46	Joze Antonio de Britto	" "	Nomes	" "	7	" "	" "	
47	Bento Alvarez de Goes	Anna Francisca de Jhs	Syllabas	" "	31	Rude	" "	
48	Joze Teixeira dos Santos	Bernardo Teixeira	Nomes	" "	4	" "	" "	
49	Eloy Bispo de Figueiredo	Anna Francisca de SS	Nomes	" "	2	[ilegível]	" "	

Muitos dos Escollares desta Aula além das grandes faltas, que cometem, como se ve deste Mappa, os quaes, unidos aos domingos, santos e feriados, fazem inutilizar a ins- trução, que já tinham adquiridos, deixão de trazer até papel tinta, e pennas, tornando-se desta forma impossível acquizição de conhecimentos

Aula Nacional, e Elementar em a Villa de Jacobina 3 de Dezembro de 1840.

Stanislão José Gomes

## APÊNDICE C – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos discípulos inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - 1843

[fol.1r] Anno de 1843

Mapa dos Alumnos *que* frequentarão esta Aula *Normal* na *vila* da Jacobina

1	Nomes Modesto Justo	Ditos dos Paes José Qiafel Barbosa, e o <i>Dona</i> <i>Maria</i> da Graça	Dias de frequencia	Sahio sabendo q. a Lei exige em 7bro
2	Francisco Dias de Moraes	<i>Dona</i> Rosa [ilegível] do Sacramento	183	Habil lê, escreve conta até repartir soffrivelmente
3	Henrique Joze de Oliveira	Manoel <i>Joaquim</i> de Oliveira <i>Do-</i> <i>na</i> Mosa do Regó	162	O mesmo
4	Mariano Francisco de Cardozo	<i>Joaquim</i> Francisco de <i>Carvalho</i>		Sahio sabendo q. a Lei exige em 7bro
5	José <i>Joaquim</i> de Valois	Joaõ Sagusu de Miranda	172	Está no caso do segundo
6	Jeronimo Barbosa	Francisca <i>Maria</i> do Rosario	—	Sahio sabendo q. a Lei exige em 7bro
7	<i>Joze</i> <i>Joaquim</i> de Carneiro	Gevazio Alvarez de Goes	166	
8	Pedro Celestino de Miranda	Francisca <i>Maria</i> do Rosário viuva de Joze Valentim		Sahio sabendo q. a Lei exige em 7bro
9	Antonio Dias de Moraes	<i>Dona</i> Rosa Benta do Sacramento viuva de Gil Dias	180	Pouco habil , le, escreve conta até multiplicar soffrivel
10	Honorado Augusto do Rego	<i>Antonio</i> Joze do Rego	151	Pouco habil, conta até <i>multiplica</i> le, escreve soffrivel
11	<i>Joaquim</i> <i>Joze</i> de <i>Carvalho</i>	Gernasio Alvarez de Goes	154	O mesmo com a differença de contar ate diminuir
12	<i>Joze</i> <i>Pereira</i> da Roxa	<i>Antonio</i> <i>Pereira</i> da Roxa	138	O mesmo

13	Joze Antonio de Brito	Luiz C Antonio de Brito	162	O mesmo porem he habil falta <i>mu</i> ito a Aula
14	Francisco Luiz de Carvalho	" "	171	O mesmo
15	Justiniano Jorge	Theodoro Jorge de Carvalho		Sahio sabento <i>q</i> a Lei exige em 7bro
16	Bartholomeu da Silva	Eusebio da Silva Ferreira		Sahio em 10bro sabendo <i>q</i> a Lei exige.
17	José Rofino Teixeira	João Teixeira de Assump- ção viuvo	111	Rude lê, escreve, conta até diminuir mal.
18	Manoel Joze da Roxa	Anselmo Carvalho de Mello	105	O mesmo com adiferença de contar até <i>multiplicar</i>
19	Francisco de Deos e Figueiredo	Liberto de Dona Anna Angelica	149	Está no cazo do 17.º
20	Joze Carlos da Silva	Manoel Valetim da Paixão	156	O mesmo. falta <i>mu</i> ito
21	Joze Rodriguez Costa do Brasil	Joze Rodriguez Costa do Brasil	173	Habil o mesmo q ao mais; por em conta até <i>multiplicar</i>
22	Benedicto Alvarez de Assum- Pção	Joze Alvarez do Bomfim	106	O mesmo falta mto
23	Joze Teixeira dos Santos	Mariana Pereira viuva		
24	Joaquim Graciliano de Carvalho	Major Manoel Joaquim de Carvalho	133	Habil lê, escreve conta mal até diminuir falta por doente
25	Joze Texeira de Moura	Francisca Maria de São José		O mesmo conta até sommar p falta <i>mu</i> ito a Aula por ra- dio
26	Antonio Teixeira Soares	Torcato Joze Teixeira Soares	55	Rude o mais essá no caso do precedente
27	João Antonio Alvarez Ferreira	Custodio Alvarez Ferreira	124	Habil; no mais o mesmo.
28	João Bento Pereira	Liberto de Joaquim Joze Pereira	148	Rude, lê, escreve mal, e conta até sommar falta <i>mu</i> ito
29	Germano de Souza Monteiro	Vicente de Souza Monteiro	111	O mesmo em tudo.

30	Antonio Venceslão Alvarez Pires	Francisco Jose Alvarez Pires	130	O mesmo
31	Benedicto Bispo Maga-Beira	Manoel Joaquim da RoxaManga-beira		Sahio sabendo mal ler, escrever por os Paes não poderem ter na escola
32	Benvencho Pereira	Antonio Pereira de Almeida		O mesmo
33	Francisco Felis Vieira	Dona Rosa Alexandrina viu-va de Joaquim Felis Vieira	109	Habil lê. conta, escreve mal até diminuir falta muito
34	Joaõ Jose Viera	" " "	109	O mesmo
35	Manoel Zacharias	Dona Maria do Rosario viuva de Felippa Barbosa	167	O mesmo
36	Joze Vieira de Miranda	" " "	152	O mesmo porem pouco habil, e só somma
37	Antonio Luiz de Carvalho	Luiz Antonio de Castilho	137	Muito rude lê, escreve, e somma mal, falta ma a Aula
38	Joaquim Teixeira dos Santos	Mariana Pereiraviuva		Sahio em 9bro para outra Aula
39	Aprigio Joze de Sousa Rabello	Joaõ Joze de Souza Rabello	174	Habil, lê, escreve, e somma mal, falta mto a Aula
40	Braulio Joze Teixeira	Dona FranciscaLMaria viuva	190	O mesmo por faltar por molestia
41	Francisco Joze Lages	Joaõ Francisco Lages	156	O mesmo
42	Joaquim Joze de Brito	Luiz Antonio de Brito	149	O mesmo
43	Joze Vicente Pereira Lemos	Joana de Paula viuva	129	Carta de syllabas, e he rude em memasia
44	Theodoro Soares	Pedro Soares de Miselas		Sahio em 10bro sabendo mal ler, e escrever
45	Benedito Alvarez do Sacra-Mento	Rosa Maria	83	Lê carta de syllabas, e escreve mal, e he mto rude
46	Esperidiaõ Dias	Eduardo Dias de Moraes	188	Habil lê carta de nomes, escreve ate

47	Francisco Joze de Santa Anna	Joze Alvarez do Bomfim	106	O mesmo porem he <i>mais</i> rude, e falta <i>muito</i> a Aula
48	João Francisco de Tigrado	Francisco Vaz de Goes	113	Habil, lê, escreve, e somma mal, falta mto a Aula
49	Joaquim Ribeiro da Cruz	Juliana Maria	103	O mesmo



## APÊNDICE D – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos meninos da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina – (1846)

[fol.1r]Mappa dos Alumnos inscriptos eque frequentarão durante o anno de 1846 a Aula Primaria, de que he Professor Stanialão José Gomes estabelecida na Villa da Jacobina, e Comarca do mesmo nome  
Jozé de Cupertino Gomes P. O Vigario Theotônio [inint.] de Miranda  
Manoel Fulgencio de Figueiredo

Numeros	Nomes	Nomes dos Paes	Occu- ções dos Paes	Legítimo	Illegítimos	Idade	Cor	Vacina	Leitura	Escriptura	Calculos	Grammatica	Observações
1	Aperigio Joze de Souza	João Joze de Souza Rabello, Dona Joana Maria[ilegível]	Negocio	1		11	Branco	Naõ	Livro e manuscripto	Corsivo	Repartir	Genereos	
2	Antonio Francisco de Lago	Clara Maria das Virgens, viuva de Joaquim Francisco de Lago	Lavrou-ra	1		12	Pardo	Vacinado	O mesmo	O mesmo	Proporções	O mesmo	
3	Antonio Venceslão	Francisco Joze Alvarez Pires, viuvo de Romana Maria	Dº	1		12	Branco	Vacinado	O mesmo	O mesmo	Multi-plicar		
4	Antonio Ferreira Dias	Vicente Ferreira Dias, Dona Maurª [ilegível]	Negocio	1		11	Branco	Vacinado	O mesmo				
5	Antonio Francisco d'Oliveira	Joze Alberto d'Oliveira; e Jeronimo Maria de Paula		1		14	Pardo	Vacinado	Manuscripto	Bastar-do	Sommar		
6	Antonio Alvarez de Góes	Guilhermina Maria de Jezus,			1	9	Pardo	Naõ	O mesmo	O mesmo	O mesmo		
7	Braulio Joze Teixeira	Dona Francisca Joaquina de Souza viuva de Germano Joze Teixeira			1	11	Branco	Naõ	Livro e manuscripta	Corsiva	Proporções	Verbos	
8	Benedicto Alvarez do Sacramento	Rosa Maria do Espirito Santo			1	11	Pardo	Vacinado	Manuscripto	Bastar-do	Somar		
9	Benedicto Antonio do Bom Fim	Escolastica Maria das Virgens		1		8	Preto	Naõ	Manuscripto	O mesmo	Somar		
10	Esperidiaõ Dias	Eduardo Dias de Moraes, e		1		10	Branco	Vacinado	Livro e manuscripta	Corsiva	Repartir	Orthografia	

		Dona Maria Francisca											
11	Eunecones Soares	Dona Clementina Francilina, viuva de Gualtar Gemit° da Roxa		1		11	Branco	Naõ	O mesmo	O mesmo	Multi- plicar		
12	Esnibiano Olui- piaõ [ilegível] Dias	Francisca Maria de São José			1	9	Pardo	Vacinado	Manus- cripto	Bastar- do	Som- mar		
13	Francisco Jozé Lages	Joaõ Francisco Lages, e Dona Porcina Alvarez Ferreira		1		11	Branco	Vacinado	Livro e ma- nuscripta	Corsivo	Repartir	Generos	
14	Francisco Alvarez Marti- Niano	Maria Rosa da Con <sup>[ilegível]</sup> , viuva de Manoel Alvarez da Costa		1		12	Pardo	Naõ	O mesmo	O mesmo	Multiplicar	Ortho- grafia	
15	Francisco Alvarez Pessôa	Manoel Alvarez Ferreira, Izabel das Vir- gens		1		10	O mesmo	Naõ	Livro e ma- nuscripta	Bastar- do	Sommar		
16	Francisco Teixeira Soa- Res	Tocarto Joze Teixeira Soares, Dona Rosa Joaquina Teixeira		11		10	Branco	Vacinado	Syllabas	Elemen- tos	Sommar		
17	Francisco Antonio Oliveira	Os mesmos Paes do 5º		1		16	Pardo	Naõ	Manus- cripto	Bastardo	Sommar		
18	Francisco Joze de Sancta Anna	Joze Alvarez do Bomfim, e		1		10	Preto	Naõ	Livro, e ma nuscripto	O mesmo	O mesmo		
19	Flaviz Hortencio	Apº Sergio Murixabo, e Maria Joaquina do Sacramento		1		8	Pardo	Vacinado	Manus- cripto	O mesmo	O mesmo		
20	Feliciano Joze da Roxa	Luiza Maria do Rosario			1	8	Preto	Naõ	O mesmo	O mesmo	O mesmo		
21	Hermínio Theódolo	A mesma Mae do 12º			1	11	Pardo	Vacinado	Livro, e ma nuscripto	Corsivo	Repartir	Orthografia	
22	Israel de Figueredo	Cezaria Maria de Jesus			1	10	Cabra	Vacinado	O mesmo	O mesmo	Sommar		
23	Joaõ Antonio Alvarez Fer- reira	Custodio Alvarez Ferreira, e Dona Joa- quina Maria		1		12	Branco	Vacinado	O mesmo	O mesmo	Proporçõ- es	Sintaxe	
24	João Miz de Carvalho	Joaõ Miz de Santa Anna, e		1		11	Preto	Naõ	O mesmo	O mesmo	Multi- plicar	Ortho- grafia	

		<i>Claudia Maria</i>											
25	Joaõ José <i>Vieira</i>	Dona Rosa Alexandra de Britto, viuva de <i>Joaquim Felis Vieira</i>		1		13	Branco	<i>Vacinado</i>	O mesmo	O mesmo	Proporções	Syntaxe	
26	Joaõ Bento <i>Pereira</i>	<i>Joaquina</i> Lira do <i>Espirito Santo</i>			1	13	Pardo	<i>Vacinado</i>	O mesmo	O mesmo	Repartir		
27	Joaõ Baptista de <i>Miranda</i>	<i>Joaquina</i> Rosa de Jezus, viuva de <i>Batista Joze</i> de <i>Miranda</i>	O mesmo	1		7	Pardo	<i>Vacinado</i>	Syllabas	Elementos			
28	José Ignacio de <i>Fi-Gueredo</i>	<i>Euzebio Francisco</i> e <i>Clemencia Maria</i>	Lavrador	1		10	Preto	<i>Vacinado</i>	Livro, e manuscrito	Corsivo	Repatir		
29	Jose Soares da <i>Roxa</i>	<i>Dona Clementina</i> [ilegível] viuva de <i>Qualter Queiroz da Roxa</i>	Proprietaria	1		8	Branco	Naõ	Manuscrito	Bastardo	Sommar		
30	<i>Joze Alvarez Pacheco</i>	<i>Manoel da Costa</i> , e <i>Carolina Rosa</i> de Jezus	Lavra-dores	1		10	Branco	Naõ	O mesmo	O mesmo	O mesmo		
31	<i>Joze Francisco Maya</i>	<i>Eduardo Dias</i> de <i>Moraes</i>	Nogicio	1		6	Branco	<i>Vacinado</i>	Syllabas nomes	Elementar			
32	<i>Jose Teixeira deMoura</i>	<i>Amesma Mae</i> do 21º	Custura		1	11	Pardo	<i>Vacinado</i>	Livro, e manuscrito	Corsivo	Repartir	Orthografia	

## APÊNDICE E – Edição semidiplomática do mapa de frequência das discípulas inscritas na escola de primeiras letras da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - 1846

[fol.1r]

Mapa | Das Discípulas inscriptas, e que frequentarão desde o 1º de outubro até o fim do ano de 1847 quando teve principio | a Escola primaria de que he professora Maria da Glória, estabellecida na Freguesia da Villa de Sancto An | tonio da Jacobina Comarca do mesmo nome.

José de Cupertino Gomes,  
O Vigário Theotino Barreto de Miranda.

Manoel [Fulgencio] de Figueiredo.

Numero	Nomes	Legítima	Ilegítima	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos pais	Profissão	Leitura	Escrita	Calculo	Gramatica	Costura	Quando entraram para Escola	Observações
1	Anna Joaquina do Amor Divino	Legítima		10	B.		João Francisco Lages e D. Porcina Alves Ferreira	Negociante	Syllabas	Linhas				No 1º de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
2	Amalia Cândida de Figueiredo	L.		9	B.		Francisco Caetano de Figueiredo viúvo de D. Francisca de Paula	Fazendeiro	Syllabas	Linhas				Em 4 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
3	Anna Francisca de Oliveira Gomes	L.		11	B.	Vacina	José de Cupertino Gomes e D. Antônia Francisca de Oliveira Gomes	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardinho	Tabuada		Marca	Em 11 de outubro de 1847	Já tinha princípio de leitura e escripta
4	Adelina Florentina de Moraes	L.		10	B.		Eduardo Dias de Moraes e dona Maria Francisca de Moraes	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardinho	Tabuada		Marca	Em 4 de outubro de 1847	Já tinha princípio de leitura e escripta
5	Anna Rita de Moraes	L.		7	B.		Os mesmos.	Dito	Silabas	Linhas				Em 4 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
6	Brasilina Adlina de Moraes	L.		6	B.		Os mesmos.	Dito	Abc	Linhas				Em 12 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
7	Clementina Teixeira Soares	L.		7	B.		Torquato José Teixeira Soares e D. Rosa Joaquina Teixeira	Proprietário	Silabas	Linhas				Em 12 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
8	Florentina Adlina de Moraes	L.		11	B.		Eduardo Dias de Moraes e D. Maria Francisca de Moraes	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardinho	Tabuada		Marca	Em 4 de outubro de 1847	Já tinha princípio de leitura e escripta
9	Hermiginilda Gomes Ribeiro	L.		8	B.		Salviano herculano Ribeiro e D. Rosa Umbelina Gomes	Proprietário	Livro e manuscrito	Abc			Marca	No 1º de outubro de 1847	Tinha princípio de leitura e escripta
10	Henedina Ermina Gomes Ribeiro	L.		5	B.		Os mesmos	Dito	Silabas	Linhas				No 1º de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
11	Izabel Maria de Jesus	L.		6	B.		Francisco Vás de Goes e D. Carolina Alexandrina de Goes	Empregado público	Manuscrito	Abc				Em 18 de outubro de 1847	Entrou sabendo ler carta de nomes
12	Izabel Leopoldina do Amor Divino	L.		7	B.		Nicandro Albino Lopes e D. Maria Izabel do Amor Divino		Silabas	Linhas				Em 12 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou
13	Izabel Clementina Cezar	L.		8	B.		Carlos Lopes Cezar viúvo de D. Galdina Cândida	Proprietário	Livro e manuscrito	Abc			Marca	Em 3 de novembro de 1847	Já tinha princípio de leitura e escripta
14	Luzia Francisca de Oliveira Gomes	L.		7	B.		José de Cupertino Gomes e D. Antonieta Francisca de Oliveira Gomes	Negociante	Silabas	Linhas				Em 11 de outubro de 1847	Nada sabia, quando entrou

[fol. 1v]

Numero	Nomes	Legítima	Ilegítima	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos pais	Profissão	Leitura	Escrita	Calculo	Gramatica	Costura	Quando entraram para Escola	Observações
15	Leonidia Lucina da Rocha	Legítima		10 anos	B.		Dona Clementina Francisca de Jesus		Syllabas	Linhas				13 de <i>outubro</i> de 1847	Nada sabia quando entrou
16	Luiza Erenita de Christo Jesus	L.		10	B.		José Bento da Silva e dona Rosa Alexandrina da Silva	Fazendeiro	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho			Marca	No 1º de <i>outubro</i> de 1847	Já tinha principio de leitura e escripta
17	Maria Higina de Jesus Christo	L.		8	B.		Os mesmos	Dito	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho			Marca	No mesmo dia	Já tinha principio de leitura e escripta
18	Maria Benta da Glória Cezar	L.	Vac.	14	B.		Francisco Caetano de Figueiredo viúvo de dona Francisca de Paula	Fazendeiro	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho	Tabóada		Marca	No 1º de <i>outubro</i> de 1847	Tinha principio de leitura e escripta
19	Maria Virgínia do Amaral	L.	Vac.	13	B.		José do Amaral e Silva viúvo de dona Anna Francisca	Ourives	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho	Tabóada		Marca	No 1º de <i>outubro</i> de 1847	Já tinha principio de leitura e escripta
20	Maria Alexandrina da Sacramento	L.	Vac.	13	B.		João Sahagum de Miranda e dona Maria Rita de Miranda	Fazendeiro	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho	Tabóada		Marca	No 1º de <i>outubro</i> de 1847	Já tinha principio de leitura e escripta
21	Maria Constança de Oliveira Gomes	L.		10	B.		José de Cupertino Gomes e D. Antonia Francisca de Oliveira Gomes	Negociante	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho			Marca	Em 11 de <i>outubro</i> de 1847	Já tinha principio de leitura e escripta
22	Maria Cândida Gomes Ribeiro	L.		9	B.		Salviano Herculano Ribeiro e D. Rosa Umbelina Gomes	Proprie   tario	Livro e <i>manuscrito</i>	Abc			Marca	No 1º de <i>outubro</i> de 1847	Tinha principio de leitura e escripta
23	Maria Teixeira dos Santos	L.		13	B.		Mariana Pereira dos Santos viúva de Bernardo Teixeira dos Santos		Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho			Marca	Em 15 de <i>novembro</i> de 1847	Já tinha principio de leitura e escripta
24	[...] Maria Guimarães	L.		12	B.		Antonio José Guimarães viúvo de dona Umbelina		Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho	Tabóada		Marca	No mesmo dia	Já tinha principio de leitura e escripta
25	Thereza de Jesus	L.	Vac.	12	B.		Francisco Vás de Góes e D. Carolina Alexandrina de Goes	Empregado Publico	Livro e <i>manuscrito</i>	Bastardinho	Tabóada		Marca	Em 18 de <i>outubro</i> de 1847	Tinha principio de leitura e escripta

Jacobina 31 de dezembro de 1847

Maria da Glória

## APÊNDICE F – Edição semidiplomática do mapa de frequência das discípulas inscritas na escola de primeiras letras da Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina (1849)

(fol.1v.) Mappa

Das Discípulas inscriptas, e que frequentarão durante o anno de 1849 a Eschola primaria de que é Professora interina Maria da Gloria estabelecida na Freguesia da Vila de Sancto Antonio da Jacobina Comarca do mesmo nome

José de Cupertino Gomes,  
O Vigário Theotino Barreto de Miranda.

Manoel [Fulgencio] de Figueiredo.

numero	Nomes	Legitim a	Ilegitim a	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos pais	Profissã o	Leitura	Escrita	Calculo	Gramati ca	Costura	Quando entrarão para a Eschola	Faltas que	Observações
1	Anna Joaquina do Amor Divino	Legítima		12	B.	V.	João Francisco Lages e D. Porcina Alves Ferreira	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardo cursivo	Dimi   nuir		Marca barafunda	No 1º de Outubro de 1847	38	Nada sabia, quando entrou
2	Amalia Candida de Figueiredo	L.		11	B.		Francisco Caetano de Figueiredo de D. Francisca de Paula	Proprie   tario	Livro e manuscrito	Bastardo cursivo	Multi   plicar			Em 4 de Outubro de 1847	23	Nada sabia, quando entrou
3	Anna Francisca de Oliveira Gomes	L.		13	B.	Vacina	Jose de Cupertino Gomes D. Antonia Francisca	Proprietario	Livro e manuscrito	Bastardo cursivo	Repart tir		Marca barafunda  bordado	Em 11 de outubro de 1847	29	Tinha princípio de leitura e escripta, tem
4	Adlina Florentina de Moraes	L.		12	B.		Eduardo Dias de Moraes D. Maria Francisca	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardo cursivo	Multi   plicar	Verbos	Marca barafunda	Em 4 de Outubro de 1847	54	Já tinha princípio de leitura e escripta, e he
5	Anna Rita de Moraes	L.		9	B.		Os mesmos	Dito	Manus   crito	Bastardo		Ortographia		Em 12de outubro de 1847	30	Nada sabia, quando entrou e rude
6	Anna Francisca de Sousa	L.		10	B.		D. Francisca Joaquina de Sousa viuva de Germano	Dito	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repart tir	Orto graphia	Marca barafunda	Em 5 de Abril de 1848	15	Tinha princípio de leitura e escripta
7	Anna Francisca Teixeira Soares	L.		13	B.		Troquato Jose Texeira Soares D. Roza Joaquina	Proprietário	Manus   crito	Bastardo e cursivo	Taboada		Marca	Em 20 de Março de 1848	37	Pouco sabia, quando entrou é muito rude e não
8	Anna Francisca Lopes	L		7	B		Nicandro Altino Lopes D. Maria Izabel	Negociante		Bastardo e bastardinho				No mesmo dia	10	Nada sabia quando entrou
9	Anna Izabel de Jesus Cardim	L		7	B		Manoel Anicelo Cardim Antonia Roza de	Proprietário		abc	Taboada			Em 5 de Abril de 1848	45	Nada sabia quando entrou
10	Anna Umbelina Soares da Rocha	L		6	B		Marcello Soares da Rocha D. Maria Izabel	Dito	Livrinho e Manuscrito	Linhas				Em 4 de Maio de 1849	22	Nada sabia quando entrou
11	Anna Francisca do Sacramento	L		7	Semi branca		Manoel Vás de Goes e Henriqueta Cândida	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e bastardinho	Taboada		Marcca	No de Setembro de 1849		Já tinha princípio de leitura e escripta
12	Brasilina Adlina de Moraes	L		8	B.		Eduardo Dias de Moraes e dona Maria Francisca	Negociante	Manus   crito					Em 12 de outubro de 1847	32	Nada sabia quando entrou

[fol. 1v.]

Numero	Nomes	Legítima	Ilegítima	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos pais	Profissão	Leitura	Escrita	Calculo	Gramática	Costura	Quando entrarão para a Escola	Faltas que derão	Observações
13	Clementina Teixeira Soares	L		9	B		Torquato José Teixeira Soares e dona Rosa Joaquina	Negociante	Manuscrito	Bastardo				Em 12 de outubro de 1847	57	Nada sabia quando entrou
14	Clara Linda de Santana	L		6	B		D. Maria Custodia do Amor Divino		Manuscrito	Abc				Em 5 de setembro de 1848	20	Nada sabia quando entrou
15	Duludia Rosa de Jesus	L		13	S		Joaquina Rosa de Jesus – viúva		Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar		Marca barafunda	Em 29 de maio de 1848	44	Nada sabia quando entrou
16	Francisca Rosa de Carvalho Goes	L		10	S		Gervazio Alves de Goes e D. Anna Rosa de Carvalho	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar	Ortografia	Marca barafunda	Em 28 de março de 1848	42	Tinha princípio de leitura e escrita, era hábil
17	Francisca Rosa de Jesus	L		9	S		Joaquina Rosa de Jesus – viúva		Provérbios	Abc				Em 15 de janeiro de 1849	87	Nada sabia quando entrou
18	Florentina Abelina de Moraes	L		13	B	V	Eduardo Dias de Moraes e D. Maria Francisca de Moraes	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Diminuir		Marca barafunda	Em 4 de outubro de 1847		Tinha princípio de leitura e escrita, aplica-se
19	Hermenegilda Gomes Ribeiro	L		10	B		Salviano Herculano Ribeiro e D. Rosa Umbelina Gomes	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Ortografia	Marca barafunda	No 1 de outubro de 1847	54	Tinha princípio de leitura [...], é hábil, e aplica-se
20	Henedina Ermina Gomes Ribeiro	L	7	7	B		Os mesmos	Proprietário	Cartilha e manuscrito	Bastardo e cursivo	Tabuada			No mesmo dia	71	Nada sabia quando entrou
21	Herculana Francisca de Paula	L	12	12	S		José Alberto de Oliveira e D. Jermina Francisca de Paula		Cartilha e manuscrito	Bastardo e cursivo	Somar		Marca	Em 29 de março de 1848	47	Nada sabia quando entrou
22	Izabel Leopoldina do Amor Divino	L	9	9	B	V	Nicandro Albino Lopes e D. Maria Izabel		Manuscrito	Abc				Em 12 de outubro de 1847	36	Nada sabia quando entrou
23	Izabel Maria de Jesus	L	8	8	B	V	Francisco Vás de Goes e D. Carolina Alexandrina	Negociante	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar		Marca	Em 18 de outubro de 1847	36	Entrou sabendo ler conta, de nomes, é hábil
24	Izabel Clementina Cezar	L	10	10	B		Carlos Lopes Cezar – viúvo	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar		Marca barafunda	Em 3 de novembro de 1847	37	Tinha princípio de leitura, é hábil, porém

[fol. 2r]

Numero	Nomes	Legitim <sup>a</sup>	Ilegitim <sup>a</sup>	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos pais	Profissã <sup>o</sup>	Leitura	Escrita	Calculo	Gramati <sup>ca</sup>	Costura	Quando entrarão para a Escola	Faltas <sup>que</sup>	Observações
25	Joaquina Rosa de Miranda	L		9	B		José Proferio de Miranda e Izabel Francisca de Jesus	[...]	Livro e manuscrito	Bastardo e bastardo	Tabuada		Marca	Em 28 de julho de 1848	75	Tinha princípio de leitura somar
26	Luzia Guilhermina de Oliveira Gomes	L		9	B		José de Cupertino Gomes e D. Antônia Francisca	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Diminuir		Marca	Em 11 de outubro de 1847	41	Nada sabia quando entrou
27	Leonidia Lucina da Rocha	L		12	B		D. Clementina Francilina de Jesus – Viúva		Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Tabuada		Marca	13 de outubro de 1847	30	Nada sabia quando entrou, era muito rude
28	Lucia Rita de Carvalho Goes	L		8	S		Gervazio Alves de Goes D. Anna Rosa de Carvalho	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastado e bastardo	Tabuada			Em 28 de março de 1848	129	Tinha princípio de leitura somente,
29	Lucia Eremita de Cristo Jesus	L		11	B		José Bento da Silva e Rosa Alexandrina da Silva	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar		Marca barafunda	No 1 de outubro de 1847	30	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil
30	Maria Higina de Jesus Cristo	L		10	B		Os mesmos	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Ortografia	Marca barafunda bordado	No mesmo dia	20	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e
31	Maria Virginia do Amaral	L		15	B	V	José do Amaral e Silva – [...]	[...]	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Verbos	Marca barafunda bordado	No 1 de outubro de 1847	81	Tinha princípio de leitura e escrita, é muito
32	Maria Teixeira dos Anjos	L		15	B	V	Mariana Pereira dos Santos – viúva		Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Verbos	Marca barafunda bordado	Em 15 de novembro de 1847	20	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e
33	Maria Benta da Glória Cezar	L		16	B	V	Francisco Caetano Figueiredo – viúvo	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Ortografia	Marca barafunda	No 1 de outubro de 1847	42	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil,
34	Maria Constança de Oliveira Gomes	L		12	B		José de Cupertino Gomes e D. Antônia Francisca	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir	Ortografia	Marca barafunda	Em 11 de outubro de 1847	46	Tinha princípio de leitura e escrita, é muito
35	Maria Cândida Gomes Ribeiro	L		11	B		Salviano Herculano Ribeiro e D. Rosa Umbelina Gomes	Proprietário	Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Repartir		Marca barafunda bordado	No 1 de outubro de 1847	12	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil e
36	Maria Joaquina de Souza	L		9	B		D. Francisca Joaquina de Souza – viúva		Livro e manuscrito	Bastardo e cursivo	Multiplicar	Ortografia	Marca barafunda	Em 5 de abril de 1848	21	Tinha princípio de leitura e escrita, é hábil



## APÊNDICE G – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos discípulos inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1840)

[fol. 1r] Relação dos Alunos que frequentarão Aula Publica de [Primeiras]

Letras da Freguezia de Nossa Senhora da Saude da Comarca de Jacobina neste prezente ano 1840

Numero	Nomes	Idades	Quali- dades	Natura- lidade	Entrada	Dias que frequentar	Materiais que aprenderão
1	Antonio Correia da Silva	11	Par <sup>co</sup>	Desta Freguezia	6 Julho	108	ler escrito, es- creve letra [corroído]
2	Joaquim Manoel da Rocha	7	Pardo	Desta Freguezia	6 Julho	96	ler escrev[corroído] crito let[corroído]
3	Manoel Feliz Francisco	12	Pardo	Varje do Curral	8 Julho	101	ler esc[corroído] Carta[corroído]
4	Antonio Joze de I <sup>s</sup>	10	Pardo	Desta Freguezia	13 Julho	84	ler [corroído] de[corroído]
5	Joze Pto de Moura	11	Pardo	Desta Freguezia	10 Julho	93	ler [corroído] ve [corroído]
6	Antonio Joaquim de Moura	9	Pardo	Desta Freguezia	20 Julho	97	ler escrita [corroído] escreve bastardo
7	Antonio Febr <sup>o</sup> de Moura	8	Pardo	Desta Freguezia	20 Julho	97	ler escrita escre- ve letra br <sup>ca</sup>
8	Joaquim Felis de VI <sup>os</sup> Coit <sup>o</sup>	12	Branco	Desta Freguezia	27 Julho	85	ler escrita escreve bastardo soma [corroído]
9	José Felis de VI <sup>os</sup> Coit <sup>o</sup>	6	Branco	Desta Freguezia	27 Julho	89	ler escrita escre- ve letra br <sup>ca</sup>
10	Justino P <sup>to</sup> Ferreira	16	Branco	Pouço do Curral	17 Julho	81	ler escrito escre- ve letra br <sup>ca</sup>
11	Possidonio Pto Ferreira	15	Branco	Pouço do Curral	17 Julho	80	ler escrito escre- ve letra br <sup>ca</sup>
12	Andre Ferreira de Azevedo	12	Pardo	Varje do Curral	9 7bro	72	ler carta di [ilegível] escreve [corroído]
13	Manoel Antonio de Azevedo	10	Pardo	Varje do Curral	9 7bro	73	ler carta de sy- llaba
14	Jozé Baptista de Souza	11	Pardo.	Tapicurú	5 8bro	45	ler escreve [corroído] tada ha
15	Feliciano Baptista de Souza	8	Pardo	Tapicurú	5 8bro	45	ler escrita escre- ve bastardo[ilegível]
16	Jose Antonio de Souza	14	Pardo	Desta Freguezia	12 8bro	40	ler carta de nome escreve letra br <sup>ca</sup>
17	Antonio Ricardo de Souza	15	Pardo	Desta Freguezia	19 8bro	36	ler escrita [ilegível] escreve bastarda [ilegível]

## APÊNDICE H – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1846)

Fol. 1r Mappa dos Alumnos inscriptos eque frequentarão no anno de 1846 a Escolla prima-ria de que he Professor Joaquim José de Araujo Motta estabelecida na Freguezia de Nossa Senhora da Saude Município da Comarca da *Villa* de Jacobina  
Joze de Cupertino Gomes P. O Vigario Theotonio Bar[ata] de Miranda Manoel Fulgencio de Figueiredo

Num eros	Nomes	Legi timo	Illegi tumo	Idad e	Cor	Vaci na	Nomes dos Paes	Profi ssão dos Dito	Leit ura	Escr iptur a	Calc u- los	Gra m- mati ca	
1	Antonio Joaquim da Moura	1		15	Branco		Martiniano Joze dMoura Tereza Maria de Jesus	Cria dor	Livro	Cursiva	Propor ções		Entrou 13 de Julho de 40 hé ábil falta muito todos os annos a Aula emprega-se na criação de gado, Numero 16
2	Angelo Souza Falcaõ	1		6	Pardo		Joana Baptista Vieira Paulo Pereira Falcão	Custu ra	Syl labar				Entrou 31 d Agosto de 46 nada sabia quando entrou.
3	Francisco Joze Moura	1		14	Pardo		Joze d Moura Maria Leandra de Jesus	Negoci ante	Esripto	Bastar da	Mul- tiplica		Entrou 25 de Fevereiro de 42 muito rúde falta muito a Aula Numero 16; emprega-se em an dar com cavallos.
4	Francisco Correia da Silva	1		11	Branco		Felix Joaquim Correia Mariana Maria d Jesus	Lavra dor	Escrip to	Bastarda	Somar		Entrou 14 de Julho de 45 hé ábil, falta muito todos os [ilegível] a Aula, emprega-se em lavora andar com cavallos.
5	Felix Pereira Falcaõ	1		7	Pardo		Joana Baptista Vin- ra Paulo Pereira Falcaõ	Custu ra	Syl labar				Entrou 55 de Agosto de 46, nada sabia.
6	Honorato Joze Sexr <sup>a</sup>	1		9	Branco		Joaquina Antonio Vinra Manoel Teixeira de Vasconcellos	Lavra dora					Entrou 18 de Mayo de 44 muito rúde falta todos os [ilegível] a Au- la emprega - se não sei informar
7	Joze Bento de Moura	1		17	Branco		Martiniano Joze d Moura Tereza Maria de Jesus	Criador					Entrou 13 d Julho de 40, he rúde falta muito todos os numeros. a Aula emprega - se na criação de gado Numero 16
8	Joaquim Joze de Mello	1		15	Branco		Theodozio Ferreira de Mello Jorgiha Joaquina de Jesus	Nego- ciante					Entrou 4 de 9bro de 44 he rúde falta muito todos os annos a Aula, hé apto para officios mecânicos
9	Joze Bento de Mello	1		11	Branco		" " "	" "	" "	" "			" " " " " "
10	Joaõ Antonio de Vasconcellos		1	8	Pardo		Alexadra Roza Espirito Santo	Custu ra	Sylla bar	Elementar	Nada		Entrou 20 de Mayo d 44, muito ábil, falta muito todos os [ilegível] a Au la não sei em que se emprega boa indole
11	Joze Pere <sup>no</sup> da Roxa	1		6	Pardo		Manoel Joze d Santa Anna Matiniana Paula	lavra dor.	Abc				Entrou 5 d 9bro de 45. Nada sabia.
12	Joaõ Gabriel d'Al meida		1	6	Pardo		Crecencia Maria do Espirito Santo	Custu ra	Abc				Entrou 11 de 9bro de 46. Nada Sabia.

## APÊNDICE I – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1847)

[fol. 1r] Mappa dos Alumnos inscriptos, e que frequentáraõ no anno de 1847 a eschola primaria | de que he Professou Joaquim Jozé deAraujo Notta estabelecida na Freguezia de Nossa Senhora | da Saúde Municipio da Jacobina Jozé de Expertino Gomes P. O Mig Thortonio Barbosa deMiranda | Manoel Feitoza deFigueiredo

Numero	Nomes	legítimos	Illegítimos	Idades	Cór	Nome dos Paes	Profissão	Entrada	Escriptura	Cabendo	Gramma tica	Observações
1	Antonio Joaquim	1		16	Branco	Martinho Joze de Moura Thereza Maria de Jesus	criador	livro	Cur- sivo		1	Entrou 13 de Julho do anno de 40, nada sabia, he habil falta <i> muito</i> todos os <i> nomes</i> ; sahio a 11 de 10bro de 47.
2	Angelo Pereira	1		7	Pardo	Joana Baptista Vieira Paulo Pereira Falcaõ	Custureira	Escri pto	Bas tardo			" 31 d'Agosto de de 46 nada sabia, he rúde apto <i> para of-ficios mecanicos.</i>
3	Felix Pereira	"		8	"	" " "	"	"	"			" " " " " "
4	Francisco Correia	"		12	Branco	Felix Joaquim Maria Maria	lavra dor	"	"			" 14 de Julho de 46 nada sabhia he habil [corroido] <i> em prega - se na lavôra</i>
5	Honorato Joze	"		10	"	Joaquina Anotnia Vieira Manoel Teixeira	"	"	"			" 18 de Março de 44 nada sabia muito rúde falta <i> muito emprega - se nalavôra.</i>
6	Joze Antonio diAzevedo	"		8	"	Macario Jose Maria Joaquina	Cria- dor	"	"			" 19 de Janeiro de 47 nada sabia he habil falta <i> a escola.</i>
7	Joaquim Felix	"		7	Pardo	Felix Barboza Felisbina Maria	lavra- dor	"	"			" 4 de Maio de 47 nada sabia he habil falta <i> muito a aula.</i>
8	Joaquim Manoel	"		12	"	Manoel Joaquim da Roxa Maria Anacleta	Negocio	"	"	"		" 20 de Julho de 45 nada sabia <i> muito</i> rúde falta <i> muito emprega - se andar com cavalos.</i>
9	Joze P <sup>to</sup> de Moura	"		17	Branco	Martinho Jozé Thereza Maria	Cri dor	livro		Propor ções	<i>Pouco</i>	" 13 de Julho de 40 nada sabia he pouco habil <i> falta muito</i> todo anno emprega se com gado haio de [ilegível] 10bro de 47.
10	Joaõ Antonio		1	9	Pardo	Alex da Roza	Custureiro	Escri pto		Sommar		" 20 de Março de 44 nada sabia he habil falta <i> muito</i> todo anno empregase em lavora.
11	Joze Par <sup>co</sup> da	"		7	"	Manoel Joze de Santa Anna	lavra dor	"	"			" 5 de 9bro de 46 nada sabhia he habil falta <i> todo anno</i>
12	Joaõ Gabriel		"	"	"	Martinho Paula Crecencia Maria	Custureira	"	"			" 11 de 9bro de 46 he rúde falta muito todo ano <i> nada</i> <i> sabia.</i>
13	Lucio Joze Pedro		"	9	"	Elena Maria	Fiadeira	"	"			" 19 de janeiro de 47 nada sabia he habil falta <i> muito</i>
14	Manoel Joze de Santa Anna	"		9	"	Eugenio Joze Joana Maria	lavra dor	Sylla ba				" 30 de Agosto de 47 nada sabia he habil tem falta
15	Pedro Joze Ferreira	"		9	Branco	Joze Ferreira Homem		"				" 31 de Mayo de 47 nada sabia <i> muito</i> rúde falta <i> muito</i>

# APÊNDICE J– Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde (1849)

[fol. 1r] Mappa dos Alumnos inscriptos, que frequentarão no ano de 1849 a escola primaria deque he Profes- |sor Joaquim José d’Araujo Motta, estabelecida na freguesia de Nossa Senhora da Saude município da | Comarca de *Villa Velha* de Santo Antonio da Jacobina.

Jose de Cupertino Gomes P.  
O Vigario Theotino Barreto de Miranda.  
Manoel [*inint.*] Figueiredo.

Nº	Nomes	Legítimo	Illegítimo	Idade	Cor	Dias que frequentará o	Nomes dos Paes	Profissão	Leitura	Escreita	Calculos	Observações
1	Antonio Fillipe Santiago	L		12	P.	52	Manoel Zacarias [ <i>inint.</i> ]	Criador	Sylla bas			Entrou a 11 de abril de 49 nada sabia rude apto <i>para</i> officios mecanicos
2	Ângelo Pereira Falcão	L		9	P.	80	Paulo Pereira Falcão	Criador	Escri pto	Cursivo	Som ar	Entrou a 31 de Agosto de 46, nada sabia rude apto <i>para</i> officios
3	Cyrillo Jose Fidelis	L		9	P.	20	Dionizio Jose Fidelis	Lavra- dor	Sylla bas			Entrou a 11 de Janeiro de 48, nada sabia <i>muíto</i> rude falta <i>muíto</i>
4	Felix Pereira Falcão	L		10	P.	29	Paulo Pereira Falcão	Criador	Escri pto	Cursi vo	Som ar	Entrou a 31 de agosto de 46, nada sabia, habil falta <i>muíto</i>
5	Joaquim Antônio da Cruz	L		10	P.	13	Antonio Jorge da Cruz	Lavra- dor	“ “ “	Bas- tardo		Entrou a 28 de Agosto de 48, nada sabia rude apto <i>para</i> mecanica
6	João Dantas Vasconcelos	L		10	B.	35	[ <i>inint.</i> ] Ferreira de Mello	Lavra- dor	“ “ “	“ “ “		Entrou a 29 de Janeiro de 48, nada sabia muito rude falta <i>muíto</i>
7	Luiz Alvarez Jacobina		I	9	P.	11	Manoel Francisco de Jesus	Fiador	Sylla bas			Entrou 29 de Janeiro de 49, nada sabia habil falta <i>muíto</i>

APÊNDICE K – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Riachão da Jacobina

[fol. 1r] Mapa dos alunos, que frequentarão esta aula Nacional, e Elementar da freguesia de S.S Coração de Jesus do Riachão da Jacobina.

Nº	Nomes	Tempo <i>que</i> frequentarão	Idades	Qualidades	Materiais <i>que</i> a prenderão	Aproveitamento
1	Zetino José	117 ½ dias	12 annos	Pardo	Ler, escreve e todas as especiais de contas	Só falta <i>por</i> moléstia
2	José Florêncio	75 ½ “	12 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	Falta por pobreza
3	Manoel da Mota	132 ½ “	11 “	Branco	O mesmo <i>dito</i>	Tem boa mimoria
4	José Joaquim dos Santos	204 “	8 “	Pardo	Lendo escripto, e soma, e escreve	Só falta <i>por</i> moléstia, é <i>muito</i> rude
5	Manoel Pereira	78 “	12 “	Cabra	O mesmo <i>dito</i>	O mesmo
6	Proterio José	20 “	9 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	Falta por pobreza
7	José da Silva Bezerra	155 “	8 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	Tem boa mimoria
8	Pedro Benedito	34 “	9 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	É <i>muito</i> rude
9	Francisco Alves	152 “	6 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	Tem boa mmoria
10	Inocência José	136 “	11 “	Pardo	O mesmo <i>dito</i>	Hé <i>muito</i> rude
11	Onorio Vieira	3 “	14 “	Pardo	ler, escreve, soma, diminuir	Tem boa memoria
12	José Dias Muniz	120 “	8 “	Branco	ler, escreve, somar	He <i>muito</i> rude
13	Eduardo Alves	99 “	10 “	Pardo	O mesmo	Tem boa mimoria
14	José Anselmo	71 “	Branco	10 annos	O mesmo	O mesmo

Aula Nacional, e Elementar da Freguesia do S.S Coração de  
Jesus do Riachão 7 de dezembro de 1840.  
Antônio Fernandes Couto  
Professor.

## APÊNDICE L – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes de primeiras letras da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Riachão da Jacobina (1843)

Mapa dos alunos que frequentarão  
esta aula Nacional e Elementar da Freguesia de S.S  
Coração de Jesus do Riachão da Jacobina

Nº	Nomes	Tempo que frequentaram	Idades	Genalidades	Matéria que aprenderam	Aproveitamento
1	Jose da Silva	208 ½ “	11 annos	Pardo	Ler, escrever, somar, diminuir, multiplicar, repartir.	Sahio para aprender officio.
2	Francisco Alves	222 “	9 “	Pardo	O mesmo	He rude
3	Bento Alves	256 “	17 “	Crioulo	O mesmo	Tem boa mimoria
4	José Bento	232 ½ “	9 “	Branco	Ler, escrever, somar, diminuir	Omesmo
5	Antônio Ribeiro	213 “	7 “	Pardo	O mesmo	He <i>muito</i> rude
6	José Simão	62 “	8 “	Pardo	Ler, escrever	Sahio
7	João da Motta	192 “	12 “	Crioulo	Ler, escrever, somar	Falta por pobreza
8	Agostinho dos Santos	193 “	8 “	Pardo	O mesmo	He sofrível
9	Guilhermino Barbosa	72 “	8 “	Pardo	O mesmo	Tem boa mimoria
10	Eduardo Alves	102 “	12 “	Pardo	Ler, escrever, somar, diminuir	Tem boa mimoria
11	Joaquim Francisco	91 “	9 “	Branco	O mesmo	Omesmo
12	José vieira	97 “	11 “	Branco	O mesmo	Omesmo

Aula Nacional,e Elementar da Freguesia do S.S Coração de Jesus  
do Riachão 29 de Dezembro de 1843.

Antônio Fernandes Couto  
Proffessor.

## APÊNDICE M – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia do Santíssimo Sagrado Coração de Riachão da Jacobina (1846)

[fol.1r] Mappa dos Alumnos que frequentarão no anno de 1846 a Escola primaria de que he Professor Antonio Fernandes Couto estabelecido na Freguezia do Santissimo Coração de Jezus do Riachão da Jacobina

José de Cupertino Gomes P. O. Vigarío Thotonio Barboza de Miranda.

Numer	Nomes	Legiti mo	Illegiti mos	Idade	Cor	Vacina	Nomes dos Paes	Profiss ão dos	Leitura	Esript ura	Calcu- los	Grâm- matica	
1	Antonio Luis de Almeida	Legitimo	O	11	Branco	Nada	OCappitam Joze Luis de Almeida	Negocio	Livro	Cursiva	Repartir	Ortho- grafia	Entrou em Fevereiro de 1846, so falta por mulestia tem boa conduta incli- na se ao campo.
2	Antonio Benedito		Illegitimo	10	Pardo	"	Maria Jozefina	Custura	Dº	Dº	Multi- plicar		Entrou em Agosto de 1815, nada sabia quando entrou he muito rude, e apto para officio mecanicos.
3	Agostinho dos Santos		Illegitimo	11	Pardo	"	Anna Francisca	Dº	Esriptura	Bastar- do	Dº		Entrou em Outubro de 1842 sahio em 20 de Agosto de 1846 muito rude ma conduta, foi para lavras, não se inclina anada
4	Antonio Soares	Legitimo		8	Pardo	"	Joaquim Soares de Farias	Ferreiro	A.b.c				Entrou em Março de 1846 he rude, falta Aula, boa indôle não co- nheço a sua vocação.
5	Angelo Balbino		Illegitimo	7	Pardo	"	Maria Jozefa	Custura	Sylla- bas	A.b.c.			Entrou em Agosto de 1846 He sofrivel naço conheço asuavocação
6	Eduardo Alves	Legitimo		16	Pardo	"	Rita Maria Vieira	Falecida	Livro	Cursivo	Cepar- tir	Gram- matica	Entrou em Março de 1846 sahio em Junho do mesmo anno esta feito caxeiro de loja de fazendas.
7	Feliciano Jozé	Legitimo		7	Pardo	"	Alexandre Joze	Lavra- dor	Escrita	A.b.c			Entrou em Agosto de 1846 He muito rude, má conduta não se inclina anada.
8	Felippe Alves	Legitimo		11	Branco	"	Joaõ Alves Bellas	Nego- cio	Dº	Bastar- do	Mul- tiplicar		Entrou em Junho de 1846 sahio em Agosto do mesmo anno foi de muda para a Freguezia do Monte Alegre
9	Joaquim Luiz de Almeida	Legitimo		8	Branco	"	OCappitam Joze Luis de Almeida	Dº	Dº	Dº	Somar		Entrou em Janeiro de 1846 falta Aula por mulestia apto para Officio mecanicos boa indôle.
10	Joaquim Luis de Salles	Legitimo		8	Pardo	"	Maria da Paixaõ	Custu- ra	Dº	Dº	Dº		Entrou em Agosto de 1846 He rude, e não conheço sua vocação, e falta Aula.

11	Joaquim Jozé	Legítimo		7	Pardo	"	Alexandre Jozé de Souza	Lavrador	Sylla=bas				Entrou em Agosto de 1845 nada sabia quando entrou, falta muito Aula apto para Officio mecanicos, boa indôle.
12	Jozé Patricio		Illegítimo	12	Pardo	"	Barbara Maria	Custura	Livro	Cursivo	Cepar-tir		Entrou em Fevereiro de 1846 nada sabia quando entrou boa indôle apto para Officios mecanicos.
13	Joaõ Ferreira	Legítimo		11	Branco	"	Joaõ Ferreira deMacedo	Lavrador	Dº	Dº	Dº		Entrou em Janeiro de 1846 só falta por mulestia não sei da sua vocação boa indôle.
14	Joaõ Fernandes Couto	Legítimo		7	Branco	"	Antonio Fernandes Couto	Professor	Escrito	A.b.c.			Entou em Março de 1846 falta muito a Aula, rude, não conheço a sua vocação.
15	Joze Felipe		Illegítimo	7	Preto	"	Felippa Maria	Custura	Dº	A.b.c.	Sommar		Entrou em Março de 1846 sahio em Agosto do mesmo anno não sei o que fez, demá conduta.
16	Joze Moreira		Illegítimo	10	Branco	"	Luzia Moreira	Dº	Dº	Cursiva	Multi plicar		Entrou em Julho de 1846 só falta Aula por mulestia, inclina-se a lavoura, boa indôle.
17	Joze de Oliveira	Legítimo		10	Pardo	"	Joaquina de Oliveira Viuva	Dº	Dº	A.b.c.	Somâr		Entrou em Agosto de 1845 nada sabia quando entou sahio em Julho de 46 inclinava-se acriação de gadoz.
18	Joze Ribeiro	Legítimo		12	Branco	"	Maria Rozario Viuva	Dº	Livro	Cursivo	Cepar-tir		Entrou em Agosto de 1845 nada sabia quando entrou sahio em Julho de 46 inclinava-se acriação de gadoz.
19	Lourenço Theodora		Illegítimo	8	Preto	"	Theodora Maria	Dº	Escrito	A.b.c	Somâr		Entrou em Manorço de 1846 sahio em Outubro do mesmo anno foi de muda para Villa daJacobina.
20	Leandro Rodriguez	Legítimo		8	Branco	"	Maria Alexandrina	Dº	Sylla bas				Entrou em Outubro de 1846 hemuito rude, tem boa indôle não conheço a sua indôle digo sua vocação
21	Manoel Joaquim deSalles	Legítimo		12	Branco	"	Maria da PAixaõ	Dº	Livro	Cursiva	Cepar-tir	Orthogra fia	Entou em Abril de 1845 nada sabia quando entrou, boa indôle apto para Officio mecanicos.
22	Manoem Ramos	Legítimo		10	Pardo	"	Maria Francisca	Dº	Escrito	A.b.c	Somâr		Entrou em Março de 1846 nada sabia quando entrou boa indôle apto para Officio mecanicos.
23	Manoel Joaquim Ilias		Illegítimo	9	Pardo	"	Ilias Maria	Dº	Dº	A.b.c	Somâr		Entrou em Março de 1846 falta por mulestia, tem boa conduta apto para Officio mecanicos.
24	Manoel Jozé		Illegítimo	8	Pardo	"	Maria Jozefa	Dº	Dº	A.b.c	Dº		Entrou em Março de 1846 falta muita Aula, e não se quer applicar anada
25	Salustiano Antonio	Legítimo		7	Pardo	Vacinado	Alferes Paulo Joaquim	Negocio	Dº	A.b.c	Dº		Entrou em Março de 1846 tem boa mimoria, so falta por mulestia tem boa conduta não conheço a sua vocação.
26	Paulo Joaquim		Illegítimo	6	Preto	nada	Maria Joaquina	Custura	Dº	A.b.c	Somâr		Entrou em Fevereiro de 1846 tem boa memoria so falta por mulestias boa conduta, não sei da sua vocação.
27	Themote Baptista		Illegítimo	7	Pardo	"	Maria Sipriana	Dº	Dº	A.b.c	Somâr		Entrou em Outubro de 1846 nada sabia quando entou, tem boami-moria e boa conduta não sei da sua vocação.

Antonio Fernandes Couto

Professor



## APÊNDICE N – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1843)

[fol. 1r] Mapa dos alunos, que frequentaram a aula Pública e Instrução Primária, na freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, (termo) da Vila da Jacobina, no ano de 1843.

Nº	Nomes dos alunos	Qualidades	Idade	Pais e Mães	Frequência	Observações
1	David [ <i>Diviselmo</i> ] Sá	P	10 anos	Joaquim Pereira de Goiss	-	Lê exatamente, escreve cursivo, conta até juros
2	Calos José de Oliveira	B	12 anos	Jose Theodozio de Miranda	-	Lê bem, escreve cursivo, conta até repartir
3	Candido Gomes de [ <i>Andrade</i> ]	B	12 anos	Maria Felix do Sacramento	15 dias	Prompto em 10 de Agosto de 1843
4	Antonio Gomes de [ <i>Andrade</i> ]	B	9 anos	Maria Felix do Sacramento	185 dias	Lê, e escreve cursinho exatamente, conta até juros
5	Fabricio Malaquias	B	9 anos	Luiz Malaquias de Miranda	170 dias	Lê, e escreve cursivo exatamente, conta até juros
6	Francisco Malaquias de Miranda	B	8 anos	Luiz Malaquias de Miranda	165	Lê mal, escreve bastardo, conta até diminuir
7	Belarmino Ferreira dos Santos	B	11 anos	Jose Ferreira dos Santos	157	Lê, e escreve cursivo exatamente conta até repartir
8	Henriques Jose Teixeira	B	14 anos	Marcos Rosario de Oliveira	133	Lê mal, e escreve cursivo exatamente conta até repartir
9	Antônio Rosario Cedro	P	11 anos	José Rosario Cedro	135	Lê bem, escreve cursivo exatamente até repartir
10	Filippe Rosario Cedro	P	10 anos	José Rosario Cedro	135	Lê pouco, escreve bastardo, conta até multiplicar
11	Antonio Malaquias de Miranda	B	7 anos	Luiz Malaquias de Miranda	140	Lê pouco, escreve bastardo, conta até diminuir
12	João Jose Tibúrcio	B	11 anos	Antonio Jose Tiburcio	190	Lê pouco, escreve cursivo, conta até diminuir

[fol.1v]

Nº	Nomes dos alunos	Qualidades	Idades	Pais e Mães	Frequencia	Observações
13	Tito dos Santos Costa	B.	8 anos	Manoel dos Santos Costa	130	Lê bem, escreve cursivo, conta até repartir
14	Sulp[icio] Jose Barretto	B.	7 anos	Manoel dos Santos Costa	130	Lê mal, escreve bastardo
15	Fortunato da Silva	C.	12 anos	Francisco da Silva [Conrado]	162	Lê bem, escreve cursivo, conta até repartir
16	Francisco Paaulo de Miranda	P.	13 anos	Francisco da Silva [Conrado]	162	Lê pouco escreve bastardo conta até diminuir
17	Jose Barretto dos Santos	C.	12 anos	Pedro Paulo de Miranda	111	Prompto em 10 de Agosto de 1843
18	Jose Barretto dos Santos	B.	8 anos	Joaquim Jose Barretto	165	Lê pouco, escreve bastardo, conta até diminuir
19	Manoel Jose Theodozio	B.	8 anos	Jose Theodozio de Miranda	152	Lê pouco, escreve bastardo soma
20	Manoel Dias [Baesa]	C.	12 anos	Francisco Dias [Baêsa]	145	He rude ao [todo]
21	Benedicto Jose Baptista	C.	7 anos	Jose Baptista	108	He rude escreve bastardo
22	Valdivino de Santa Anna	P.	16 anos	Manoel de Santa Anna	120	Nada de leitura, escreve bastardo
23	Francisco Antonio [inint.]	C.	15 anos	Antonio Romão[inint.]	125	Lê pouco, soma he rude
24	Manoel Antonio [inint.]	C.	10 anos	Antonio Romão[inint.]	135	Lê pouco, escreve cursivo, soma he rude
25	Benedicto Guedes	P.		Gonçallo Cedro	105	Nada de leitura, escreve bastardo, he rude

[fol.2 r]

Nº	Nomes dos alunos	Qualidades	Idades	Pais e Mães	Frequencia	Observações
26	Hyppolito Affonço	P.	6 anos	Antonio Affonço de Carvalho	95	Principiante
27	João [inint.] Procópio	P.	13 anos	[inint.] Maria	122	Não lê, escreve bastardo soma, he rude
28	Filippe Sant-ago	P.	10 anos	Pedro Jose Caetano	200	Lê pouco, escreve bastardo
29	Antonio Pereira de Souza	P.	16 anos	Manoel Dionisio	131	Lê pouco escreve bastardo soma
30	Manoel [inint] d'Amorim	P.	9 anos	Manoel Gonçalves	110	Principiante
31	Jose [inint] de Macêdo	C.	9 anos	Theodozio [inint.] de Miranda	64	Principiante
32	Antonio [inint] de Macêdo	C.	8 anos	Theodozio [inint.] de Miranda	64	Principiante
33	Manoel Dias [Baesa]	C.	6 anos	Jose da Silva	72	Principiante
34	Cesario Manoel da [inint.]	C.	6 anos	Antonio Manoel da [inint.]	78	Principiante
35	Jose Alexandre d'Amorim	P.	8 anos	[inint.] Maria	21	Principiante
36	Galdino [inint.] da Silva	P.	15 anos	Antonio [inint.] da Silva	110	Principiante
37	Jose de Souza Santos	B.	10 anos	Antonio Jose dos Santos	94	Principiante

[fol.2 r]

Eis os alunos, que frequentarão á Aula Pública d'Instrucção Primaria na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Môro do Chapéo, Termo da Villa da Jacobina, no anno de 1843. Em a referida Aula 7 de Dezembro 1843. João Francisco de Barros  
Professor

## APÊNDICE 0 – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1846)

[fol.1r] Mappa dos Alumnos inscriptos, *que* frequentarão durante o anno de 1846, á Aula Publica Primeira, de *que* he Professor João Francisco de Barros na Freguezia de Nossa Senhora da Graça no Môro do Chapéo, Comarca do Municipio da Villade Jacobina Santo António da Jacobina.

José d. Cupertino Gomes. [inint.]

Vigario Thotinio Barboza de Miranda

1	Agostinho Joze de Lima	Legítimo	13	Branco	João Antonio de Lima, Criador de gado	125	Livro	Bastarda	2ª classe	Orthografia	Juros	Entrou nessa Escola com principio d ensino particular a 9 de Junho
2	Antonio Gomez de Araujo	Illegítimo	12	Branco	Maria Feliz do Sacramento, Negociante	23	Livro	Cursivo	1ª classe	Sintaxe	Composto	Entrou sem ensino a 25 de Janeiro 1841 foi classificado na 4ª
3	Antonio Rodriguez de Macêdo	Legítimo	12	Caboclo	CaboTheodozio Rodriguez de Macedo. Oleiro	135	Manuscrita	Bastardo	3ª classe		Soma	Sem ensino a 23 de 8bro 1843, com falta por frequencia he rude
4	Auri[corroído] Pereira de Souza	Legítimo	10	Branco	Candido Joze de Souza, Criador	110	Soletra	Bastardo	4ª classe			Sem ensino a 17 de junho de 1845, com falta por frequencia
5	Belmiro Porto de Souza	Legítimo	10	Branco	Maria de Joze Cardozo, Criadora	120	Manuscrita	Bastardo	3ª classe		Diminuir	Sem ensino a 26 de junho 1844 com falta de frequencia por molestia
6	Bernardino de Sena	Legítimo	9	Caboclo	Cabo Francisco Adriaõ de Paula, Vaqueiro	125	Soletra		4ª classe			Sem ensino a 3 de Junho de 1845, he rude
7	Candido Ferreira dos Sanctos	Legítimo	11	Criolo	Manoel Ferreira dos Sanctos, Ferreiro	18	Abc	Bastardo	4ª classe			Sem ensino a 16 de 9bro de 1846.
8	Cesario Joze de Bomfim	Legítimo	9	Caboclo	Antonio Manoel da Rosurr <sup>m</sup> , Sacristaõ	110		Bastardo	3ª classe		Soma	Sem ensino a 19 de junho 1843, com falta de frequencia por
9	Dioclecio Barboza de Souza	Legítimo	9	Branco	Manoel Barboza de Souza, Criador	130		Bastardo	2ª classe	Orthografia	Multiplicar	Sem ensino a 12 de Março 1844, com falta de frequencia he apto.
10	Domicio Barboza Souza	Legítimo	8	Branco	Manoel Barboza de Souza, Criador	135		Bastardo	3ª classe		Soma	Sem ensino a 11 de Maio 1846: he apto

11	Egídio Jozé de Lima	<i>Legítimo</i>	14	<i>Branco</i>	Agostinho Joze de Lima, Criador	125		Cursiva	1ª classe	Sintaxe	Composto	Com principio de ensino particular a 9 de Junho 1845 pronto a 5 de
12	Felippe Rodriguez Cédro	<i>Legítimo</i>	13	<i>Pardo</i>	Joze Rodriguez Cédro, Lavrador	35		Bastardo	2ª classe	<i>Orthografia</i>	Reparte	Sem ensino a 1º de junho 1842, com grande falta por seu
13	Francisco Luiz de Miranda	<i>Legítimo</i>	11	<i>Branco</i>	Luiz Malaquias Miranda, Criador	23		Bastardo	2ª classe	<i>Orthografia</i>	Juros	Sem ensino a 25 de Janeiro 1841, com grande falta de
14	Francisco Manoel de Souza	<i>Illegítimo</i>	11	<i>Pardo</i>	Maria Francisca de Souza, Lavradora	100			4ª classe		Soma	Sem ensino a 8 de junho 1846 foi classificado na 4ª classe
15	Guilhermino Barboza de Castro	<i>Legítimo</i>	12	<i>Pardo</i>	FelixAdaucto Barboza, Criador	150		Bastardo	2ª classe	Nome	Juros	Com principio d'outra Escola particular a 1 de Abril 1845 foi
16	Ildefonso Honorato de Souza	<i>Legítimo</i>	10	<i>Branco</i>	Honario de Souza Pereira, Negociante	125		Cursivo	1ª classe	Sintaxe	Sintaxe	Sem ensino a 1º de julho 1844 : he apto; quasepronto a 18 de
17	Innocencio de Bomfim	<i>Legítimo</i>	8	<i>Pardo</i>	Manoel do Bomfim Lavrador	95			4ª classe			Sem ensino a 8 de junho 1846, foi classificado na 4ª classe

[fol.1v]

18	João Jozé Teburcio Guimarães	Legítimo	14	Branco	Antonio Joze Tiburcio Guimaraes, Negociante	55	Livro	Bastarda	2ª classe	Orthografia	Repre	Sem ensino a 2 de Março 1848, com <i>grande falta</i>
19	Joze Alchiades de Miranda	Legítimo	11	Branco	Vicente Joze Pereira, Criador	130	Livro	Cursiva	1ª classe	Sintaxe	Juros	Sem ensino a 12 de Agosto 1848: <i>he anto</i>
20	Joze Barreto dos Santos	Legítimo	11	Branco	Thereza Maria Barboza, Negociante	100	Livro	Bastarda	2ª classe	Orthografia	Juros	Sem [ilegível] a 25 de Janeiro 1847 com <i>grande</i>
21	Joze d'Antas Barberésio	Legítimo	9	Branco	Rosaura Maria do Espírito Santo, Lavradora	20	Abc		4ª classe			Sem ensino a 3 de Maio 1846, <i>Ausente por sua</i>
22	Justiniano Cazé da Silva	Legítimo	11	Branco	Luiz Antonio da Silva, Lavrador	95	Solettra	Bastarda	4ª classe			Sem ensino a 3 de Julho de 1846 foi <i>classificado na 5ª</i>
23	Leoinces Barboza de Castro	Legítimo	9	Pardo	Felix Adaucto Barboza, Criador	125	Manuscripta	Bastarda	3ª classe		Soma	Sem ensino a 12 de Março 1844, <i>foi classificado na</i>
24	Macarês Pereira de Souza	Legítimo	12	Branco	Roza Maria de Miranda, Criadora	125	Manuscripta	Bastarda	3ª classe		Soma	Sem ensino a 2ª entrada a 27 de <i>Abril de 1846</i>
25	Manoel Joze Theorodo d' Araújo	Legítimo	12	Branco	Joze Theodorio de Araújo, Criador	16[corroído]	[corroído]	Cursivo	1ª classe	Sintaxe	Juros	Sem ensino a 1 de Junho 1842 foi <i>classificado na 5ª</i>
26	Manoel Benedicto dos Sanctos	Legítimo	8	Caboclo	Therêza Maria Barboza, Negociante	12[corroído]	[corroído]	Bastarda	4ª classe		Tabuada	Sem ensino a 1 de maio 1845 com <i>falta de frequencia</i>
27	Manoel Dias Baêta	Illegítimo	14	Pardo	Francisco Dias Baêta, Doente	1[corroído]	[corroído]	Bastarda	4ª classe		Soma	Sem ensino a 5 de junho 1842: <i>he rudelsimo</i>
28	Sulpício Joze Barreto dos Sanctos	Illegítimo	12	Pardo	Francisca de Sá Telles, Negociante	3[corroído]	[corroído]	Bastarda	3ª classe		Soma	Sem ensino a 25 de Janeiro 1844 <i>com grande falta</i>
29	Teodos Santos Costa Barretto	Illegítimo	13	Pardo	Francisca de Sá Telles, Negociante	3[corroído]	[corroído]	Bastarda	2ª classe	Orthografia	Juros	Sem ensino a 25 de Janeiro 1843 <i>com grande falta</i>
30	Valvino de Sancta Anna	Legítimo	11	Pardo	Manoel de Sancta Anna Vaqueiro	[corroído]	[corroído]	Bastarda	3ª classe		Soma	Sem ensino a 15 de Junho 1841: <i>he rude ilegível</i>

Até esta data tenho usado examinar aos meus Discipulos, e ainda mesmo [corroído] de cada anno com da de férias em Grammatica Portuguesa, e e o Cathecismo Doutrinal. Nas Observações não dice ainda maior explica [corroído] de cada Discipulo [ilegível] [ilegível] do [ilegível] *quesobra* Freguezia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéo, em Scola Publica Primeiras[Letras] 7 de Dezembro 1846. João Francisco de Barros.

## APÊNDICE P – Edição semidiplomática do mapa de frequência dos estudantes inscritos na escola de primeiras letras da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu (1847)

[fol.1r] Mappa dos Alumnos inscriptos, *que* frequentarão durante o anno de 1847, á Aula Publica Primeira, de *que* he Professor João Francisco de Barros, estabelecida na Freguezia de Nossa Senhora da Graça no Môro do Chapéu, Comarca do Municipio da Villade Santo António da Jacobina.

José d. Cupertino Gomes. P. O Vigario Thotinio Barboza de Miranda  
Manoel Fulgencio de Figueiredo

Numero s	Nomes dos Alumnos	Legitim o e Illegiti mos	Idade	Cor	Nomes, e Profissões dos Paes	Frequen cia dias	Leitura	Escreptu ra	Calculo s	Gramm atica	Conta	Observações
1	António Francisco do Nascimento	Legitimo	15 anno s	Pardo	Anacléto Joze da Silva Negociante	160	Manuscrita	Bastardo	2ª classe		Diminuir	Entrou sem ensino algum a 29 d Abril de 1847 foi dada 4ª classe, e mostra ter aptidão, para o ensino
2	António Rodriguez de Macêdo	Legitimo	13	Caboclo	Theodózio Rodriguez de Macêdo, Olleiro	130	Manuscrita	Bastardo	2ª classe		Somar	Entrou sem ensino algum a 23 d'Outubro 1843 foi classificado na 4ª classe; he rúde.
3	Aurelino Odilon de Souza	Legitimo	11	Branco	Candino Joze de Souza, Vaqueiro	125	Manuscrita	Bastardo	2ª classe		Somar	Entrou sem ensino algum a 3 de Junho 1845 foi classificado na 4ª classe, he rude
4	Bernardino de Seena Paula	Legitimo	10	Caboclo	Francisco Adriaõ de Paula, Vaqueiro	140	Manuscrita	Bastardo	3ª classe		Juros	Entrou com principio d'ensino da mesma Escóla a 16 de Maio (segunda entrada) 1846, foi classificado na 2ª classe he apto para o ensino
5	Dioclécio Barboza de Souza	Legitimo	10	Branco	Manoel Barboza de Souza, Criador	170	Livro	Cursivo	1ª classe		Repr.	Entrou sem ensino a 11 de Maio 1846 foi classificado na 4ª classe, he apto para o ensino
6	Domicio Barboza de Souza	Legitimo	9	Branco	Manoel Barboza de Souza, Criador	175	Manuscrita	Bastardo	2ª classe		Juros	Entrou sem ensino algum a 20 de Janeiro 1841 foi classificado na 4ª classe e sahio pronto do ensino a 11 de Setembro 1847.

7	Francisco Malaquias de Miranda	Legítimo	12	Branco	Luiz Malaquias de Miranda, Criador	10	Livro	Cursivo	1ª classe	Sintaxe	Multiplicar	Entrou sem ensino algum a 8 de Junho 1846, foi classificado na 4ª classe; he apto para o ensino.
8	Francisco Manoel de Souza.	Legítimo	12	Branco	Maria Francisca de Souza, Agencias	135	Manuscrita	Bastardo	2ª classe		Tabuada Sabatina	Entrou sem ensino algum no 1º de Junho 184 foi classificado na 4ª classe mostra pouca aptidão para o ensino
9	Graciliano Ferreira dos Santos.	Legítimo	8	Pardo	Caetano Joze Barbóza, Lavrador.	125	Soletrar	Bastardo	4ª classe		Tabuada Sabatina	Entrou sem ensino algum no 1º de Junho 1847 foi classificado na 4ª classe, mostra ter aptidão para o ensino
10	Hygino Ferreira dos Sanctos.	Legítimo	9	Pardo	Filippe Ferreira dos Santos, Vaqueiro	125	Manuscrita	Bastardo	3ª classe		Tabuada Sabatina	Entrou sem ensino algum no 1º de junho 1847 foi classificado na 4ª classe, mostra ter aptidão para o ensino
11	Joaõ Jozé Gomes d Araújo.	Illegítimo	9	Criolo	Jozé Gomes d'Araújo, Negociante	120	Soletrar	Bastardo	4ª classe			Entrou sem ensino algum a 7 de junho (segunda entrada) 1847 foi classificado na 4ª classe; he rúde.
12	Jozé Barrêto dos Sanctos.	Legítimo	12	Branco	Therêxa Maria de Jesus. Lavradora	80	Livro	Bastardo	1ª classe	Orthografia	Juros	Entrou sem ensino algum a 20 de Janeiro 1841 foi classificado na 4ª classe. Sahio pronto do ensino a 4 de Setembro de 1847
13	Jozé Melchiades de Miranda	Legítimo	12	Branco	Vicente Jozé Pereira, Criador	105	Livro	Cursivo	1ª classe	Sintaxe	Comparação	Entou sem ensino algum a 12 d'Agosto 1844 foi classificado na 4ª classe he apto para o ensino



Numeros	Nomes	Legitim o e Illegitim o	Idade Côr	Nomes e Profissões dos Pais	Frequência dias	Leitura	Escreitura	Calculos	Grammatica	Conta	Observações
14	Joze Pedro Barauna	Legitimo	5 Pardo	Joaõ Antonio Barauna,	125	Soletra	Bastardo	5ª classe			Entrou sem ensino algum a 31 de Maio 1847, foi classificado na 4ª classe
15	Joze de Souza Sanctos	Legitimo	17 Branco	Antonio Joze de Souza	95	Manuscripta	Bastardo	5ª classe		Somma	Entrou sem ensino algum a 3 d'Outubro 1843, foi classificado na 4ª classe
16	Jozé Theodo da Silva	Legitimo	7 Branco	Filippa Maria de Jesus Agencia	105	Manuscripta	Bastardo	3ª classe			Entrou sem ensino algum a 21 de junho 1847, foi classificado na 4ª classe
17	Macário Pereira de Souza	Legitimo	13 Branco	Roza Maria de Miranda, Criadora	58	Manuscripta	Bastardo	3ª classe		Diminuir	Entrou com principio d'ensino da mesma Escola a 27 de Abril (segunda)
18	Manoel Benedicto dos Santos	Legitimo	9 Branco	Therêza Maria de Jesus Lavradora	74	Manuscripta	Bastardo	2ª classe		Somma	Entrou sem ensino algum a 1 de Maio 1845, foi classificado na 4ª classe; he apto para o ensino
19	Manoel Joaquim de Souza	Illegitimo	17 Pardo	Ruso Joze Bento, Lavrador	105	Soletra	Bastardo	4ª classe			Entrou sem ensino algum a 5 de Junho 1847, foi classificado na 4ª classe mostrou ser rúde
20	Manoel Joze Theodoro de Araujo	Legitimo	13 Branco	Jozé Theodoro de Araújo, Criador	110	Livro	Cursivo	5ª classe	Sintaxe	Compara	Entrou sem ensino algum a 1ª de Junho 1842, foi classificado na 4ª classe
21	Nicandro Manoel Clemente	Illegitimo	12 Caboclo	Maria Joaquina de Jesus, Agencias	90	Soletra	Bastardo	4ª classe			Entrou sem ensino algum a 9 de Agosto 1847, foi classificado na 4ª classe
22	Olympio Barboza de Souza	Legitimo	9 Branco	Francisca Roza do Nascimento, Lavradora	55	Soletra	Bastardo	4ª classe			Entrou sem ensino algum a 31 de Maio 1847, foi classificado na 4ª classe mostrou ser apto para o
23	Pedro Marques Gonçalves	Legitimo	10 Caboclo	Ixidio Marques Bispo, Agencias	98	Soletra	Bastardo	4ª classe			Entrou sem ensino algum a 12 de Julho 1847, foi classificado na 4ª classe mostrou ser rúde
24	Rozendo Jozé de Lima	Illegitimo	9 Preto	Maria Claudina Rodriguez Agencias	180	Manuscripta	Bastardo	3ª classe		Diminuir	Entrou sem ensino algum a 13 d'Abril 1847, foi classificado na 4ª classe mostra ser apto para o

No encerramento da Escola examinei aos meus discipulos em Grammatica (os quais são della) Portuguêsa Arithmetica, e a Doutrina com sua explicação. Freguezia de Nossa Senhora da Graça do Mórro do Chapéo, em Aula Pública d'Inscrucção Primaria 7 de Dezembro 1847. João Francisco de Barros.

APÊNDICE Q- Edição semidiplomática do Mapa das escolas públicas e particulares da Vila de Santo Antonio de Jacobina, produzido pelo Juiz da Comarca, em 1850.

[fol.1r]

Mappa das Escollas Publicas e Particulares da Comarca da Jacobina

Município da Jacobina |*que* tem 5 Freguesias, e existe Aulas de 1ª Lettras, e 1 de latim

Municipio da Jacobina que tem 5 Freguesias , e existe   Aulas de Primeiras Lettras, e 1 de Latim	Municipio de Villa Nova da Rainha que tem 2 Aulas de [ <i>primeiras</i> ] Let-  tras
N °dos alun   nos particulares – 12	Nº de alun-nos publicos – 54
Nas das alun-  nas publicas – 42	Ditas particulares
Nas de alumnos publicos 116	Ditas de meni-nas
Ditas particulares de meninos 1	Aulas publicas de meninos 4
Ditas de meninas 1 Ditas	Methodo simultaneo
1ª Letras de meninos publicas 5	
Latim – 1 Alunos 4	
O methodo he simultâneo	

Os livros de que uzão estas Aulas são Escolla | Brasileira do Visconde de Cayru, Simão de | Nantua, Accidentes da infancia, Feliz In- | dependente do Padre Almeida, Orthografia resumida de Pimentel, e Gramma- | tica de monte Verde.

#### Observações

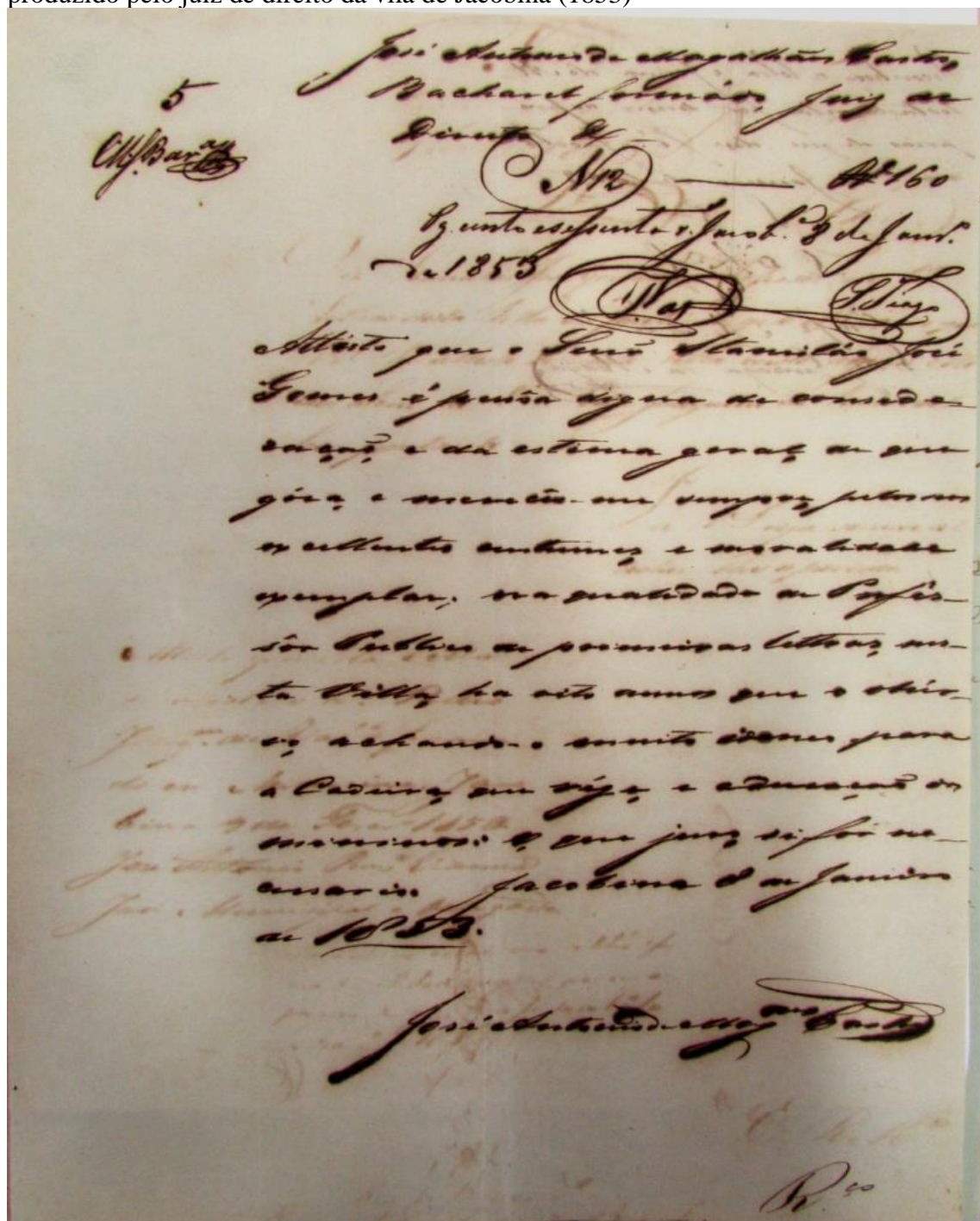
Distingue-se bem a Professora Interina de primeiras | letras Dona Maria da Glória a não ser pela muita aptidão e | zelo no ensino como pela sua subida moralidade | Posso affirmar que na capital nao ha eschola cristã que | offereça os resultados proveitosos da de primeiras letras | de meninas em Jacobina. O sexo feminino em pouco tempo appresentou aqui um spectaculo singular: [ilegível] | em breve veremos as Senhoras de Jacobina possuírem | mais instrucção *que* os homens e leigos \_ Em quanto todas as | meninas se entregão exclusivamente a instrucção primaria e a | outros misteres, *que* sua mestra lhes ensina, como co como | bordar, marcar.X \_ os meninos fogem da eschola e são | d1ella [*retirados*] pelos Paes: de familia: A eschola de meninos | nesta villa parece [*tenham*] um professor zeloso de | seos deveres, r Digno de compor seo lugar pelo seh | optimo proceder = Possui bastante aptidão: As demais escholas, | [*inint.*], são escholas de Freguesias - Os

mestres | não se compenetrão bem de seos deveres, e o [delirio] dos Paes | de familia é um estímulo forte, *por que* não demonstrão o zelo, *que* se for mister no ensino da mocidade, [inint.] elas não | faltam para cumprir bem suas obrigações | -Todos regulão o mesmo tempo a aptidão [ ] Forão assim | os [inint. ] mestres de meninos [inint.] quando [inint.] escolhião | os preptores da mocidade. [inint.] A moralidade de seos professores não é ma - suas escholas são pouco frequentadas e não é de culpa | delles. O Professor de latim preenche suas obrigaçõens - Tem poucos discipulos, por que nas lettras he pouca | gente que tenha o gosto das lettras.





ANEXO B - Fac-símile do atestado sobre o professor Estanislao José Gomes, produzido pelo juiz de direito da vila de Jacobina (1853)

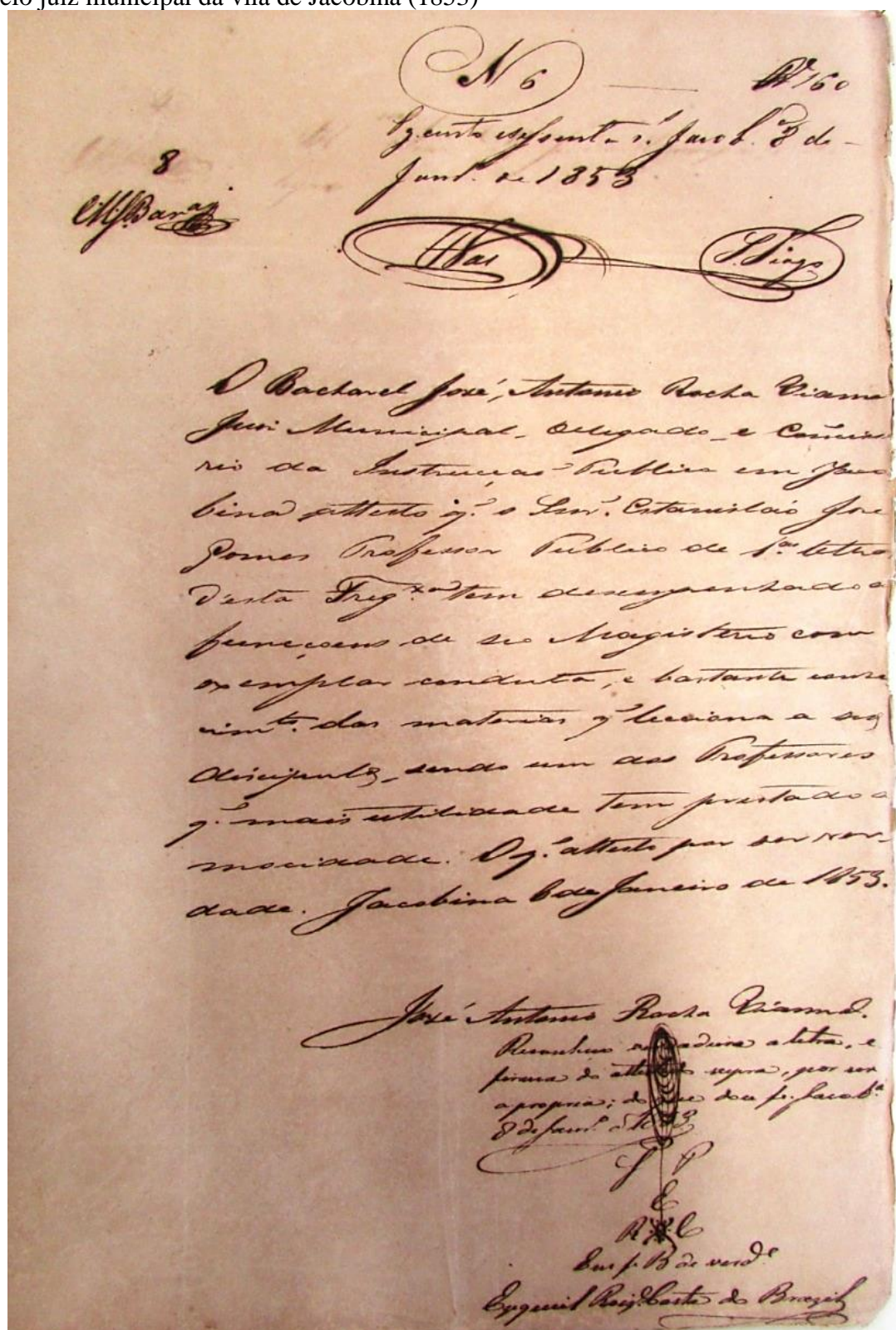


Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3856.



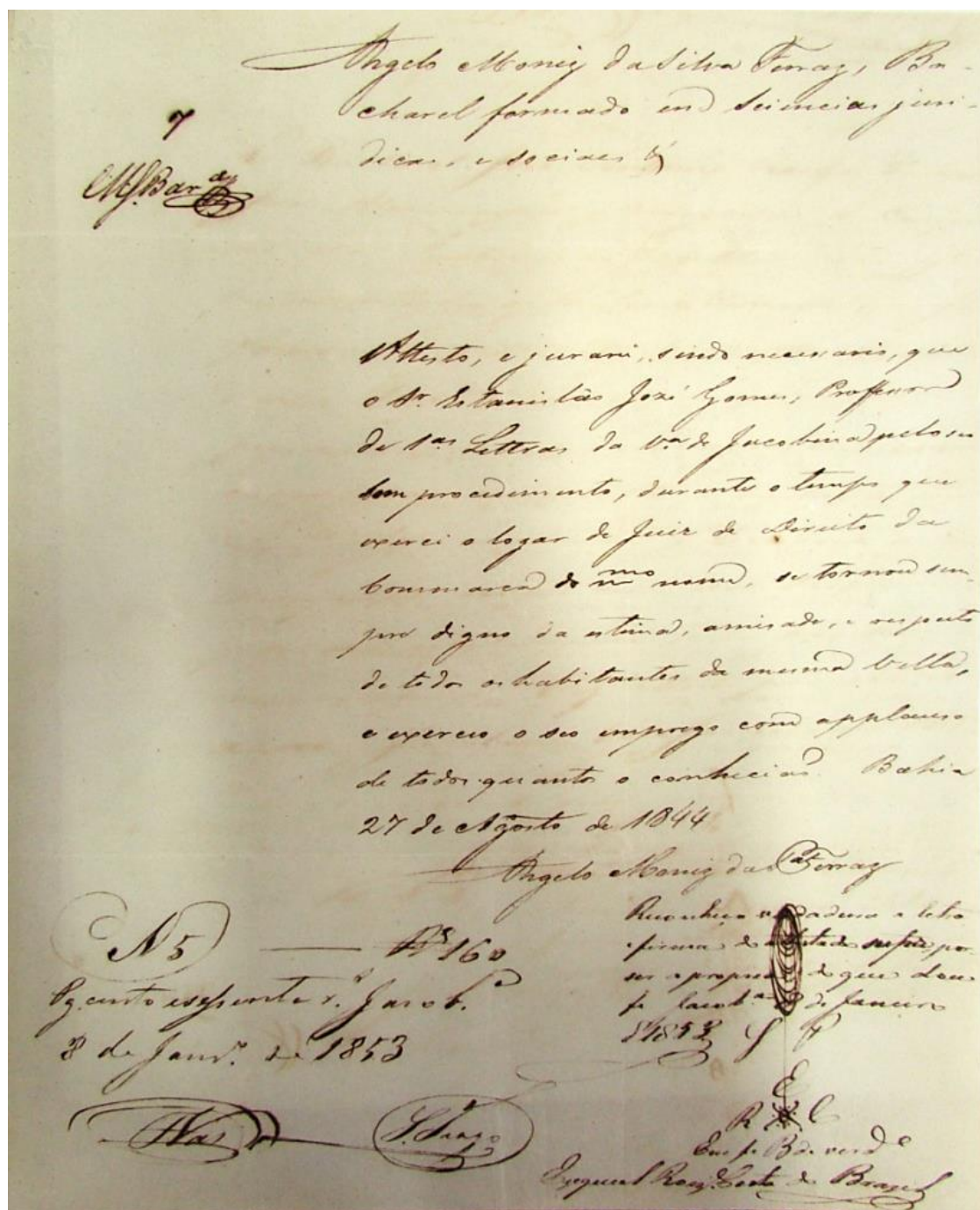


ANEXO D - Fac-símile de atestado sobre o professor Estanislao José Gomes, produzido pelo juiz municipal da vila de Jacobina (1853)



Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3856.

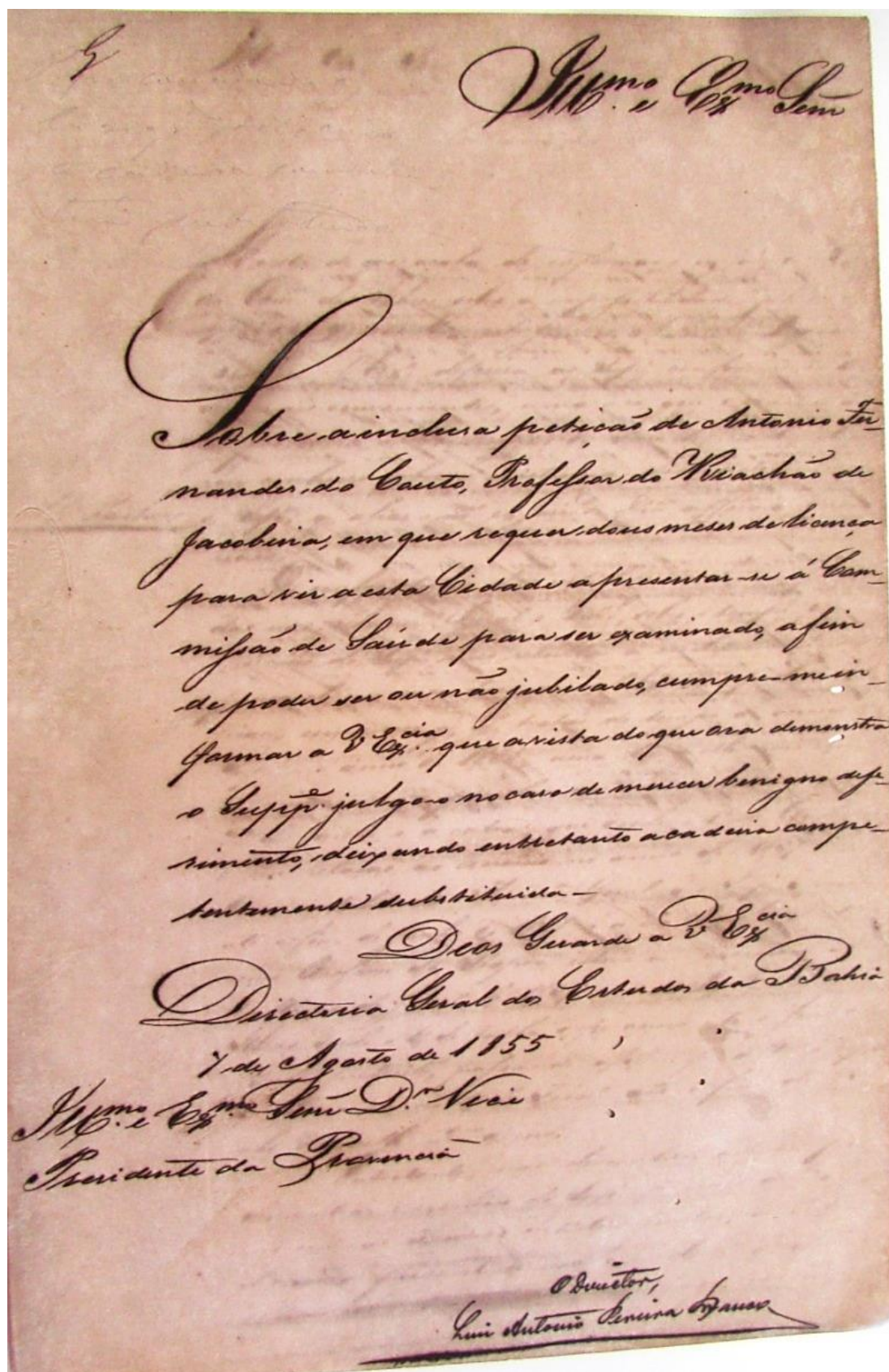
ANEXO E - Fac-símile de atestado sobre o professor Estanislao José Gomes, produzido pelo juiz de direito da comarca de Jacobina (1853)



Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3856.



ANEXO F - Fac símile de correspondência sobre o pedido de licença do professor Antonio Fernandes do Couto (1855)



V. Exa. e C.ª Sena

Sobre a inclusão petição de Antonio Fer-  
 nandes do Couto, Professor de Mathemática de  
 Jacobina, em que requer dois meses de licença  
 para vir a esta Cidade a apresentar-se à Com-  
 missão de Saú para ser examinado, a fim  
 de poder ser ou não jubilado, cumpre me ir-  
 formar a V. Exa. que a vista do que ora demonstra  
 o Super. julgo no caso de merecer benigno des-  
 pacho, deixando entretanto a academia compre-  
 sentemente substituída -

Deus Guarde a V. Exa.

Directoria Geral dos Estudos da Bahia

7 de Agosto de 1855

V. Exa. e C.ª Sena D.º Vice-  
 Presidente da Província

O Director  
 Luiz Antonio Pereira Gomes

Fonte: APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 3869.



ANEXO G - Fac-símile do abaixo-assinado dos moradores do Riachão de Jacobina (1869)

os Supplicantes a V. Ex.<sup>a</sup> que  
 se Digne tomar em consideração a  
 sua justa supplica  
 Petição do Riachão =  
 de Fevereiro de 1869. E. R. M.

Vigor. Álvaro de Magalhães  
 Manoel Luiz das Neves  
 Francisco Carlos de Almeida  
 João Felix Bastos  
 Antonio Dias de Almeida  
 Francisco Gênes de Almeida  
 Manoel Paquim de Sales  
 José de Almeida  
 Luciano José da Silva  
 Manoel de Almeida  
 José Luiz de Almeida  
 Guilherme Barbosa de Castro  
 Leonardo Rodrigues Lima  
 Francisco de Almeida  
 Roberto Pereira Reis

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 3886.



## ANEXO H - Fac-símile abaixo assinado dos moradores do Riachão de Jacobina - 1869

80  
 Informo o Sr. Comarca de Jacobina  
 que os abaixo assinados  
 1869.

Oly.

M<sup>te</sup> Carvalho de Oly.  
 Mateus de Almeida  
 Leão Baptista de Macedonã  
 Manoel Antunes da Silva  
 Leão Baptista de Macedonã  
 M<sup>te</sup> Fery de S.  
 Fran<sup>co</sup> e Ros de S.  
 João Joaquim Amato  
 Manoel Libano de Cruz  
 Antunes Luz da Costa  
 Gualter de S. Jordão  
 Oly. - Formosa de Miranda  
 Viriato de S. (Santos)  
 Bento Gomes de Costa  
 M<sup>te</sup> Fery de S.  
 Leão de Magalhães (S.)  
 Américo José de S.  
 Emílio de S. Cruz  
 José Rufino Pereira  
 José Pereira de Miranda  
 João Baptista de Souza









ANEXO K – Fac-símile de documento expedido pelo juiz sobre nomeação da professora Maria da Glória

Ilmo Ex. Sr. Presidente.  
 Informo a V. Ex.ª que a Sra. Maria da Glória, professora interina da Villa de Jacobina, tendo sido nomeada Mestra adjuncta do Internato Normal, creado pelo Regulamento organico da Instrucção Provincial, e não se lhe havendo passado o respectivo titulo por duvidas oppositas pelo Thesouraria Provincial, e acceitas pela Presidencia, succedendo por isso ficar a Suppl. até o presente sem exercicio; e desejando conservar-se na sua antiga cadeira que não foi ainda provida em razão de se ser ja agora impossivel fazer sua mudança para esta cidade, por q' seu Pai, em cuja companhia vive, não se presta a acompanhala, vem pedir a V. Ex.ª se digne de mandar casar a dita nomeação, ordenando que a Suppl. entre em exercicio da mencionada cadeira, independente de novo titulo, graça q' suppl. merece em attenção aos serviços q' na mesma prestara, sempre com satisfação geral de seus conterraneos, e applauso de todas as autoridades de prepostas ao ensino, pelo que

Com o Promotor  
 Dr. Raimundo Cesar Borges.

N.º 55 100  
 Com em  
 17 25 de Junho 1862  
 Francisco Reto

Atto, off. Director da  
 Escola de Thesouraria B.ª  
 em 13 de Junho de 1862

L L

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3957.



ANEXO L – Fac-símile da declaração encaminhada ao presidente da província encaminhada pelo professor Estanislão José Gomes, em 1833.

*Recebi em 15 de Abril 1833.  
Permissão de 4 exemplares  
da obra de João de  
Natividade*

*Ilmo. Ex. Sr. Presiden-  
te desta Província*

*Professores*

Achando de fécillima a execução da q-  
me em cumprimento a Lei de 15 de Outubro de  
1828; por não ter nesta Villa. os meus Al-  
unos (pelo estado de indigencia dos -  
Pais, e ainda os q. não estão n'estas circons-  
tancias por deslizo) causa alguma q. lhes sir-  
vas para Lettura; achando-os com alguns  
principios, mas tão viciosos, q. só com a pro-  
tecção de V. Ex. ministrando o necessario, como:  
quadros Syllabarios, Constituição do Impé-  
rio (alguns folhetos), Orthographias, e  
Grammaticas, poderei remediar-lhes os defi-  
ciencias. revertendo isto em prejuizo do credito  
do Professor. Devo ao conhecimento de V. Ex. a  
certo que providenciaria com a equidade que  
merece. Deos guarde a V. Ex. m. annos.  
Aula Nacional, e Elementar em Jacobina  
28 de Jan. de 1833

*Estanislão José Gomes  
Professor*

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 3955.



ANEXO M – Fac-símile de documento encaminhado ao presidente da província em que o professor João Francisco de Barros solicita mobília para a Freguesia de Morro do Chapéu (1848)

Excmo. Senhor Presidente do  
 Conselho de Instrução. Bahia  
 12 de Janeiro de 1848  
 Moura e Mag.

Entreguesi ao Sr. Excmo. Senhor  
 com o intuito de ver se  
 poder-se-ia fazer a mobília  
 para a sua aula, de que  
 pretendo contar. Salvo o  
 favor de V. Excmo. de Morro do Chapéu  
 1848 Moura e Mag.

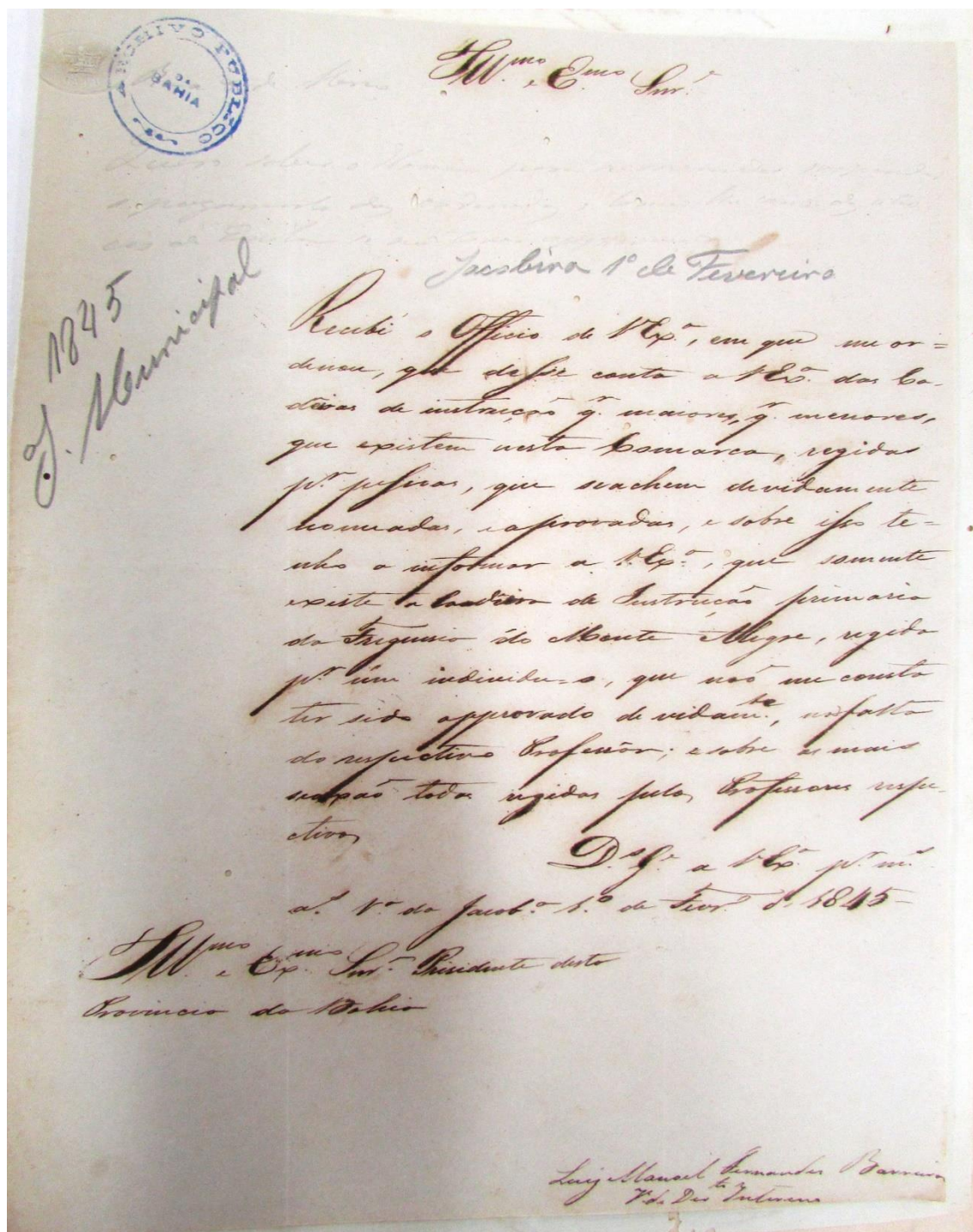
O Sr. João Francisco de Barros, Prof. Tit. Primário da  
 escola de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu,  
 já tendo requerido pedindo a mobília necessária para  
 a sua aula, e o Supp. já alcançou. Depois de  
 virar, mandando se dar a este a mobília necessária  
 p. Director encarregado as obras. Dist. desta capi. e co-  
 mo o Supp. p. nenhuma forma pôde conduzir esta  
 bid. p. um lugar tão central, q. desta desta capi. mais  
 de 80 legas p. terra, p. casimbo, e rio, ainda se não  
 perigosos: a vista dos docum. juntos, sup. a V. Ex-  
 p. q. se digna m. dar-lhe a referida mobília em din. afin  
 de q. possa o Supp. fazer a mobília no lugar de sua aula.

a V. Excmo. se digna  
 dar a mobília requerida  
 E. R. M.  
 João Francisco de Barros.

Fonte: APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 4002.



ANEXO N- Fac-símile de Documento produzido pelo juiz de direito sobre a instrução pública na Comarca de Jacobina (1845)



Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 2431.



ANEXO O— Fac-símile de Documento informando o número de escolas na Vila de Santo Antônio de Jacobina (1834)

142

4

Presente-se aos demais M<sup>os</sup> e C<sup>os</sup> Senhores

Jacobina - 1834

Ordenando V<sup>cia</sup> por offício de 29 de Janeiro  
que esta Camara envie uma relação das  
escolas, que há neste Município, tanto publicas,  
como particulares, declarando o numero dos  
Alumnos d'um, e outro Sexo, que frequentam  
a cada uma: participamos a V<sup>cia</sup> que neste  
Município só há uma escola publica de 8<sup>as</sup>  
letras nesta Villa, cujo numero d'Alumnos  
é de 52 de Sexo masculino, como foi da L<sup>ta</sup>  
que esta Camara expoz de Professores Hamilton  
José Gomes, a qual inclusa enciamos a V<sup>cia</sup>.

Dios E<sup>ja</sup> a V<sup>cia</sup> Saor da Camara Munici-  
pal da Villa da Jacobina em Sessão extraordina-  
ria de 24 de Julho de 1834

M<sup>os</sup> e C<sup>os</sup> Senhores

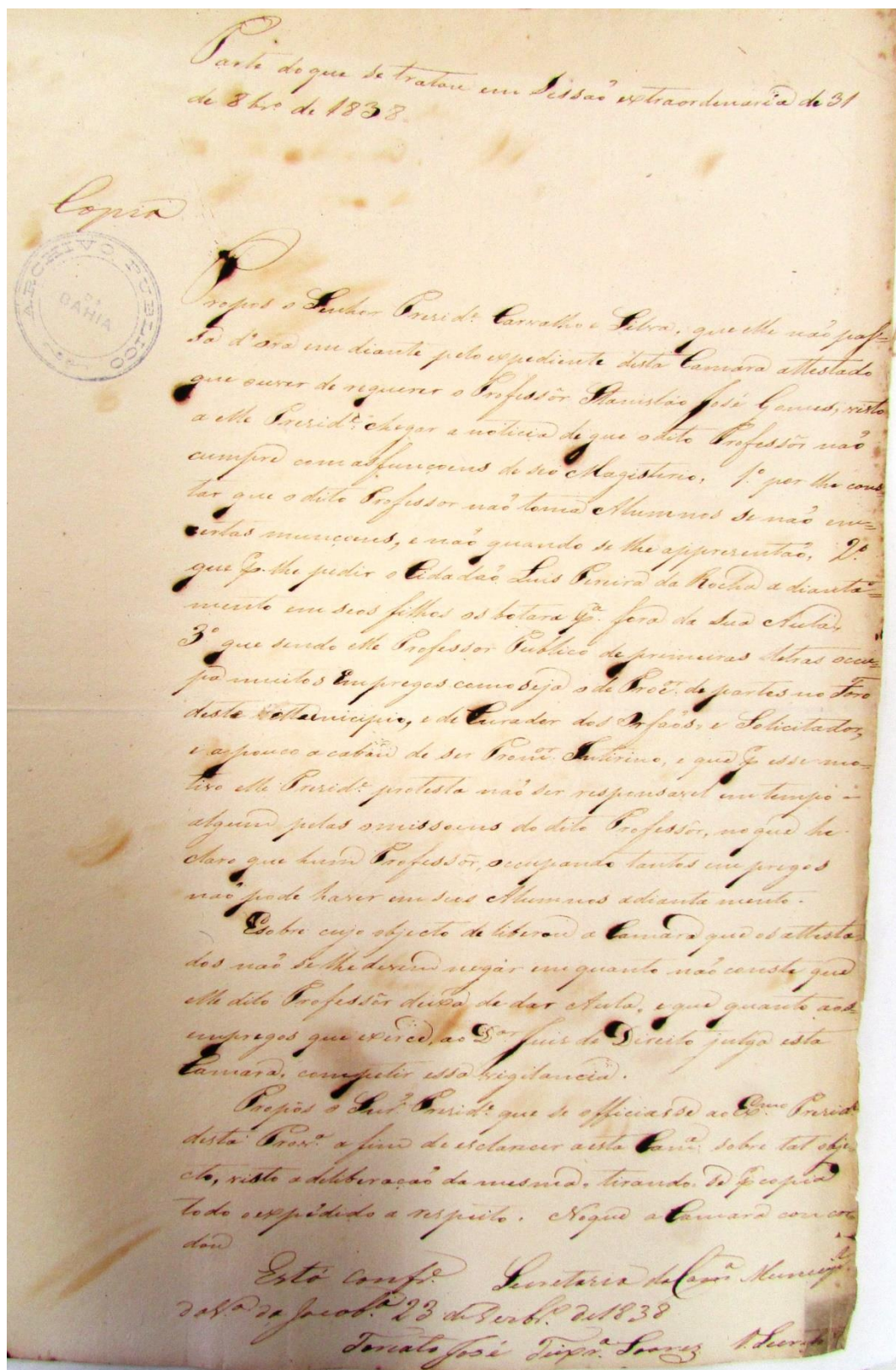
Vossa Presença

Antonio Joaq. Oliveira P<sup>o</sup>  
Joaq. Maximino P<sup>o</sup> dos Santos  
Fel. Dias de Moraes  
José Pereira dos Reis  
Antonio Joaq. Duarte

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 1327.



ANEXO P –Fac-símile de documento emitido pela Câmara da Vila de Jacobina sobre o professor Estanislão José Gomes (1838)



Fonte Apeb. Seção Colonial e Provincial. Maço 1328.

ANEXO Q- Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos adotadas pelo PHPB

Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)  
Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos  
Edição Semidiplomática

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em *itálico* - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
  - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “*etc.*”, “Sr.”, “Sr.<sup>a</sup>”, “*ltda.*”, “*Cia*”, “*V. Ex*” e “*D.*” permanecem inalteradas.
  - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.<sup>to</sup>” a ser transcrita “munto”.
  - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.<sup>s</sup>” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor” “ser”; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”; “dosertaõ”; “mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.
4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar.

[espaço] Osdias passãõ eninguemcomparece”. Serão observados dois casos especiais:

a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: □ E Paõ doce, voce sabe fazer? □ ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarcando tambem lugar; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”; “fomos a ele”; “fomos á ele”; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original. Exemplos: “; “atira- | mos” e “atira= | mos”.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo, “Nota 1: Acawado por acamado.”. Se for inevitável, por limites do editor de textos, o erro será descrito. Exemplo, “Nota 2: A letra <a> inicial de ‘affirma’ está invertida”

8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’ ” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirassocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;

9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em ~~dezembro~~ recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devera haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre’.”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou

quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.

10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplos: “todos ~~ninguém~~ dos presentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] em direção opaço.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho: ‘página 18’”; “Nota 3: Na margem superior encontra-se o carimbado ‘Arquivo Nacional’”.

12. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[*re*]gue o [*rapaz*].; “faça venda a duas b[*arri*]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [*ilegível*] para vocábulos e [*ilegível*. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [*ilegível*.] em Java”; “É assim [*ilegível* + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário,

o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [*inint.*] para vocábulos e [*inint.* + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[?]r.”; “É assim [*inint.*] em Java”; “É assim [*inint.* + 2 linhas] em Havana.”

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: “Es-  
| taes pois muito atrazado, ponde-vos na | pira meu ignorantão. | | Seria bonito  
que todas as.”

16. A mudança de fólio ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v]; [fol. 2r]; [fol. 2v]; [fol. 3r]; [fol. 3v]; [fol. 16r].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2]; [p. 3]; [p. 19].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.



18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e *layout* do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.